

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**KALILA CATHARINE OLIVEIRA GAMA**

**DE QUE POVO É A PRAÇA? LAMBE-LAMBES, ESTÚDIOS E DISCURSOS  
URBANIZADORES EM FEIRA DE SANTANA (1970-1985)**

**FEIRA DE SANTANA**

**2017**

Kalila Catharine Oliveira Gama

**DE QUE POVO É A PRAÇA? LAMBE-LAMBES, ESTÚDIOS E DISCURSOS  
URBANIZADORES EM FEIRA DE SANTANA (1970-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Aldo José Morais Silva

FEIRA DE SANTANA

2017

### **Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado**

G176 Gama, Kalila Catharine Oliveira  
De que povo é a praça? Lambe-lambes, estúdios e discursos  
urbanizadores em Feira de Santana (1970-1985) / Kalila Catharine Oliveira  
Gama. Feira de Santana, 2017.  
176f.: il.

Orientador: Aldo José Morais Silva.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana,  
Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

1. Fotógrafos - Feira de Santana - Século XX. 2. Fotógrafo ambulante -  
Historia - Bahia. I. Silva, Aldo José Morais, orient. II. Universidade  
Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 77(814.22)

## TERMO DE APROVAÇÃO

Kalila Catharine Oliveira Gama

### **DE QUE POVO É A PRAÇA? LAMBE-LAMBES, ESTÚDIOS E DISCURSOS URBANIZADORES EM FEIRA DE SANTANA (1970-1985)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Aldo José Morais Silva – UEFS (orientador)

---

Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira – UEFS

---

Prof. Dr. Josivaldo Pires de Oliveira – UNEB

Feira de Santana, 30 de agosto de 2017.

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais, Joilson Calazans Gama e Marilone Fonseca Oliveira,  
por todos os sacrifícios realizados ao longo da minha vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Aldo José Morais Silva, meu preceptor, pela disponibilidade para me orientar. Ao Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira e ao Prof. Dr. Josivaldo Pires de Oliveira, membros da banca, pelas contribuições à presente pesquisa. Aos fotógrafos lambe-lambes pela receptividade durante os depoimentos e pela solicitude em sanar todas as indagações.

## RESUMO

A dissertação tem como objeto analisar a ocupação e a apropriação da praça Bernardino Bahia enquanto espaço de construção do fazer profissional dos fotógrafos lambe-lambes, empreendida no início da década de 1970, na cidade de Feira de Santana. A intenção é compreender as tensões nascidas da ocupação da praça pelos fotógrafos lambe-lambes. Para tanto, apresenta-se uma análise da conjuntura que precede o recorte temporal – 1970-1985. O recuo é fundamental para o entendimento acerca da ascensão do município feirense como entroncamento rodoviário e entreposto comercial, sua inserção na política de descentralização das indústrias via incentivos fiscais e as implicações nos processos de urbanização e de migração registrados na urbe. Ao longo do texto, serão estudadas, também, as representações forjadas pelos jornais *Folha do Norte* e *Feira Hoje* sobre o município feirense, em consonância com os interesses de determinados grupos. Ademais, busca-se entender como se desenrolou a determinação de um ordenamento no centro comercial, por meio de normas, a exemplo do Código Tributário de 1963 e o Código de Posturas de 1967. A partir dos depoimentos orais de três fotógrafos lambe-lambes, foi possível traçar um cenário da labuta diária desses profissionais, detalhando a jornada e a disciplina de trabalho, a técnica fotográfica e a organização interna do grupo. Por fim, foram examinadas as motivações pelas quais os fotógrafos ambulantes ocuparam a praça citada, os mecanismos utilizados para a apropriação do local e as táticas acionadas para a manutenção no espaço público; bem como as repercussões dessa dinâmica na imprensa feirense e no Legislativo municipal, sem deixar de atentar para as ações empreendidas pela Prefeitura Municipal visando amenizar os conflitos.

**Palavras-chave:** lambe-lambe; fotografia; industrialização; urbanização; espaço.

## ABSTRACT

The dissertation has as object to analyze the occupation and appropriation of the "Bernardino Bahia Square" as a space for the construction of the professional work of the lambe-lambes photographers, undertaken in the early 1970's in the city of Feira de Santana. The intention is to understand the tensions born of the occupation of the square by the photographers lambe-lambes. For that, an analysis of the conjuncture that precedes the temporal cut - 1970-1985 is presented. The kickback is fundamental for the understanding about the rise of the county Feirense as a road junction and commercial warehouse, its insertion in the policy of decentralization of industries through fiscal incentives and the implications in the processes of urbanization and migration registered in the city. Throughout the text, will also be studied the representations forged by the newspapers Folha do Norte and Feira Hoje on the county Feirense, in agreement with the interests of certain groups. In addition, it seeks to understand how the determination of an ordering in the commercial center was carried out, by means of norms, like the Tax Code of 1963 and the Code of Postures of 1967. From the oral testimonies of three lambe-lambes photographers, it was possible to draw a scenario of the daily toil of these professionals, detailing the journey and the discipline of work, the photographic technique and the internal organization of the group. Finally, were examined the motivations for traveling photographers to occupy the square cited, the mechanisms used for the appropriation of the site and the tactics for maintenance in the public space; as well as the repercussions of this dynamic in the local press and in the municipal legislature, without neglecting the actions undertaken by the Municipal Government to alleviate conflicts.

**Key-words:** lambe-lambe; photography; industrialization; urbanization; space.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACFS - Associação Comercial de Feira de Santana

ACM - Antônio Carlos Magalhães

AIFS - Associação das Indústrias de Feira de Santana

AIMMEFS - Associação das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e de Material Elétrico de Feira de Santana

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

ASESTRA - Assessoria Especial de Estudos de Reforma Administrativa

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CAF - Centro de Abastecimento de Feira de Santana

CEASAS - Centros Estaduais de Abastecimento S/A

CEPA - Comissão de Estudos e Projetos Administrativos

CIC - Cadastro Nacional de Pessoas Físicas

CIFS - Centro das Indústrias de Feira de Santana

CIS - Centro Industrial do Subaé

COMESTRA - Comissão Especial de Estudos da Reforma Administrativa

COSB - Comissão de Simplificação Burocrática

CPF - Cadastro de Pessoa Física

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

ELETOBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

EUA - Estados Unidos da América

ESG - Escola Superior de Guerra

FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia

FUNDAGRO - Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial

FUNDINOR - Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste

JFN - Jornal Folha do Norte

JHJ - Jornal Feira Hoje

JK - Juscelino Kubitschek

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

MAFRISA - Matadouro e Frigoríficos S. A.

MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PDLI - Plano de Desenvolvimento Local Integrado  
PDS - Partido Democrático Social  
PEA - População Economicamente Ativa  
PEI - Política Externa Independente  
PIA - População em Idade Ativa  
PLANDEB - Plano de Desenvolvimento da Bahia  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento  
POC - População Ocupada do Município  
PROÁLCOOL - Programa Nacional do Álcool  
PRODEFESA - Promotora de Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana.  
PROINTER - Programa de Industrialização do Interior  
PSD - Partido Social Democrático  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
RG - Registro Geral  
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SESI - Serviço Social da Indústria  
SIC - Secretaria de Indústria e Comércio  
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
SURFEIRA - Superintendência de Urbanização de Feira de Santana  
UDN - União Democrática Nacional  
URBIS - Habitação e Urbanização da Bahia S.A.  
USAID - United States Agency for International Development  
TELEFEIRA - Telecomunicações de Feira de Santana

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1. FEIRA DE SANTANA ENTRE O REAL, O IDEAL E O LEGAL.....	27
1.1. O lambe-lambe pelas praças do Brasil.....	28
1.2. Nota sobre a origem do lambe-lambe .....	31
1.3. Feira de Santana: o real.....	38
1.4. Feira de Santana: o ideal .....	62
1.5. Feira de Santana: o legal .....	70
1.6. O Estado, a burocracia, o cidadão e o lambe-lambe .....	74
CAPÍTULO 2. A LABUTA DO LAMBE-LAMBE: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DE LAMBE-LAMBES EM FEIRA DE SANTANA .....	79
2.1. Lambe-lambe por herança do pai.....	80
2.2. Um boxeador lambe-lambe.....	85
2.3. De ajudante à lambe-lambe.....	89
2.4. Ser lambe-lambe em Feira de Santana.....	93
2.5. Experiências de trabalho: solidariedades e disputas .....	101
CAPÍTULO 3. OS LAMBE-LAMBES E A PRAÇA: SOCIABILIDADES E CONFLITOS EM SUAS VIVÊNCIAS DE TRABALHO EM FEIRA DE SANTANA .....	114
3.1. Uso e apropriação da praça .....	114
3.2. A disputa: fotógrafos lambe-lambes versus fotógrafos de estúdio .....	129
3.3. Tensões e táticas na praça .....	134
3.4. Território e identidade na praça .....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	159
REFERÊNCIAS .....	164

## INTRODUÇÃO

Imaginemos uma segunda-feira qualquer da década de 1970, menina-moça mais os irmãos e a mãe saem em comitiva do Jardim da Paquera<sup>1</sup> para a praça Bernardino Bahia<sup>2</sup>. Iam tirar retratos para fazer documentos. Na praça repleta de fotógrafos, retratáveis, curiosos, tabaréus, feirantes e improvisados estúdios, procuraram um profissional. Bateram a chapa. Depois flanaram pela rua, apinhada de vendedores e compradores, “de tudo que há no mundo”<sup>3</sup>. Mais tarde, retornaram à praça Bernardinho Bahia. Retratos na mão, agora podiam tirar documentos.

Essa narrativa sobre a hipotética primeira foto 3x4 de uma menina-moça, sugere a rotina de trabalho dos fotógrafos lambe-lambes na cidade de Feira de Santana na década de 1970 e os significados daqueles que vivenciaram a experiência de “bater a chapa” em meio à feira livre. Nesse período, o ato de ser fotografado não era corriqueiro no dia-a-dia dos indivíduos, sobretudo, no cotidiano de uma família pobre com vários membros. Todavia, era necessário, pois se tratava de um estado burocratizado que exigia fotografia para grande parte da documentação. Os fotógrafos ambulantes eram preferidos pelas camadas populares da sociedade, em virtude dos preços mais baixos e da rapidez na entrega das fotografias, se comparados aos estúdios fotográficos.<sup>4</sup>

Estudar o cotidiano dessas profissionais é fundamental para compreender os dilemas enfrentados pela categoria profissional no processo de modernização/industrialização da cidade de Feira de Santana-Ba. O município localiza-se a Leste do estado da Bahia, entre a zona da mata e o sertão, em uma área denominada agreste baiano, a 109 km de distância de Salvador, capital do estado. Abrange uma área de 1.344 km<sup>2</sup>, limitando-se ao Norte com Tanquinho, Santa Bárbara; ao Sul com São Gonçalo dos Campos e Antônio Cardoso; a Leste com Coração de Maria e Conceição do Jacuípe; a Oeste com Ipecaeté e Anguera; a Sudeste com Santo Amaro; a Noroeste com Candeal e Serra Preta; e a Nordeste com Santanópolis. A cidade possui oito distritos, são eles: Bomfim de Feira, Governador João Durval Carneiro (Ipuacu), Humildes, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria (São José), Matinha e Tiquaruçu. Segundo

---

<sup>1</sup> Bairro Olhos d'Água, Feira de Santana - BA.

<sup>2</sup> Localizada na avenida Senhor dos Passos, Centro, Feira de Santana – BA.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Onildo. Feira de Caruaru. 1955.

<sup>4</sup> FRANCO, Marcelo Messias Horta. **Profissões em extinção: o caso do fotógrafo lambe-lambe**. 2004. 65f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Antropologia, UFMG, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d25-mfranco.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2011. p. 13.

dados do IBGE<sup>5</sup>, com população estimada no ano de 2017 em 627. 477 habitantes, Feira de Santana ocupa a segunda posição em população do Estado, atrás apenas de Salvador. Possui uma das maiores densidades demográficas: 416,03 hab./km<sup>2</sup>, em 2010, ocupa a sexta posição no ranking estadual. O município pertence a Região Econômica e de Planejamento do Paraguaçu, sendo o mais importante centro comercial e industrial do interior da Bahia.

O interesse por estudar o cotidiano dos lambe-lambes de Feira de Santana em suas atividades profissionais nasceu ainda no curso de Licenciatura em História, fruto da disciplina Oficina de Metodologia da Pesquisa em História I, quando foi proposto estudar os trabalhadores feirenses, a fim de democratizar o saber histórico e alargar as áreas de pesquisa sobre a história de Feira de Santana. Durante a graduação, foi realizada uma pesquisa sobre a transferência dos fotógrafos lambe-lambes da praça Bernardino Bahia para a rua Libânio de Moraes e os problemas advindos dela. O estudo buscava compreender os motivos que levaram a desvalorização dessa atividade. Durante as primeiras entrevistas, realizadas no ano de 2009, as falas dos retratistas evidenciavam a ligação do grupo com a praça pública. Logo, a ideia da desvalorização ligada apenas às inovações técnicas no campo da fotografia não dava conta da complexidade do problema.

A pesquisa desenvolvida no mestrado, por sua vez, visa analisar a ocupação da praça Bernardino Bahia enquanto espaço de construção do fazer profissional dos fotógrafos lambe-lambes. Também pretende compreender como esse profissional reflete uma disputa geral dos trabalhadores informais pelo direito à cidade, bem como debater o uso e a apropriação da referida praça pelos fotógrafos ambulantes em contraposição ao ideal de urbanização proposto pelos jornais *Folha do Norte* e *Feira Hoje*. Por fim, objetiva-se discutir como as tentativas de relocação desses retratistas da citada praça foram motivadas por uma disputa de nicho mercadológico com os fotógrafos de estúdio e a ação do poder público frente à disputa. A preocupação central é responder a seguinte problemática: quais as tensões nascidas da ocupação da praça Bernardino Bahia pelos fotógrafos lambe-lambes na década de 1970?

Em consonância com tais objetivos, se faz necessário esclarecer o significado do conceito de povo utilizado no título dessa dissertação – *De que povo é a praça?*-. Segundo Luisa Pereira<sup>6</sup>, o conceito possui definição fluida e ambígua, bem como uso farto e múltiplo,

---

5 IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=291080>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

<sup>6</sup> PEREIRA, Luisa Rauter. **Uma História do conceito político de povo no Brasil**: Revolução e historicização da linguagem política. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300644937\\_ARQUIVO\\_textoANPUH2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300644937_ARQUIVO_textoANPUH2011.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2017. p. 1-3.

seja com sentidos positivos seja com significados negativos. Na mesma linha, Sérgio Guerra Filho<sup>7</sup> enfatiza a ausência de teorização e/ou definição nos campos da história, da sociologia ou da ciência política de tal conceito. Ainda de acordo o autor, trata-se de um termo que possui uma historicidade, isto é, “muda de sentido na medida em que se incorpora à experiência dos que o utilizaram para se autodenominar ou a outrem”. Conforme a etimologia da palavra, povo remete ao “conjunto de indivíduos que constituem um povo delimitado por um território legalmente delimitado por instituições políticas”<sup>8</sup>.

No *Dicionário de Ciências Sociais*, o verbete apresenta duas acepções, uma sociológica e outra política-constitucional. Na primeira, a conceituação de povo remete a critérios de natureza quantitativa, étnica, cultural, linguística, religiosa, etc., assim como ao exame das condições reais, a fim de identificar aspectos que convergem para a integração do grupo. Assim, se prepondera o elemento quantitativo, povo enquanto população e elemento econômico, no sentido de proletariado. Na segunda, a significação de povo alude a um componente do sistema político,<sup>9</sup> isto é, “aquela parte da população capaz de participar, através de eleições, do processo democrático, dentro de um sistema de limitações, variável no tempo e no espaço”<sup>10</sup>. Dessa forma, a concepção política-constitucional distancia-se da sociológica, considerada mais abrangente. No *Dicionário de Política*, o verbete remete a uma instância política. Paolo Colliva elucida a transição do conceito de povo do Antigo Regime para a Idade Moderna:

O Dominus, o Senhor, excluiu pouco a pouco o Povo da vida política, que se foi concentrando num núcleo restrito de grupos sociais e políticos, enclausurados numa aristocracia rigidamente determinada pela norma desenvolvida e conservada apenas por autocoopção. O Povo tornou a ser deste modo uma mera designação social, realidade subalterna e disgregada, fundamentalmente excluída da gestão do poder, primeiro na senhoria, depois no principado, presente tão-só como massa manobrável, e em momentos esporádicos e infrutíferos de rebelião. Foi só com a redescoberta romântica do Povo, já em coincidência com uma visão política nacional, que identificava o Estado com a nação e, portanto, dava novo e maior valor a

<sup>7</sup> GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O povo e a guerra**: Participação das camadas populares nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia. 2004. 140f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004. p. 46.

<sup>8</sup> HOUAISS, Antônio. Povo/Filologia. In: SILVA, Benedicto (Coord.); MIRANDA NETO, Antônio Garcia. et al. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 952.

<sup>9</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Povo/Política. In: SILVA, Benedicto (Coord.); MIRANDA NETO, Antônio Garcia. et al. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 953.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 955.

tudo o que compunha a realidade nacional, que ele começou outra vez a ser sentido como possível sujeito de vida política.<sup>11</sup>

Conforme Guerra Filho, o escritor francês Jules Michelet, na obra intitulada *O Povo*, em análise dessa camada social para a França, identifica o termo povo com as classes trabalhadoras, antagônicas às classes ricas. Em conformidade, o autor afirma que o termo, geralmente, está relacionado às classes sociais ausentes dos lugares de poder.<sup>12</sup>

O conceito de povo aplicado aqui reporta-se a integralidade dos usuários e dos habitantes da urbe feirense nas disputas sociais pelo uso e apropriação da praça Bernardino Bahia. Os usos foram marcados por conflitos envolvendo as representações forjadas/impostas por diferentes grupos sobre esse espaço público. No que diz respeito ao recorte temporal – 1970-1985 – justifica-se em virtude da importância desse período para esses trabalhadores. Na década de 1970 ocorreu a transferência do grupo profissional para a praça Bernardino Bahia, o aumento do número de lambe-lambes associado à alta demanda por fotografias para documentos e as repercussões dessas disputas na imprensa feirense e nos poderes Legislativo e Executivo municipais. Vale salientar, que os anos de 1970 foram assinalados por um processo de modernização/industrialização<sup>13</sup> empreendido na cidade, tal como pela formulação, fomentação e implantação de um planejamento urbano. Entre outras orientações, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) marcava a industrialização como essencial para o desenvolvimento econômico e para a consolidação do progresso na cidade<sup>14</sup>.

A respeito do comércio, o PDLI indicava a necessidade de um reordenamento urbano baseado na criação de locais específicos para cada atividade<sup>15</sup>, com o propósito de garantir o controle social<sup>16</sup>. Para tanto, pode-se citar como exemplo a retirada de barracas dos passeios de ruas e avenidas no centro comercial<sup>17</sup>.

<sup>11</sup> COLLIVA, Paolo. Povo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUALINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1992. p. 986 et. seq.

<sup>12</sup> GUERRA FILHO, 2004, p. 47 et. seq.

<sup>13</sup> MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**. 2009. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2009. p. 77.

<sup>14</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>15</sup> PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990)**. 2009. 202f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2009. p.128.

<sup>16</sup> CORRÊA, Diego Carvalho. **O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971)**. 2011. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2011. p. 75.

<sup>17</sup> BARRACAS. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 1, n. 24, 13 fev. 1971. p.2

Já a década de 1980 sinalizou o declínio do ofício de lambe-lambe graças ao movimento de desburocratização do Estado, que suprimiu a fotografia em vários documentos, com isso, diminuiu a demanda por retratos<sup>18</sup>. Por outro lado, a partir de então houve a introdução da fotografia colorida no mercado fotográfico, fato que retirou do fotógrafo ambulante o domínio de todo o processo fotográfico, já que a revelação da imagem colorida não é possível de ser realizada pela máquina/laboratório do lambe-lambe, mas em um laboratório fotográfico terceirizado. Em consequência, esses fotógrafos de jardim se equiparam em valor praticado e em tempo de entrega com os estúdios fotográficos, perdendo boa parte de sua clientela.<sup>19</sup> À vista disso, o recorte temporal da pesquisa foi definido, sobretudo, a partir das memórias e das experiências dos fotógrafos lambe-lambes em Feira de Santana, a fim de não enquadrar o processo particular aos marcos globais, econômicos e/ou políticos que não tivessem relevância no cotidiano e nas vivências desses trabalhadores.

A pesquisa se insere no campo da história social, “enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica”<sup>20</sup>. Segundo Hebe Castro,<sup>21</sup> não há como iniciar uma discussão sobre os pressupostos da História Social sem recorrer ao chamado movimento dos *Annales* que emergiu na França em 1929 com a publicação da revista de mesmo nome, coordenada por Marc Bloch e Lucien Febvre. A referência ao movimento é necessária por se fundar em um marco, real ou simbólico, de constituição de uma nova história, em oposição às abordagens rankianas, centradas nas ideias e decisões de grandes homens, predominante entre os historiadores profissionais até a primeira metade do século XX. Contra ela, os *Annales* propuseram uma história-problema, viabilizada pelo diálogo interdisciplinar, num processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico.

---

<sup>18</sup> WAHRLICH, Beatriz. **Desburocratização e Desestatização**: Novas considerações sobre as prioridades brasileiras de Reforma Administrativa na década de 80. Revista de Administração Pública (RAP), Rio de Janeiro, vol. 18, n.4, out./dez. 1984. p. 72-87. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/14953>> Acesso em: 31 maio 2016. p. 77.

<sup>19</sup> ÁGUEDA, Abílio Afonso da. **O fotógrafo Lambe-lambe**: guardião da memória e cronista visual de uma comunidade. 2008. 267f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_8f30bd1c4cf9dcae08e60606bf179b12](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_8f30bd1c4cf9dcae08e60606bf179b12)> Acesso em: 13 mar. 2017. p. 102-105.

<sup>20</sup> CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 49.

<sup>21</sup> *Ibidem*, loc. cit.

Ainda segundo a autora<sup>22</sup>, em um sentido amplo, a História Social pode ser encarada como um campo que tem por perspectiva a síntese. Segundo essa linha interpretativa, todos os níveis de abordagens históricas estão inscritos no social. No entanto, a partir da década de 1950, a história social passou a ser reivindicada por diversos pesquisadores em um sentido mais restrito, passando a ser entendida como uma abordagem que busca formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais. Para tanto, busca explicitar a delimitação desses grupos, não em sentido estanque, mas dinâmico.

Castro<sup>23</sup> destaca que nos anos 1960, influenciada pelo estruturalismo, a história social recolocou como questão o papel da ação humana na história, bem como o problema das durações. Esta postura levou ao privilégio de durações mais curtas, na medida em que se predispunha a perceber, descrever e analisar os grupos sociais em movimento. Do ponto de vista metodológico, privilegiou os métodos quantitativos, a exemplo da demografia histórica, da prosopografia e da genealogia. Nos anos 1970, no entanto, o estruturalismo, seja o de matriz braudeliana, marxista ou funcionalista, entrou em crise em função da avassaladora consciência de que o comportamento e realidades sociais não se condicionavam a modelos pré-estabelecidos. A partir de então os pesquisadores foram desafiados a analisar a dimensão mais humana dos movimentos históricos, nem sempre coerentes e lineares. Foi necessário dar mais atenção às contradições e paradoxos próprios dos movimentos individuais e coletivos. Para tanto, foram feitas reavaliações metodológicas, empreendendo-se, especialmente um esforço interpretativo de contextualizar culturalmente acontecimentos sociais. Como exemplo clássico, pode-se citar a obra de E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, que colocou a noção de experiência no centro da pesquisa histórica.

É nessa perspectiva que se enquadra a presente pesquisa. Aqui a prioridade é perceber a dinâmica da urbe feirense, partindo das experiências dos fotógrafos lambe-lambes, numa perspectiva social sem perder de vista os elementos culturais. Pretende-se reconstruir as experiências dos fotógrafos lambe-lambes evidenciando o protagonismo desses agentes históricos, cujas ações construíram suas trajetórias e afetaram o mundo em que viviam.

Concomitantemente, a pesquisa traz o enfoque da história cultural do urbano no que diz respeito as imagens e representações forjadas sobre a cidade de Feira de Santana. De acordo com Castro<sup>24</sup>, a história cultural foi redescoberta nos anos 1970. Desde então vem

---

<sup>22</sup> Ibidem, p. 46 et seq.

<sup>23</sup> CASTRO, 1997, p. 46 et seq.

<sup>24</sup> Ibidem, loc. cit.

desfrutando de uma renovação sobretudo no mundo acadêmico. Mas o que seria história cultural? A questão ainda espera uma resposta definitiva. Segundo Peter Burke<sup>25</sup>, *a priori*, o que se pode dizer é que o terreno comum dos historiadores culturais está na preocupação com o símbolo e suas interpretações. O desafio seria compreender como os sujeitos e grupos se percebem na história, bem como quais leituras fazem do mundo. Estes aspectos influenciam nas escolhas que fazem e nas formas que se movimentam dentro da sociedade. Nesse sentido, a história cultural se aproxima da social.

Sendo assim, aqui lança-se mão tanto das contribuições da história social, na medida em que se analisa as experiências dos fotógrafos lambe-lambes, quanto da história cultural, quando busca-se compreender as representações elaboradas sobre essas experiências. Nesse sentido, o conceito de representação elaborado por Roger Chartier torna-se fundamental. Aqui o conceito é pensado de duas maneiras:

[...] uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade.<sup>26</sup>

A noção de representação está no âmago da constituição de imagens de si mesmo e do outro, bem como viabiliza a construção de sentidos e significados para determinadas práticas sociais. Quer dizer, as representações integram a realidade social<sup>27</sup>. A partir de tais princípios, Pesavento propõe o estudo da cidade através de suas representações:

Em outras palavras, os estudos de uma história cultural urbana se aplicam no resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade. E o imaginário urbano, como todo o imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que

<sup>25</sup> BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 7 et. seq.

<sup>26</sup> CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Estudos avançados 11(5), 1991. p. 173-191. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>. Acesso em: 20 maio 2017. p. 183.

<sup>27</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço**: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995. p. 279-290. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2008/1147>>. Acesso em: 20 maio 2017. p. 280 et. seq.

implica dizer que trata das representações construídas sobre a realidade — no caso, a cidade.<sup>28</sup>

De acordo com a autora<sup>29</sup>, urbanistas e arquitetos constroem uma representação da cidade — a “cidade que se quer” —, atribuída de sentido e função, forjando uma realidade. Por outro lado, os usuários e/ou os habitantes, da urbe projetam imagens — a cidade vivida —, que podem se aproximar ou se distanciar das forjadas pelo poder público. Ainda sobre o espaço urbano, Pesavento salienta que:

a arquitetura e o traçado de ruas e praças são, sem dúvida, o registro físico de uma cidade, mas também são um modo de pensar sem linguagem. Portanto, o espaço é sempre portador de um significado, cuja expressão passa por outras formas de comunicação. [...] A modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade.<sup>30</sup>

Em todos os casos, as representações do mundo social relacionam-se com disputas sociais, isto é, com relações de poder<sup>31</sup>. O que não quer dizer que determinadas imagens e discursos sobre a cidade são mais fidedignos ou significativos que outros<sup>32</sup>. Nessa perspectiva, por meio dos discursos e das imagens acerca de Feira de Santana, as representações construídas pelos usuários e habitantes da urbe ao longo de suas trajetórias de vida, objetivamos compreender os sentidos e significados que pautam as práticas sociais e constituem a realidade social nos espaços citadinos.

Assim, por meio dos múltiplos vestígios do passado expressos em imagens e discursos, cabe aos historiadores e historiadoras atuar como caçadores. Como enfatiza Paul Ricoeur, “todo apreender é comparável a uma possessão, e sobretudo a uma caçada, e em que toda procura de lembrança é também uma caçada”<sup>33</sup>. Ou ainda, se comportar como um historiador-detetive utilizando o método indiciário, proposto por Carlo Ginzburg. Segundo o

<sup>28</sup> Idem. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, junho 2007. p. 11- 23. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882007000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002)>. Acesso em: 20 maio 2017. p. 15.

<sup>29</sup> PESAVENTO, 1995, p. 282-284; Idem, 2007, p. 11.

<sup>30</sup> Idem. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 16.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>33</sup> RICOEUR, Paul. A memória. In: \_\_\_\_\_. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 30.

autor<sup>34</sup>, esse paradigma refere-se a um modelo epistemológico que nasceu do saber do tipo venatório, isto é, relativo a caça. Baseia-se na semiótica médica, ou seja, o diagnóstico se dá por meio da observação de sintomas superficiais. Conforme o pesquisador, o conhecimento histórico é comparável ao conhecimento médico – indireto<sup>35</sup>, indiciário<sup>36</sup> e conjectural<sup>37</sup>. Quer dizer, a investigação histórica assenta-se em vestígios, probabilidades, suposições e hipóteses. Neste sentido, o modelo semiótico fundamenta-se na interpretação de aspectos que não estão lançados à vista, a fim de decifrar a realidade. Logo, o papel do historiador é interpretar uma série de sinais para reconstruir uma realidade que não vivenciou.<sup>38</sup>

Ainda sobre os múltiplos vestígios do passado, cabe observar, como destacou Jacques Le Goff<sup>39</sup>, que os materiais não sobrevivem em seu conjunto, mas a partir de uma escolha efetuada seja pelo tempo, seja pelos historiadores, podendo apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos e os documentos. Conforme a etimologia da palavra, monumento refere-se a evocação e a perpetuação do passado. Já documento relaciona-se ao ensino, contudo, evolui para o significado de prova. O autor enfatiza a crítica do documento enquanto monumento:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.<sup>40</sup>

Em outras palavras, não existe documento objetivo e/ou inocente. Todo documento está associado a uma intencionalidade seja na sua produção, seja na sua preservação.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No

<sup>34</sup> GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 151 et seq.

<sup>35</sup> GINZBURG, 1989, p. 169.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 152.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 177.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>39</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 535 et. seq.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 545.

limite, não existe um documento-verdade. [...] qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.<sup>41</sup>

O documento é uma construção social resultado de disputas sociais. A desmontagem do documento-monumento deve se dá, acima de tudo, enquanto instrumento de poder. A vista disso, o trabalho foi desenvolvido mediante a consulta a fontes de natureza variada, a fim de reconstruir elementos que evidenciem aspectos da sociedade feirense no período estudado, em suas múltiplas facetas. Entre as fontes, destacam-se: atas, indicações e requerimentos da Câmara Municipal de Feira de Santana; leis sancionadas pelo Executivo municipal; editoriais, crônicas e matérias dos jornais *Folha do Norte* e *Feira Hoje*; fotografias na praça Bernardino Bahia; recibos de impostos municipais pagos pelos fotógrafos ambulantes; e, testemunhos orais dos lambe-lambes, que exercem o ofício desde as décadas de 1960 e 1970, na praça citada.

Sobre os testemunhos orais, aqui são compreendidos “como um depoimento, solicitado por profissionais da história, historiadores ou arquivistas, visando prestar contas a uma posteridade mediada pela técnica histórica da ação da testemunha”<sup>42</sup>, são bastante requisitados no estudo da experiência dos sujeitos históricos, em virtude da escassez de documentos que deem conta desse enfoque. Segundo Jim Sharpe<sup>43</sup>, uma das dificuldades enfrentadas pela escrita da história vista de baixo são as evidências, pois quanto mais se recua no tempo, em busca da reconstrução da experiência, mais restritas se tornam as fontes. O que não inviabiliza o trabalho, uma vez que o historiador pode recorrer ao uso de registros oficiais, tais como processos-crimes, registros paroquiais, pagamento de impostos, entre outros, com o propósito de reconstituir essas vivências.

Por outro lado, o uso das vozes e das palavras são atividades mais abrangentes do que a escrita, por exemplo, mais restrita. Dessa maneira, Paul Thompson afirma que a história oral permite “fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram”<sup>44</sup>. Do mesmo modo que possibilita uma reinterpretação do passado a partir de novas versões:

<sup>41</sup> Ibidem, p. 547 et. seq.

<sup>42</sup> VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 256.

<sup>43</sup> SHARPE, Jim. A História vista de baixo In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 43-48.

<sup>44</sup> THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 18 et seq.

“um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista”<sup>45</sup>.

No que diz respeito à história oral, não se trata de uma técnica de coleta, armazenamento e transcrição de depoimentos, mas uma metodologia de pesquisa que estabelece e ordena os procedimentos de trabalho, a fim de produzir conhecimento histórico. Sobre esses procedimentos de trabalho, Marieta Ferreira e Janaína Amado destacam:

os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho.<sup>46</sup>

Conforme Jorge Lozano<sup>47</sup>, a experiência humana é a parte central do trabalho desse método de pesquisa histórica. Há uma mudança de enfoque ao privilegiar as vivências das pessoas de forma geral. Dessa forma, a fonte oral não é um complemento. Como salienta o autor:

consideram a fonte oral em si mesma e não só como mero apoio factual ou de ilustração qualitativa. Na prática, eles colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais. Complementam suas fontes orais com as outras fontes documentais tradicionais do trabalho historiográfico. Não se limitam a um único método e a uma técnica, mas as complementam e as tornam mais complexas. Explicitam sua perspectiva teórico-metodológica da análise histórica e, sobretudo, estão abertos e dispostos ao contato com outras disciplinas.<sup>48</sup>

A constituição de fontes orais se dá por meio da entrevista, meio de acolher o testemunho oral, que é resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado. O historiador seleciona sujeitos, recorta temas, reescreve falas e constrói uma explicação histórica. Já o entrevistado seleciona fragmentos para construir sua própria imagem, o que envolve subjetividade, experiência, avaliação do passado, do presente e perspectivas do futuro. Logo,

---

<sup>45</sup> Ibidem, p. 25 et seq.

<sup>46</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 16.

<sup>47</sup> LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 16.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 23.

tanto o sujeito da pesquisa quanto o historiador participam da construção dessa fonte histórica.

A história oral não deve ser tratada enquanto metodologia de trabalho sem abordar também a memória como fonte histórica. Segundo Ricoeur<sup>49</sup>, a memória entendida como rememoração está relacionada a imaginação, pois ao evocar uma lembrança, imaginamos e lembramos dela. A discussão a respeito da associação entre imaginação e memória é fundamental, pois afeta a ambição pela condição de verdade da memória. Apesar desse anseio, a memória não reflete com fidelidade a coisa passada, não é estagnada, mas está saturada de ‘agoras’. Isto é, a memória não é o reflexo do acontecimento passado, mas um processo de construção/reconstrução das experiências vividas/lembradas a partir de perspectivas e problematizações do tempo presente. Há uma disputa, uma intencionalidade no que é guardado, evocado e/ou esquecido.

Ainda de acordo com o autor, a memória utiliza como aporte o tempo, no sentido de que as lembranças se dão em função do que aconteceu e no sentido de orientação na passagem do tempo. O tempo da memória é periodizado através da experiência, logo não é um tempo exterior ao indivíduo<sup>50</sup>; e ainda através do lugar e do espaço, que funcionam como um apoio a memória na luta contra o esquecimento<sup>51</sup>. O pesquisador<sup>52</sup> afirma que o lembrar é um processo de reconhecimento do eu, em sua individualidade; e, do outro, na experiência coletiva. Na individualidade, a atribuição a si envolve a reflexividade especialmente em sua fase declarativa; envolve também uma parcela significativa da identidade, através da função narrativa. Na dimensão do outro, as rememorações são compartilhadas no grupo, isto é, o âmbito social da memória.

A principal crítica que se faz ao uso da memória enquanto fonte histórica é a sua confiabilidade. Vale ressaltar, que a memória sofre influência dos efeitos da velhice, seja por meio do desgaste físico, da deterioração da memória, seja por meio da nostalgia e da reavaliação do passado. Além da presença de preconceitos e versões do acontecido. Por vezes, ocorrem esquecimentos e sobreposições dos fatos rememorados. Entretanto, as distorções e os apagamentos devem ser tratados como recursos, não vistos como impedimento para o trabalho com esta fonte histórica. Como destacam Ferreira e Amado:

---

<sup>49</sup> RICOEUR, 2007, p. 26 et. seq.

<sup>50</sup> RICOEUR, 2007, p. 53.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 130-138.

as entrevistas orais sejam vistas como memórias que espelham determinadas representações. Assim, as possíveis distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa.<sup>53</sup>

Quer dizer, o historiador deve analisar o significado da seletividade da memória. Portanto, a importância do testemunho oral está em sua divergência com os fatos<sup>54</sup>. Além disso, não existe fonte histórica objetiva e imparcial. Como enfatiza Paul Thompson:

Em suma, as estatísticas sociais não representam fatos absolutos mais do que notícias de jornais, cartas privadas, ou biografias publicadas. Do mesmo modo que o material de entrevistas gravadas, todos eles representam, quer a partir de posições pessoais ou de agregados, a percepção social dos fatos; além disso, estão todos sujeitos a pressões sociais do contexto em que são obtidos. Com essas formas de evidência, o que chega até nós, é o significado social, e este é que deve ser avaliado. Exatamente a mesma cautela deve experimentar o historiador que, em algum arquivo, se vê diante de uma coleção de documentos empacotados: escrituras, contratos, livros de registro de empregados, cartas, etc. Certamente não é por acaso que esses documentos e registros vieram a estar ao dispor do historiador. Houve um objetivo social por trás de sua criação original, tanto quanto de sua posterior preservação. Os historiadores que tratam esses achados como depósitos inocentes, como objetos lançados numa praia, estão simplesmente enganando a si próprios.<sup>55</sup>

Reconhecer a subjetividade da fonte não significa abandonar a sua crítica. Assim, o trabalho com a memória compartilha as diversas etapas da crítica histórica que se aplicam a quaisquer fontes. Isto é, a temporalidade, o contexto de produção, os critérios de veracidade, o confronto com outras fontes, entre outras. Por outro lado, exige paciência para adquirir a confiança da testemunha; solicita cautela porque muitas vezes nos deparamos com memórias traumáticas; e, demanda atenção para distinguir as camadas sobrepostas de memórias de eventos distintos. Apesar disso, a riqueza da memória está nas vivências de indivíduos e/ou grupos.

Tomando como referência as reflexões sobre memória e fontes orais, durante a pesquisa foram realizadas entrevistas com os fotógrafos lambe-lambes com a intenção de reconstruir suas trajetórias de vida, dada a escassa produção de documentos escritos sobre o tema e a riqueza das narrativas orais. Optou-se pela narrativa da vida individual pois “é o veículo

<sup>53</sup> FERREIRA; AMADO, 1994, p. 8.

<sup>54</sup> THOMPSON, 1992, p. 184.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 145.

concreto da experiência histórica”<sup>56</sup> e pela sua realização com três personagens a fim de garantir “a singularidade, tanto quanto a representatividade de cada história de vida”<sup>57</sup>. Sobre o conceito de trajetória de vida, se deve ter em mente que não se trata de um “relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção”<sup>58</sup>, pois o real não é contínuo e previsível. Além disso, não podemos compreender uma trajetória sem estabelecer sua superfície social.

sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.<sup>59</sup>

Dessa forma, foram realizadas entrevistas semidirigidas<sup>60</sup>, com um roteiro pré-estabelecido para orientação da pesquisadora, o que não restringiu o percurso dos relatos, uma vez que cada entrevistado imprimiu dinâmica própria a sua narrativa. Os entrevistados ultrapassaram as questões indicadas no plano, trazendo valiosas informações e contribuições a pesquisa. Os lambe-lambes colaboraram para o estudo também ao disponibilizar documentos e fotografias de seus arquivos pessoais. Cada relato foi fundamental pois evidenciou os diversos caminhos percorridos por cada um para sua profissionalização. Apesar de compartilharem de experiências e significados, cada narrativa trouxe novidade para essa empreitada acadêmica.

As entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho: a praça, com a intenção de deixá-los mais à vontade diante do gravador, uma vez que o espaço condiciona o depoimento colhido<sup>61</sup>. A transcrição dos depoimentos trata-se de uma interpretação, pois a escrita não reproduzir a fala com absoluta fidelidade<sup>62</sup>. Porém, procuramos o meio-termo entre a autenticidade e a clareza ao/no discurso.<sup>63</sup> Em alguns trechos houve a supressão de repetições e a organização das entrevistas em ordem cronológica. Em contrapartida, foram constantes os

---

<sup>56</sup> Ibidem, p. 302.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 174.

<sup>58</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 185.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 189 et seq.

<sup>60</sup> TOURTIER- BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 237.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 236.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 242.

esquecimentos, principalmente, a respeito de datas de eventos públicos e nomes próprios. Isso porque, como foi dito antes, o tempo da memória é periodizado pela experiência. Logo, nos relatos orais são comuns associações entre acontecimentos públicos e lembranças da vida privada, como casamentos, nascimentos, falecimentos, entre outros. Além do hábito de apelidar as pessoas que partilhavam as vivências no dia-a-dia.

O trabalho com a memória de idosos deve estar atento a cristalização de suas lembranças, isto é, “uma versão que foi sendo estruturada ao longo da vida”<sup>64</sup>. Desse modo, durante os depoimentos, muitas vezes, os lambe-lambes narram episódios de forma semelhante, o que evidencia essa cristalização. Por outro lado, quando se menciona os conflitos entre os fotógrafos ambulantes, as divergências de lembranças se fazem presentes. Algumas testemunhas buscam minimizar as tensões e as disputas existentes no grupo. Vale destacar, que a memória é um elemento de constituição da identidade social, sendo assim, os episódios de divisão e de conflito tendem a ser subestimados visando a coesão do grupo<sup>65</sup>.

Além dos testemunhos orais, foram utilizadas fotografias como fontes históricas. O documento visual não deve ser interpretado apenas como fonte de informação, mas também enquanto uma construção social. Isto posto, deve-se considerar:

os agentes produtores e os agentes receptores envolvidos no processo fotográfico, assim como o ambiente sócio-cultural por onde o documento circulou. A fotografia deve passar por um processo de contextualização histórica da sua produção, possibilitando a comparação crítica com outras fontes documentais [...] A intencionalidade e a seletividade do documento/monumento fotográfico orientam e explicam o seu repertório iconográfico e temático, construindo visualmente representações individuais, coletivas e sociais.<sup>66</sup>

As fotografias são fragmentos visuais de uma determinada realidade. É primordial desvendar o que está ausente e/ou oculto naquele documento iconográfico. Logo, essa representação faz parte de um processo de criação de realidades<sup>67</sup>. Esses registros visuais são também testemunhos de uma dada conjuntura, revelando continuidades e modificações nos

---

<sup>64</sup> ABREU, Alzira Alves de. Os anos de Chumbo: memória de guerrilha. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 15 et seq.

<sup>65</sup> THOMPSON, 1992, p. 191.

<sup>66</sup> ÁGUEDA, 2008, p. 33.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 37.

espaços urbanos e nas sociabilidades dos cidadãos<sup>68</sup>. Por fim, o registro fotográfico é suporte na construção e na transmissão de memórias individuais e/ou de grupos. E ainda é apoio para a rememoração. Então, parte fundamental na construção de identidades sociais.

Tomando como base o conjunto de fontes evidenciados, pretende-se analisar as experiências dos fotógrafos lambe-lambes em sua atividade profissional. Estruturalmente, o trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Feira de Santana entre o real, o ideal e o legal*, apresenta-se o panorama da cidade no período compreendido na pesquisa, atravessando aspectos acerca do contexto nacional e internacional, bem como as suas repercussões na dinâmica feirense. Inicialmente, é abordada a política nacional-desenvolvimentista e a consequente ascensão do município feirense como entroncamento rodoviário e entreposto comercial, assim como suas implicações na urbanização e no movimento migratório registrado no local. O capítulo aborda ainda a política de descentralização das indústrias via incentivos fiscais e seus impactos no desenvolvimento e no planejamento urbano, também na intensificação do processo de urbanização e de migração assinalado na urbe.

Ainda no primeiro capítulo, analisa-se as representações construídas pelos jornais *Folha do Norte* e *Feira Hoje* a respeito da cidade de Feira de Santana, que corroboravam com os interesses de determinados grupos, em função da imposição de determinada ordem no centro comercial de Feira de Santana, através da elaboração e execução de leis, tais como o Código Tributário de 1963 e o Código de Posturas de 1937 e de 1967, que refletiam a consolidação de uma reforma burocrática empreendida no país, nos anos de 1930 e 1967. Por fim, discute-se a reverberação de tal reforma burocrática no cotidiano de toda a população e no ofício de lambe-lambe.

No segundo capítulo, nomeado *A labuta do lambe-lambe: memórias e experiências de trabalho de lambe-lambes em Feira de Santana*, são apresentadas as trajetórias de vida de três lambe-lambes, enfatizando suas singularidades, representatividades e similaridades, principalmente, no que se refere às vivências de trabalho. A partir dos testemunhos orais desses fotógrafos ambulantes, traça-se um panorama do labor diário desses profissionais, detalhando a dinâmica, a jornada e a disciplina de trabalho. Do mesmo modo, a técnica fotográfica, os contratemplos, o trabalho itinerante e os clientes, assim como as relações de solidariedade e de conflito no interior do grupo, destacando a presença do ajudante, as regras estabelecidas e a autoridade dos veteranos.

---

<sup>68</sup> Ibidem, p. 40.

O terceiro capítulo, chamado *Os lambe-lambes e a praça: sociabilidades e conflitos em suas vivências de trabalho em Feira de Santana*, traz uma análise da motivação dos lambe-lambes em ocupar a praça Bernardino Bahia como espaço do seu fazer profissional; e os mecanismos utilizados para apropriar-se da referida praça. Posteriormente, avalia-se os efeitos causados pela presença dos lambe-lambes frente aos estúdios fotográficos, enfatizando-os enquanto concorrentes na disputa por um nicho de mercado. O capítulo apresenta ainda um estudo sobre as repercussões na imprensa feirense, no Legislativo e no Executivo municipais, sublinhando as táticas utilizadas pelos retratistas para se manterem na praça citada. Enfim, apresenta um exame das consequências das mudanças no uso social da praça pública ao longo do século XX e da introdução da fotografia colorida no mercado fotográfico para a atividade profissional do lambe-lambe.

## CAPÍTULO 1. FEIRA DE SANTANA ENTRE O REAL, O IDEAL E O LEGAL

Na velha paisagem sertaneja, Feira de Santana sempre foi um claro sorriso de tranquilidade. De chofre, porém, transforma-se a cidade sossegada e se movimenta. De uma hora para outra. E mal se consegue atualmente passar pela praça João Pedreira, a do Comércio, com tanto carro estacionado nos dois lados e outros em movimento atribulado. Até a quarta década do século metamorfoseava-se a velha cidade provinciana, em lenta sugestão de Capital minúscula. Em 1940, daí para frente, todavia, operou-se repentina transformação aqui na vida urbana. Como seguro petardo de progresso da noite para o dia, o comércio sacudiu a cidade. Ondas e mais ondas de nortistas, de nordestinos bem intencionais, por aqui batiam. Outra já era a linguagem ouvida pelos cantos de rua, no meio das praças, no campo do gado, até mesmo na então heráldica e orgulhosa avenida Senhor dos Passos.<sup>69</sup>

O enredo deste capítulo é composto por questões em torno das mudanças operadas na cidade de Feira de Santana, a partir da década de 1950, como enfatiza o poeta feirense Eurico Alves Boaventura, mencionado acima. No primeiro momento, serão apresentados os fotógrafos lambe-lambes em algumas praças do Brasil, e na praça Bernardino Bahia mais detidamente, já que a praça situa-se na cidade de Feira de Santana, que compõe nosso objeto de estudo. Em seguida, a partir de um breve histórico, será exposta a origem do fotógrafo ambulante e da denominação lambe-lambe. Posteriormente, será analisada a emergência da urbe feirense como um polo de atração regional para os migrantes, já que os lambe-lambes eram, em sua maioria, migrantes. Esta categoria profissional estava relacionada com o aumento do trabalho informal na cidade. Após o estudo dos padrões de cidade projetados e propagados pelos jornais *Folha do Norte* e *Feira Hoje*, bem como os interesses que cada um representava, através do Código Tributário de 1963 e do Código de Posturas de 1967, discutir-se-á o ordenamento do comércio ambulante realizado no centro comercial da cidade, uma vez que, os retratistas eram denominados fotógrafos ambulantes e pagavam impostos como tais. Por fim, será debatida a relação entre um Estado altamente burocratizado e o aumento do número de lambe-lambes por todo o país, bem como a ligação entre o movimento de desburocratização e a queda na renda desses profissionais.

---

<sup>69</sup> BOAVENTURA, Eurico Alves. A velha e a nova cidade. In: \_\_\_\_\_. **A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana**. Feira de Santana: UEFS, 2006. p. 84.

### 1.1. O lambe-lambe pelas praças do Brasil

A maioria dos estudos acadêmicos e/ou governamentais a respeito do fotógrafo lambe-lambe evidencia o atual declínio no número desses retratistas nos espaços públicos das cidades. Sendo assim, apesar da atuação dos lambe-lambes em quase todas as praças, parques, largos e jardins públicos pelo Brasil afora, aqui o foco será alguns grandes centros urbanos que registraram a ação desses profissionais desde o seu surgimento no país, como as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte (MG) e Vitória (ES). Do mesmo modo, alguns médios centros urbanos que registraram esse ofício a partir da década de 1950, como é o caso de Porto Alegre, Aparecida do Norte (SP) e Feira de Santana (BA).

Na cidade de São Paulo, entre 1915 e 1955, 100 fotógrafos lambe-lambes atuavam nas praças públicas da cidade, sendo 50 deles no Parque D. Pedro II e 30 no Jardim da Luz<sup>70</sup>. Já em 1974, 15 lambe-lambes atuavam na cidade, sendo 8 deles no Jardim da Luz. Em 1981, 9 fotógrafos atuavam no Jardim da Luz. Além desses locais, havia fotógrafos ambulantes no Parque do Ipiranga, Jardim da Aclimação, Largo da Concórdia e Praça Ramos<sup>71</sup>. Entre os lambe-lambes que atuavam nos espaços públicos na cidade de São Paulo estavam descendentes de italianos e de espanhóis, bem como migrantes mineiros, nortistas e nordestinos, que atendiam, sobretudo, as camadas populares da sociedade e serviços em domicílio, como aniversários, casamentos e batizados<sup>72</sup>.

Na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1960 e 1970, a presença dos lambe-lambes era uma constante na maioria dos bairros. No final dos anos de 1980, registrou-se uma redução dos locais de atuação, bem como do número de lambe-lambes. Em algumas dezenas de praças existiam 54 fotógrafos lambe-lambes, sendo 7 deles na Praça Saenz Peña, que era uma das áreas de maior concentração desses profissionais<sup>73</sup>. Além dos imigrantes europeus,

<sup>70</sup> Referente à década de 1920.

<sup>71</sup> FERNANDES JÚNIOR, Rubens. **Desconhecidos íntimos**: O imaginário do fotógrafo lambe-lambe. **Revista FACOM**, São Paulo, nº 6, jan-jun., 1998. Disponível em: <<http://www.mnemocine.com.br/fotografia/rubens.htm>> Acesso em: 19 fev. 2011. p. 5 et seq.

<sup>72</sup> FRANCO, Marcelo Messias Horta. **Profissões em extinção**: o caso do fotógrafo lambe-lambe. 2004. 65f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d25-mfranco.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2011. p. 29.

<sup>73</sup> ÁGUEDA, Abílio Afonso da. **O fotógrafo Lambe-lambe**: guardião da memória e cronista visual de uma comunidade. 2008. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_8f30bd1c4cf9dcae08e60606bf179b12](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_8f30bd1c4cf9dcae08e60606bf179b12)> Acesso em: 13 mar. 2017. p. 108 et seq.

muitos fotógrafos lambe-lambes que trabalhavam na cidade do Rio de Janeiro eram migrantes nordestinos:

este é o caso da família Teodósio da Silva de Alagoas, de Monteiro, interior da Paraíba. O irmão mais velho da família, José, aos sábados se deslocava da roça para a cidade e ficava observando os retratistas (...) José aprendeu o ofício e veio para o Rio [na década de 1950], trazendo mais sete irmãos, aos quais ensinou a profissão, que por sua vez passaram o conhecimento aos filhos<sup>74</sup>

Em Belo Horizonte (MG), os primeiros lambe-lambes se estabeleceram em 1922. Tratavam-se de imigrantes vindos da Europa, que atuaram, inicialmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Depois, com a chegada das ferrovias, interiorizaram sua ação. Na capital mineira, trabalhavam no Parque Municipal Américo René Gianetti, Praça Rui Barbosa (Praça da Estação), Praça da Rodoviária, Praça 1º de Maio (Praça do Trabalhador), Praça Raul Soares e Praça Hugo Wernek, somando, entre os anos de 1973 e 1999, 49 fotógrafos lambe-lambes. No que se refere ao Parque Municipal Américo René Gianetti, em 1935, foram contabilizados 8 fotógrafos ambulantes; em 1946, 10 fotógrafos de jardim; e em 1968, 14 fotógrafos lambe-lambes. Estes últimos, desde 1935, atuavam no sistema de rodízio<sup>75</sup> e pagavam taxa anual de licença à Prefeitura Municipal<sup>76</sup>.

O sistema de rodízios estava relacionado à forte concorrência entre os profissionais nas diversas praças brasileiras, e do consenso de que existia pontos mais rentáveis. No Parque da Luz, na cidade de São Paulo, também vigorava um sistema de rodízio, nos mesmos moldes do realizado em Belo Horizonte<sup>77</sup>. Já na cidade de Vitória (ES), o revezamento se dava mediante a alternância dos dias de trabalho, isto é, metade do grupo trabalhava num dia e a outra metade trabalhava no outro dia<sup>78</sup>.

Nesta última cidade, os lambe-lambes fixaram-se no Parque Moscoso, no início da década de 1930, somando 30 fotógrafos no local, na década de 1950<sup>79</sup>. Muitos desses profissionais se tornaram lambe-lambes em consequência do êxodo rural, como é o caso do lambe-lambe Ilson Barroco: “Era um movimento de gente, uma freguesia apressada que

<sup>74</sup> ÁGUEDA, 2008, p. 81.

<sup>75</sup> Os lambe-lambes movem-se para o ponto seguinte, no sentido horário, a cada semana, permanecendo naquele ponto por uma semana de trabalho. In: FRANCO, 2004, p. 12.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 9-15.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>78</sup> VILAÇA, Adilson. **Os Lambe-lambes do Parque Moscoso**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2001. p. 31.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 12-17.

pagava na hora, coisa de encher os olhos! Não pensei duas vezes. Larguei a roça, com as economias, me instalei lambe-lambe”<sup>80</sup>.

A atuação dos fotógrafos lambe-lambes se deu, no primeiro momento, nos grandes centros urbanos brasileiros. Posteriormente, esses profissionais interiorizaram suas ações para cidades de médio porte pelo país inteiro. A partir da década de 1950, quando se iniciou uma queda do número de lambe-lambes em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, em sentido inverso, ampliou-se do número desses fotógrafos em municípios menores, a exemplo de Porto Alegre, já que a partir de 1950 tornou-se comum encontrar fotógrafos lambe-lambe nas praças e ruas de localidades gaúchas<sup>81</sup>. Em cidades do interior de São Paulo, como Aparecida do Norte (SP), os lambe-lambes também se fizeram presentes. O lambe-lambe Antonio Monair relata que, no final da década de 1950, começou a trabalhar perto da Igreja Velha de Nossa Senhora Aparecida<sup>82</sup>. A recém fundada capital federal – Brasília – também se tornou espaço de trabalho desses profissionais. O fotógrafo Geci Amaro conta que desde 1965 trabalhou na Praça do Relógio, no Distrito Federal<sup>83</sup>.

Os exemplos apontados se tratavam de urbes medianas com perspectivas de desenvolvimento, espaços onde os fotógrafos ansiavam por melhores condições de vida, fato registrado também na cidade de Feira de Santana (BA). Os primeiros lambe-lambes se instalaram na cidade no início da década de 1960, nos muros da residência do político João Marinho Falcão<sup>84</sup>, localizada na esquina da avenida Senhor dos Passos com a praça Bernardino Bahia. Desde então, o número de fotógrafos ambulantes cresceu gradualmente pela constante chegada de migrantes para explorar a clientela da região. Somente no início da década de 1970, esses profissionais se instalam no interior da praça Bernardino Bahia, chegando a aproximadamente 30 lambe-lambes. A principal atividade desses profissionais era a fotografia para documentos: “Tira fotografia para documento, identidade, carteira de trabalho e para emprego, alistamento, reservista. Todo documento precisava de fotografia, por isso vinha muitas pessoas tirar foto, pessoa de outra cidade”<sup>85</sup>. Todavia, a fotografia para

---

<sup>80</sup> Ibidem, p.11.

<sup>81</sup> SOARES, Taís Castro; MICHELON, Francisca Ferreira. **O fotógrafo no jardim do cidadão: memória de um lambe-lambe**. *Revista Travessias*, v.3, nº2, p. 1-19, 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3337>> Acesso em: 19 fev. 2011. p. 5

<sup>82</sup> FRANCO, 2004, p. 31.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 34 et seq.

<sup>84</sup> João Marinho Falcão foi prefeito de Feira de Santana entre os anos 1955 e 1959. In: IBGE. **Anuário estatístico de Feira de Santana**. V.3. CDL. 2012. p. 71.

<sup>85</sup> SILVA, Evandro da. Depoimento. [18 de fev. 2016a] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

documentos não se restringia a 3x4, pois eram necessários variados modelos e tamanhos para cada tipo de documentação. Como rememora S. Titico:

Todo tipo de documento. Naquele tempo [década de 1970] a gente trabalhava com 6 a 8 tipos de fotografia. Porque naquele tempo a gente trabalhava foto para identidade era um, para título de eleitor era outro, para profissional era outro, para INSS era 3x4 mesmo, tinha até retrato para carteira do Tênis [Feira Tênis Clube – FTC], fazia muito, tinha o 2x2 que era para carteira de saúde e carteira de habilitação, por isso que a gente trabalhava muito, a gente trabalhava com uns 8 tipos de fotografia. [...] Para todo tipo de trabalho era aqui no lambe-lambe. Para habilitação 2x2, para carteira de saúde 2x2, para profissional 3x4 com nome, para título de leitor 3x4 sem nome com fundo preto, para carteira do tênis era uma grande e uma pequena, reservista 3x4 com fundo branco, a diferença era essa. Era tudo um preço só. Só o 5x7 que a gente cobrava mais caro um pouquinho, era para identidade, era maiorzinha. [...] vinha gente de todos os lugares aqui para Feira fazer todo tipo de documento. A sede era aqui, né?! Tinha gente que vinha fazer 4, 5 tipos de fotografia na nossa mão. Então, tinha trabalho.<sup>86</sup>

O retrato 3x4 era também requisitado nas matrículas escolares: “Na época de matrícula, de dezembro a março, a gente não dava conta do trabalho, eu saía com os bolsos pesados. Era a época das vacas gordas”<sup>87</sup>. Esses lambe-lambes fotografavam ainda eventos como aniversários, casamentos, batizados, formaturas e enterros; crianças, namorados, amigos e famílias nas praças e jardins públicos; entre inúmeros outros. Vale salientar, que os fotógrafos ambulantes confeccionavam suas próprias máquinas fotográficas.

Destarte, é primordial apresentar o princípio dessa atividade profissional, a dinâmica de trabalho e a técnica fotográfica desses retratistas, tema do próximo tópico.

## 1.2. Nota sobre a origem do lambe-lambe

A origem do fotógrafo ambulante, na Europa, está relacionada ao processo fotográfico da ferrotipia. Esse procedimento, datado em 1853, consistia no uso de chapas de metal, revestidas em verniz, para obter a imagem em positivo, sem negativo. O ferrótipo facilitou e reduziu os procedimentos técnicos para obtenção de uma fotografia, permitindo que as classes populares tivessem acesso a esse tipo de serviço. Além disso, como se tratava de uma chapa

<sup>86</sup> SOUZA, Francisco Bernardo de. Depoimento. [19 de fev. 2016g] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

<sup>87</sup> SILVA, José Carlos da. Depoimento. [15 de abr. 2016f] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

de metal, material inquebrável, permitiu a locomoção dos fotógrafos por diversos espaços, sendo usado principalmente pelos fotógrafos ambulantes<sup>88</sup>.

No Brasil, durante o século XIX, a fotografia era considerada um artigo de luxo. As idas aos fotógrafos ocorriam raramente e/ou em ocasiões especiais<sup>89</sup>. Somente no início do século XX, surgiram os primeiros fotógrafos ambulantes no país. As primeiras indicações sobre o aparecimento destes profissionais são as propagandas de uma empresa americana sediada em Nova York, publicadas na revista Fon-Fon, em 1911. As máquinas fotográficas anunciadas utilizavam o processo fotográfico da ferrotipia e ofereciam revelação instantânea, facilidade no manuseio, autonomia e diversidade de atuação<sup>90</sup>.

No Brasil, os fotógrafos ambulantes ficaram conhecidos como fotógrafos lambe-lambes. Existem diversas versões relacionadas aos procedimentos fotográficos para explicar essa denominação. Conforme Fernandes Júnior, o termo lambe-lambe foi sugerido:

[...] por um gesto bastante incomum no exercício da profissão, isto é, o teste que se faz para verificar de que lado está a emulsão de uma chapa, filme ou papel sensível. Para evitar o erro de colocar a chapa com a emulsão voltada para o fundo do chassi, o que deixaria fora do plano focal e, portanto, com falta de nitidez, costumava-se, não só o fotógrafo lambe-lambe, mas como qualquer outro fotógrafo que utilizava câmeras de grande formato, molhar com saliva a ponta do indicador e do polegar e fazer pressão com esses dois dedos sobre a superfície do material sensível num dos cantos para evitar manchas. O lado em que estiver a emulsão será identificado ao produzir uma leve impressão de “colagem” no dedo.<sup>91</sup>

Não se lambia a chapa fotográfica, apesar da saliva está presente nesse procedimento de teste. Já Kossoy, ao contrário de Fernandes Júnior, não crê que se tratava de um teste para verificar o lado da emulsão, nem o ato de lambe-lambe para fixar a chapa:

Segundo alguns se lambia a placa de vidro para saber qual era o lado da emulsão o que explicaria o nome. Tal fato, porém, parece pouco viável, pois o simples tato, ou a observação da chapa em local escuro mostra qual o lado da película sensível. Há quem diga que se lambia a chapa para fixá-la, porém a origem mais viável parece estar ligada ainda ao antigo processo da ferrotipia. Este processo envolvia uma camada de asfalto sobre uma chapa de ferro de mais ou menos 1 mm sobre a qual era aplicada a emulsão. Após a revelação com sulfato de ferro, o fotógrafo lambia a chapa, fazendo com que

<sup>88</sup> ÁGUEDA, 2008, p. 65.

<sup>89</sup> MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luís Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Império: a corte e a modernidade nacional, v.2). p.197.

<sup>90</sup> ÁGUEDA, 2008, p. 74-79.

<sup>91</sup> FERNANDES JÚNIOR, 1998, p.2.

a imagem se destacasse do fundo preto asfáltico pela ação do cloreto de sódio existente na saliva.<sup>92</sup>

Entre os próprios fotógrafos lambe-lambes não existe consenso sobre a denominação. Para alguns, o termo lambe-lambe se refere ao teste do químico que era feito na ponta da língua: “vinha a chapa de vidro com a gelatina e a imagem depois que fotografava, para testar o químico [revelador e fixador], testava na ponta da língua e cuspiu fora porque era veneno”<sup>93</sup>. Outros apontam que o teste do químico acontecia na fotografia propriamente dita:

Acabava de revelar o filme, passava no fixador para segurar a imagem. Então a gente tirava, depois lavava e botava no álcool, deixava secar, botava na vinheta para poder copiar, passava para o papel no preto e branco. Aí passava pelo mesmo processo, no revelador, apareceu a imagem no papel, passava no fixador para segurar a imagem no papel, aí deixava fixar, aí tinha que lavar, para saber se estava com sal, quem sabia passava só a mão, o dedo se escorregasse estava com químico ainda, quem não tinha a manha ainda passava a língua para saber se estava com sal. Se tivesse com sal ainda tinha que lavar mais porque se não desbotava, com poucos tempos amarelava.<sup>94</sup>

E ainda há os que afirmam que o termo lambe-lambe se deve ao fato de lambe a chapa para secá-la: “a pessoa antigamente batia a chapa e para enxugar diz que passava na língua e balançava bem rápido assim [o depoente relata balançando as mãos]”<sup>95</sup>.

Nota-se, portanto, a existência de diferentes narrativas que explicam a expressão lambe-lambe. Sobre os testes químicos citados pelos lambe-lambes, observa-se que eram feitos de forma distinta, variando de acordo com o profissional. Enquanto o primeiro estava voltado para saber qual era a substância química presente em cada recipiente; o segundo relacionava-se à presença do químico na fotografia durante o processo de finalização da mesma. Esse último teste podia ser realizado com as pontas dos dedos. Assim, o ato de lambe era dispensável dependendo da vivência do fotógrafo.

Não é possível estabelecer qual foi a explanação mais coerente, nem é o que se pretende aqui. O fundamental é pensar seu significado na experiência de cada lambe-lambe. É possível que as explicações dos fotógrafos ambulantes se afastem dos conceitos dos autores citados acima, pois elucidam o termo a partir da prática profissional de cada retratista, nas décadas de 1960-1970, não se atentando para o surgimento da denominação, por volta de 1915. Além

<sup>92</sup> KOSSOY, 1974, p. 5 apud FRANCO, 2004, p. 22.

<sup>93</sup> SILVA, José Carlos da. Depoimento. [18 de fev. 2016d] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

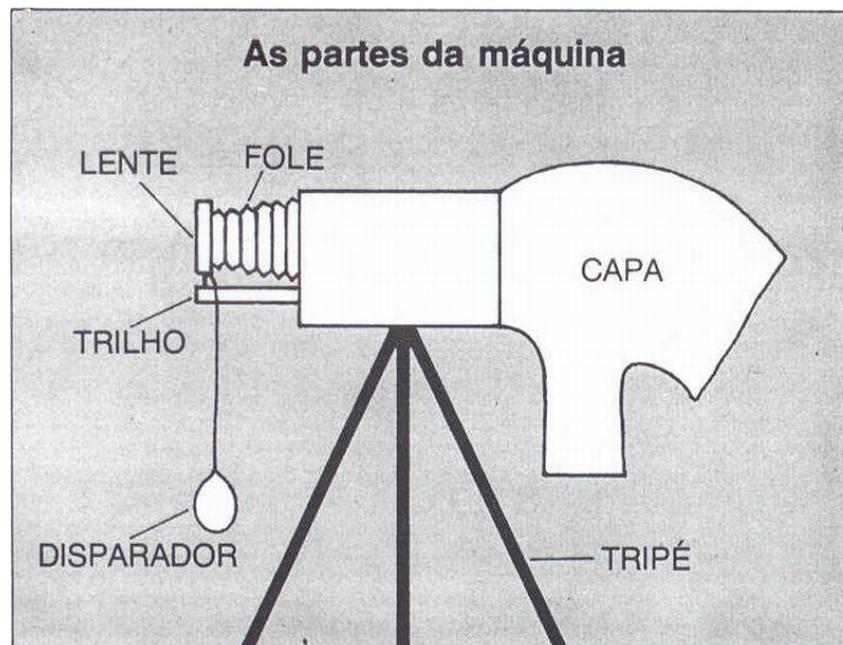
<sup>94</sup> SILVA, 2016a.

<sup>95</sup> SOUZA, 2016g.

disso, muitas vezes, são exposições baseadas em relatos passados, como lembrou S. José Carlos: “Antes de eu ser fotógrafo, eu já escutava a história do começo da fotografia”<sup>96</sup>. Já S. Titico afirmou: “segundo dizem os fotógrafos mais velhos”<sup>97</sup>, indicando conhecer a história a partir dos relatos de fotógrafos mais velhos.

Ao longo do século XX, a chapa de metal foi sendo substituída por negativos de papel<sup>98</sup>, de vidro<sup>99</sup>, película de gelatina e rolos. Além desse avanço técnico, a máquina de jardim, modelo Bernardi, foi crucial na atividade profissional do lambe-lambe. Esse dispositivo, criado em 1915, pelo italiano Francisco Bernardi<sup>100</sup>, funcionava como câmera fotográfica e como minilaboratório de revelação de fotografias, permitindo a locomoção desses profissionais. O equipamento era constituído de uma caixa de madeira dividida em duas partes, dotada de uma lente e um tripé, como demonstram as figuras abaixo:

Figura 1- Partes da máquina fotográfica utilizada pelo fotógrafo lambe-lambe.



Fonte: ÁGUEDA, 2008, p. 86.

<sup>96</sup> SILVA, 2016d.

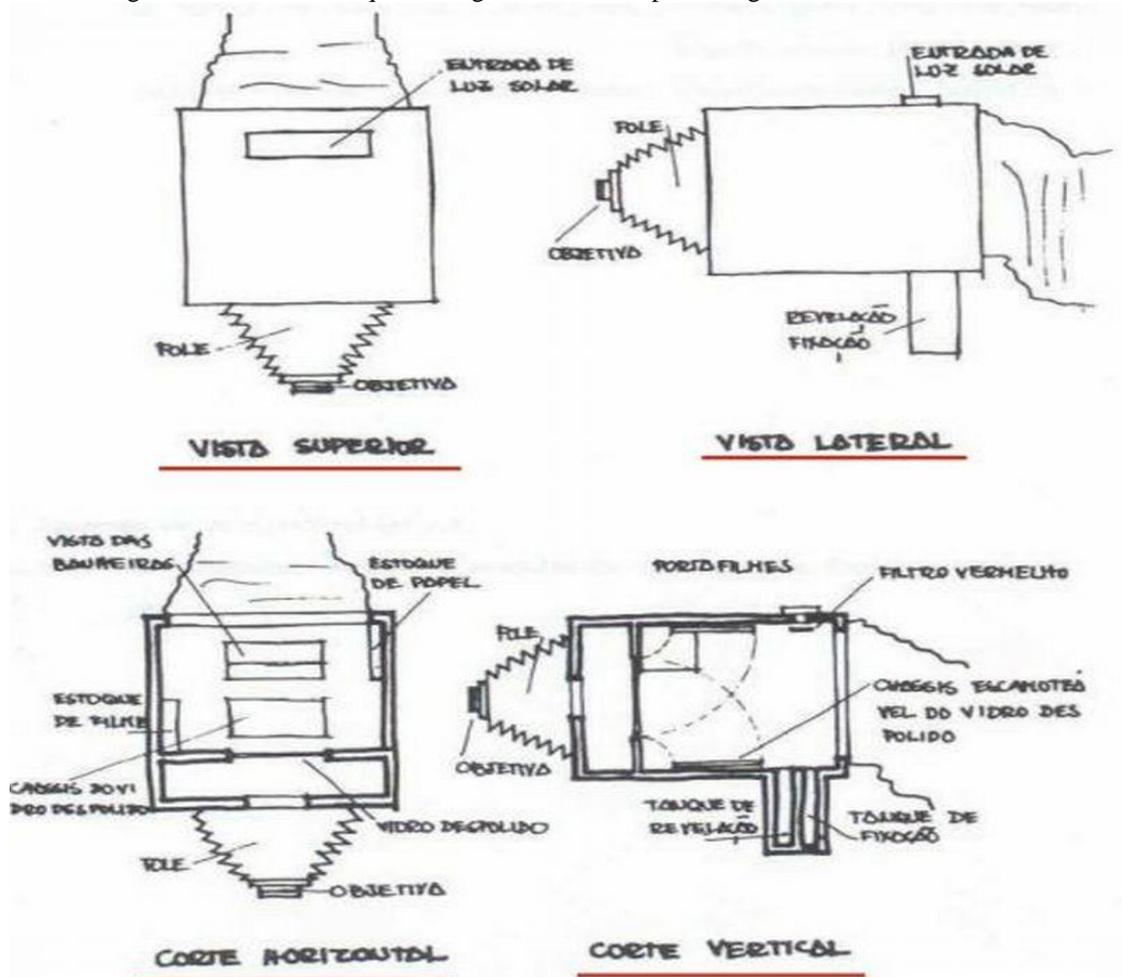
<sup>97</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>98</sup> Técnica do calótipo.

<sup>99</sup> Técnica do colódio seco.

<sup>100</sup> Francisco Bernardi chegou ao Brasil, em 1913, fixando-se em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. O italiano era fotógrafo e fabricante de equipamentos e acessórios fotográficos. In: ÁGUEDA, 2008, p. 85.

Figura 2- Interior da máquina fotográfica utilizada pelo fotógrafo lambe-lambe.



Fonte: ÁGUEDA, 2008, p. 87.

Na primeira parte, da lente até o vidro despolido, estava a câmara escura. Através do fole, o fotógrafo ambulante focava e enquadrava o retratado. A segunda parte, do vidro despolido ao fim da caixa, compunha o minilaboratório. Após bater a fotografia, o negativo era levado a dois recipientes metálicos, acoplados à máquina, e banhado no revelador e fixador, respectivamente. Já a capa acoplada à câmara/laboratório objetivava proteger da luz do sol, permitindo que o fotógrafo realize os procedimentos na câmara escura e no minilaboratório de revelação e ampliação<sup>101</sup>. Como explica S. José Carlos:

Focava o cliente, tinha que focar a imagem para imagem não vim desfocada, a gente voltava desligava a lente, claro porque tinha que ficar no escuro, aí colocava os braços na câmara, puxava o filme, travava, tinha um vidrozinho

<sup>101</sup> ÁGUEDA, 2008, p. 85-88.

que chamava vidro despolido, travava o vidrozinho, voltava, organizava o cliente, centrava ele direitinho, batia a fotografia, voltava, cortava o pedacinho do filme, colocava no revelador, revelava, tinha o tempo na mente, 1 minuto, 1 minuto 30 segundos, depende do tempo se tivesse nublado ou não, aí tirava, colocava no fixador, no espaço de 30 segundos tava fixado, tirava do fixador, olhava a tonalidade do negativo, lavava rapidinho, colocava para secar, e assim depois dele seco, colocava na prensa dentro da própria máquina, fechava a tampa da máquina, que tinha uma tampazinha, aí eu fazia a fotografia, olhava o tempo para a tonalidade de pele, de cor, porque tem a luzinha vermelha para ver a imagem da fotografia no papel, aí tirava do revelador, olhava a cor se tava boa e colocava no fixador, porque a cor que você coloca no fixador ele paralisa a imagem, fica naquilo que você viu. Ou mais branquinho ou mais moreninho. Você tá me entendendo? Aí quando eu achava que a tonalidade estava equiparada com sua pele, que tava bonitinho, eu [botava] no fixador, aí dava dois minutos no fixador, aí tirava, lavava a fotografia, secava, cortava e entregava pro cliente. Ou secava nos pregadores, caso você não tivesse com pressa, eu deixava secar ao ar-livre. Caso você tivesse com pressa, secava rapidinho no álcool. A técnica era essa. Era tudo manuseado com as mãos ali e a cabeça dentro da maquinazinha e os braços, a gente via o que estava fazendo, só não via a parte de filme porque o filme é muito sensível, não pode ver luz, mas a revelação do papel ao passar do filme para o papel a gente via porque na máquina tinha uma luz vermelha que não afetava o papel, entendeu? E aí, a gente terminava a fotografia, rapidinho.<sup>102</sup>

A partir da junção da câmera fotográfica e do minilaboratório, os fotógrafos ambulantes instalaram-se, sobretudo, em praças, jardins, parques e largos públicos dos grandes centros urbanos brasileiros.

Longe dos estúdios, os lambe-lambes apropriavam-se do espaço público para fins privados, fixando seu equipamento, que era simultaneamente câmara e laboratório ambulante, na proximidade de algum monumento, o qual era incorporado na foto como um cenário real. Portanto, a escolha do ponto era de suma importância, repercutindo nas possibilidades de ganho do fotógrafo e na satisfação do retratado [...] tinham como freguesia preferencial as famílias de classe média e trabalhadores que se serviam desses espaços de lazer.<sup>103</sup>

Isto é, em âmbito nacional, os fotógrafos lambe-lambes ao baratear o custo da fotografia permitiram que as camadas populares tivessem acesso à fotografia, ainda que em caráter eventual e/ou datas festivas: “o retratismo de caráter mais popular teve no lambe-

<sup>102</sup> SILVA, 2016d.

<sup>103</sup> SCHAPOCKNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família, e ícones da intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (República: da Belle Époque à Era do Rádio, v. 3). p. 467.

lambe o seu maior aliado”<sup>104</sup>. Dessa maneira, o lambe-lambe foi fundamental no processo de popularização da fotografia.

Nos espaços públicos, além da máquina de jardim, outros apetrechos estavam presentes, como baldes com água para lavar e latas com fogo para secar a fotografia. E ainda espelhos e pentes para o freguês se compor. Não podia faltar também o sol, já que não era possível utilizar luzes artificiais como nos estúdios. Todavia, o local de trabalho dos fotógrafos ambulantes não ficava restrito aos espaços públicos. Os lambe-lambes também realizavam trabalhos itinerantes, como fotografar funcionários em cadastramento de empresas, jovens em Junta de Serviço Militar, festas religiosas, entre outros.

Os retratos para documentos estavam ligados ao controle social, como será exposto adiante. Porém, ganharam novos significados no cotidiano: “Estas imagens mais baratas do que os retratos tradicionais, circulando em cartas, bolsas e carteiras, acabam por ampliar as redes de sociabilidade entre os membros de grupos afetivos e familiares”<sup>105</sup>. Além do retrato, os lambe-lambes produziam a foto postal, 9x12 cm e 6x9 cm, preto-e-branco:

Em sua grande maioria, essas fotografias trazem a imagem de grupos primários (a família, os amigos, o casal, os filhos), em poses que variavam da sisudez à espontaneidade, representando relações de caráter afetivo entre os seus componentes. Aqui, as imagens deveriam reiterar laços de consanguinidade, amizade e, sobretudo, expressar saudades. O cenário realista explicitava a distância, paisagens e semblantes acessíveis por meio da foto postal.<sup>106</sup>

Neste caso, ao contrário do retrato para documentos vinculado à obrigação institucional, a foto postal registrava momentos de lazer nos espaços públicos da cidade. Entre as décadas de 1960 e 1970 os lambe-lambes incorporaram novidades. Entre 1964 e 1977 passaram a produzir fotos coloridas artificialmente, ou seja, as chapas em preto e branco eram coloridas. Já os monóculos, pequeno cilindro plástico onde a foto em miniatura é visualizada contra a luz, seguiram até o final da década de 1980<sup>107</sup>.

A partir de então, é essencial evidenciar o contexto nacional, salientando elementos de ordem internacional, tal como suas repercussões na urbe feirense, matéria do próximo tópico.

---

<sup>104</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>105</sup> ÁGUEDA, 2008, p. 133.

<sup>106</sup> SCHAPOCKNIK, 1998, p. 468.

<sup>107</sup> FRANCO, 2004, p. 14.

### 1.3. Feira de Santana: o real

A cidade de Feira de Santana teve como elemento impulsionador do seu nascimento e desenvolvimento a feira semanal, que congregava a feira do gado e a feira livre. A importância da feira superava, inclusive, as atividades religiosas<sup>108</sup> e os feriados<sup>109</sup>, alegando seu tradicional dia de realização: as segundas-feiras.

A feira do gado ocorria inicialmente no Campo da Gameleira<sup>110</sup> ou Campo do Gado. Todavia, durante a gestão de Heráclito Dias de Carvalho (1938-1943) foi transferida para os Currais Modelo<sup>111</sup>. A partir de 1950, a venda de gado se estendia durante a semana, devido ao aumento gradativo do número de boiadas vendidas. A ampliação dos dias da feira do gado foi impulsionada pelo consumo crescente de carne, pela capacidade reduzida dos currais de recolher as cabeças de gado e devido à obrigatoriedade da pesagem e dos exames sanitários de todos os animais. A venda de gado seguia após a tradicional segunda-feira.<sup>112</sup> Dessa maneira, “em 1950, a feira do gado de Feira de Santana era, sem dúvida, a mais notável, no seu gênero, do Nordeste do Brasil”<sup>113</sup>. Além do gado, outros animais eram comercializados. Enquanto os animais de maior porte, como cavalos e cabras, eram vendidos nas proximidades dos currais, os animais de consumo doméstico eram negociados na feira livre, junto as frutas e verduras<sup>114</sup>.

A feira livre, por sua vez, no primeiro momento, acontecia na praça do Comércio<sup>115</sup> e na praça João Pedreira. Porém, na década de 1950<sup>116</sup> se expandiu por vias principais e becos, como por exemplo, as ruas Marechal Deodoro, Conselheiro Franco e Sales Barbosa; as avenidas Senhor dos Passos e Maria Quitéria;<sup>117</sup> e os becos do Mocó<sup>118</sup> e da Esteira<sup>119</sup>. Esse

<sup>108</sup> “Nem a comemoração do Natal, nem as festividades de Santana interferiam com a tradicional feira”. In: POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Editora Itapuã, 1968. p. 15.

<sup>109</sup> “O comércio [feira livre e as lojas] abriu as suas portas no feriado nacional da comemoração da Independência do Brasil [em 1959]”. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano**. 2008. 220f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008. p. 48.

<sup>110</sup> Atual praça do Nordeste.

<sup>111</sup> Oficialmente Campo do General Câmara.

<sup>112</sup> POPPINO, op. cit., p. 155-167.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 170.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 174.

<sup>115</sup> Atual praça da Bandeira.

<sup>116</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 46-60.

<sup>117</sup> Atual avenida Getúlio Vargas.

<sup>118</sup> Atual rua 7 de Setembro.

<sup>119</sup> Atual rua Leonardo Pereira Borges.

comércio ocorria às segundas-feiras, todavia, na sexta-feira já era possível observar a chegada dos pequenos produtores; no sábado, a movimentação se intensificava com a chegada dos caminhões de mercadorias. No local, encontravam-se variados sortimentos de artigos, como alimentos, confecções, mobiliário, material de construção e artesanato; e variados sortimentos de “gentes”, desde os pequenos produtores, que traziam consigo a produção da sua terra, até os atravessadores, que atuavam na função de repassar o produto para outros compradores. Havia ainda os aguadeiros<sup>120</sup>, os carregadores, as fateiras<sup>121</sup>, entre outros trabalhadores, que buscavam a sobrevivência na feira livre.

De acordo com Ana Maria Oliveira<sup>122</sup>, no Mercado Municipal<sup>123</sup>, que funcionava todos os dias, eram comercializados, principalmente, utensílios domésticos, carnes variadas e comidas da região, como maniçoba, sarapatel e mocotó. Já as casas comerciais utilizavam o artifício das propagandas por meio dos jornais, rádios e alto-falantes; das vitrines para exibição de suas mercadorias vindas de outras regiões do país; e das prestações fixas, que facilitavam o pagamento. Quer dizer, as lojas comerciais faziam parte do processo de consolidação da modernização empreendido no país a partir dos anos 1950. Como será discutido mais adiante, nesse período, o ideal de modernização estava associado ao crescimento e ao desenvolvimento econômico nacional. Todavia, esse processo de modernização foi conflituoso, uma vez que a expansão do mercado nacional era restrita a uma minoria, além das altas taxas de inflação e ausência de mudanças estruturais na sociedade.

O desenvolvimento comercial na cidade de Feira de Santana deve ser pensado inserido nesse contexto, por isso, também era atravessado pelos conflitos próprios da modernização. Parte dos produtos comercializados eram produzidos na região, especialmente os itens agrícolas. Segundo Rollie Poppino<sup>124</sup>, até 1950, a pecuária não era uma atividade exclusiva nas fazendas da região, inclusive, a maioria da população feirense se ocupava da agricultura, predominando a pequena propriedade.

Em 1940, aumentara para 4.615 o número das propriedades rurais, em Feira de Santana, enquanto a superfície do município diminuía para 242.900 hectares. Dessas propriedades, 26 por cento tinham de tamanho menos de cinco hectares, 24 se situavam entre cinco e dez hectares e 35 por cento estavam entre dez e cinquenta hectares. Somente 707 fazendas, isto é, 15 por cento do total, excediam de cinquenta hectares. Em todo o município havia

---

<sup>120</sup> Trabalhadores que se utilizavam de burros e jumentos para prestação de serviços de abastecimento de água.

<sup>121</sup> Consistia em fazer a limpeza das vísceras dos animais abatidos nos matadouros públicos.

<sup>122</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 58 et seq.

<sup>123</sup> Atual Mercado de Arte Popular, localizado na avenida Getúlio Vargas.

<sup>124</sup> POPPINO, 1968, p. 160-176.

seis fazendas de mais de mil hectares cada uma. Infelizmente, o recenseamento de 1950 não cuidou da área das propriedades rurais. Nesse ano, contudo, em superfície mais ou menos equivalente. Feira de Santana possuía um total de 5.419 propriedades independentes.<sup>125</sup>

No entanto, a partir da década de 1950 a predominância da agricultura passou a concorrer com a pecuária. Ainda de acordo com o autor, a partir dos anos de 1950, o município se transformou em centro pecuarista, chegando a 160.000 cabeças de gado<sup>126</sup>. Embora a compra e a venda do gado vivo e da produção agrícola predominassem na feira semanal, na década de 1950, o volume e a variedade dos produtos comercializados na cidade cresceu bastante com a introdução de novos produtos, como “artigos fotográficos, rádios, vitrolas, discos, bicicletas e automóveis”<sup>127</sup>.

Além das atividades comerciais, naquele contexto a cidade atravessou a ampliação da industrialização. O número de indústrias em Feira de Santana, entre 1940 e 1950, cresceu em função de alguns fatores, a exemplo do aumento populacional, que implicou na ampliação do mercado consumidor; do desenvolvimento dos transportes, pois a cidade já se posicionava como um eixo rodoviário na Bahia; e da Segunda Guerra Mundial, que dificultou o acesso a produtos manufaturados vindos de fora<sup>128</sup>.

As indústrias locais eram estabelecimentos de pequeno porte, constituídas de capitais locais e destinadas a fabricação de produtos manufaturados<sup>129</sup>. Segundo Nacelice Freitas<sup>130</sup>, a deficiência no abastecimento de energia elétrica e no abastecimento de água dificultava a expansão industrial, mas não travava o processo. Apesar da industrialização, “a vida comercial de Feira de Santana, em 1950, ainda estava na dependência dos negócios da feira”<sup>131</sup>.

Naquela conjuntura, Feira de Santana progrediu como centro comercial. Na década de 1950 foi implementada a política nacional-desenvolvimentista adotada no governo de Juscelino Kubitschek (Partido Social Democrático – PSD) (1956-1961). Esse projeto político

---

<sup>125</sup> Ibidem, p. 192.

<sup>126</sup> POPPINO, 1968, p. 160.

<sup>127</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 235.

<sup>129</sup> PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990)**. 2009. 202f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2009. p. 39.

<sup>130</sup> FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996**. 1998. 189f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998. p. 130.

<sup>131</sup> POPPINO, op. cit., p. 242.

foi caracterizado pela intensificação do desenvolvimento industrial e pela integração nacional.

O Plano de Metas, consistia:

no planejamento de 31 metas distribuídas em seis grandes grupos: energia (metas 1 a 5: energia elétrica, nuclear, carvão, produção de petróleo, refinação de petróleo); transportes (reequipamento de estradas de ferro, construção de estradas de ferro, pavimentação de estradas de rodagem, construção de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante, transportes aéreos – metas de 6 a 12); alimentação (metas de 13 a 18: trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura, fertilizantes); indústrias de base (metas de 19 a 29: aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústria de veículos motorizados, indústria de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico; educação (meta 30); construção de Brasília, a meta síntese.<sup>132</sup>

O Plano de Metas buscava solucionar problemas estruturais, que dificultavam o desenvolvimento econômico do país<sup>133</sup>, como por exemplo, infraestrutura precária de transportes, falta de tecnologia e baixa qualidade da educação. Segundo Sônia Mendonça<sup>134</sup>, a partir desse programa governamental, a economia industrial brasileira articulou o capital privado estrangeiro, nacional e estatal, aos setores de bens de consumo duráveis, dando prioridade aos bens de consumo e de produção, respectivamente. Quanto ao financiamento, se deu através de empréstimos e investimentos diretos oriundos do capital estrangeiro e da inflação, utilizando como mecanismo a criação de poupanças forçadas, com a finalidade de promover o crescimento. Todavia, acreditava-se que a ampliação do parque industrial brasileiro dependia de uma maior integração nacional entre interior e litoral.

No interior existia, em potencial, um importante mercado consumidor de produtos industrializados, subaproveitado ou até mesmo não aproveitado, devido à falta de meios e vias de comunicação. [...] Do “interior” ainda vinham os alimentos indispensáveis a manutenção das cidades e parte importante da matéria-prima das indústrias.<sup>135</sup>

<sup>132</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Estabilidade e políticas governamentais: papel da política econômico-administrativa. In: \_\_\_\_\_. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 210.

<sup>133</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe-militar de 1964**. 3ª ed. Vol. 3 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 159 et seq.

<sup>134</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida a internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 334 et seq.

<sup>135</sup> MOREIRA, op. cit., p. 176.

Nesse sentido, as estradas de rodagem foram priorizadas como meio de articular as regiões e construir um mercado unificado, bem como para servir de instrumento para o deslocamento de mercadorias e pessoas no território nacional<sup>136</sup>.

Na esteira desse processo, Feira de Santana ascendia como uma cidade estratégica para a política nacional-desenvolvimentista. Em função da sua posição geográfica, construída política e culturalmente, a urbe tornou-se um entroncamento rodoviário, que ultrapassava a dimensão regional, integrando as regiões Norte/Nordeste e Sudeste/Sul do país. Devido ao seu lugar estratégico, a cidade era, também, um entreposto comercial, centro de coleta e de distribuição, contribuindo para expansão do mercado nacional. Assim, em 1950, a expansão de estradas federais, permitiu o tráfego entre Feira de Santana e dezoito estados brasileiros<sup>137</sup>.

Dentre as rodovias federais abertas nesse período estavam a BR-116 e a BR-324. De acordo com Oliveira<sup>138</sup>, a primeira, foi construída entre 1941 e 1963, ligando as regiões Sul/Nordeste, via Minas Gerais, passando por Feira de Santana. Já a segunda, cujo processo de construção foi iniciado em 1948 e concluído nos primeiros anos de 1960, ligou Feira de Santana às cidades de Salvador, Jacobina e Capim Grosso. Por fim, a BR-101, construída apenas no final da década de 1960, ligou as regiões Sul/Nordeste, via Espírito Santo, passando por Feira de Santana.

Segundo os ideais do nacional-desenvolvimentismo, o movimento de integração nacional deveria ocorrer de forma articulada ao processo de consolidação da modernização e da modernidade, então em curso no país. Marshall Berman afirma que, no século XX, o turbilhão da vida moderna foi alimentado pelas seguintes fontes:

grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando para obter algum controle sobre suas vidas;

<sup>136</sup> XAVIER, Marcos. Os sistemas de engenharia e a tecnicização do território. O exemplo da rede rodoviária brasileira. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 333 et seq.

<sup>137</sup> POPPINO, 1968, p. 213.

<sup>138</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 68 et seq.

enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpetuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se “modernização”.<sup>139</sup>

A vida moderna é, fundamentalmente, uma contradição. Por um lado, a certeza da racionalização, da técnica, da burocracia e do crescimento; por outro lado, a incerteza advinda da destruição dos antigos valores e imagens e da velocidade das mudanças. De acordo com Le Goff<sup>140</sup>, na segunda metade do século XX, o conceito de modernidade, associado à ideia de modernização nascida do contato com o Ocidente, generalizou-se: “Quase todas as nações atrasadas se encontram perante a equivalência entre modernização e ocidentalização e o problema do moderno foi posto paralelamente ao da identidade nacional”<sup>141</sup>. Conforme assegura o autor<sup>142</sup>, nesse período, a modernidade definiu-se pelo econômico, pelo político, pelo cotidiano e pela mentalidade. Entretanto, o elemento econômico tornou-se primordial. Esse é entendido como a racionalização, a mecanização, isto é, a industrialização. Com a primazia do econômico, a modernidade passou a relacionar-se com o desenvolvimento e com o crescimento, não mais com o progresso. A modernidade e suas repercussões nas esferas política, econômica e social expressaram as relações de poder existentes, como corrobora Le Goff: “a modernidade mantém-se ao nível da elaboração de uma elite, de grupos”<sup>143</sup>.

Sobre a noção de progresso, Le Goff<sup>144</sup> alega que, após a Segunda Guerra Mundial, o progresso econômico e tecnológico avançava com o apoio da esquerda e da direita liberal, dando vida a um novo tipo de direita, o nacional-progressismo. Estes recomendavam a industrialização rápida e maciça a fim de evitar o socialismo. O progresso técnico era considerado a base do desenvolvimento econômico, arrastando consigo o desenvolvimento do setor terciário. Dessa maneira, entre 1945 e 1975, o progresso econômico era visto como o alicerce da ideologia do progresso. Todavia, frequentemente, o termo progresso sucumbe aos termos crescimento e/ou desenvolvimento. Vale salientar que, também, o termo moderno/modernidade se torna cada vez mais raro nos discursos do período pós anos 1960.

<sup>139</sup> BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 16

<sup>140</sup> LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: **Enciclopédia Einaudi**: Memória - História. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. v.1. p. 370.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 382.

<sup>142</sup> Ibidem, p. 386-388.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 390.

<sup>144</sup> Idem. Progresso/Reacção. In: **Enciclopédia Einaudi**: Memória - História. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. v.1. p. 362 et. seq.

Neste sentido, a modernidade, segundo a ideologia nacional-desenvolvimentista, diz respeito, sobretudo, à modernização econômica. Além disso, tal ideologia estava associada ao progresso econômico e tecnológico, que levaria à superação da miséria e à ordem, alcançada por meio do desenvolvimento, pondo fim, portanto, à ameaça comunista; bem como à soberania, contraída através da suplantação do subdesenvolvimento.<sup>145</sup>

Para Oliveira<sup>146</sup>, nos anos 1950 e 1960, Feira de Santana foi inserida no processo de consolidação da modernidade ao se tornar um entroncamento rodoviário, contribuindo para a integração e expansão do mercado nacional. Dessa maneira, a modernização e o progresso da cidade estavam vinculados ao desenvolvimento das atividades comerciais na urbe. A partir de então, Feira de Santana, em virtude do seu forte comércio, passou a ser representada como cidade moderna e cidade progresso: “a primazia do comércio estava consolidada não só economicamente, mas no seu entrelaçamento ideológico com as ideias de ‘progresso’ e ‘modernidade’”<sup>147</sup>.

Além do comércio, tanto as reestruturações urbanísticas quanto o comportamento da população foram utilizadas para forjar uma urbe moderna e progressista. Como explica Lima:

Os espaços ganharam nova dinâmica e uma funcionalidade moderna, característica do urbanismo implantado pelos governantes do período [...] Perceberam-se um crescimento na fronteira do município e uma redistribuição espacial das pessoas. A consequência disso foi o crescimento do perímetro urbano e o aparecimento de novos núcleos de povoamento. Para tanto, foram necessários vários investimentos de cunho infraestrutural, tais como: alargamento de ruas, melhoria no saneamento e na iluminação pública, construção de praças e jardins, etc.<sup>148</sup>

Os espaços urbanos foram organizados a partir do princípio da funcionalidade, leia-se, cada coisa em seu devido lugar. Ademais, preocupava-se em formatar comportamentos condizentes com os ideais de modernidade e progresso. Assim, os usos das ruas e dos passeios pelos vendedores ambulantes passaram a ser vistos como inadequados, devido ao aumento do número de veículos pelas vias principais da cidade. A nova dinâmica era

<sup>145</sup> Sobre a tríade progresso, ordem e soberania na ideologia nacional-desenvolvimentista: Cf. CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento**: Brasil: JK - JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>146</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 19.

<sup>147</sup> MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses hegemônicos na margem da periferia**: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983). 2009, 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2009, p. 77.

<sup>148</sup> LIMA, Carlos Alberto Alves. **De Luzes e Becos**: cartografias, Itinerários e Imagens do “Complexo Rua do Meio” (1940-1960). 2014, 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2014. p. 41.

considerada um sinal de modernidade e de progresso, e o uso das ruas pelos barraqueiros e pedestres tornou-se inconveniente àqueles que aspiravam adequar o espaço ao mundo moderno. Além disso, os passeios passaram a ser funcionais aos pedestres que precisavam transitar nas ruas, já que serviam como meios de se proteger dos automóveis. Portanto, as ruas e passeios tornaram-se inapropriadas para a realização do trabalho dos ambulantes.

No Brasil, a partir dos anos de 1950, registrou-se aumento populacional e ampliação do movimento migratório, aprofundados nas décadas seguintes. No que diz respeito ao primeiro aspecto, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>149</sup>, a população brasileira era de 51.944.397 habitantes, em 1950; subiu para 70.992.343 habitantes, em 1960; chegando a 94.508.583 habitantes, em 1970; e, saltando para 121.150.573, em 1980. No que se refere à migração, as informações do IBGE indicam que em 1960, havia 12,5 milhões de brasileiros ausentes do seu local de nascimento, representando 18,2% da população total; já em 1980, eram 46,3 milhões, representando 38,9% da população total<sup>150</sup>. Isso significa uma redistribuição da população entre as regiões e entre campo/cidade. Assim, as regiões Norte e Nordeste representavam apenas 25,76% do total de brasileiros, em 1960<sup>151</sup>. Enquanto isso, a Bahia representava 25,3% do total de migrantes para São Paulo<sup>152</sup>. Em 1950 a população rural representava 64%, e a população urbana, 36% da população total do país; já em 1980, a população rural cai para 33% e a população urbana sobe para 67% da população total do país<sup>153</sup>. Entre 1950 e 1960, enquanto a população global aumentava 39%, a população urbana aumentava 54%, contra 16% da população rural<sup>154</sup>. Vale salientar que, o êxodo rural não foi fruto apenas da existência de empregos nas cidades, mas de uma estrutura agrária concentradora e da modernização do campo, como evidenciado abaixo:

Se consideramos as cifras globais para o Brasil em 1960, 89,30% dos estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares representavam 20,2% das superfícies e 44, 62% com menos de 10 hectares reuniam 2,23% das superfícies. Por outro lado, 0,98% das propriedades com mais de 1.000 hectares reuniam 47,29% da superfície total. Assim, 32.825 proprietários

<sup>149</sup> IBGE, Directoria Geral de Estatística, [187?] / 1930, Recenseamento do Brazil 1872/1920; IBGE, Censo demográfico 1940/2010. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente>> Acesso em: 03 mar. 2017.

<sup>150</sup> SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 212 et seq.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>153</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do Golpe Militar a Redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 351.

<sup>154</sup> SANTOS; SILVEIRA, op. cit., p. 40.

possuíam quase a metade da superfície das propriedades agrícolas brasileiras, enquanto os outros 3.316.599 dispunham apenas de 52,71%.<sup>155</sup>

De acordo com dados do IBGE<sup>156</sup>, em 1950, a população de Feira de Santana era de 107.205 habitantes; em 1960, 141.757 habitantes; em 1970, 187.290 habitantes. Isso significa que entre 1950 e 1960 ocorreu um crescimento da população em torno de 32,23%, já entre 1960 e 1970 foi de 32,12%. Considerando apenas a população urbana, em 1950, era de 34.277 habitantes; em 1960, saltou para 69.884 habitantes; e, em 1970, atingiu 131.720 habitantes. Já com relação a população rural, registrou-se um decréscimo; em 1950, era de 72.928 habitantes; em 1960, era de 71.873 habitantes; e, em 1970, era de 55.570 habitantes. Esses números evidenciam que, a partir da década de 1950, houve a transferência da população da zona rural para os centros urbanos. Com isso, a taxa de urbanização em Feira de Santana cresceu a cada decênio: era de 31,97%, em 1950; chegou a 49,30% em 1960; salta para 70,31%, em 1970; e, 80,24%, em 1980<sup>157</sup>.

Sobre os moradores de Feira de Santana, na década de 1970, o *Feira Hoje* afirmou que “42,06 por cento são feirenses natos, 49,3 por cento nasceram em outras cidades da Bahia e 8,63 por cento vieram de outros Estados”<sup>158</sup>. De acordo com Freitas<sup>159</sup>, entre 1960 e 1970, Feira de Santana recebeu 58.491 migrantes; entre 1970 e 1980, foram 53.569 migrantes, isto é, 30,77% da população total, em 70 e 18,37% em 80. Cruz corrobora:

Em 1970, havia 35.209 habitantes não naturais e residentes há menos de 10 anos no município. Isto significava 72% do acréscimo populacional ocorrido entre 1960 e 1970, sendo que 2/3 dos imigrantes haviam chegado entre 1966 e 1970. Nos anos 70, chegariam mais 52.745 novos imigrantes (52% do acréscimo populacional entre 1970 e 1980).<sup>160</sup>

Feira de Santana se tornou um polo de atração regional, pois, diferente dos municípios circunvizinhos, se constituiu em local de passagem dos produtos industrializados que seguiam para o mercado consumidor nordestino, bem como dos migrantes nordestinos que seguiam para São Paulo. A cidade passou a contar com:

<sup>155</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>156</sup> IBGE, 2012, p. 140.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 153.

<sup>158</sup> TRÊS VERSÕES PARA A POPULAÇÃO. *Feira Hoje*. Feira de Santana, ano 10, n. 1673, 30 dez. 1979, Edição Especial Anos 70. p. 2.

<sup>159</sup> FREITAS, 1998, p. 127.

<sup>160</sup> CRUZ, Rossine Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. 1999. 366f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. p. 278 et seq.

[...] movimento e vulto comercial, grau de instrução, visto haver duas escolas normais, dois colégios, dois ginásios, escolas de comércio e de contabilidade, seminário, escolas de datilografia, corte e costura, arte culinária, cursos de admissão, de línguas, de música, órgãos de imprensa, estação de rádio, clube social, três filarmônicas, moderno hospital, serviço de águas.<sup>161</sup>

Feira de Santana também se tornou um polo de atração para a migração pendular, especialmente as segundas-feiras, dias da feira livre, quando a cidade se enchia de vendedores e compradores. A migração na urbe se intensificou nas décadas de 1960 e 1970, também em virtude das secas registradas nas regiões próximas à cidade.<sup>162</sup>

Entre as décadas de 1950 e 1960, os migrantes residiam, segundo Ana Morais<sup>163</sup>, sobretudo, nas localidades de Queimadinha, Chácara São Cosme<sup>164</sup> e Barro Vermelho<sup>165</sup>. Esta última, tratava-se de uma fazenda pertencente a D. Ernestina Carneiro Ferreira da Silva<sup>166</sup>, que fora ocupada gradualmente pelos migrantes. Estes, por sua vez, realizavam o pagamento pouco a pouco pelas terras ou as recebiam em doação. É importante ressaltar as dificuldades dessa população em encontrar emprego na cidade, em função da falta de qualificação profissional. Com isso, cresceu o trabalho informal, especialmente, na feira livre, graças à facilidade em comprar os produtos com os atacadistas<sup>167</sup>.

Cabe destacar, ainda, em Feira de Santana as gestões que aprofundaram, nas décadas de 1950 e 1960, os ideais do nacional-desenvolvimentismo. O governo de João Marinho Falcão (União Democrática Nacional - UDN) (1955-1959) se apresentou como representante do progresso da cidade<sup>168</sup>, com ações voltadas para o comércio e o trânsito<sup>169</sup>. Somando-se ao governo local, o governo estadual, encabeçado por Antônio Balbino (PSD) (1955-1959), segundo Monteiro<sup>170</sup>, se caracterizou pelo planejamento e pela integração entre agricultura e

<sup>161</sup> MOTA, Clóvis. Memorial do Inspetor Educacional responsável pela 5ª região da circunscrição escolar sediada em Feira de Santana. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 48, n. 2532, 18 jan. 1958. p. 2.

<sup>162</sup> MUNIZ, Manuela da Silva. **Em busca da experiência: paternalismo, lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991)**. 2011, 199f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2011. p. 50.

<sup>163</sup> MORAIS, Ana Angélica Vergne de. (Org.). **Conhecendo Feira de Santana: olhares sobre a cidade**. Feira de Santana: UEFS, 2004. p. 35.

<sup>164</sup> Conhecido como bairro dos pernambucanos.

<sup>165</sup> Atual bairro Rua Nova.

<sup>166</sup> Conhecida como D. Pomba.

<sup>167</sup> PACHECO, 2009, p. 116.

<sup>168</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 78.

<sup>169</sup> Cf. CORRÊA, Diego Carvalho. **O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971)**. 2011. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2011. p. 28

<sup>170</sup> MONTEIRO, 2009, p. 85 et seq.

indústria, por exemplo, com a criação do Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (FUNDAGRO), em 1956, objetivando o financiamento e a coordenação de um complexo agroindustrial formado por várias empresas estatais.

Na eleição de 1958, Arnold Ferreira da Silva (UDN) foi eleito prefeito de Feira de Santana. Porém, em 1962, em função de problemas de saúde, deixou a prefeitura. Em seu lugar, assumiu José Sisnando Lima, então presidente da Câmara de Vereadores. Durante a gestão de Arnold Silva (1959-1962), os Currais Modelo<sup>171</sup> foram transferidos para o bairro da Queimadinha<sup>172</sup>. Na feira livre se iniciaram as cobranças de notas fiscais<sup>173</sup> e a reorganização dos feirantes, devido às queixas dos comerciantes<sup>174</sup>. A cobrança de notas fiscais para os ambulantes provavelmente gerou problemas para estes trabalhadores.

Se de um lado exigia-se o controle fiscal dos trabalhadores ambulantes; de outro, no âmbito do governo estadual, de acordo com Monteiro<sup>175</sup>, o governo de Juracy Magalhães (UDN) (1959-1963) elaborou o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), que recomendava facilidades fiscais e financeiras para atrair as indústrias e a implantação da infraestrutura necessária ao seu funcionamento. Feira de Santana foi incluída nesse plano com a instalação do matadouro industrial, MAFRISA (Matadouro e Frigoríficos S. A.).

É preciso ressaltar que em 1960 o governo federal foi assumido por Jânio da Silva Quadros (UDN), que sucedeu Juscelino Kubitschek na presidência da República. O novo presidente assumia o controle de um país com altas taxas de inflação e dívida externa exorbitante. O início da década de 1960 foi marcado pelo fim de um período de crescimento acelerado da economia brasileira. A taxa de crescimento que era 6,3%, entre 1946 e 1960, caiu à metade entre 1963 e 1967<sup>176</sup>. O período foi assinalado também pela crise de abastecimento, devido à expansão da agricultura de exportação e a retração das atividades agrícolas de menor porte que abasteciam o mercado interno<sup>177</sup>.

[...] a partir de 1960 verifica-se um crescimento na cultura de exportação e os produtos alimentares domésticos tiveram a sua produção declinada em todo o país. Não pelo esgotamento das terras, como afirmou a CEPAL, mas

<sup>171</sup> Atual quarteirão onde se encontram o Museu de arte Contemporânea, o Ginásio Municipal, a Biblioteca Municipal, o Fórum Filinto Bastos, a SUCAM e uma Loja Maçônica.

<sup>172</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 43.

<sup>173</sup> Cf. PACHECO, 2009, p. 84.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>175</sup> MONTEIRO, 2009, p. 86.

<sup>176</sup> PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre econômico brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 209 et seq.

<sup>177</sup> SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 120 et seq.

por uma mudança drástica na composição da produção. A queda da produção dos pequenos produtores (áreas com menos de 50 hectares) é geral, agravando-se mais ainda na década de 1970.<sup>178</sup>

Em 1962, a crise de abastecimento atingiu também a população urbana, acarretando em grande carestia e fome em várias regiões do Nordeste:

[...] Gêneros de primeira necessidade, como açúcar, feijão e arroz desapareciam dos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, criando um clima de convulsão social e mal-estar político, levando o Conselho de Ministros, sob a direção de Tancredo Neves, a declarar “Estado de Emergência” sobre vasta área do Nordeste brasileiro.<sup>179</sup>

No curto período do seu governo (de janeiro a agosto de 1961), Jânio Quadros lançou a Política Externa Independente (PEI), mantendo um discurso crítico em relação aos Estados Unidos da América (EUA). A PEI contrariou muitos dos interesses norte-americanos, a exemplo do não rompimento com Cuba e das tentativas de reatamento com a União Soviética<sup>180</sup>. Durante o período parlamentarista do governo de João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB), iniciado em 1961, após a renúncia de Quadros, o ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, colocou em prática a PEI, que representava uma nova estratégia de inserção do país na economia mundial, em virtude da queda dos preços das matérias-primas e dos produtos agrícolas<sup>181</sup>.

Em setembro de 1962, Goulart assinou a Lei nº 4.131, aprofundando a deterioração das relações com os EUA, pois para o cálculo de remessa de lucros para o exterior era considerado apenas o capital inicialmente investido<sup>182</sup>. Diante dessa política nacionalista, os estadunidenses condenaram tais medidas em defesa do capital estrangeiro.<sup>183</sup> Somando-se a PEI, no ano de 1963, foi implementado o Plano Trienal, cuja finalidade era combater a

---

<sup>178</sup> PACHECO, op. cit., p. 99.

<sup>179</sup> SILVA, 1990, p. 362.

<sup>180</sup> Cf. VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe-militar de 1964**. 3ª ed. Vol. 3 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 208.

<sup>181</sup> Ibidem, p. 211 et seq.

<sup>182</sup> PRADO; EARP, 2003, p. 218.

<sup>183</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe-militar de 1964**. 3ª ed. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 359 et seq.

inflação, promover o desenvolvimento econômico e implementar as reformas de base<sup>184</sup>. Sobre esta última, segundo os grupos nacionalistas e parte da esquerda:

tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e política do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas, constavam a bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB [Partido Comunista Brasileiro]. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas.<sup>185</sup>

Conforme observou Francisco Silva<sup>186</sup>, a reforma agrária era vista como necessária para o desenvolvimento industrial e econômico do país, pois extingiria a inflação, os baixos salários e o latifúndio, promovendo abundância de matérias-primas. Outra medida neste sentido foi a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, estendendo aos trabalhadores do campo direitos como salário mínimo e jornada de oito horas diárias. Todavia, em razão do não cumprimento por parte dos proprietários rurais, que alegavam os custos econômicos dessa legislação social, houve o deslocamento desses trabalhadores do campo para as cidades.<sup>187</sup>

Com relação à política em nível estadual, na eleição de 1962, Lomanto Júnior (PTB) foi eleito governador da Bahia e Francisco José Pinto dos Santos (PSD) elegeu-se prefeito de Feira de Santana, com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) local. A gestão de Chico Pinto foi assinalada pela constituição de um Código Tributário, a Lei nº 386 de 28 de agosto de 1963, e pelo atendimento às demandas das camadas populares, tais como: instalação da farmácia popular, construção de albergues, suspensão de pagamento de impostos para os devedores de menos de 5 mil cruzeiros<sup>188</sup>. Além disso, foi construído um tanque de lavagem para as lavadeiras<sup>189</sup>, ainda a constituição de uma Central de Abastecimento fixa e outras volantes que, nos caminhões, de bairro em bairro, vendiam produtos básicos mais baratos à população<sup>190</sup>. Com o golpe militar de 31 de março de 1964, não houve imediato afastamento

<sup>184</sup> Ibidem. p. 363 et seq.

<sup>185</sup> FERREIRA, 2010, p. 352.

<sup>186</sup> SILVA, 1990, p. 360-362.

<sup>187</sup> FERREIRA, op. cit., p. 359 et seq.

<sup>188</sup> CORRÊA, 2011, p. 41.

<sup>189</sup> Cf. SANTA BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana-BA (1929-1964)**. 2007. 121f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. p. 106-112.

<sup>190</sup> PACHECO, 2009, p. 103.

nem perseguição ao prefeito Chico Pinto, mas depois foi redigido um projeto de lei que o depôs:

No dia 08 de maio de 1964, um mês depois do recesso da Câmara, pouco mais de um mês pós-golpe [...] Hugo Silva propõe [...] o Projeto de Resolução nº 55/A64, “declarando impedido no cargo de Prefeito do Município de Feira de Santana o Bel. Francisco José Pinto dos Santos” aprovado por 08 votos a favor contra 05 depois de vários constrangimentos aos edis em sucessivas tentativas frustradas devido a não formação de quórum em reuniões. [...] Após a resolução de impedimento do prefeito, o fato foi comunicado a Juracy Magalhães e este comunicou a Castelo Branco a solicitação de deposição do prefeito, ocorrendo como consequência à prisão de Francisco Pinto.<sup>191</sup>

Nesta mesma data, o vereador Joselito Falcão de Amorim (UDN) assumiu a prefeitura, apesar de, legalmente, o cargo caber ao presidente da Câmara de Vereadores, neste caso, Jackson Amaury<sup>192</sup>.

No que diz respeito ao projeto político e econômico empreendido após o golpe militar de 1964, vale salientar que a modernização e o progresso continuaram a ser uma meta associada ao processo de industrialização na urbe feirense. Mas antes da análise desse processo, cabe destacar alguns princípios da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Doutrina de Segurança Nacional que fundamentaram a busca de soluções para os problemas enfrentados pelo país no período, sobretudo, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico. A ESG, criada em 1948, baseava suas concepções no binômio segurança e desenvolvimento, o que só seria possível através do alinhamento com os EUA.<sup>193</sup> Já a Doutrina de Segurança Nacional, originária dos EUA e ministrada na ESG, teve como elementos fundamentais a guerra permanente contra o comunismo e a noção de segurança coletiva, que levou os norte-americanos a promoverem alianças com vários países da América Latina, inclusive o Brasil.<sup>194</sup>

No tocante às questões ligadas à economia, com o golpe militar de 1964, a solução adotada para retomar o desenvolvimento econômico do Brasil foi o modelo liberal de economia de mercado. Dessa forma, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966), implementado durante o governo de Castelo Branco (Aliança Renovadora Nacional -

<sup>191</sup> CORRÊA, 2011, p. 53.

<sup>192</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>193</sup> VIZENTINI, 2010, p. 205.

<sup>194</sup> BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Org.). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 24.

ARENA) (1964-1967), preconizava a privatização de setores estatais, a fim de gerar as bases do desenvolvimento econômico, e o arrocho salarial, cujo intuito seria manter a competitividade dos produtos brasileiros no exterior<sup>195</sup>. Além disso, para garantir a competitividade, outras medidas foram adotadas, a exemplo dos incentivos às exportações com isenções do IPI, e o investimento externo, com a Lei nº 4.390/64, que reconhecia para o cálculo de remessa de lucros ao exterior tanto o investimento inicial, quanto os reinvestimentos dos lucros obtidos.<sup>196</sup> Na indústria, o PAEG favoreceu a implantação de indústrias de bens duráveis no país – como as indústrias automobilísticas e de eletroeletrônicos –, e a formação de um mercado consumidor desses produtos<sup>197</sup>.

Nesse período, o país atravessou sua segunda fase de modernização da agricultura. De acordo com Soraia Ramos<sup>198</sup>, no ano de 1965, foram regulamentadas a Lei nº 4.727, primeira Lei de Sementes, que promovia a produção e fiscalização de sementes e mudas; e, a Lei nº 4.829 que institucionaliza o crédito rural. Este último determinava que 15% do valor deveria ser empregado na compra de agrotóxicos e sementes melhoradas, beneficiando as empresas do setor químico e os grandes proprietários, já que o crédito rural era proporcional ao tamanho da propriedade e da produção das culturas de exportação, com consequente desvalorização dos gêneros alimentícios de tradição nacional. Vale salientar que com a unificação do mercado nacional, processo iniciado nos primeiros anos de 1960 e aprofundado após o golpe militar, surgiram os circuitos da distribuição e do consumo. Assim, os Centros Estaduais de Abastecimento S/A (CEASAS) se espalharam pelo território nacional, os frigoríficos passaram a substituir as charqueadas, e os supermercados começaram a suprir as feiras livres<sup>199</sup>.

No que se refere às indústrias, de acordo com Rossine Cruz<sup>200</sup>, no início dos anos de 1960, Feira de Santana tornou-se o segundo município baiano em número de estabelecimentos industriais, ainda que de pequeno porte e de administração familiar. O crescimento industrial da cidade estava subordinado às demandas locais ou metropolitanas. Além da indústria, as atividades terciárias progrediam em número de estabelecimentos e de pessoal ocupado, sendo responsável pela ocupação de grande parte da população residente no município e região.

---

<sup>195</sup> SILVA, 1990, p. 368.

<sup>196</sup> PRADO; EARP, 2003, p. 215.

<sup>197</sup> XAVIER, 2004, p. 330.

<sup>198</sup> RAMOS, Soraia. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 378-383.

<sup>199</sup> Cf. SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 148.

<sup>200</sup> CRUZ, 1999, p. 202- 207.

Segundo Jhonatas Monteiro<sup>201</sup>, em âmbito regional, após o golpe militar de 1964, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) intensificou o processo de industrialização via incentivos fiscais e instalação de polos de desenvolvimento. O movimento privilegiou as áreas que apresentavam economias mais dependentes do desenvolvimento da indústria, chamadas economias externas, como por exemplo, áreas no entorno de Salvador. Em Feira de Santana, no período pós-golpe militar, o discurso de modernização e progresso foi vinculado à industrialização, isto é, “um projeto de modernização industrializante”<sup>202</sup>, seguido de uma higienização social:

Para tal prática, surge um herói, ou melhor, anti-herói transformador, no caso local o capelão Edmund Jukevics sustentáculo da revolução na cidade, responsável por reorganizar os comportamentos, famoso por uma insistência em disciplinar a cidade, era a própria modernização, sujeito que sintetizava o novo momento de Feira de Santana.<sup>203</sup>

Logo, na gestão de Joselito Amorim (1964-1967), as bases para a industrialização foram preparadas. Expandiu-se a rede elétrica e ampliou-se o sistema de abastecimento de água. Porém, inicialmente, a pauta do prefeito era a construção do Fórum Filinto Bastos, da Estação Rodoviária, do novo prédio para a Cadeia pública e de prédios escolares<sup>204</sup>. Somente após contatos com a Aliança para o Progresso<sup>205</sup>, ocorridos ainda em 1964 e sua viagem aos EUA, a convite da *United States Agency for International Development (USAID)*<sup>206</sup>, em 1966, Joselito Amorim afirmou que a industrialização seria uma das finalidades do seu governo. Para garantir o desenvolvimento industrial, o prefeito tomou algumas medidas, elencadas abaixo:

i) visando incrementar a mentalidade industrial” trouxe Rômulo Almeida, equipe de técnicos da SUDENE, FIEB [Federação das Indústrias do Estado da Bahia] e SESI [Serviço Social da Indústria]; ii) estabeleceu contato com SUDENE, FUNDAGRO, CPE “e outros órgãos, a fim de estudar a possibilidade de trazer para Feira de Santana indústrias novas”; iii) adquiriu, no bairro Campo Limpo, terreno destinado as novas indústrias; e iv) recebeu visitas de “inúmeros industriais do Sul” e ofereceu terrenos e isenção de impostos, desde que para “indústria pioneira”. Como última medida, ainda

<sup>201</sup> MONTEIRO, 2009, p. 83.

<sup>202</sup> MONTEIRO, 2009, p. 79.

<sup>203</sup> CORRÊA, 2011, p. 57.

<sup>204</sup> Cf. MONTEIRO, op. cit., p. 87 et seq.

<sup>205</sup> Programa do governo John Kennedy, com ênfase na mobilização de capital privado e relações bilaterais. Cf. *Ibidem*, p. 58 et seq.

<sup>206</sup> Agência norte-americana que atuava em consonância com a política de desenvolvimento então empreendida. Cf. *Ibidem*, p. 79.

estava o apoio às “iniciativas da nova Associação das Indústrias, inclusive abrindo crédito de ajuda à recém-criada PRODEFESA [Promotora de Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana].<sup>207</sup>

As iniciativas tomadas pelo prefeito faziam parte de uma perspectiva de desenvolvimento adotada nacionalmente que, por sua vez, espelhava as transformações internacionais. Segundo Prado e Earp<sup>208</sup>, nos governos de Arthur da Costa e Silva (ARENA) (1967-1969) e de Emílio Garrastazu Médici (ARENA) (1969-1974), o desenvolvimento econômico foi retomado graças a expansão do comércio mundial. No primeiro governo, as altas taxas de crescimento econômico foram fruto do gasto público e do controle da inflação. Já no segundo governo, o desenvolvimento econômico foi associado a incorporação de tecnologias mais modernas, integração de setores e regiões atrasadas e priorização de setores estratégicos, notadamente o “siderúrgico, petroquímico, corredores de transportes, construção naval, energia elétrica (inclusive nuclear), comunicações e mineração”<sup>209</sup>. Vale salientar, que a legitimidade deste governo estava na construção de um “Brasil Potência”. Além de um comércio mundial em expansão, o chamado “Milagre Econômico” promovido no governo Médici estava fundamentado na entrada de capitais estrangeiros e no arrocho salarial<sup>210</sup>. Este, contudo, não alcançou toda a população, muito pelo contrário, aumentou a concentração de renda.

Na esteira desses acontecimentos, em Feira de Santana, João Durval Carneiro assumiu a prefeitura da cidade, mais especificamente no ano de 1967. O prefeito era filiado ao ARENA, aliado aos militares e “escolhido por setores da classe dominante local”<sup>211</sup>. Sua gestão (1967-1971) foi caracterizada pelo auge do processo de modernização/industrialização empreendido na cidade e pela formulação e fomentação de um planejamento urbano. Sobre esse último, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), o Código de Posturas, o Projeto Cabana e o Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé (CIS) foram formulados para angariar os recursos necessários a implementação destes. Ademais, a Superintendência de Urbanização de Feira de Santana (SURFEIRA), entre outros órgãos municipais, foi criada objetivando a realização de obras públicas.<sup>212</sup>

---

<sup>207</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>208</sup> PRADO; EARP, 2003, p. 218-221.

<sup>209</sup> PRADO; EARP, 2003, p. 221.

<sup>210</sup> SILVA, 1990, p. 373.

<sup>211</sup> CORRÊA, 2011, p. 68.

<sup>212</sup> Ibidem, p.72 et seq.

O PDLI (1967) apontava a industrialização como primordial para desenvolvimento econômico da cidade, integrando e aperfeiçoando todos os setores econômicos<sup>213</sup>. No que diz respeito ao comércio, o Plano Diretor assinalava a reordenação do centro da urbe, onde se misturavam comércio, indústrias e residências, além da criação de locais específicos para cada atividade<sup>214</sup>, a fim de garantir o controle social<sup>215</sup>.

O Projeto Cabana (1968), por sua vez, expressava uma política mais ampla sobre os alimentos, que ia desde a produção até a distribuição. Segundo Pacheco<sup>216</sup>, no aspecto relacionado à produção, visava a utilização das terras do município para pecuária e agricultura comerciais. No que diz respeito à estrutura, propunha a construção de galpões especializados e uma pequena área para a agricultura familiar. Sobre a distribuição, o projeto indicava a comercialização em grande porte dos produtos alimentícios.

O Plano Diretor do CIS, em consonância com o PDLI, assinalava a industrialização como o setor responsável pela expansão econômica do município, bem como pela continuidade do seu progresso. Vale salientar, que à implantação do CIS era creditada um desenvolvimento estável, em contraposição ao progresso com base no comércio, visto como incerto, como demonstra a matéria abaixo:

[...] experiência histórica registra que o progresso com base única no comércio pode ser passageiro, com ameaça de cessar, se retirada a sua causa fundamental. Nossa cidade ganhou muito pela sua posição geográfica, tornado-se importante centro rodoviário. Quem nos garante que êsse fator permanecerá indefinidamente? O caminho certo, portanto, é industrializar.<sup>217</sup>

Assim, apesar de historicamente arraigado no cotidiano feirense, acreditava-se que o comércio era suscetível a retrocessos, em função da ascensão de outros centros urbanos na região. Além disso, segundo Santos<sup>218</sup>, caberia ao CIS dinamizar a vida urbana, racionalizar a produção, aumentar a renda local e o número de empregos. Quanto ao espaço físico, seguindo as orientações do PDLI, a instalação das indústrias deveria respeitar o espaço reservado ao centro industrial.

O governo de João Durval foi marcado, também, pela intensificação de obras públicas:

<sup>213</sup> MONTEIRO, 2009, p. 94.

<sup>214</sup> PACHECO, 2009, p. 128.

<sup>215</sup> CORRÊA, op. cit., p. 75.

<sup>216</sup> PACHECO, op. cit., p. 135.

<sup>217</sup> INDUSTRIALIZAÇÃO. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 1, n. 13, 28 nov. 1970. p. 2.

<sup>218</sup> SANTOS, Alane Carvalho. **Desenvolvimento, Civilização e Modernidade: O sonho da industrialização em Feira de Santana**. Klepsidra – Revista Virtual de História, ano III, nº 15, fev./mar. 2003. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra15/feira.htm>>. Acesso em: 31 maio 2016.

[...] a construção de uma adutora para trazer água do rio Paraguaçu. Em 1969, a ELETROBRÁS [Centrais Elétricas Brasileiras S. A.] implanta o sistema de abastecimento de energia pela Usina de Paulo Afonso, em 1968 já tinha sido inaugurada a escola do SENAI [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial]. A URBIS [Habitação e Urbanização da Bahia S.A.] havia construído até 1971, mais de 1666 casas, a TELEFEIRA [Telecomunicações de Feira de Santana] havia instalado quase duas mil linhas telefônicas. A educação também era um ponto previsto no seu projeto, esta deveria ser modernizada e ampliada, por isso a chegada em 1968 da primeira escola superior, e em 1970 a aprovação da lei feita pelo então governador Luis Viana, para criação da Universidade de Feira de Santana, além de reformas de escolas e construção de teatro na cidade.<sup>219</sup>

No contexto, o processo de industrialização vivenciado em Feira de Santana se deu via incentivos fiscais pela ação da SUDENE e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)<sup>220</sup>. Além da promoção do Programa de Industrialização do Interior (PROINTER), lançado em 1967 pelo então governador da Bahia, Luiz Viana Filho (ARENA) (1967-1971)<sup>221</sup>. Nesse sentido, as indústrias locais começaram a se organizar. Em 1963 foi fundada a Associação das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e de Material Elétrico de Feira de Santana (AIMMEFS), ligada as oficinas de reparo e fabrico de peças simples para veículos. Também foi criada a Associação das Indústrias de Feira de Santana (AIFS), em 1965. Logo depois – no mesmo ano – a AIFS virou o Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS), composto por industriais de vários ramos<sup>222</sup>. Por meio de Ulisses Barbosa Filho, representante estadual da Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste (FUNDINOR) e presidente da FIEB, Feira de Santana organizou um comitê de fomento à industrialização, a PRODEFESA<sup>223</sup>. Vale salientar, que os interesses industrializantes não significavam uma disputa com os interesses do comércio. De fato, como salientou Monteiro, a indústria era vista “como ponto mais estável de sustentação para as atividades comerciais do que a ‘ameaçada’ posição de entroncamento rodoviário do município”<sup>224</sup>.

Dessa maneira, a fundação do CIS ocorreu via decreto do executivo local, em 1969, fato atribuído ao “‘ímpeto’ administrativo de João Durval Carneiro”<sup>225</sup>, já que a maioria dos distritos industriais eram criados por iniciativa estadual e/ou federal. Todavia, como vimos ao

<sup>219</sup> CORRÊA, 2011, p. 75 et seq.

<sup>220</sup> MONTEIRO, 2009, p. 18 et seq.

<sup>221</sup> Cf. Ibidem, p. 86.; CORRÊA, op. cit., p. 95.

<sup>222</sup> Cf. CORRÊA, op. cit., p. 60 et seq.; MONTEIRO, op. cit., p. 40.

<sup>223</sup> MONTEIRO, op. cit., p. 64.

<sup>224</sup> Ibidem, p. 75.

<sup>225</sup> Ibidem, p. 22.

longo desse percurso narrativo, o desenvolvimento industrial em Feira de Santana originou-se tanto da política nacional de descentralização da indústria, via incentivos fiscais, quanto da política nacional, baseado no ideário cepalino, que defendia a retirada da América Latina do atraso econômico através da industrialização<sup>226</sup>. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento estava associado também à ação de indivíduos/grupos que se que se mobilizaram para tal fim, como as associações anteriormente citadas. Conforme Cruz<sup>227</sup>, estabelecimentos industriais de pequeno porte com capital familiar voltados para produção de bens finais ou intermediários para o mercado local ou regional; e de médio porte, ligados à grupos nacionais e internacionais, como Condugel S/A (1970), Peterco (1972), Phebo (1973), Pneus Tropical (1975), Jossan (1975), entre outros, destinados à produção de bens intermediários para o mercado nacional e internacional, chegaram ao CIS em função dos créditos e dos subsídios ofertados pelos governos estadual e municipal. Além dos fatores mencionados, o desenvolvimento foi facilitado pelo excedente de mão-de-obra, em função da intensa migração registrada na cidade feirense<sup>228</sup>.

Nessa trajetória, Feira de Santana que já se apresentava como um polo de atração regional devido ao forte comércio, como dito antes, continuou a atrair migrantes, desta vez, em função das indústrias instaladas no local. Deve-se salientar, que mesmo com o crescimento da oferta de trabalho no setor industrial, o setor não empregava na mesma intensidade que o setor terciário, que oferecia mais empregos. Além disso, como mencionado linhas acima, a maioria dos migrantes não possuía qualificação profissional. Como explica Larissa Pacheco:

O que ocorreu em Feira, nos anos de chegada da indústria, foi um crescimento do trabalho em setores da construção civil e os empregos diretos não corresponderam a um número que se equiparasse aos números do chamado mercado informal e aos empregos temporários. É sabido que boa parte da classe trabalhadora feirense na época era composta de migrantes e que, no período, a maioria não se encontrava apta ao trabalho na indústria e no comércio moderno. [...] Mesmo após a construção do CIS e apesar do notável crescimento industrial observado nos anos 70, o terciário continuaria sendo o setor mais importante da economia feirense. [...] nos anos 70, o volume de mão de obra empregado no setor industrial pode ser identificado como bastante inferior ao empregado nos setores de comércio e de serviços.<sup>229</sup>

---

<sup>226</sup> FREITAS, 1998, p. 87.

<sup>227</sup> CRUZ, 1999, p. 209 et seq.

<sup>228</sup> FREITAS, 1998, p. 87.

<sup>229</sup> PACHECO, 2009, p. 140 et seq.

Em meados da década de 1970 o país atravessou transformações que precisam ser sinalizadas. No governo de Ernesto Geisel (ARENA) (1974-1979), a relação EUA/Brasil se modificou. A partir de 1976, o presidente americano Jimmy Carter promoveu a defesa da liberdade de expressão e dos direitos humanos e a denúncia da repressão<sup>230</sup>. Além da pressão externa, a política econômica do governo foi atingida pela crise e recessão da economia mundial, fruto da depressão vivida a partir da Guerra do Yom Kippur, de outubro de 1973, que representou o bloqueio petrolífero para o país<sup>231</sup>.

Em 1975, a gestão Geisel lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), visando construir alternativas energéticas em relação ao petróleo com ênfase no Programa Nacional do Álcool (Proálcool), no Acordo Nuclear com a Alemanha e na construção das usinas hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí. Além de objetivar a conclusão da industrialização avançada no país, baseada nos setores da química fina, da informática, da indústria de armas e tecnologia nuclear, entre outros aspectos<sup>232</sup>. Ao longo da década de 1970, ocorreu a ampliação e a modernização das redes de transporte e de comunicação. No setor industrial, ampliou-se o endividamento, a presença de firmas estrangeiras e os investimentos na produção de bens de capital, para os quais havia possibilidade de exportação. Ademais, houve a modernização dos equipamentos industriais a fim de concorrer internacionalmente<sup>233</sup>.

A nível local, a gestão de Newton Falcão (1971-1973), pelo ARENA, foi marcada pela expectativa a respeito da instalação de uma infraestrutura adequada ao funcionamento do CIS. Contudo, a alternativa municipal era limitada e insuficiente financeiramente para provê-la. Somou-se ao cenário as disputas político-partidárias em torno do CIS. Segundo Monteiro<sup>234</sup>, a contenda entre Newton Falcão e o governador do estado, Antônio Carlos Magalhães (ACM) (ARENA) (1971-1975), relacionava-se ao conflito com o *Jornal da Bahia*, dirigido por João Falcão, e ao fato da família Falcão apoiar Juracy Magalhães, adversário político de ACM. No que diz respeito ao desacordo entre Newton Falcão e João Durval Carneiro, observa-se que o mesmo foi fruto de disputas do ARENA local nas eleições de 1972. Essas rixas impediram o recebimento de recursos estaduais e a contratação de empréstimos para execução de obras, principalmente, relacionadas a infraestrutura do CIS<sup>235</sup>. Diante dessa realidade, a execução do

---

<sup>230</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 246.

<sup>231</sup> SILVA, 2003, p. 252 et seq.

<sup>232</sup> Idem, 1990, p. 374 et seq.

<sup>233</sup> SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 49 et seq.

<sup>234</sup> MONTEIRO, 2009, p.118.

<sup>235</sup> Ibidem, p. 117-125.

planejamento urbano foi atingida, limitando-se a ações pontuais por meio de secretarias municipais, como por exemplo, a retirada de barracas dos passeios de ruas e avenidas no centro comercial feirense<sup>236</sup>.

No mandato de José Falcão da Silva do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), (1973-1977) o impasse político em torno do CIS e a falta de recursos para implementação dos projetos sistematizados nos governos anteriores permaneceram. Durante essa administração ocorreu a transferência da feira livre do centro comercial para o Centro de Abastecimento de Feira de Santana (CAF), idealizada no Projeto Cabana. Entre os motivos levantados para justificar a mudança, Pacheco<sup>237</sup> destacou os seguintes aspectos: a presença dos ambulantes estacionados ao longo da semana, não somente nos dias de feira; os conflitos entre feirantes e lojistas no que diz respeito ao uso das calçadas e a concorrência desleal entre eles; o lixo acumulado após a realização da feira livre; a desordem causada no trânsito e nas calçadas devido a frequência dos veículos de cargas, bem como a descarga de produtos; o não pagamento do imposto referente ao uso do solo urbano; e, o crescimento da feira livre ligado ao grande número de migrantes na cidade.

Como dito anteriormente, com a formação de um mercado nacional unificado, despontaram os circuitos da distribuição e do consumo. Nesta conjuntura, as CEASAS tinham as funções de regular os preços, disciplinar a produção para atacado, recepcionar e distribuir os produtos alimentícios, eliminando o intermediário, ou seja, aquele que comprava a produção e vendia nas feiras livres<sup>238</sup>. Logo, a implantação do CAF na urbe feirense atendeu às orientações/exigências do governo federal, isto é, a unificação do mercado nacional e o planejamento urbano.

Conforme Monteiro<sup>239</sup>, durante a administração de Colbert Martins da Silva (1977-1982), filiado ao MDB, na prefeitura municipal, a resolução sobre o convênio CIS/SIC (Secretaria de Indústria e Comércio) se arrastou até o ano de 1979, sem encaminhamento prático após sua assinatura. Esse jogo político pode ser explicado por dois fatores: o primeiro está relacionado à importância de Feira de Santana. A cidade era o segundo maior colégio eleitoral do estado, portanto, importante para a consolidação da atuação e da influência política de ACM. Assim, em 1982, a reconquista da prefeitura era fundamental. O segundo aspecto diz respeito à disputa entre ARENA, que iniciou o projeto de industrialização na urbe feirense, e o MDB, que ascendeu posteriormente.

<sup>236</sup> BARRACAS. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 1, n. 24, 13 fev. 1971. p. 2.

<sup>237</sup> PACHECO, 2009, p. 38-49.

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 98.

<sup>239</sup> MONTEIRO, 2009, p. 137-148.

O início da década de 1980 foi marcado pelo encerramento do crescimento econômico brasileiro. Durante o governo de João Figueiredo (Partido Democrático Social – PDS) (1979-1985), a economia brasileira sofria com taxa elevada de endividamento, aumento dos juros americanos e atração dos capitais estrangeiros disponíveis<sup>240</sup>. Do mesmo modo, com inflação anual de 200% e milhões de desempregados<sup>241</sup>. Como consequência, Feira de Santana sofreu forte recessão. Ocorreu ainda o fechamento e/ou a transferência de indústrias instaladas na cidade. Com isso, migrantes atraídos pela oferta de empregos no setor secundário enfrentaram uma conjuntura de desemprego ou subemprego, impulsionando a economia informal. Ademais, a seca dizimou o rebanho bovino do município, gerando desemprego no campo, acompanhado, conseqüentemente, de forte êxodo rural, inchaço na cidade e inserção no trabalho informal.<sup>242</sup>

Em relação aos números, é possível observar que a População Economicamente Ativa (PEA), no início dos anos de 1970, correspondia a 36,5% da população total da cidade, já nos anos de 1980, houve a redução para 31% desse total. No que se refere a População Ocupada do Município (POC), na década de 1980, correspondia a 36% da População em Idade Ativa (PIA), enquanto 52% não tinham nenhum tipo de receita.<sup>243</sup>

Tabela 1 – Feira de Santana – População Economicamente Ativa – Setor Industrial e Terciário 1970-1980

ANOS	SETOR INDUSTRIAL		SETOR TERCIÁRIO	
	TOTAL	%	TOTAL	%
1970	3.150	4.54%	8.558	12.35%
1980	8.892	9.76%	14.448	15.86%

Fonte: FREITAS, 1998, p. 134.

Segundo Freitas<sup>244</sup>, em 1970, o setor terciário contribuiu quase três vezes mais para a economia de Feira de Santana; e, em 1980, quase o dobro do setor industrial na PEA do município. Em contrapartida, nota-se um significativo crescimento do ramo industrial, entre 1970 e 1980, o que demonstra a importância deste setor para a economia da cidade, no que se refere a absorção de mão-de-obra, ainda que o setor terciário tenha supremacia. Consoante a autora<sup>245</sup>, o setor informal de trabalho, formado pela mão-de-obra não absorvida pelo setor formal, garantia trabalhadores de reserva para as indústrias.

<sup>240</sup> SILVA, 2003, p. 253.

<sup>241</sup> Idem, 1990, p. 378.

<sup>242</sup> OLIVEIRA, Maria Leny Souza. **Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia na favela**. Feira de Santana: UEFS, 2014. p. 57.

<sup>243</sup> CRUZ, 1999, p. 285-287.

<sup>244</sup> FREITAS, 1998, p. 134.

<sup>245</sup> Ibidem, p. 102.

Tabela 2 – Feira de Santana - Pessoal ocupado e Número de estabelecimentos 1950-1985

ANOS	COMÉRCIO VAREJISTA		COMÉRCIO ATACADISTA		INDÚSTRIA	
	Pessoal ocupado	Número de estabelecimentos	Pessoal ocupado	Número de estabelecimentos	Pessoal ocupado	Número de estabelecimentos
1950	1.086	93	120	45	949	180
1960	2.386	1.327	320	84	2.051	293
1970	4.788	2.451	1.109	117	3.150	541
1975	5.899	2.319	807	106	5.580	471
1980	7.454	1.347	968	84	8.892	525
1985	11.855	2.047	1.970	151	8.183	583

Fonte: FREITAS, 1998, p. 131-133.

Conforme observou Freitas<sup>246</sup>, houve um crescimento constante da população ocupada tanto no comércio quanto na indústria. Com exceção do ano de 1975, quando se registrou queda no ramo atacadista; e de 1985, quando o ramo industrial avançou, conforme observa a estudiosa, reflexo dos avanços tecnológicos. Houve, portanto, a predominância do comércio varejista até a década de 1970. No ano de 1980, no entanto, foi o setor industrial que empregou mais pessoas. O contínuo aumento no número do pessoal ocupado nas indústrias demonstra crescimento do setor no que diz respeito a absorção de mão-de-obra. Quanto ao número de estabelecimentos, registra-se predominância do ramo varejista no comparativo com o atacadista, bem como crescimento nos dois ramos entre 1960 e 1970, segundo a autora, fruto do crescimento populacional do período. Já o número de indústrias, observa-se o crescimento do setor a partir de 1950, com destaque para 1960 e 1970 dada a influência da implantação do CIS. Ainda de acordo com a pesquisadora<sup>247</sup>, historicamente, o comércio foi a principal atividade econômica da cidade, crescendo ainda mais com o processo de urbanização, principalmente, na década de 1970. Contudo, não em interdependência com o setor industrial, como propunha o PDLI.

No que se refere à política, a eleição de João Durval Carneiro para governador do estado e de José Falcão da Silva para prefeitura de Feira de Santana, ambos filiados ao PDS, no pleito de 1982, pôs fim à disputa político-partidária envolvendo o CIS. A estadualização e a transferência de recursos para o CIS se confirmaram no ano de 1983<sup>248</sup>.

Nesse decurso narrativo, evidenciamos como o projeto de industrialização idealizado/instalado em Feira de Santana, após o golpe militar, impactou no seu

<sup>246</sup> FREITAS, 1998, p. 131-133.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 102.

<sup>248</sup> MONTEIRO, 2009, p. 157.

desenvolvimento urbano, seja na instalação da infraestrutura, na formulação e na implementação do planejamento da urbe, seja nos embates político-partidários e na atuação de diversos agentes sociais, tais como empresários e associações. Por outro lado, o desenvolvimento industrial feirense reforçou a cidade como um polo de atração de migrantes, fenômeno que repercutiu na atividade profissional do lambe-lambe. Por isso, foi fundamental elencar os elementos que explicam o processo de urbanização e industrialização da cidade, articulando aos aspectos de caráter nacional e internacional.

Mergulhar no contexto é relevante para a compreensão do tempo e do espaço em que as atividades dos fotógrafos ambulantes foram desenvolvidas. Esses trabalhadores eram, em sua maioria, migrantes. O alto número de migrantes na urbe contribuiu para o aumento desses profissionais, especialmente devido à grande demanda por esse tipo de serviço. É importante lembrar que parte dos migrantes que se dedicou à profissão de fotógrafo ambulante não possuía a qualificação profissional exigida para trabalhar nas indústrias ou em setores do comércio formal, fator que também contribuiu para o aumento do número dos lambe-lambes.

Feita a análise acerca do contexto nacional, atravessando aspectos de caráter internacional, bem como os seus impactos na dinâmica de Feira de Santana, cabe agora uma análise mais acurada das peculiaridades da cidade. Para tanto, é necessário refletir sobre as representações do município elaboradas pelos jornais *Folha do Norte* e *Feira Hoje*, periódicos que circularam amplamente na cidade, exercendo influência relevante na dinâmica local. Ambos atuaram no sentido de construir imagens e representações sobre a cidade de Feira de Santana, determinadas pelos interesses de alguns grupos, elementos que serão analisados na próxima seção.

#### **1.4. Feira de Santana: o ideal**

O jornal *Folha do Norte* (JFN) foi fundado em 1909, pelo coronel, pecuarista e político<sup>249</sup> Tito Ruy Bacelar. Em 1910, os irmãos Arnold, Dálvaro e Raul Silva, que já trabalhavam no periódico, tornaram-se seus proprietários, após a morte do seu idealizador

---

<sup>249</sup> O coronel Tito Ruy Bacelar foi intendente na cidade de Feira de Santana entre janeiro de 1904 e abril de 1906. In: ALMEIDA, Oscar Damiano de. **Dicionário da Feira de Santana**. Feira de Santana: Santa Rita, 2006. p. 159.

ocorrida também naquele ano<sup>250</sup>. Sobre o conteúdo, o JFN apresentava grande variedade de assuntos relacionados à temas diversos, como política, economia, polícia, esportes, entre outros, versando sobre assuntos tanto de caráter local e nacional, como internacional. Divulgava colunas, poesias, crônicas e artigos de intelectuais, profissionais liberais e artistas feirenses<sup>251</sup>. Além disso, veiculava propagandas e notas de entidades de classe como a Associação Comercial de Feira de Santana (ACFS), o Rotary Club de Feira de Santana e o Lions Club.

O veículo de comunicação, que circulava somente às segundas-feiras, dia da feira semanal, tinha como público-alvo os intelectuais e as classes dominantes feirenses que consumiam o semanário e influenciavam nos rumos da cidade. Entretanto, apesar do alto índice de analfabetismo<sup>252</sup>, a população era alcançada pelas ideias difundidas pelo JFN, pois o mesmo pautava os diálogos cotidianos nos espaços públicos e privados<sup>253</sup>. Dessa maneira, segundo Poppino, em 1950, o *Folha do Norte* era “o jornal mais lido de todo o interior da Bahia”<sup>254</sup>.

Todo conteúdo e organização gráfica do JFN expressava os posicionamentos e os interesses dos proprietários e dos grupos econômicos/políticos apoiadores/apoiados pelo semanário.

As decisões a propósito do que publicar, da natureza dos conteúdos, da ordem a ser estabelecida na disposição das notícias no papel, passavam sempre pelo crivo das ideias políticas comungadas pelo grupo que produzia o hebdomadário. Toda organização gráfica e a linguagem utilizada estavam relacionados à linha ideológica praticada pelo jornal.<sup>255</sup>

Desde sua fundação, o JFN esteve ligado às questões políticas locais, divulgando personalidades políticas e suas posições. No primeiro momento, do coronel Tito Ruy Bacelar. E no segundo momento, da família Silva.

---

<sup>250</sup> SANTOS, Grazyelle Reis dos. **Literatura e cultura em Feira de Santana:** práticas, usos e tendências em impressos da Folha do Norte (1951-1969). 2008. 245f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2008. p. 35.

<sup>251</sup> Cf. OLIVEIRA, 2008, p. 33.

<sup>252</sup> Em 1950, em Feira de Santana, de 107.205 habitantes apenas 26.634 eram alfabetizados. Em 1960, de 141.757 habitantes apenas 54.734 eram alfabetizados. Em 1970, de 190.076 habitantes, 72.510 pessoas eram analfabetas. Cf. SANTOS, 2008, p. 42.

<sup>253</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>254</sup> POPPINO, 1968, p. 220.

<sup>255</sup> SANTOS, op. cit., p. 37.

A *Folha do Norte* teve o perfil de assumir seus posicionamentos ante o clima político da cidade, criticando confessadamente as autoridades às quais fez oposição, como os prefeitos Aguinaldo Alves Boaventura, Almáquio Alves Boaventura e Francisco José Pinto dos Santos, e, por outro lado, incentivando irrestritamente aquelas a quem deu apoio, como João Marinho Falcão, Arnold Ferreira da Silva, José Sisnando Lima, Joselito Falcão Amorim e João Durval Carneiro, os artigos e crônicas de Hugo Silva que tratavam do assunto eram bastante incisivos.<sup>256</sup>

Logo, o posicionamento do JFN foi explícito em favor da UDN e da ARENA. Até porque Arnold Silva, um dos proprietários do órgão de imprensa, era membro, inclusive chegando a presidente, da UDN local<sup>257</sup>. Dessa forma, a atuação do JFN durante as gestões, as campanhas e os pleitos eleitorais influenciava a opinião pública, contribuindo até mesmo, por vezes, para a vitória ou a derrota dos candidatos.

Quando convinha, geralmente em épocas em que o jornal fazia oposição a determinados grupos políticos no poder local, os redatores da *Folha do Norte* não se eximiam de mostrar conflitos, lutas, mazelas, contra-sensos, queixas, enfrentamentos e tensões sociais estampados no dia-a-dia da cidade como marcas indelévels do processo de construção sentimental e real do espaço urbano feirense.<sup>258</sup>

Na década de 1950, três aspectos fundamentais marcaram a escrita do semanário sobre Feira de Santana: os projetos de melhorias urbanas com ênfase na aparência das áreas centrais, a modernização e o progresso. Nos anos de 1951 a 1969, o termo progresso foi repetitivo inúmeras vezes nos discursos do JFN e nas crônicas produzidas por escritores feirenses<sup>259</sup>. Eram frequentes, nas páginas do JFN, as denúncias de aspectos considerados não condizentes com a representação de cidade progresso. Nas décadas de 1950 e 1960, a rua Sales Barbosa, por exemplo, passou a ser alvo de discursos de colunistas do JFN e da atuação de agentes da polícia e da justiça, devido à presença de prostíbulos, tidos como não adequados ao desenvolvimento comercial que se consolidava na área e na urbe de forma geral.<sup>260</sup>

Como exposto anteriormente, a representação de cidade progresso, em função do desenvolvimento comercial, transformou a urbe feirense em polo de atração de migrantes, principalmente nordestinos. Vale salientar, que essa imagem foi capitaneada por políticos e

---

<sup>256</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>257</sup> CORRÊA, 2011, p. 25.

<sup>258</sup> SANTOS, 2008, p. 34.

<sup>259</sup> Cf. Ibidem, p. 58.

<sup>260</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 164.

empresários locais a fim de atrair investimentos e consumidores para Feira de Santana e/ou seus negócios<sup>261</sup>.

Já na década de 1960, inclusive no período pós-golpe militar, o jornal privilegiou em seu noticiário local os projetos de urbanização e de industrialização em Feira de Santana:

[...] as atenções do jornal se voltaram para a atuação dos prefeitos indiretamente nomeados, para sua agenda de atividades na cidade, sendo que elogios às suas competências aliados às ideias de que a modernidade e o progresso enfim foram alcançados a partir de seus feitos tornaram-se bastante comuns. Nesta época, as primeiras páginas sempre traziam notícias sobre obras e realizações em andamento e de inaugurações que anunciavam novidades na estrutura urbana e social feirense, mostrando uma atmosfera de bonança e progresso.<sup>262</sup>

Contraditoriamente, o *Folha do Norte* denunciava situações contrastantes com o desenvolvimento econômico e crescimento urbano registrado na urbe feirense, apesar de não questionar o suposto progresso alcançado.

As ruas da cidade eram principalmente os lugares onde os problemas se concentravam de forma contundente: policiamento precário, lâmpadas queimadas nos postes, necessidade de calçamentos, esgotos a céu aberto atraindo insetos, além de ser um espaço onde a matança de suínos era comum e os animais circulavam soltos, sendo manifesta a falta de asseio. Outro problema veementemente discutido e criticado pelo jornal foi o jogo do bicho [...] Além disso, a precariedade dos serviços de energia elétrica e de água encanada também se tornou assunto de crônicas que admoestavam esse descompasso entre o crescimento urbano que, ao menos discursivamente, era notado como fator de progresso da cidade, e todos os problemas estruturais e sociais que esse crescimento tende a provocar, necessitando serem sanados pelos poderes públicos.<sup>263</sup>

Já no que se refere ao golpe militar, as páginas do JFN descreviam o evento como instrumento necessário para salvar a democracia. Nesse sentido, o periódico incorporava a justificativa utilizada pelas classes dominantes organizadas na ARENA. O semanário defendia a ditadura e a definia como salvaguarda da democracia. Segundo sua linha editorial:

[...] não fosse a “revolução” de 31 de março, ela, a “democracia”, seria arrancada pelos trabalhadores e o governo sindicalista de Goulart na

<sup>261</sup> SANTOS, op. cit., p. 109.

<sup>262</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>263</sup> SANTOS, 2008, p. 32.

presidência da república e com Chico Pinto na prefeitura de Feira de Santana.<sup>264</sup>

Até 1970, o JFN era o principal noticiário que circulava em Feira de Santana. Mas, a partir daquela década, o periódico ganhou um concorrente: o Jornal *Feira Hoje* (JFH), fundado por Raimundo Gama, Raimundo Pinto, Luís Almeida, José Carlos Teixeira, Hélder Alencar e Egberto Costa, visando a defesa da infraestrutura, da industrialização e da universidade feirense<sup>265</sup>. O semanário circulou pela primeira vez às vésperas do processo eleitoral de 1970. Nesse processo, o JFH indicava Newton Falcão (ARENA) como o candidato mais apto à promoção do desenvolvimento na urbe feirense. Segundo Monteiro<sup>266</sup>, durante a gestão de Newton Falcão (1971-1973), o jornal enfatizou a necessidade de garantir a infraestrutura para o CIS e a execução do Plano Diretor. Do mesmo modo, o noticiário sublinhava a industrialização como veículo de desenvolvimento local. Portanto, os outros setores econômicos, a exemplo do comércio e da agricultura, deveriam ser mobilizados para atender aos interesses industrializantes.

Essa primazia do projeto de modernização/industrialização defendida pelo *Feira Hoje* pode ser explicada pelas relações mantidas entre os idealizadores do jornal, as entidades representativas dos industriais locais e as gestões UDN/ARENA. Hélder Alencar, por exemplo, compôs o secretariado da gestão Joselito Amorim. Raimundo Gama, por sua vez, fez parte da diretoria do CIFS em várias oportunidades. Tais vínculos se intensificaram a partir de 1975, pois o jornal passou a ser publicado pela *Editores Jornal Feira Hoje LTDA*, dirigida por Alfredo Falcão, que se tornou dirigente e membro do Conselho Diretivo do jornal<sup>267</sup>.

Isto posto, podemos afirmar que os jornais *Folha do Norte* e *Feira Hoje* atuaram no sentido de construir imagens e representações sobre a cidade de Feira de Santana, determinadas pelos interesses de alguns grupos da cidade. Sobre o conceito de representação, Roger Chartier apresenta duas possibilidades para entendê-lo, como exposto anteriormente:

uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte

<sup>264</sup> CORRÊA, 2011, p. 66.

<sup>265</sup> MONTEIRO, 2009, p. 97-99.

<sup>266</sup> Ibidem, p. 102-105.

<sup>267</sup> Alfredo Falcão ocupou cargo de membro do Conselho Fiscal, vice-presidente e presidente do CIFS, entre 1975 e 1985. In: CORRÊA, 2011, p. 108-112.

social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo.<sup>268</sup>

Em ambas as definições, o conceito de representação está intrinsecamente ligado à construção de imagens do eu e do outro, isto é, à constituição de realidades sociais. Segundo Chartier, tal conceito permite articular três modalidades da relação com o mundo social:

em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.<sup>269</sup>

Em outras palavras, a construção da realidade social é resultado das disputas em torno de representações entre os diferentes grupos; enquanto a identidade social é fruto dos conflitos entre a representação imposta por grupos que detêm o poder e a representação que cada grupo faz de si mesmo. Para Chartier<sup>270</sup>, as representações do mundo social são históricas e socialmente construídas, através de classificações, divisões e delimitações determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. A realidade social é apreendida e moldada através de discursos que se utilizam de estratégias para validar e/ou impor a percepção do mundo social de alguns grupos.

Através do conceito de apropriação, isto é, a construção de interpretações variadas a partir de determinações sociais, culturais, entre outras, Chartier evidenciou a multiplicidade de sentidos de tais discursos entre os indivíduos. Ainda segundo o autor, os leitores se apropriam do texto por meio das concepções sociais próprias de um tempo e de um espaço historicamente produzidas pela articulação das práticas políticas, sociais, discursivas, entre outras. Dessa maneira, as representações “são matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social”<sup>271</sup>. Ou seja, a representação, concepção de si e do outro, gera as práticas

<sup>268</sup> CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Estudos avançados 11(5), 1991. p. 173-191. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>. Acesso em: 20 maio 2017. p. 183.

<sup>269</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988. p. 23.

<sup>270</sup> Ibidem, p. 16-28.

<sup>271</sup> Idem, 1991, p. 183.

sociais, que por sua vez pertencem a um determinado grupo, implicando uma identidade social.<sup>272</sup>

Em vista disso, é possível destacar que o jornal *Folha do Norte* atuou no processo de legitimação do golpe militar e das gestões UDN/ARENA, como fica evidente na crônica, publicada em 1966.

[...] Ao aproximar-se o último dia do seu trabalho à frente da Prefeitura do Município, não poderíamos deixar de, daqui, honestamente, ressaltarmos com a justiça e o reconhecimento precisos, a sua abnegação, coragem e vontade de, realmente, sem a demagogia que caracteriza a maioria dos homens públicos servir desinteressadamente à missão que lhe fora confiada pelos que introduziram no País uma política de vergonha e sensatez. Intransigente às vezes, inarredável e mesmo áspero até em muitas de suas atitudes, Joselito Falcão de Amorim sempre visou o bem-estar da Comuna e o sério papel que teria de desempenhar, face às grandes necessidades que o progresso da Feira de Santana estava urgentemente a reclamar. [...] ao aproximar-se o término do mais alto cargo do Município, pode, o sr. Joselito Falcão de Amorim, afirmar e reafirmar tranquilo e orgulhoso, que cumpriu à risca o seu dever. Não só consolidou os propósitos revolucionários nesta terra, mas também os fortificou, graças ao magnífico desempenho que teve, demonstrando, assim, que poderá dar mais de si próprio ao futuro, em defesa da causa política de Feira de Santana. A sua participação decisiva em todos esses inúmeros benefícios prestados à terra, só poderá receber dos próprios filhos dela respeito, admiração e estima.<sup>273</sup>

O *Folha do Norte*, além do discurso pró-ditadura, associou as gestões UDN/ARENA ao progresso feirense. A matéria intitulada *Nôvo prefeito*, publicada em 1970, evidencia o vínculo entre o *Feira Hoje* e a ARENA.

O povo feirense, através de eleição direta transcorrida na mais absoluta normalidade, escolheu o seu futuro prefeito na pessoa do Sr. Newton da Costa Falcão. Apesar da nossa neutralidade no pleito, nada nos impede de agora reconhecer que, dentro da opção oferecida ao eleitorado, a preferência popular foi acertada e demonstrou maturidade política. [...] Sabe-se que o prefeito eleito já possui as metas principais que dará ênfase no seu govêrno: esgotos sanitários, instalação do Centro Industrial do Subaé e Universidade. Mesmo já tendo definido os seus mais importantes objetivos, uma administração moderna não pode dispensar o plano detalhado da sua execução.<sup>274</sup>

<sup>272</sup> Idem, 1988, p. 23.

<sup>273</sup> DÓREA, Adalberto da Costa. A Feira e o progresso. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 58, n. 3000, 15 out. 1966. p. 1.

<sup>274</sup> NÔVO PREFEITO. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 1, n. 12, 21 nov. 1970. p. 2.

Além disso, o periódico *Feira Hoje* foi parte fundamental do projeto de industrialização/modernização empreendido em Feira de Santana, nas décadas de 1960 e 1970.

Um objetivo nos apaixona e nos obrigará sempre a ficar na primeira linha de ataque: o desenvolvimento de Feira de Santana – município e região – em todos os sentidos, seja econômico, social, político ou cultural. As críticas destrutivas, as futricas dos mal-intencionados e a defesa de interesses contrários à coletividade receberão – em qualquer época e circunstância – o nosso maior repúdio e todo o vigor do nosso combate. Os que lutam pela industrialização, os que querem a Universidade feirense e os que desejam o progresso social podem contar com o nosso apoio entusiástico e integral.<sup>275</sup>

A matéria intitulada *Chegamos*, publicada em 1970, relaciona o desenvolvimento e o progresso da urbe feirense, sobretudo, à industrialização. Mais do que órgãos de imprensa, os jornais *Folha do Norte* e *Feira Hoje* construíram representações sobre a cidade de Feira de Santana que corroboravam com os interesses dos grupos políticos/econômicos apoiados/apoiadores desses jornais. As imagens de cidade moderna, cidade progresso e cidade industrializada eram propagadas por meio de notícias, crônicas, contos e poemas, como demonstrado acima.

No afã de atingir os ideais de progresso e modernidade, os periódicos costumavam criticar e censurar o que era considerado inadequado à consolidação do progresso em Feira de Santana, como é perceptível nos trechos abaixo.

Como ainda é permitido o ingresso de carroças no Centro da Cidade e em trechos bastante movimentados, ontem por volta de 12hs e 45mm, um burro que arrastava no seu lombo uma carroça de vender água nos bairros mais sedentos, após se encontrar ladeado de veículos, onde o tráfego era bem movimentado, desobedeceu o seu dono, arrastou-o pela calçada e passou por cima do mesmo.<sup>276</sup>

Somos um povo que vive a enterrar os próprios dejetos. Louve-se a providência divina que nos deu um terreno de contextura tal que suporta esse tipo de tratamento sem originar desabamentos diários e perigosos, porque a cidade, toda ela já deveria estar com o subsolo liquefeito devido à tremenda quantidade de água e de porcarias que lhe mandamos, diariamente, por intermédio de milhares de fossas, buracos de que a cidade está cheia, nos quintais, dentro das casas, até mesmo nas ruas.<sup>277</sup>

<sup>275</sup> CHEGAMOS. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 1, n. 1, 5 set. 1970. p. 2.

<sup>276</sup> COLUNA QUENTE. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 60, n. 3202, 5 set. 1970. p. 4.

<sup>277</sup> MALES CRÔNICOS. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 67, n. 3837, 29 e 30 jun. 1977. p.2.

Na primeira matéria, o periódico *Folha do Norte* reprova a presença de carroças no centro da cidade, bem como a restrição da rede de distribuição de água encanada. Em consonância, na segunda notícia, o jornal desaprova a construção de fossas e a falta de saneamento básico na urbe, aspectos estes apontados como impróprios à consolidação do desenvolvimento da cidade.

É importante pontuar que as representações analisadas foram construídas histórica e socialmente, tanto que sofreram alterações no decurso do tempo, em função dos interesses dos grupos que as forjaram, conferindo assim legitimidade a inserção de Feira de Santana no processo de integração do mercado nacional, a partir da década de 1950, bem como na política nacional de descentralização da indústria, via incentivos fiscais, após o golpe militar. O que não quer dizer que essas representações eram estáveis e unívocas, uma vez que os indivíduos se apropriaram dos discursos de diferentes modos. Em que pese as diferentes formas de apropriação, aspecto não controlável, as páginas dos periódicos analisados imprimiam representações forjadas pelos detentores do poder de classificar e de nomear. Mas, para além das representações elaboradas pela imprensa de grande circulação na região, cabe analisar como a classe dominante atuou na elaboração das leis, no sentido de adequar a cidade aos ideais modernos.

### 1.5. Feira de Santana: o legal

O Código Tributário do município de Feira de Santana<sup>278</sup>, instituído na gestão de Chico Pinto (PSD), estabeleceu o sistema tributário do município, isto é, definiu os impostos, as infrações e suas respectivas penalidades, isenções, entre outros aspectos. A importância dessa Lei se deve ao fato da cidade não possuir, até então, um Código Tributário, bem como ao grande número de comerciantes não feirenses, que não pagavam impostos, impactando não somente nas receitas da prefeitura, como também nas receitas dos comerciantes feirenses<sup>279</sup>.

No caso dos ambulantes, o Código Tributário determinava o Cadastro do Comércio, da Indústria e das Profissões<sup>280</sup>, o Imposto de Indústrias e Profissões<sup>281</sup> e o Imposto de Licença

<sup>278</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. **Código Tributário**: Lei nº 386, de 28 de agosto de 1963. Feira de Santana, 1963.

<sup>279</sup> PACHECO, 2009, p. 80.

<sup>280</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA, 1963, Art. 139, p. 26.

<sup>281</sup> *Ibidem*, Art. 210, p. 43.

por exercício de comércio eventual ou ambulante e por ocupação de áreas em vias e logradouros públicos<sup>282</sup>. O cadastro consistia no preenchimento de uma ficha contendo informações tais como nome, razão social ou denominação do estabelecimento, localização do estabelecimento e a espécie principal ou acessória da atividade, exigida aos novos e aos já existentes estabelecimentos<sup>283</sup>. Este último era definido como o local do exercício de qualquer atividade profissional, seja permanente ou eventual, seja fixo ou ambulante<sup>284</sup>. O Imposto de Indústrias e Profissões também independia da existência de um estabelecimento fixo<sup>285</sup> e deveria ser pago por semestre ou mensalmente<sup>286</sup>. Já o Imposto de Licença por exercício de comércio eventual ou ambulante poderia ser pago por dia, mês ou ano<sup>287</sup>. O Imposto de Licença por ocupação de áreas em vias e logradouros públicos, por sua vez, era cobrado no momento da instalação de barracas para fins comerciais<sup>288</sup>. Em caso de não pagamento dessas taxas, o Código Tributário estipulava notificação fiscal acrescida de multa e juros, entre outras penalidades<sup>289</sup>. Quanto a ausência de licença, o contribuinte seria imediatamente autuado e multado<sup>290</sup>, bem como apreendida e removida as mercadorias para os depósitos da Prefeitura Municipal<sup>291</sup>.

As tabelas que regulamentavam os Impostos de Licença não constam no Código Tributário de 1963. Todavia, estão presentes na Lei nº 508<sup>292</sup>, constituída na gestão de Joselito Amorim (UDN) a fim de revisar esse sistema de impostos. Por meio dessas listas, foi possível constatar que os ateliers fotográficos pagavam 5% sobre o valor dos contratos de serviços<sup>293</sup>. Já os fotógrafos ambulantes, juntamente com os vendedores de frutas e verduras, pagavam os menores percentuais da taxa de Licença para exercício de comércio eventual ou ambulante. Isto é, por dia 1%; por mês 3%; por ano – 5%<sup>294</sup>. Já as menores taxas de Licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos eram pagas pelos vendedores de doces, 1%

---

<sup>282</sup> Ibidem, Art. 228, p. 48

<sup>283</sup> Ibidem, Art. 147, p. 28 et seq.

<sup>284</sup> Ibidem, Art. 150, p. 29.

<sup>285</sup> Ibidem, Parágrafo Único, p. 44.

<sup>286</sup> Ibidem, Art. 219, p. 47.

<sup>287</sup> Ibidem, Art. 241, p. 50.

<sup>288</sup> Ibidem, Art. 262, p. 53 et seq.

<sup>289</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA, 1963, Parágrafo Único, p. 10.

<sup>290</sup> Ibidem, Art. 97, p. 19.

<sup>291</sup> Ibidem, Art. 263, p. 54.

<sup>292</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. Lei nº 508, de 30 de novembro de 1966. Revisão da Lei nº 386, de 28 de agosto de 1963. Feira de Santana, 1966.

<sup>293</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>294</sup> Ibidem, p. 40 et seq.

por dia, seguidos dos vendedores de frutas, verduras, cereais, comidas e produtos não especificados, 1,5% por dia<sup>295</sup>.

Na tabela não consta a especificação barraca de fotografia instantânea e/ou de fotógrafo ambulante, logo, é provável que esses profissionais entrariam na regra das barracas de produtos não especificados. Nesse sentido, pagavam uma das menores taxas cobrados pelo poder público: 1,5% por dia. O pagamento desse imposto não significava que o espaço ocupado pelas barracas era ilimitado; ao contrário, a lei determinava o limite de um metro e meio quadrado<sup>296</sup>. Dessa maneira, nota-se que os fotógrafos de estúdio pagavam taxas mais altas se comparadas aos fotógrafos ambulantes. Entretanto, entre os estabelecimentos fixos apontados na lista, os impostos pagos pelos fotógrafos de estúdio estavam entre os mais baixos. As casas de jogos, por exemplo, pagavam 15% sobre a receita bruta<sup>297</sup>.

No início da década de 1960, além das penalidades estabelecidas pelo Código Tributário, o fator clandestinidade era determinante para que muitos ambulantes pagassem seus impostos, inclusive, estimulados pela Associação de Feirantes:

Em 1960, ao lado da publicação do chamado da mesa de recebedoria de rendas para pagamento de impostos sobre as vendas na cidade, publicou-se uma nota da Associação de Feirantes pedindo aos seus associados que não deixassem de estar em dias. Neste caso, os participantes da Associação possuíam notas de vendas e procuravam se destacar com relação aos outros feirantes menores que não pagavam impostos.<sup>298</sup>

Logo, entre os vários significados, verifica-se que a quitação das tarifas denotava a não atuação da fiscalização sobre esses trabalhadores e/ou ainda, em casos de retirada ou transferência da barraca, ter meios para negociar com os fiscais um local propício para o desenvolvimento de sua atividade profissional.

No que diz respeito ao Código de Posturas, durante boa parte da década de 1960, a norma de 1937<sup>299</sup> ainda vigorava. A Lei nº 364<sup>300</sup> de 1963 apenas atualizava as multas previstas no Código de 1937. Além disso, um novo Código de Posturas só entrou em vigência

---

<sup>295</sup> Ibidem, p. 45 et seq.

<sup>296</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>297</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>298</sup> PACHECO, 2009, p. 86.

<sup>299</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. **Código de Posturas**: Decreto-Lei nº1, de 29 de dezembro de 1937. Feira de Santana, 1937.

<sup>300</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. Lei nº 364, de 18 de janeiro de 1963. Altera disposições do Decreto-Lei nº1, de 29 de dezembro de 1937. Feira de Santana, 1963.

em 1967<sup>301</sup>, durante a gestão de João Durval Carneiro (ARENA). O Código de 1937 determinava, em relação as vias públicas, licenciamento da prefeitura para ocupar qualquer trecho<sup>302</sup> e a proibição de depósito ou abandono de qualquer volume<sup>303</sup>. Também os passeios deveriam ser mantidos sempre livres de quaisquer objetos<sup>304</sup>. Os ambulantes e carregadores deveriam permanecer o tempo máximo de servir ao cliente<sup>305</sup>. Quanto ao comércio ambulante, estabelecia a necessidade de licenças concebidas pelo prefeito<sup>306</sup>, bem como sua renovação anual<sup>307</sup>. Tal licença era pessoal e paga anualmente<sup>308</sup>. Em caso de ambulantes não licenciados, o Código determinava multa e apreensão das mercadorias<sup>309</sup>. Dessa maneira, nota-se que o Código de Posturas de 1937 marcou o início do reordenamento do centro comercial de Feira de Santana.

Vale ressaltar que o Código de Posturas instituído em 1967, em vários aspectos, se aproximava do último projeto de lei do governo Chico Pinto que:

dispunha sobre o funcionamento da ordem pública, matadouros, higiene dos estabelecimentos comerciais, multas, condução de animais, cães, porcos, cavalos, trânsito nas estradas, condução de boiadas, jogos de azar, uso de andaimes e licença para comércio.<sup>310</sup>

A norma tinha suas orientações formuladas a partir do PDLI<sup>311</sup>. Logo, o foco era o centro e o perímetro urbano da cidade. No tocante ao centro, buscava organizá-lo a partir da definição de locais específicos para cada atividade e do domínio das classes populares. Estavam proibidas: propaganda realizada com alto-falantes; queima de lixo, mesmo que nos próprios quintais; lavagens de roupas em chafarizes e tanques públicos da cidade; criação ou engorda de animais no perímetro urbano; condução de animais com a cabeça para baixo; espetáculos com animais perigosos, como cobras; entre outros elementos<sup>312</sup>. No que concerne ao comércio ambulante, corrobora as orientações do Código de 1937<sup>313</sup>. Isto posto, é possível afirmar que o Código de Posturas de 1967 objetivava reordenar e policiar a zona urbana, de

<sup>301</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. **Código de Posturas**: Lei nº 518, de 6 de janeiro de 1967. Feira de Santana, 1967.

<sup>302</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA, 1937, Art. 11, p. 9.

<sup>303</sup> Ibidem, Art. 12, p. 9.

<sup>304</sup> Ibidem, Art. 25, p. 12.

<sup>305</sup> Ibidem, Art. 116, p. 28 et seq.

<sup>306</sup> Ibidem, Art. 81, p. 21.

<sup>307</sup> Ibidem, Art. 82, p. 21.

<sup>308</sup> Ibidem, Art. 85, p. 22.

<sup>309</sup> Ibidem, Art. 91, p. 23.

<sup>310</sup> PACHECO, 2009, p. 122.

<sup>311</sup> CORRÊA, 2011, p. 99.

<sup>312</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA, 1967.

<sup>313</sup> Ibidem, Art. 173 - Art. 176, p. 42 et seq.

forma geral, e o uso das ruas principalmente, em um contexto de aumento da população, da migração, da urbanização e do trabalho informal. Entretanto, a norma disputava com o legado de anos da feira livre e do cotidiano de trabalhadores.

As normas que foram ratificadas em lei na cidade de Feira de Santana, foram reflexo da consolidação de uma reforma burocrática que vinha acontecendo no país. No Brasil, a burocracia<sup>314</sup> consolidou-se com a reforma na administração pública, ocorrida em 1930. A reforma burocrática, inspirada no modelo weberiano, destinava-se a promover a centralização, a padronização e a racionalização do serviço público<sup>315</sup>; tal como combater o patrimonialismo e o clientelismo, apontados como responsáveis pelo atraso econômico do país. Com as reformas, aumentou-se as exigências por documentos, a maioria deles com fotografias, ampliando assim a necessidade de profissionais que realizassem esta atividade em todo território nacional, análise reservada ao próximo tópico.

## 1.6. O Estado, a burocracia, o cidadão e o lambe-lambe

Para tirar o país do atraso econômico, principal objetivo das reformas burocráticas, foram criados inúmeros institutos, conselhos e departamentos, a exemplo, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930 e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938<sup>316</sup>. Na gestão JK (PSD) (1956-1960), em função do seu Programa de Metas, acreditava-se na necessidade de estruturas flexíveis, não-burocráticas e com maior autonomia. Por isso, foram concebidos órgãos paralelos à burocracia tradicional, como os Grupos Executivos e Conselhos de Desenvolvimento, a Comissão de Simplificação Burocrática (COSB) e a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (CEPA), visando

---

<sup>314</sup> “Uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado, que deve agir segundo critérios impessoais e métodos racionais”. In: MOTTA, Fernando C. Prestes. **O que é burocracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 7.

<sup>315</sup> COSTA, Frederico Lustosa da. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas**. Revista de Administração Pública (RAP), Rio de Janeiro, vol. 42, n. 5, set/out. 2008. p. 829-874. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>> Acesso em: 31 maio 2016. p. 844-846.

<sup>316</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Burocracia pública e Estado no Brasil**. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 11, setembro/outubro/novembro, 2007. p. 1-65. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>>. Acesso em: 31 maio 2016. p.24-26.

reformas globais no aparelho do Estado<sup>317</sup>. As reformas eram pensadas mediante a delegação de competências e de responsabilidades e mudanças nos processos administrativos, respectivamente<sup>318</sup>.

No governo de Goulart (PTB) (1961-1964) e nos ditatoriais subsequentes, o movimento de reformas continuou presente. Goulart nomeou o deputado Amaral Peixoto para o cargo de Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa com a missão de promover a descentralização administrativa buscada desde o governo JK. Entretanto, com o golpe militar de 1964, o projeto de lei elaborado pela Comissão Amaral Peixoto foi retirado do Congresso Nacional, reexaminado pela Comissão Especial de Estudos da Reforma Administrativa (COMESTRA) e pela Assessoria Especial de Estudos de Reforma Administrativa (ASESTRA), resultando no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, conhecido como reforma burocrática de 1967. Isto é, as inovações introduzidas nesta reforma foram frutos de estudos realizados na COSB, na CEPA e na Comissão Amaral Peixoto<sup>319</sup>.

Vale ressaltar, que as reformas burocráticas de 1930 e de 1967 foram ferramentas de intervenção estatal na vida econômica e social do país<sup>320</sup>. Sobre esse último aspecto, nota-se que as reformas impactaram no cotidiano do cidadão por meio da exigência de grande número de documentos pessoais. O Estado começou a organizar o mundo através dos documentos, visando o controle, a regulação, a coerção, o exercício do poder simbólico e a classificação burocrática<sup>321</sup>. Esta última, consistia em classificar no formulário o que não estava classificado<sup>322</sup>, se materializando nos documentos pessoais. Assim, por exemplo, o nascimento de uma criança só passa a existir aos olhos do Estado a partir da Certidão de Nascimento. Isto é, a partir de um documento pessoal, baseado na linguagem escrita, vocabulário jurídico e legitimado pelo Estado, atado a outras informações produzidas do mesmo modo em outra instituição burocrática. Dessa forma, o Estado forjava o cidadão através dos documentos pessoais. Como lembra Pinto:

---

<sup>317</sup> “Organização burocrática, e, portanto, uma estrutura de dominação, constituída de uma elite dirigente, de um funcionalismo civil e de um funcionalismo militar, dotada de poder de legislar e de tributar”. In: MOTTA, 1988, p. 25.

<sup>318</sup> RIBEIRO, Sheila Maria Reis. **Reforma do aparelho de Estado no Brasil: uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90**. In: Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 7., 2002, Lisboa. Anais... Lisboa, 2002. p. 1-21. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intrahoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043326.pdf>> Acesso em: 31 maio 2016. p. 3.

<sup>319</sup> COSTA, 2008, p. 849 et seq.

<sup>320</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 17.

<sup>321</sup> PINTO, Danilo César Souza. **A burocracia vista do cartório: uma análise antropológica da burocracia estatal**. 2007. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. 2007. p. 69-81.

<sup>322</sup> Ibidem, p. 43.

O documento faz o cidadão. Sem o documento “magicamente”, a pessoa deixa de ser cidadão, perdendo alguns de seus direitos. Sem o número no papel que o Estado concede as pessoas, elas ficam imobilizadas, pois não podem transitar onde o Estado se faça presente.<sup>323</sup>

Conscientes dessa prerrogativa, as pessoas, de forma geral, passaram a reconhecer a importância de requererem seus documentos pessoais, ainda que não existisse uma coerção direta. Atualmente, devido as reformas burocráticas, os principais documentos pessoais que todo cidadão deve ter são: Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho, Título de Eleitor e a Reservista para os homens. A Certidão de Nascimento, por sua vez, é a base para a obtenção do RG, fundamental para adquirir os outros documentos<sup>324</sup>. O CPF, antigo Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CIC), apesar de trazer poucas informações sobre o titular, é fundamental para realizar transações financeiras. Já a Carteira de Trabalho, apesar de descrever informações semelhantes ao RG, é um documento símbolo da relação trabalhador/Estado. A carteira de trabalho foi forjada na década de 1930, como documento essencial que garantiria os direitos aos trabalhadores. Por fim, o Título de Eleitor e a Reservista são documentos pessoais menos solicitados, mas nem por isso menos importantes. O primeiro garante o direito ao voto e o segundo informa suas obrigações militares.<sup>325</sup> Dessa forma, “o indivíduo torna-se cidadão por sua carteira de identidade”<sup>326</sup> e assume seus papéis sociais, como consumidor, trabalhador, eleitor, entre outros, a partir dos demais documentos pessoais<sup>327</sup>. Portanto, percebe-se a importância dos documentos pessoais, desde a reforma de 1930 em um contexto de intensa burocratização, até a reforma de 1967 em uma conjuntura de Ditadura Militar, quando a intervenção e o controle estatal se fizeram ainda mais presentes em todos os âmbitos. Durante o século XX cresceu o número de documentos pessoais exigidos pelo Estado brasileiro, como também os trâmites burocráticos para requerer essa documentação.

Um elemento importante para pesquisa diz respeito a exigência de fotografia na maioria dos documentos, como RG, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho, carteira do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)<sup>328</sup>, inclusive documentos de alcance regional e/ou local, como carteira estudantil e carteira de clubes. Vale salientar, que a fotografia é

---

<sup>323</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>324</sup> Ibidem, p.42 et seq.

<sup>325</sup> Ibidem, p. 78-80.

<sup>326</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>327</sup> PINTO, 2007, p. 84.

<sup>328</sup> Atualmente, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

entendida como a prova documental<sup>329</sup> de que o portador era de fato o dono do documento. Com isso, aumentou a demanda por fotografias em todo o território nacional. Os fotógrafos lambe-lambes absorveram essa demanda pela rapidez na entrega da fotografia, já que eram os únicos no mercado a entregar a foto em 20 minutos ou menos, no método antigo com a chapa de vidro e secagem ao ar livre. Os estúdios, por outro lado, pediam três a quatro dias para entregar o material.<sup>330</sup> Conseqüentemente, a partir dos anos de 1950, o retrato para documento passou a ser o principal nicho de mercado do lambe-lambe<sup>331</sup>.

Como exposto anteriormente, os primeiros fotógrafos ambulantes a atuarem no Brasil eram, em sua maioria, estrangeiros, devido aos estímulos governamentais dados a imigração. A partir de 1940, os migrantes nordestinos, em função do êxodo rural, começaram a substituir essa primeira geração de fotógrafos ambulantes<sup>332</sup>. O período de ouro dessa atividade profissional teria sido registrado entre as décadas de 1920 a 1940, seguido da febre do 3x4, que emergiu logo em seguida, mais especificamente entre as décadas de 1950 a 1980<sup>333</sup>, devido às exigências deste tipo de retrato para documentos.

No final da década de 1970, a burocracia na administração pública e no aparelho do Estado foi associada ao sistema autoritário implantado com o golpe militar<sup>334</sup>. Por meio do Ministério da Desburocratização, comandado por Hélio Beltrão, o Programa Nacional de Desburocratização, instituído pelo Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979, criticava a centralização, as normas rígidas e o excesso de burocracia<sup>335</sup>, em favor da supressão de etapas, de documentos e da fotografia, em alguns casos. Simplificou-se o processamento do registro de nascimento, reconhecimento de firmas, alistamento eleitoral, inscrição em concursos, etc. Em alguns casos, eliminou-se a anexação da fotografia.<sup>336</sup> Por consequência, houve uma queda na demanda de fotografias para documentos, fato que diminuiu a renda, bem como o número de fotógrafos lambe-lambes no início da década de 1980.

<sup>329</sup> Segundo o Código de Processo Civil (CPC), “a fotografia é considerada como meio de prova documental, estando inserta na Seção V (Da prova documental), subseção I (da força probante dos documentos)”. In: DANTAS, Rodrigo Tourinho. **A fotografia digital como meio de prova no processo civil e trabalhista**. 2007. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9642/a-fotografia-digital-como-meio-de-prova-no-processo-civil-e-trabalhista>> Acesso em: 28 jun. 2016.

<sup>330</sup> FRANCO, 2011. p.13.

<sup>331</sup> FUKELMAN, Clarisse; LIMA, Patrícia Souza. **Artes de sobrevivência em ofícios ambulantes**. 2003. Disponível em: <[http://www.mao.org.br/wp-content/uploads/fukelman\\_01.pdf](http://www.mao.org.br/wp-content/uploads/fukelman_01.pdf)> Acesso em: 19 fev. 2011. p. 21.

<sup>332</sup> ÁGUEDA, 2008, p. 79 et seq.

<sup>333</sup> FUKELMAN; LIMA, op. cit., p. 21.

<sup>334</sup> COSTA, 2008, p. 853.

<sup>335</sup> BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 38.

<sup>336</sup> WAHRLICH, Beatriz. **Desburocratização e Desestatização**: Novas considerações sobre as prioridades brasileiras de Reforma Administrativa na década de 80. Revista de Administração Pública (RAP), Rio de Janeiro, vol. 18, n.4, out./dez. 1984. p. 72-87. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/14953>> Acesso em: 31 maio 2016. p. 77.

Os elementos abordados demonstram que as reformas burocráticas promovidas ao longo do século XX geraram tanto a promoção quanto a supressão de um nicho de mercado para os fotógrafos ambulantes.

Ao longo desse capítulo, construiu-se um breve cenário de Feira de Santana, a partir da década de 1950, com o propósito de evidenciar a emergência da imagem de cidade comercial/moderna/progresso. Foi demonstrado também que, a partir da década de 1970, ocorreu a ascensão da representação de cidade industrializada/em desenvolvimento, implicando no desenvolvimento urbano, econômico, político e social da urbe. O ofício de lambe-lambe era desenvolvido nessa conjuntura, sofrendo os impactos da mesma. Portanto, é essencial compreender quem eram estes fotógrafos ambulantes e como atuavam no centro comercial citadino, tema que será abordado no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 2. A LABUTA DO LAMBE-LAMBE: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DE LAMBE-LAMBES EM FEIRA DE SANTANA**

A situação antigamente era muito difícil para o pobre [...] na minha época a gente não estudava, não tinha possibilidade de colocar a gente para estudar, a gente tinha que trabalhar, eu mesmo dei duro com meu pai, quando meu pai chegou aqui, meu pai foi construtor. [...] Era três irmãos homens. Eu era o caçula dos homens. E tinha quatro meninas. [...] Meu pai também não tinha estudo. O pouco conhecimento que tenho, meu pai passou para mim.<sup>337</sup>

O relato deste capítulo tem por base as narrativas orais de três lambe-lambes que iniciaram suas atividades profissionais em Feira de Santana nos anos de 1960 e 1970, são eles: José Carlos da Silva, Francisco Bernardo de Souza, conhecido como Titico e Evandro da Silva. O objetivo é identificar o lugar de seus discursos sobre si e sobre o mundo, explorar a diversidade de significados atribuídos às suas experiências, apontar as relações de solidariedade e de conflito presentes entre os lambe-lambes e, por fim, detalhar as práticas, as técnicas, as dinâmicas e as rotinas de trabalho desses fotógrafos.

Com origens diversas, esses retratistas possuem alguns elementos em comum: eram homens com pouca escolaridade, adquiriram o saber profissional através da experiência e eram migrantes<sup>338</sup> ou filhos de migrantes. Apesar de terem trajetórias de vida distintas, esses lambe-lambes se aproximam por meio de suas vivências de trabalho, produzindo sentidos e significados partilhados. Zé Carlos, nascido em 1952; Titico, nascido em 1948; e Evandro, nascido em 1964; são os mais antigos fotógrafos lambe-lambes que ainda exercem a atividade profissional na praça Bernardino Bahia, conhecida praça do lambe-lambe, localizada na avenida Senhor dos Passos, centro comercial de Feira de Santana. Por isso, vivenciaram diversas mudanças durante seus caminhos profissionais.

Através de suas lembranças, esses lambe-lambes trouxeram inúmeras informações, questões, práticas e vivências que remetem ao passado como idealização, tempo da fartura, da alegria e da saudade. Além de reconstruir suas memórias no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais do grupo, por exemplo, enfatizaram como era a prática de tabelar os preços das fotografias no período entre 1960 e 1980, enquanto, contemporaneamente, cada fotógrafo estabelece de forma independente o valor do seu trabalho.

---

<sup>337</sup> SOUZA, Francisco Bernardo de. Depoimento. [23 de mar. 2016h] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

<sup>338</sup> Refere-se ao deslocamento de indivíduos dentro de um país de forma temporária ou permanente.

## 2.1. Lambe-lambe por herança do pai

Em 1968, José Carlos da Silva, nascido em 1952, no município de Porto Real do Colégio, estado de Alagoas, chegou a Feira de Santana, acompanhando o pai – Saturnino Carlos da Silva – e a mãe – Edna Carlos da Silva. O casal migrou, pois, buscava melhores condições de vida. S. Saturnino era fotógrafo lambe-lambe, mas quase não se fixava em canto nenhum, pois trabalhava nas feiras livres e nas missões “batendo as chapas”. Com 13 anos de idade, S. Zé Carlos, o mais velho de três meninos e quatro meninas, filhos do casal, já acompanhava o pai em suas viagens, por conta da necessidade de ajudar no sustento da família, o que lhe impediu de estudar: “Minha família precisava muito de mim, aí eu tinha que escolher: ou trabalhar ou estudar, fui trabalhar para dar comida à família”.<sup>339</sup>

Em uma das suas andanças, S. Saturnino foi informado que Feira de Santana era uma cidade boa para morar e trabalhar, por isso se mudou com toda a família para o município. Nesse caso, percebe-se que a representação de cidade em desenvolvimento, forjada pela imprensa<sup>340</sup>, pelos políticos e empresários locais<sup>341</sup>, em virtude da instalação de indústrias,<sup>342</sup> seduzia migrantes de várias regiões. Além disso, as secas registradas nas regiões próximas ao município<sup>343</sup> também contribuía para o aumento das migrações para Feira de Santana.

Na chegada à cidade, a família se estabeleceu no bairro Queimadinha, em uma casa alugada. De acordo com Morais<sup>344</sup>, este era um local que abrigava, sobretudo, migrantes. Mas, de forma geral, os migrantes, devido às dificuldades de encontrar emprego na cidade, em função da falta de qualificação profissional para os empregos formais, e ainda dos preços dos aluguéis praticados, mudavam-se constantemente de endereço<sup>345</sup>. A oferta de empregos,

<sup>339</sup> SILVA, José Carlos da. Depoimento. [18 de fev. 2016d] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

<sup>340</sup> SANTOS, Grazyelle Reis dos. **Literatura e cultura em Feira de Santana: práticas, usos e tendências em impressos da Folha do Norte (1951-1969)**. 2008. 245f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008. p. 58.

<sup>341</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>342</sup> FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996**. 1998. 189f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998. p. 127.

<sup>343</sup> MUNIZ, Manuela da Silva. **Em busca da experiência: paternalismo, lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991)**. 2011, 199f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011. p. 50.

<sup>344</sup> MORAIS, Ana Angélica Vergne de. (Org.). **Conhecendo Feira de Santana: olhares sobre a cidade**. Feira de Santana: UEFS, 2004. p. 35.

<sup>345</sup> SANTA BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana-BA (1929-1964)**. 2007. 121f. Dissertação

especialmente no setor industrial, não acompanhou o aumento populacional registrado na urbe feirense<sup>346</sup>. Dessa maneira, cresceu o trabalho informal, principalmente na feira livre, devido à acessibilidade de comprar os produtos com os atacadistas<sup>347</sup>. No caso do S. Saturnino e de S. Zé Carlos, o labor diário de fotógrafo ambulante ocorria na feira livre graças à existência de clientela no local.

No que diz respeito à profissionalização de S. Zé Carlos, nota-se que aconteceu muito cedo por meio da condição de aprendiz: “Meu pai fazia foto em casa também e eu ficava ali, ajudando, lavando fotografia, me botava para fazer foto no ampliador. Aí eu aprendi, comecei a viajar com ele”<sup>348</sup>. Assim, através da observação e da vivência, S. Zé Carlos aprendeu a técnica fotográfica. O lambe-lambe conta que quando chegou a Feira de Santana, com 16 anos de idade, já tinha sua máquina fotográfica. Quer dizer, o jovem já dominava a técnica e podia conquistar sua própria clientela.

Segundo suas lembranças, quando chegou à cidade havia apenas três fotógrafos lambe-lambes instalados no passeio da residência do político João Marinho Falcão, localizada na esquina da avenida Senhor dos Passos com a praça Bernardino Bahia: “[Em 1968] tinha João Jeremoabo, Zé do Cavalinho e Manuel Brito, mais meu pai, quatro [Foto Feira], mais eu, cinco [Foto Silva]”<sup>349</sup>.

De acordo com o retratista, no início da década de 1970, os lambe-lambes mudaram-se para o interior da praça Bernardino Bahia, motivados pela localização privilegiada do local, que garantia proximidade do centro comercial feirense, fator que garantia amplo fluxo de clientes, como veremos posteriormente. Ainda nos anos de 1970, outros integrantes da família Silva começaram a trabalhar no local. No primeiro momento, o filho de S. Saturnino, Lúcio, com a barraca Foto Ideal. Já por volta de 1976, o irmão de S. Saturnino, Francisco Carlos da Silva, conhecido como Véio Chico, vindo do município de Paulo Afonso, abriu a barraca Mini-foto rápida, além de confeccionar máquinas fotográficas. E no ano de 1981, S. Valtenir Carlos da Conceição, filho de Véio Chico, se estabeleceu na praça com a barraca Foto Oceano. Observa-se, portanto, que o número de lambe-lambes ampliou-se devido à

---

(Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. p. 49

<sup>346</sup> FREITAS, 1998, p. 134.

<sup>347</sup> PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). 2009. 202f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009. p. 116.

<sup>348</sup> SILVA, 2016d.

<sup>349</sup> Ibidem, loc. cit.

constante chegada de migrantes que constituíam grande parte desse grupo profissional e também da sua clientela.

Ao lembrar a década de 1970, S. Zé Carlos conta com alegria como era ser um fotógrafo lambe-lambe: “era gracioso ser fotógrafo naquela época, era muito bom, eu tinha prazer em ser fotógrafo [...] foi uma época muito boa. [...] A foto vinha arrumadinha, bonitinha. O povo não reclamava, o povo amava a fotografia da gente”<sup>350</sup>. A fala evidencia o orgulho da profissão e a qualidade da fotografia produzida. Por outro lado, a nostalgia dessa narrativa pode estar associada à alta demanda por fotografia para documentos, fruto de um Estado altamente burocratizado, após o golpe militar, como tratado no capítulo anterior; e da supressão de grande parte desse nicho mercadológico por parte dos fotógrafos ambulantes, já que “eram os únicos no mercado a entregar a foto em 20 minutos ou menos no método antigo com a chapa de vidro e secagem ao ar livre”<sup>351</sup>. Segundo as memórias de S. Zé Carlos:

[...] tinha muitos clientes. A melhor época foi no preto e branco, que era o verdadeiro lambe-lambe, a gente era conhecido por lambe-lambe por entregar a foto muito rápido, entendeu? Fazia tudo ali, porque a máquina era o próprio laboratório. Tinha dia que a gente não dava conta do serviço, já cansei de sair daqui [praça] à noite fotografando, em época de matrícula aqui, sai daqui quase 9h da noite fazendo foto debaixo de lâmpada. Chegava aqui 6 da manhã, aí o pau quebrava, já tinha cliente esperando a gente. [...] A gente às vezes trabalhava até aos domingos, dava serviço, [...] vim para aqui, abria, botava em prática, aparecia cliente, a gente ganhava dinheiro, domingo às vezes até meio dia a gente enchia o bolso.<sup>352</sup>

Dessa forma, na década de 1970, o bom rendimento na praça Bernardino Bahia permitiu a melhora das condições de vida familiares, como por exemplo, a compra da casa própria. Tal fato, provavelmente, significou uma ascensão social, graças a saída de um bairro popular, a Queimadinha, para uma habitação localizada no centro de Feira de Santana, na rua Santos Reis. Segundo o relato, o lucro dessa atividade profissional justifica o desinteresse em abrir um estúdio fotográfico: “Era tão bom que eu não pensava em estúdio. Minha renda era ótima. Era bolso cheio todo dia. Meu carro só andava com tanque cheio. Eu trocava de carro todo ano”<sup>353</sup>. Ainda que não seja possível quantificar essa renda, é preciso ter cuidado em relação à reconstrução da memória, processo marcado por ressignificações do passado. Muitas

<sup>350</sup> SILVA, 2016d.

<sup>351</sup> FRANCO, Marcelo Messias Horta. **Profissões em extinção: o caso do fotógrafo lambe-lambe**. 2004. 65f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d25-mfranco.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2011. p.13

<sup>352</sup> SILVA, op. cit.

<sup>353</sup> Ibidem, loc. cit.

vezes, a memória informa menos sobre o passado do que sobre presente. No que diz respeito aos lambe-lambes, deve-se levar em consideração, principalmente, a atual situação do grupo que hoje convive com a baixa demanda pelos serviços e, conseqüentemente, com a diminuição significativa dos rendimentos.

É provável que os fotógrafos, de fato, não tivessem uma receita ruim, uma vez que, os diversos documentos exigiam diferentes fotografias. Dessa maneira, existia demanda, não só de Feira de Santana, mas também das cidades circunvizinhas que não contavam com fotógrafos. Certamente, os rendimentos tornavam-se ainda maiores durante o período de matrículas escolares, quando o movimento aumentava: “de dezembro a março, a gente não dava conta do trabalho, eu saía com os bolsos pesados. Era a época das vacas gordas”<sup>354</sup>. Além disso, como mencionado anteriormente, os lambe-lambes realizavam serviços fora da praça, como aniversários, casamentos, entre outros eventos. Ademais, eram preferidos pelas camadas populares devido aos preços mais baixos e à rapidez da entrega.

Por outro lado, o aumento progressivo do número de lambe-lambes na praça Bernardino Bahia, na década de 1970, como também foi evidenciado, impactou na receita dos primeiros fotógrafos ambulantes instalados no local, como é o caso de S. Saturnino e de S. Zé Carlos. Em outras palavras, mais concorrentes dentro da praça, ainda que a demanda fosse extensa, podia gerar diminuição dos lucros.

Em função do aumento da concorrência no interior da praça, o incentivo para se tornar lambe-lambe estava associado, sobretudo, a laços sociais de tipo familiar; e, em menor grau, dos laços sociais constituídos em relações de proximidade, como vizinhança:

[incentivo] não ocorria com todo mundo [refere-se aos fotógrafos] tem o bom senso de ajudar alguém. [...] Também não era com todo mundo [de fora] tinha que ter um conhecimento, uma amizade próxima, gostar da pessoa e ver que a pessoa leva jeito, que vai valer a pena você colocar aquela pessoa na profissão. Não era muito comum [o incentivo], nem ensinar a técnica, porque se fosse assim, vamos supor se tivesse 10 fotógrafos ia para 60, disparava e chegou o limite.<sup>355</sup>

S. Saturnino e Véio Chico, seu irmão, trabalharam na praça até falecerem, na década de 1980 e na década de 1990, respectivamente. Lúcio, filho de S. Saturnino, permaneceu na praça até o ano de 2001. Sobre essa situação, vale ressaltar que nos anos 2000, os trinta profissionais que ainda exerciam seu ofício na praça foram retirados em decorrência das

<sup>354</sup> SILVA, José Carlos da. Depoimento. [15 de abr. 2016f] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

<sup>355</sup> Ibidem, loc. cit.

reformas pela qual a mesma iria passar. Os fotógrafos foram transferidos para o meio da rua Francelino Pereira, localizada ao lado da praça, onde permaneceram até o ano de 2004, quando enfrentaram outra transferência, agora para a rua Libânio de Moraes.

Não demorou e os problemas decorrentes da saída da praça começaram a aparecer. Dentre eles, destacam-se: a queda do número de clientes devido às novas instalações estarem localizadas num local estreito e escondido. Como lembram os fotógrafos, “[...] as barracas estão muito juntas umas das outras [...]”<sup>356</sup>; além disso, as informações sobre as transferências demoraram de circular entre os clientes: “Agora só falta alguns clientes que ainda não estão informados sobre a mudança do local se adaptarem às novas instalações”<sup>357</sup>.

Na nova organização, os fotógrafos instalados nas esquinas do beco tiveram algum privilégio: “De maneira geral, estes acabam absorvendo a maioria dos clientes e os que estão situados no centro da “rua”, ficam prejudicados, chegando a passar o dia inteiro sem tirar sequer uma foto”<sup>358</sup>. Os trabalhadores sofreram, ainda, com a insalubridade do local de trabalho: “Os fotógrafos lambe-lambe que foram alocados neste local são os mais prejudicados com o mau cheiro, pois afugenta sua clientela. Para agravar a situação, recentemente, o setor de limpeza pública fixou tambores de lixo junto às barracas”<sup>359</sup>. A intensificação da concorrência entre eles também trouxe prejuízos, devido aos “transtornos e concorrência desleal promovidas por outros em locais estratégicos, por exemplo, próximo ao SAC”<sup>360</sup>. Todos estes problemas levaram ao fechamento de seis barracas<sup>361</sup>, dentre elas, a de Lúcio, que desde então se tornou pescador. S. Zé Carlos e S. Valtenir, filho e sobrinho de S. Saturnino, respectivamente, ainda exercem a profissão na praça.

Após essa pequena apresentação da trajetória de S. Zé Carlos enquanto fotógrafo ambulante e dos momentos áureos e de descenso da profissão, cabe refletir sobre os caminhos trilhados pelos outros dois profissionais mencionados no início do capítulo. A seguir, será apresentada a trajetória de S. Titico.

<sup>356</sup> ARAÚJO, Carlos Alberto. Lambe-lambe: história, dificuldade e realidade. **Folha do Estado**. Feira de Santana, ano 5, n.1458, 25 jul. 2004. p. 6.

<sup>357</sup> SANTANA, Edmilson da Silva. “Lambe-lambe” com preço atraente para se tornar mais competitivos. **Noite e Dia**. Feira de Santana, ano 6, n. 296, 30 jun. a 05 ago. 2004. p. 3.

<sup>358</sup> ZÉ NETO EXIGE RETORNO DOS FOTÓGRAFOS PARA A PRAÇA DO LAMBE-LAMBE. **Noite e Dia**. Feira de Santana, ano 6, n. 230, 27 ago a 02 set. 2004. Política, p. 3.

<sup>359</sup> BARRETO, Marialvo. **Indicação nº 303/2005**. Câmara Municipal de Feira de Santana, Salas das Sessões, 11 abr. 2005.

<sup>360</sup> BRITO, Antonio Renilton. **Indicação nº 500/2005**. Câmara Municipal de Feira de Santana, Salas das Sessões, 30 mai. 2005.; TOURINHO, Roberto. **Indicação nº 181/2005**. Câmara Municipal de Feira de Santana, Salas das Sessões, 25 mai. 2005.

<sup>361</sup> ARAÚJO, op. cit., loc. cit.

## 2.2. Um boxeador lambe-lambe

Natural do estado da Paraíba, Francisco Bernardo de Souza, mais conhecido como Titico, nasceu em 1948. Filho de Antônio Bernardo da Silva, pedreiro, e Terocada de Souza, costureira, tomou o rumo de Feira de Santana com apenas 1 ano de idade. Nos anos de 1950, como analisado no primeiro capítulo, Feira de Santana ascendia como entroncamento rodoviário e como entreposto comercial, colaborando para a integração e expansão do mercado nacional. A partir de então, graças ao seu comércio, a urbe feirense era representada como cidade moderna e cidade progresso<sup>362</sup>, atraindo muitos migrantes para o local, como foi o caso de S. Titico e família.

Chegando em Feira de Santana, a família residiu em vários bairros, dentre eles, Pedra do Descanso, Brasília e Queimadinha. Como lembra Titico: “Morei na Pedra do Descanso. Minha mãe teve uma filha lá. Era de aluguel. Moramos na rua Alberto Campos Boaventura [bairro Brasília] de aluguel, Artur Bernardes [bairro Queimadinha] e Alcides Fadiga [bairro Queimadinha]”<sup>363</sup>. A casa própria foi conquistada somente na década de 1960, com a compra de um terreno na rua Wenceslau Braz no bairro Queimadinha onde residiam, principalmente, migrantes<sup>364</sup>. S. Titico conta que antes da vinda da sua família alguns parentes já haviam se estabelecido em Feira de Santana, no bairro DNER.

Segundo Freitas, entre as décadas de 1940 e 1960, a expansão urbana em Feira de Santana se deu em todas as direções, predominando na porção leste com o crescimento do bairro Brasília, por exemplo. Nesse contexto, como consequência do crescimento urbano, apareceram os bairros populares mais afastados do centro, como é o caso da Pedra do Descanso<sup>365</sup>. Logo, percebe-se que a família Souza, em suas frequentes mudanças, residiu em bairros habitados pela população de baixa renda.

Entre as alternativas utilizadas pelos migrantes a fim de tornar mais acessíveis os aluguéis das moradias em Feira de Santana estavam a divisão do aluguel de uma casa e

---

<sup>362</sup> MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**. 2009, 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009. p. 77.

<sup>363</sup> SOUZA, Francisco Bernardo. Depoimento. [19 de fev. 2016g] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

<sup>364</sup> MORAIS, 2004, p. 35.

<sup>365</sup> FREITAS, 1998, p. 113.

quartos/cômodos alugados para abrigar uma família inteira<sup>366</sup>. Além disso, as constantes mudanças de endereço eram comuns “dada a escassez de casas populares e a flutuação no preço dos aluguéis”<sup>367</sup>. A partir da década de 1970, as áreas de expansão de Feira de Santana resultaram da ocupação de terrenos por migrantes, que tinham seus aluguéis atrasados, e/ou por moradores de rua<sup>368</sup>.

Ainda que com dificuldades referentes à moradia, especialmente nos primeiros momentos, muitos migrantes conseguiram se estabelecer profissionalmente, a exemplo do patriarca da família Souza. S. Antônio chegou em Feira de Santana com o intento de encontrar trabalho na cidade que era apresentada pelos jornais, empresários e políticos feirenses como moderna e progressista. O pai de família era pedreiro e conquistou clientes ilustres, como João Marinho Falcão e Jonas Carvalho. Em todos os serviços ele levava os três filhos para que aprendessem a profissão desde cedo, por meio da vivência. Ao lembrar desse tempo, S. Titico qualifica sua infância como sofrida, pois não pôde estudar. No entanto, não deixa de demarcar que, apesar das adversidades, os momentos de criança também foram atravessados por situações alegres, por desfrutar de uma cidade ainda pouco habitada: “ali, eu menino, naquele lado que chama Jussara [bairro] [...] ali tinha um tanque que eu tomava banho dentro, chamava o tanque de Lucas, a gente tinha medo quando falava em Lucas [refere-se a Lucas da Feira]”<sup>369</sup>; “era tudo mato ali [refere-se ao bairro Estação Nova]. Eu catava licuri<sup>370</sup>, caju dentro do mato”<sup>371</sup>. O lambe-lambe, apesar de não ser feirense por nascimento, demonstra um sentimento de pertença à cidade: “Eu nasci fora, mas me criei aqui mesmo. Cheguei com um ano de idade. Minha infância foi toda aqui. O que você procurar aqui sobre Feira e o interior de Feira eu conheço tudo, agora o Norte<sup>372</sup> não, porque eu nasci e vim para cá”<sup>373</sup>.

Por volta de 1960, antes de tornar-se fotógrafo lambe-lambe, S. Titico começou a treinar na academia *Atleta Feirense* e tomou gosto pelo esporte, sua grande paixão. Logo depois iniciou a luta livre em circo. Em 1968, tentou a sorte em São Paulo, compondo a estatística das migrações para aquela cidade. Naquele contexto, a Bahia representava 25,3%

<sup>366</sup> SILVA, Mayara Plácido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)**. 2012, 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012. p. 86 et seq.; p. 102.

<sup>367</sup> SANTA BÁRBARA, 2007, p. 49.

<sup>368</sup> MUNIZ, 2011, p. 66 et seq.

<sup>369</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>370</sup> Também conhecido como uricuri.

<sup>371</sup> SOUZA, op. cit.

<sup>372</sup> Norte refere-se ao estado da Paraíba. Entre os anos de 1913 a 1940, os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas faziam parte da região Norte Oriental. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_evolucao.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm)> Acesso em: 25 maio 2016.

<sup>373</sup> SOUZA, op. cit.

do total de migrantes para São Paulo<sup>374</sup>. Na capital paulista, Titico trabalhou em um atelier fotográfico, onde aprendeu as primeiras noções da técnica fotográfica. Permaneceu um pouco mais de um ano no local, retornando para Feira de Santana. Tentou se estabelecer pelo esporte, trabalhando em academias nos municípios baianos de Euclides da Cunha e Senhor do Bonfim. Entretanto, por volta de 1972, optou pela profissão de lambe-lambe. Nesse percurso narrativo, sem deixar de levar em consideração a ausência de educação formal e de qualificação profissional, nota-se que suas escolhas profissionais se distanciam do setor formal de trabalho. Dessa maneira, observa-se a predileção de Titico em não se incorporar ao trabalho normatizador e assalariado.

Ao retornar a Feira de Santana, o fotógrafo voltou a morar de aluguel, agora na rua Senador Quintino, bairro Olhos d'Água, juntamente com a mãe e as irmãs, em função da separação dos pais, ocorrida em 1970:

Quando vim de lá [São Paulo] já vim com um pouco de noção de foto, aí uma pessoa me incentivou para entrar aqui e eu entrei. Comprei uma barraca e comecei a trabalhar para mim mesmo. Era lambe-lambe também. S. Saturnino [pai de S. Zé Carlos]. É o seguinte, sempre todos nós temos que procurar melhora, não é isso? Então quando eu vim para cá [praça] foi melhor para mim porque eu andava muito, viajava muito, e aqui eu comecei a parar e me dedicar mais ao meu trabalho, aqui eu comprei máquina.<sup>375</sup>

Esse incentivo ocorreu porque S. Titico era conhecido de S. Saturnino e treinava com o cunhado do dono da barraca, S. Rubens:

[...] quando cheguei aqui conversando com Saturno, aí ele me falou que o rapaz estava com a banca pra vender aqui, era fotógrafo também, saiu daqui montou um foto [estúdio] na Getúlio Vargas, aí ele me deu esse incentivo para eu vim, me deu uma força, disse que era bom.<sup>376</sup>

O apoio de lambe-lambes aos outros concorrentes não era uma prática comum e corriqueira, nem poderia ser, pois acarretaria em maiores disputas por clientes. Tal situação só ocorria com parentes e/ou amigos, ou seja, laços sociais de tipo familiar e/ou de proximidade. Além disso, a fala evidencia a necessidade de tomar informações sobre a venda de pontos

<sup>374</sup> SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 48.

<sup>375</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>376</sup> Idem. Depoimento. [15 de abr. 2016i] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

com integrantes do grupo profissional, o que corrobora sobre a importância dos laços sociais no ambiente da praça.

S. Titico conta que a transação envolvia a compra do ponto, da barraca de lona e da máquina do lambe-lambe. O valor não era acessível: “Eu estava com o trocadozinho, peguei e comprei a barraca. Na época era caro, não era barato, eu ainda comprei nem paguei todo, dei uma entrada e ele parcelou a outra”<sup>377</sup>. Todavia, o retorno era garantido, principalmente, pela localização da barraca, defronte ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)<sup>378</sup>. O lambe-lambe fez questão de enfatizar que todos os colegas de trabalho, independentemente da localização da barraca, trabalhavam tanto quanto ele. Porém, sem dúvidas, as barracas localizadas nas entradas da praça eram preferidas se comparadas àquelas localizadas, por exemplo, no meio da praça, exceto se o cliente já tivesse uma preferência por tal fotógrafo. Além disso, os fotógrafos veteranos, certamente, detinham os melhores lugares. Provavelmente, a grande demanda amenizava os eventuais efeitos de uma localização menos privilegiada.

Quando eu comecei a trabalhar aqui, eu trabalhava do lado de lá [na porta do INSS], porque tinha quatro entradas aqui, agora era estreita. Era fila para gente trabalhar. Na época de colégio, eu cortava uma caixa de papel é 100 folhas, às vezes eu cortava quase duas caixas num dia aqui. No INSS aí que a pessoa tinha que ter a fotografia para fazer o cartão. Todo mundo aqui, a gente trabalhava muito.<sup>379</sup>

É recorrente na fala de S. Titico lamentar a falta de estudos. O fotógrafo ambulante acredita que os estudos viabilizariam melhores oportunidades de trabalho, apesar da profissão de lambe-lambe ter sido uma opção viável e rentável. Titico não se dedicou apenas ao exercício da fotografia. Em outras palavras, a opção de se tornar um lambe-lambe não o afastou do mundo do esporte. Tanto que em 1974 foi Campeão Baiano de Luta Livre, na categoria galo. Em 1979, casou-se, foi morar de aluguel no bairro Conceição, depois adquiriu um terreno no bairro Jardim Sucupira, onde construiu a casa a partir do conhecimento de pedreiro adquirido com o pai. Sobre ser um lambe-lambe nos dias de hoje, S. Titico expressa: “Quero terminar meus dias de vida aqui mesmo. Quando nada, não está trabalhando, mas está vendo as pessoas passando, tendo contato com o povo”<sup>380</sup>.

---

<sup>377</sup> SOUZA, 2016i.

<sup>378</sup> Atualmente, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

<sup>379</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>380</sup> Ibidem, loc. cit.

Assim como Titico, Evandro também narrou suas experiências como lambe-lambe, informando sobre os caminhos que o levou à profissão, bem como as dificuldades e as alegrias vivenciadas como fotógrafo ambulante, narrativa apresentada na seção seguinte.

### **2.3. De ajudante à lambe-lambe**

Evandro da Silva nasceu em 1964 em Feira de Santana. Filho da dona de casa Antônia da Silva, oriunda do distrito de Tanquinho, e do pedreiro Modesto Carneiro dos Santos, natural do distrito de Bonfim de Feira, iniciou sua vida profissional aos nove anos de idade, como ajudante de um fotógrafo lambe-lambe estabelecido na praça Bernardino Bahia. O lambe-lambe conta que veio morar com a avó, por volta dos quatro anos de idade, na fazenda de D. Cotinha, localizada no bairro Parque Ipê, onde a mesma trabalhava.

A mudança narrada por Evandro ocorreu dentro de um contexto marcado pelo processo de urbanização na cidade feirense, registrado a partir da década de 1950<sup>381</sup>. Naquela conjuntura, tornou-se crescente a transferência da população da zona rural para o centro urbano da cidade. Segundo Freitas, na década de 1960, as áreas ocupadas por fazendas e chácaras, entre o Anel de Contorno Rodoviário e o centro da cidade, foram transformadas em bairros<sup>382</sup>. Provavelmente, esse foi o destino da fazenda citada acima. Ainda de acordo com a autora, no mesmo período, surgiram bairros populares mais afastados do centro e na parte externa do Anel de Contorno Rodoviário, como é o caso do bairro Parque Ipê. Posteriormente, a avó de S. Evandro adquiriu a casa própria no bairro Queimadinha, bairro ocupado, eminentemente, por migrantes, como vem sendo assinalado.<sup>383</sup>

Sobre sua iniciação profissional, S. Evandro relata que chegou à praça do lambe-lambe no ano de 1973, para ser ajudante de S. Silas, que havia sido ajudante de S. Saturnino e de S. Titico. Silas, o ex-ajudante, havia se tornado lambe-lambe com a barraca Foto Silas<sup>384</sup>. Nota-se que ter um ajudante era um padrão no grupo. O retratista conta que os ajudantes eram crianças entre oito e doze anos de idade. Cabia aos pais ou às próprias crianças procurarem pelos fotógrafos em busca de uma vaga; porém, era necessário ter algum conhecido na praça

<sup>381</sup> IBGE. *Anuário estatístico de Feira de Santana*. V. 3. CDL. 2012. p. 140; p. 153.

<sup>382</sup> FREITAS, 1998, p. 113.

<sup>383</sup> MORAIS, 2004. p. 35.

<sup>384</sup> SILVA, Evandro da. Depoimento. [18 de fev. 2016a] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

para conquistar o espaço, o que indica a relevância dos laços sociais familiares e/ou de proximidade entre esses trabalhadores. O trabalho era visto pelos pais como uma oportunidade de os filhos aprenderem uma profissão. Todavia, a lógica econômica era a motivação dos lambe-lambes. Devido ao elevado número de clientes, os fotógrafos ambulantes não queriam perder tempo com procedimentos que não demandavam um saber técnico, assim se fazia necessária a figura do ajudante. Além disso, do ponto de vista financeiro, crianças e adolescentes eram menos custosos do que adultos que, possivelmente, já teriam família. Aos ajudantes eram reservadas as seguintes rotina e jornada de trabalho:

Chegava 7h até 17h. Quando eu era ajudante, eu chegava ia pegar água em Regi [bar próximo à praça], lavava as banheiras para colocar o revelador, o fixador, botava dois baldes de água para lavar as fotografias, preparava tudinho e pronto. E agora era só esperar o cliente, ia batendo e ia fazendo. Até eu aprender a profissão, eu lavava, secava no fogo, cortava e entregava ao cliente.<sup>385</sup>

O ato de fotografar era restrito ao fotógrafo. Quer dizer, o saber técnico não era transmitido aos ajudantes. De acordo com S. Evandro, entre nove e onze anos de idade, aprendeu a técnica da fotografia por meio da observação e da vivência:

Aí fui caminhando devagarzinho, com os próprios pés, devagarzinho, devagarzinho. Até que um dia peguei um filme, uma caixa de papel e fui revelar. Perdi tudo, queimei os filmes tudo, papel queimou, velou [queimou] o papel, o filme, velou tudo. Tentei de novo. Quando o patrão saía, tornava a tentar de novo, começava a bater foto. Tentei. Aí com 11 anos, aprendi a bater a fotografia, fotografar e revelar sozinho.<sup>386</sup>

Ainda que no caso de S. Evandro não tivesse havido uma intencionalidade de tornar o ajudante em aprendiz, foi um conhecimento apreendido pela vivência com o patrão. Talvez, S. Silas já vislumbrasse no jovem um futuro concorrente, visto o alto número de fotógrafos lambe-lambes no local na década de 1970: “Quando um veterano ia ensinar a um novato, aí os outros diziam, tu vai morrer com teu veneno, porque ia ensinar e depois o novato ia abrir uma barraca, ia chamar os clientes. Então não eram todos que ensinavam”<sup>387</sup>.

Em outras palavras, o número de lambe-lambes dentro da praça Bernardino Bahia era um elemento que despertava a preocupação, principalmente, por parte dos primeiros

---

<sup>385</sup> SILVA, 2016a.

<sup>386</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>387</sup> Idem. Depoimento. [15 de abr. 2016c] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

fotógrafos ambulantes., provavelmente, os mais afetados com esse aumento. Logo, a atitude de não ensinar a técnica fotográfica a qualquer pessoa, aleatoriamente, pode ser entendida como uma estratégia de sobrevivência, a fim de retardar o avanço da concorrência entre os profissionais e a queda do rendimento. Contudo, nem sempre o controle do mercado pelos mais velhos era possível, pois a observação e a prática da técnica já eram o bastante para apreendê-la. A restrição desse conhecimento envolve também o conflito entre os próprios ajudantes, uma vez que havia uma hierarquização entre aqueles que sabiam e os que não sabiam “bater a chapa”.

Inclusive esse Tabaréu [ajudante, por nome Evandro também] quando meu patrão [Silas] saía, viajar, resolver alguma coisa fora, chamava ele para ficar na barraca. Só que ele descolava [ganhava] bastante [dinheiro], sentava no restaurante almoçava do bom e do melhor e eu comia pão com suco de maracujá. Foi nisso aí que eu me incentivei, eu falei, vou aprender que não vou ficar nisso aqui mais.<sup>388</sup>

O ajudante que dominasse a técnica fotográfica era melhor remunerado, além de desfrutar de certos privilégios. Ademais, havia diferença dos valores pagos aos ajudantes, dependendo do lambe-lambe, por isso era elevada a rotatividade nas barracas:

Era assim, chegava, perguntava se tinha vaga para trabalhar, aí o rapaz dizia tem, aí a gente vinha trabalhar. Ensinava a lavar, secar, cortar as fotografias e entregar, chamava ajudante. Aqueles iam passando para outra barraca, dependia do valor que pagava a gente, uns pagavam mais caro, outros mais barato, outros tratava melhor. [...] Tinha briga para poder trabalhar [entre os ajudantes] quem ficasse melhor, ficava na barraca. Aí eu fiquei com meu patrão. No começo eram dois ajudantes, depois eu fiquei sozinho. Mas tinha outros que pagavam mixaria e outros mais ou menos, o meu pagava bem.<sup>389</sup>

Ainda que seja impossível quantificar os valores pagos a esses ajudantes, provavelmente, o ofertado por S. Silas figurava entre os melhores, já que S. Evandro só parou de trabalhar nesta barraca após a morte do patrão, em 1986. Entretanto, é necessário questionar se o bom pagamento seria suficiente para sustentar totalmente ou parcialmente uma família, pois, em grande parte, crianças e adolescentes não tinham essa responsabilidade.

A trajetória do retratista indica que a motivação para abrir uma barraca era financeira:

---

<sup>388</sup> SILVA, 2016c.

<sup>389</sup> Ibidem, loc. cit.

Eu comprei uma barraca, porque fizeram uma barraca nova, aí eu comprei a velha, coloquei no canto, fui ajeitando, pintando e trabalhando mais o homem [Silas], ele me pagava para eu não sair dele e ir trabalhar para mim. Aí continuei trabalhando para o patrão e a minha fechada, consertava, conservava. [...] Comprei a barraca porque já colocava na mente de trabalhar para mim, já ganhava minha nica [dinheiro] melhor e também o pessoal já me conhecia.<sup>390</sup>

Todavia, S. Evandro só abriu a sua própria barraca após a morte de S. Silas, em 1986. Inicialmente, o lambe-lambe permaneceu na barraca Foto Silas. Porém, a viúva, que não comungava da vivência de trabalho na praça, acusou o ex-ajudante de roubo. O mesmo trabalhou ainda na prefeitura como fiscal, entre os anos de 1986 e 1988: “mandaram arrancar uma barraca no meio da praça, na Getúlio Vargas [avenida], aí eu não fui arrancar [a barraca], me botaram [seu superior na prefeitura] para fora”<sup>391</sup>. Provavelmente, sua recusa em obedecer às ordens do agente municipal decorreu das experiências compartilhadas com aquele trabalhador do centro comercial feirense, afinal foram 13 anos de labuta como fotógrafo ambulante. Então, em 1988, o retratista abriu a barraca Foto Primo.

Eu não conversei nada com ninguém quando abrir a barraca, mas porque eu já estava aqui. Se fosse de fora e comprasse um ponto, ninguém podia dizer nada demais, mas se fosse abrir uma barraca não podia. [...] [o ponto ] já ficou no lugar que comprei. Minha barraca ficava no meio [para o lado da avenida Senhor dos Passos] novato, tinha que dar bença. [...] Quem ficava nos melhores lugares, nas entradas eram os veteranos, quem ganhava mais. Agora se um novato chegasse e comprasse um ponto na frente, você ficava lá, o ponto é seu.<sup>392</sup>

S. Evandro pertencia ao grupo, ainda que como ajudante, pois partilhava de práticas, valores e normas. Mesmo assim, existia uma hierarquia entre os lambe-lambes traquejados e os lambe-lambes principiantes: “tinha que dar bença”, por isso sua barraca ficou no meio da praça. Em contrapartida, o avanço do número de lambe-lambes na praça fugia ao controle dos veteranos, pois o saber técnico era apreendido pela observação e pelo fazer; ao mesmo tempo a prefeitura municipal não estabelecia uma cota máxima de lambe-lambes, fato que só viria a ocorrer na década de 1980, como veremos adiante. Então, em certa medida, acolher esse novo profissional significava não ganhar um concorrente direto e moldá-lo às normas do grupo, como o tabelamento de preços das fotografias, por exemplo. Porém, isso não significava ausência de tensão quando chegava mais um fotógrafo ambulante. Esse conflito pode ser

<sup>390</sup> SILVA, 2016c.

<sup>391</sup> Idem, 2016a.

<sup>392</sup> Idem, 2016c.

percebido, por exemplo, na locação das barracas na praça. Os mais antigos sempre detinham os melhores pontos, aqueles próximos as entradas, que atraíam mais clientes.

O lambe-lambe explica que seus primeiros clientes foram provenientes da barraca Foto Silas, deixando a viúva em má situação financeira: “quem fazia o serviço dele [ex-patrão, S. Silas] tudo era eu, os clientes me conheciam bastante. Então, no dia que ele morreu [1986], aí fiquei com os clientes”<sup>393</sup>. Dessa forma, não sem razão, era motivo de preocupação quando um ex-ajudante abria sua barraca.

S. Evandro sublinha uma relação de gratidão para com a profissão: “Rapaz, tudo que tenho é daqui, viu?! Desde a época que comecei lavando fotografia preto e branco, aprendi a profissão com 11 anos e aí todo o meu sustento, casa, meus filhos formou, tudo aqui do lambe-lambe”<sup>394</sup>. O amor por essa ocupação, provavelmente, tem a ver com a possibilidade de ter conquistado condições de vida razoáveis, apesar da baixa escolarização. Em outras palavras, em sua maioria, os lambe-lambes conseguiram melhorar de vida, apesar de não terem tido oportunidade de adquirir educação formal.

Tendo em vista as três trajetórias apresentadas, a partir das narrativas orais, é possível elencar alguns elementos comuns presentes na atividade profissional dos fotógrafos ambulantes, mais conhecidos como lambe-lambes, aspectos que serão apresentados logo a seguir.

#### **2.4. Ser lambe-lambe em Feira de Santana**

As narrativas orais dos três lambe-lambes entrevistados abrem janelas para a análise do ser fotógrafo ambulante em Feira de Santana, problematizando, em primeiro lugar, até que ponto esses trabalhadores foram impelidos ou optaram por se estabelecerem no setor informal. Segundo Matos, inicialmente, o conceito de setor informal agregava tudo que não se encaixava no setor formal; posteriormente, interpretações sobrepunham formal/informal a moderno/arcaico<sup>395</sup>. Nesse sentido, o setor informal tem uma forma de construção e de inserção em um contexto sócio histórico. Conforme observa a autora, há uma necessidade de diferenciar as atividades clandestinas e as atividades informais. Enquanto a primeira está

---

<sup>393</sup> SILVA, 2016a.

<sup>394</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>395</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002. p. 51.

vinculada a ilegalidade e a fuga dos impostos e encargos; a segunda também pode estar relacionada a opção do trabalhador em não se incorporar ao trabalho assalariado<sup>396</sup>.

Para Pacheco, entre a década de 1960 e o ano de 1977, período da inauguração do Centro de Abastecimento de Feira de Santana (CAF), as vendas ambulantes não eram caracterizadas como informais, pois não havia a intenção de retirar a feira livre por completo do centro comercial. A partir de então, a noção de informal foi penetrando no cotidiano dos feirantes e de diversos trabalhadores que se inseriam fora do setor formal da economia<sup>397</sup>, como é o caso do fotógrafo lambe-lambe. De acordo com a autora, a articulação com o informal se fez não apenas pelo ambiente de trabalho, ruas, becos e esquinas do centro comercial feirense, também em razão da ausência de benefícios característicos no setor formal, como assistência médica, transporte, alimentação, entre outros. Em sua maioria, vendedores de frutas e verduras não abriam mão de serem feirantes, visando uma sobrevivência autônoma. Por outro lado, muitas vezes, a autonomia estava associada à dependência pela privação dos direitos trabalhistas.<sup>398</sup>

No caso dos lambe-lambes, a atividade profissional não estava relacionada à clandestinidade, uma vez que esses trabalhadores realizavam o pagamento dos devidos impostos municipais, como será analisado posteriormente. Em algumas situações, percebe-se que a inserção na atividade de fotógrafo ambulante está associada à opção do trabalhador em não se incorporar no setor formal, como indica a trajetória de S. Titico, que desistiu de um emprego fichado em São Paulo em favor da prática de esporte, inclusive, em circos. Por outro lado, é preciso interrogar se a falta de escolarização e de qualificação profissional, em alguma medida, não limitaram as opções de emprego desses sujeitos.

O ofício de lambe-lambe requeria baixo investimento, manutenção e conhecimento, em compensação ofertava rentabilidade, autonomia e independência. No entanto, os benefícios esbarravam na carência de direitos trabalhistas, como salário mínimo, descanso semanal remunerado, entre outros. Mesmo logo após a chegada das indústrias em Feira de Santana, o número de empregos diretos e na construção civil não se equiparava ao número de empregos temporários e informais<sup>399</sup>. Dessa forma, por questão de sobrevivência, vários lambe-lambes foram empurrados, com alguma margem de escolha, para o setor informal.

A atividade profissional do lambe-lambe, em alguma medida, permitia aos trabalhadores o controle sobre o tempo, a autonomia e a independência. De acordo com E. P.

---

<sup>396</sup> Ibidem, p. 54 et seq.

<sup>397</sup> PACHECO, 2009, p. 162

<sup>398</sup> Ibidem, p. 165-167.

<sup>399</sup> Ibidem, p. 140 et seq.

Thompson, o tempo da natureza diz respeito à medição do tempo relacionado à execução de tarefas. Por exemplo, a padronização do tempo dos pescadores observa as alterações do nível da água do mar, as marés. Esses ritmos de trabalho naturais acompanham outras ocupações. Assim, por exemplo, os pequenos agricultores familiares intercalam as atividades no campo e as atividades no lar. Ainda para o autor, onde há o predomínio da orientação pelas tarefas, o trabalho e a vida se misturam, isto é, ocorre junção das relações sociais e das relações de trabalho.<sup>400</sup>

Nos relatos dos fotógrafos lambe-lambes, observa-se que a orientação pelas tarefas acompanhava a padronização do tempo natural. Assim, entre as décadas de 1960 e 1980, a jornada de trabalho estava relacionada à presença da luz solar, necessária a produção da fotografia: “[...] chegava aqui 6h, 5h30 da manhã [...] A partir de 5h [da tarde], quando ia escurecendo, porque a gente trabalhava com a luz do dia, a gente ia embora. Ficava até ter a luz do dia”<sup>401</sup>. Além disso, o trabalho na praça estava associado à outras atividades, como por exemplo, a competição esportiva de S. Titico: “[...] eu fazia luta livre, toda segunda-feira tinha luta livre aqui no ginásio de esporte”<sup>402</sup>. Verifica-se também a integração entre as relações sociais e as relações de trabalho: a escolha dos ajudantes e o incentivo à profissão eram pautados pelos laços sociais familiares e/ou de proximidade. Preferia-se parentes, amigos e vizinhos. Na formação da clientela dos lambe-lambes, nota-se a integralização entre a vida pessoal e profissional. Dessa maneira, muitos fregueses eram vizinhos e conhecidos do fotógrafo ambulante. Por fim, observa-se a agregação das redes sociais e trabalhistas por meio dos laços de solidariedade e de reciprocidade estabelecidos no interior do grupo profissional, que ultrapassavam o ambiente de trabalho.

Conforme observa E. P. Thompson, em ambientes sem subdivisão complexa dos processos de trabalhos, como é o caso de manufatura doméstica e pequenas oficinas, os padrões de trabalho são caracterizados pela irregularidade, isto é, alternava momentos de trabalho e de ociosidade<sup>403</sup>. Tal padrão persiste ainda entre os autônomos, como por exemplo, entre os lambe-lambes. Em vista disso, as experiências desses retratistas interligavam o tempo do trabalho e o tempo do lazer: “Isso não acontecia com todos os ajudantes, só aqueles que eu tinha confiança. Saía e deixava. A gente saía para beber, aqui, a maioria gostava de beber, aí,

---

<sup>400</sup> THOMPSON, E.P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 269-272.

<sup>401</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>402</sup> Idem, 2016h.

<sup>403</sup> THOMPSON, op. cit., p. 280-282.

deixava eles aí na barraca, quando chegava tava tudo certinho”<sup>404</sup>. A fala de Titico reforça, ainda, a noção de integração entre as relações sociais e de trabalho, como dito linhas acima.

Ainda segundo o autor, a partir da contratação da mão-de-obra, torna-se mais visível a transformação do tempo da natureza (orientação pelas tarefas) em tempo do relógio (orientação pelo horário marcado), pois o tempo passa a ser reduzido ao dinheiro.<sup>405</sup> É necessário problematizar até que ponto essa mudança na medição do tempo afetou a disciplina de trabalho dos lambe-lambes. O pesquisador afirma que a disciplina de trabalho mais exigente não está relacionada ao desenvolvimento tecnológico. Ainda que as máquinas impunham uma certa disciplina nas indústrias, a maior exigência na disciplina de trabalho tem a ver com o uso econômico do tempo como meio de exploração da mão-de-obra. Dessa maneira, os novos hábitos de trabalho e a nova disciplina de tempo impactaram na vida social e doméstica dos trabalhadores.<sup>406</sup> Deve-se questionar, portanto, em que medida uma disciplina de trabalho mais exigente foi perpetuada entre os fotógrafos ambulantes.

As vivências dos fotógrafos ambulantes evidenciam uma disciplina de trabalho mais flexível, não determinada, necessariamente, pelo tempo do relógio. Ao contrário, caracterizava-se pela autonomia e independência. Os lambe-lambes chegavam ou saíam mais cedo e/ou mais tarde: “[...] quando eu era solteiro, eu chegava cedo [...] Almoçava por aqui mesmo”<sup>407</sup>. Também saíam para realizar outros serviços durante a semana no horário comercial, faziam serviços à noite em casa, vinham ou não trabalhar aos domingos: “[...] eu trabalhava aqui e trabalhava fora. Fazia também meus trabalhos em igreja, tinha negócio de batizado, aniversário, casamento, tudo eu fazia. [...] E outra que não trabalhei só aqui, todas essas regiões aqui de Feira [...] Isso aí era um dia na semana, não era direto não”<sup>408</sup>. Além de ter em sua máquina tudo que precisavam para trabalhar, ou seja, era seu laboratório também.

Por outro lado, a autonomia e a independência, características presentes no ofício de lambe-lambe, podem ser relativizadas quando considera-se a ausência de direitos trabalhistas, como descanso semanal e férias remunerados. O fotógrafo ambulante ganha pelo que produz. Sendo assim, apesar da flexibilização do tempo de trabalho, a autonomia e a liberdade de gestão de seu próprio tempo ficavam, em certa medida, comprometidas pela necessidade de realização de determinada meta produtiva que garantisse os rendimentos necessários para a sobrevivência.

---

<sup>404</sup> SOUZA, 2016i.

<sup>405</sup> THOMPSON, 1998, p. 272.

<sup>406</sup> Ibidem, p. 284-292.

<sup>407</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>408</sup> Ibidem, loc. cit.

A inexistência dos direitos trabalhistas, não impediu que os lambe-lambes articulassem medidas protetivas. Os retratistas criaram redes de solidariedade fundamentais para a proteção do grupo. Os laços sociais presentes entre os lambe-lambes foram primordiais. Segundo Serpa, o conceito de redes sociais refere-se às redes locais<sup>409</sup>. A noção será adotada para abordar as relações estabelecidas entre os trabalhadores no centro comercial feirense. Neste caso, trata-se de redes submersas ou informais, isto é, “redes de relações entre indivíduos, em decorrência de conexões pré-existentes, relações semiformalizadas que dão origem a quase grupos”<sup>410</sup>.

Os laços sociais ocorrem nas redes sociais a partir de vinculações antecedentes, como por exemplo, de tipo familiar, vizinhança, entre outros. Estes são ainda formulados no labor diário e no uso do espaço público para sobrevivência, ou seja, pessoas que partilham de vivências semelhantes. Segundo Matos, no setor informal, a vida privada ultrapassa a família, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade no trabalho<sup>411</sup>. Isto é, “a experiência histórica do trabalho unifica, qualifica e surge como o elemento capaz de lhes conferir coerência e sentido, construindo laços de solidariedade e estratégias de sobrevivência”<sup>412</sup>.

Entre os lambe-lambes, no período estudado, os laços sociais de tipo familiar eram fundamentais. Os pontos comerciais, em sua maioria, eram comprados por parentes de lambe-lambes e/ou pelos próprios lambe-lambes que colocavam filhos/parentes para trabalharem no local. Os laços sociais de proximidade também eram essenciais. Dessa maneira, os ajudantes, em sua maior parte, eram vizinhos e/ou conhecidos. Por fim, e de igual relevância, os laços sociais estabelecidos no ambiente de trabalho – a praça – fundamentavam laços de solidariedade e de reciprocidade, como por exemplo, os episódios de ajuda mútua no cotidiano: “se precisasse, era um revelador, um fixador, emprestava, um filme emprestado”<sup>413</sup>; “se morresse um, a gente fechava as barracas, se tivesse uma pessoa doente, fazia aquela vaquinha todo dia para pagar água, comprar um gás”<sup>414</sup>.

A noção de experiência é componente vital do ser fotógrafo ambulante na urbe feirense. Segundo E. P. Thompson, o conceito de experiência refere-se a um processo que se

---

<sup>409</sup> SERPA, Ângelo. A trama de relações sócio-espaciais nos bairros populares de Salvador, Bahia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cidade Popular**: trama de relações sócio-espaciais. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11.

<sup>410</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>411</sup> MATOS, 2002, p. 46.

<sup>412</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>413</sup> SILVA, José Carlos da. Depoimento. [23 de mar. 2016e] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

<sup>414</sup> SILVA, Evandro da. Depoimento. [23 de mar. 2016b] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

dá no fazer, no “diálogo entre o ser social e a consciência social”<sup>415</sup>. Desse modo, resulta das experiências vivenciadas e percebidas na realidade concreta. Ambas compõem a consciência social. Como afirma o autor:

peçoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.<sup>416</sup>

Ou ainda,

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. [...] A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.<sup>417</sup>

A experiência se constitui nas estruturas de produção e se liga à cultura, constituindo práticas, valores, laços de solidariedade e identidades sociais. Como enfatiza o estudioso:

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...] Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.<sup>418</sup>

Nesse sentido, o processo de fazer-se da classe advém das experiências vivenciadas e percebidas por pessoas reais em contextos determinados: “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história”<sup>419</sup>. É um processo ativo que se deve tanto à experiência quanto à consciência; tanto às ações humanas, quanto aos condicionantes. Dito de outro modo, ela é construída mediante as ações e as relações humanas; tal como a cultura e a

<sup>415</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 42.

<sup>416</sup> THOMPSON, 1981, p. 182.

<sup>417</sup> Idem. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (A árvore da liberdade, v.1). p. 10.

<sup>418</sup> Idem, 1981, p. 189.

<sup>419</sup> Idem, 1987, p. 12.

economia. Ao tratar a classe como um fenômeno histórico, o autor salienta a importância do exame de qualquer situação real de classe associado a um contexto histórico real:

Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa a análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. [...] A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais.<sup>420</sup>

Outrossim, a classe só pode ser definida na relação com outras classes: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”<sup>421</sup>.

Logo, são as experiências vividas e partilhadas pelos lambe-lambes, em uma mesma época, que os fazem membros participantes da classe trabalhadora, na medida em que compartilham experiências cotidianas, práticas, valores, normas, laços de solidariedade, etc. Dessa forma, a categoria experiência permite o entrelaçamento dos fatores econômicos, sociais, políticos e culturais no estudo de sujeitos históricos reais, em contextos determinados. As narrativas evidenciam como esses trabalhadores, em suas lutas comuns, elaboraram uma consciência de classe, fruto de vivências partilhadas. Além disso, construíram uma identidade social entre si a partir de experiências comuns, especialmente nas disputas em torno do uso da praça Bernardino Bahia como espaço profissional. Os lambe-lambes organizaram-se em torno de táticas, como veremos no capítulo seguinte, que segundo a análise thompsoniana, tipificam a luta de classe, na medida em que buscavam ganhos para o grupo em contraposição aos interesses de outros.

Vale ressaltar que as experiências comuns a esses trabalhadores também foram marcadas por mudanças. A noção de experiência desvela a trajetória dos fotógrafos lambe-lambes, em Feira de Santana, no período entre 1970 e 1985. Ademais, o conceito de identidade social é item indispensável para compor o estudo dos lambe-lambes. Segundo Michael Pollack, o sentimento de identidade refere-se ao sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é,

---

<sup>420</sup> THOMPSON, 1987, p. 9 et seq.

<sup>421</sup> Ibidem, p. 10.

a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.<sup>422</sup>

Conforme observa o autor, três elementos são essenciais no processo de construção da identidade social, quais sejam: o sentimento de ter fronteiras físicas, o sentimento de continuidade no tempo e o sentimento de coerência. Logo, a memória é um fator de constituição do sentimento de identidade, fundamental para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Joel Candau corrobora com Pollack ao destacar a importância da memória para a construção da identidade: “A metamemória, que é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela, dimensões que remetem ao ‘modo de afiliação de um indivíduo ao seu passado’”<sup>423</sup>. Em outras palavras, a memória é o fator propulsor da identidade. Ainda segundo o autor, a memória pode ser comum aos membros de um grupo, principalmente, em grupos menores, bem como estruturar esse grupo, no sentido da representação da sua identidade.<sup>424</sup>

Sobre as identidades coletivas, Pollack evidencia que se trata dos “investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência”<sup>425</sup>. Para o pesquisador, a construção da identidade social, individual ou grupal, se produz em referência ao outro e se faz por meio da negociação com o outro. Dessa maneira, identidade é uma construção social disputada em conflitos que opõem determinados grupos.<sup>426</sup>

Em consonância, Manuel Castells afirma que “a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder”<sup>427</sup>. O autor assegura que as identidades constituem fontes de significado e de experiência para os indivíduos, bem como uma forma de distinção entre o eu e o outro<sup>428</sup>. Vale salientar, que significado define-se como “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal

<sup>422</sup> POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, p. 200-212. 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>> Acesso em: 20 maio 2017. p. 5

<sup>423</sup> CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 23.

<sup>424</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>425</sup> POLLACK, 1992, p. 7.

<sup>426</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>427</sup> CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: \_\_\_\_\_. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 2). p. 23 et. seq.

<sup>428</sup> *Ibidem*, p. 22 et seq.

ator”<sup>429</sup>. Portanto, a identidade é um processo de construção de significados, os quais prevaleceram sobre outros significados.

Para os fotógrafos lambe-lambes, o sentimento de identidade está relacionado ao território, qual seja, a praça Bernardino Bahia, que traz a noção de fronteira física e de distinção entre esses retratistas e o outro, que pode ser quaisquer outros fotógrafos ambulantes, os fotógrafos de estúdio atuantes em Feira de Santana e ainda os trabalhadores ambulantes do centro comercial feirense. O sentimento de identidade está associado ainda a uma memória que confere o sentimento de continuidade no tempo e o sentimento de unidade para o grupo. Esses trabalhadores se remetem às origens, à história e à natureza do eu e/ou do grupo na reconstituição de si e na disputa com o outro.

No episódio envolvendo a viúva de S. Silas, o ex-patrão, e S. Evandro, que fora acusado de roubo pela mesma, os conflitos ficam em evidência. Dentro desse grupo profissional a viúva era o outro, pois não partilhava da vivência cotidiana, sendo assim não possuía referência quanto aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade, estabelecidos por meio da negociação direta com o ex-patrão. A construção de uma identidade social por parte dos fotógrafos lambe-lambes impôs supressão e emudecimento de outras identidades sociais, pois, como afirmaram os autores acima, a identidade dos lambe-lambes foi forjada em uma conjuntura de disputas sociais. Nesse sentido, cabe refletir sobre os aspectos que contribuíram na conformação dessa identidade, o que será feito no próximo tópico.

## **2.5. Experiências de trabalho: solidariedades e disputas**

Na década de 1960, os primeiros fotógrafos lambe-lambes de Feira de Santana trabalhavam no passeio da residência do político João Marinho Falcão. O trabalho se realizava mediante improvisado, como lembra S. Zé Carlos: “O trabalho era encostado na parede tinha um paninho que era o fundo para fotografar o cliente. A gente botava uma cobertura pequena, como se fosse uma tabuazinha para fazer sombra para o sol não bater no rosto do cliente”<sup>430</sup>. Apesar de ser um trabalho em condições precárias, o lambe-lambe enfatiza a qualidade da fotografia produzida de forma artesanal:

---

<sup>429</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>430</sup> SILVA, 2016d.

A gente fazia fotografia normalmente. Saia ótima. [...] Era tudo na máquina, era tudo na máquina instantânea, né?! A gente colocava a cabeça no pano, colocava os braços, e na própria máquina tinha o revelador, fixador, papel, filme. [...] ali fazia a foto, rapidinho entregava a foto ao cliente, no espaço de 15 minutos tava pronta a foto e ótima, muito boa.<sup>431</sup>

A fala de S. Zé Carlos põe em relevo o orgulho de ser lambe-lambe, isto é, a satisfação em produzir a fotografia de forma manual, quase artesanalmente, com a utilização de um equipamento primário, sem recursos sofisticados, em um curto espaço de tempo.

No início da década de 1970 os lambe-lambes migraram do passeio para o interior da praça Bernardino Bahia, em função da localização estratégica do espaço público, que garantia grande fluxo de pessoas. Instalados na praça, a jornada de trabalho começava entre 5h e 6h da manhã. A rotina desses trabalhadores consistia era ir até o local onde havia guardado a barraca de lona na noite anterior, armar a barraca na praça, em local predeterminado; depois deslocar-se até um comércio onde podiam conseguir a água necessária para lavar as banheiras, onde seriam depositados os químicos necessários para a revelação e a fixação da fotografia, acrescidos de dois baldes de água para lavar as fotografias. De acordo com as memórias de S. Zé Carlos, essas barracas eram pequenas e utilizadas, sobretudo, para promover a sombra necessária para dar qualidade na fotografia<sup>432</sup>. O trabalho seguia até escurecer, por volta das 17h, pois necessitava da luz do dia para “bater as chapas”, já que eles não contavam com refletores, como no caso dos estúdios fotográficos. Mas antes de seguir para casa, era necessário desarmar a barraca, guardá-la ali por perto ou então levar para casa. Nesse processo de armar/desarmar a barraca de lona, a rotina de trabalho do lambe-lambe se aproximava ao cotidiano de diversos vendedores ambulantes do local.

Na década de 1970, a praça Bernardino Bahia possuía quatro entradas como pontos cardeais, em cada uma dessas entradas ficavam diversos lambe-lambes, que S. Titico faz questão de citar:

[Na década de 1970] pelo lado da Senhor dos Passos tinha Manuel Brito, Álvaro, Zé Ramiro, Zé Alves, outro que trabalhava na SUCAM que esqueci o nome dele; do lado de cá, tinha Carlos 10, Guilherme; do lado de lá. S. Brito, o filho de S. Brito; entrando para cá, tinha S. Gomes, Merilo, eu [Titico], Mô; voltando, tinha Foto Feira que era de S. Saturnino; do lado de

---

<sup>431</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>432</sup> SILVA, 2016d.

cá, Zé Carlos, filho de S. Saturnino, João; do lado de cá, encerrava em Prado. Agora cada um tinha um nome da barraca.<sup>433</sup>

Pela lembrança de S. Titico, ainda que não fique muito clara a distribuição dos lambe-lambes, as barracas dos veteranos, como Manuel Brito e Saturnino, estavam fixadas nas primeiras posições das filas. Quer dizer, os lambe-lambes que ficavam próximos às entradas da praça eram os mais solicitados pelos clientes que não tinham preferência de fotógrafo e/ou de barraca. Por isso, os veteranos tinham precedência nessas localizações, exceto, quando alguém vendia o ponto localizado a sua frente.

Ainda sobre o período, S. Evandro conta em torno de 30 fotógrafos na praça: “trabalhava Merilo, Darinho, Manuel da Barraca Bom Jesus, Titico, J. Alisson, Lorival, Alves, João Muá, Lucinho, Saturnino, Véio Chico. Quem trabalhava para eles foi ficando”<sup>434</sup>. A fala sugere que a transformação de ajudantes em fotógrafos lambe-lambes, com suas próprias barracas e clientela, gerou o aumento do número de fotógrafos no local. Porém, o número de profissionais na praça crescia também pela introdução de familiares, amigos e/ou conhecidos dos fotógrafos no ramo:

Tinha que pegar vaga, quem tinha conhecimento demais, abria a barraca e colocava no meio da praça. Outros iam juntando dinheiro, quando o pessoal velho queria sair da praça ou falecia, ia lá e comprava. Quem comprava era os próprios trabalhadores daqui, colocava um filho, um parente, era difícil entrar um desconhecido. Quem entrava eram os ajudantes ou conhecidos dos fotógrafos.<sup>435</sup>

Vale ressaltar, que o aumento de lambe-lambes no centro comercial feirense está ligado tanto à existência de nicho de mercado – “Foi aumentando porque tinha serviço. Foi aumentando no dia-a-dia”<sup>436</sup> –, quanto à intensificação do processo de migração em Feira de Santana. Relembrando, os lambe-lambes eram, em sua maior parte, migrantes e com baixa qualificação profissional para atuar no mercado formal. Somava-se a isso a baixa oferta de empregos no setor secundário, o que empurrava os migrantes para o setor informal<sup>437</sup>. Graças à alta demanda por fotografias 3x4, a figura do ajudante se tornou fundamental no período.

---

<sup>433</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>434</sup> SILVA, 2016a.

<sup>435</sup> Idem, 2016c.

<sup>436</sup> SILVA, 2016d.

<sup>437</sup> OLIVEIRA, Maria Leny Souza. **Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia na favela**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014. p. 57.

Tratavam-se de crianças e adolescentes, entre oito e doze anos de idade, próximas ao fotógrafo contratante, como um primo e/ou um vizinho.

Teve um [ajudante] que o pai [Jó] vinha sempre tirar foto comigo, morava no Campo do Gado, o pai morreu, a mãe veio conversar comigo para ele trabalhar aqui, eu disse que não podia pagar muito, aí ela disse para ele aprender uma profissão, não ficar em casa sem fazer nada, para não fazer coisa errada. Aí ele veio, eu dava a passagem e um trocado por fora. Eu ensinava a lavar, secar, cortar, tirar a foto, ensinava tudo. Pagava certinho, trabalhava o dia, de tarde olhava quanto ganhei, aí dava o dele certinho. Eu dava a merenda, o almoço.<sup>438</sup>

Essas informações vêm reforçar a hipótese de que os laços sociais familiares e/ou de proximidade eram fundamentais na composição dessa rede social. Entre os anos de 1960 e 1980, por exemplo, entre os lambe-lambes que trabalhavam na praça, cinco deles eram pertencentes a família de S. Saturnino, fora os conhecidos que foram incentivados pelo mesmo, como S. Titico.

No que diz respeito aos termos de trabalho dos ajudantes, eram colocados como uma ajuda mútua, necessidade de um ajudante por parte dos fotógrafos e a oportunidade de aprender um ofício por parte dos jovens. Porém, os lambe-lambes, em sua maioria, não ensinavam a técnica fotográfica aos novatos. Logo, como já foi dito antes, na maioria das vezes a motivação dos fotógrafos não era social, mas econômica, pois o valor pago a uma criança e/ou um adolescente era inferior ao valor pago a um adulto. Ademais, o pagamento pelo labor do ajudante consistia em uma contribuição diária, isto é, não se estipulava um valor ou uma porcentagem fixa. Lembrando que, o lambe-lambe enquanto um trabalhador autônomo ganhava pelo que produzia.

Era corriqueira a rotatividade dos ajudantes nas barracas, o que evidencia que nem sempre o grupo era coeso e harmonioso:

Às vezes estava com a gente há muito tempo, se aborrecia, ia para outro [lambe-lambe], chegava se aborrecia com outro, ia para outro, assim ele nunca ficava todo tempo com a gente. Fazia umas coisas erradas, uns tratava os clientes mal. Teve uma época que trabalhei fora, aí botei dois para trabalhar aqui [na barraca], só me deu prejuízo. Eu dividia com eles, mas quando eu chegava não tinha nada, eles falavam que não bateu nada. Outros [lambe-lambes] combinavam com eles para levar os clientes para lá e aí dava comissão a eles.<sup>439</sup>

---

<sup>438</sup> SOUZA, 2016i.

<sup>439</sup> SOUZA, 2016i.

Provavelmente, os desentendimentos entre ajudantes e lambe-lambes se aprofundavam quando os jovens se tornavam adultos, com família, precisando aumentar a renda. Por isso, passavam a exigir maior participação nos lucros: “Quando ele se tornava fotógrafo, ele ainda era criança. Agora quando ele casava, aí ele tinha quer ser um fotógrafo [independente] ou mudar de profissão”<sup>440</sup>. Assim, a saída para abrir seu próprio negócio era reflexo desse momento.

Outro ponto que merece atenção é a contradição entre a alta lucratividade na praça e o discurso de que não dava para dividir o rendimento da barraca de forma igual entre dois fotógrafos. É possível levantar duas hipóteses explicativas, ou a barraca não era tão rentável, ou era mais cômodo para os lambe-lambes pagarem um valor inferior a um adolescente, o que também prejudicaria seu negócio, pois com a saída do ajudante nascia um novo concorrente. Por isso, havia tensão entre o ex-ajudante e o ex-patrão, principalmente. Muitas vezes, esse conflito era minimizado pelos laços sociais construídos no cotidiano, enquanto ajudante. Como informa o relato de Titico:

Aí quando começamos a nos desentender [Titico e Silas] porque eu tinha família e ele sem família, mas arranjou uma namorada que ele casou com ela depois, às vezes ele queria mais [dinheiro] que eu, quebrava a lente demais, me dava muito prejuízo. Aí eu digo, eu também sei trabalhar, aí não está dando certo. Ele foi trabalhar com J. Alves [outro lambe-lambe]. Depois teve um rapaz que viajou e queria vender a barraca, aí ele comprou. Não teve diferença. Só caiu um pouco para mim porque a gente trabalhava perto um do outro, mas ninguém tinha nada um contra o outro. Às vezes tinha desentendimento entre eu e ele, mas passava. Ele casou, colocou a barraca dele. Os que trabalhavam comigo, foram trabalhar para ele.<sup>441</sup>

Pode-se aferir que a saída de S. Silas da barraca do S. Titico lhe trouxe prejuízos financeiros, como queda do número de clientes e a perda de ajudantes, mas o lambe-lambe desvaloriza os danos e os desentendimentos ocorridos entre eles, pois sua memória tenta diminuir a presença dos conflitos no interior do grupo.

Além da motivação financeira dos ajudantes, ressalta-se o fator independência e autonomia, anteriormente expostos:

Quando você aprende uma profissão e coloca uma barraca ali é porque você tem a visão de que dar para você sobreviver, que vale a pena, dar mais que

---

<sup>440</sup> SILVA, 2016f.

<sup>441</sup> SOUZA, 2016i.

um salário, vive solta, não tem de cumprir horário com ninguém, prestar satisfação ao patrão, essas coisas.<sup>442</sup>

A narrativa revela uma disciplina de trabalho ajustável à realidade de cada profissional. Dessa maneira, tornar-se lambe-lambe não estava relacionado apenas ao domínio da técnica fotográfica, mas, sobretudo, ao controle da sua vida produtiva alcançado por meio da compra do seu ponto. Todavia, não era algo tão corriqueiro, uma vez que, os valores do ponto, da barraca e da máquina não eram irrisórios: “Era caro e difícil, igual vaga de táxi. A barraca era cara, os produtos, os materiais eram caros, revelador, fixador, papel”<sup>443</sup>. Essas vendas ocorriam em função de falecimento, mudança – seja de profissão, seja de cidade – e mais raramente pela troca da barraca por outra mais nova: “Acontecia de vender a barraca velha, mas não era constante, porque a barraca durava muitos anos”.<sup>444</sup>

Vale salientar, que os lambe-lambes exerciam certo controle sobre a venda dos pontos, pois para ter acesso a informação da venda era preciso conhecer algum fotógrafo na praça. Além disso, os veteranos exerciam certa autoridade sobre os novatos, principalmente, na localização da barraca e no preço das fotografias.

Tinha que comprar um ponto, se tivesse algum fotógrafo vendendo, tinha que ter conhecimento, [...] tinha que conhecer alguém para saber se estava vendendo ou não. [...] O que vendia mesmo, ia falando com os outros sobre o novato. [as regras] era estipular o preço e a forma de trabalhar. Era o preço não tinha que baixar para quebrar o colega [...] [ponto] sempre a gente ver o espaço que ele vai ficar, ou ficar no meio, nunca deixa ficar na ponta, porque o que está na ponta não quer perder o espaço da frente. Sempre quem ficava na ponta eram os mais velhos.<sup>445</sup>

Ainda sobre o tabelamento dos preços das fotografias:

[...] o preço da fotografia é x, o Sr. não pode pegar e baixar para ninguém, tem que seguir o preço certo. Tinha muitos que quando entrava queria quebrar. Eu mesmo era um pouco vigiado, porque na época, você sabe a pessoa que faz esporte tem muito conhecimento, aí muita gente conhecida passava e me via aqui, [...] trabalhei com o tenente [do Exército] também, viajava, peguei muito conhecimento por aí por fora, aí minha barraca fazia fila, aí muita gente pensava que eu estava quebrando [baixando o preço] [...] Mas eu não quebrava, era conhecimento.<sup>446</sup>

---

<sup>442</sup> SILVA, 2016f.

<sup>443</sup> SILVA, 2016c.

<sup>444</sup> SILVA, 2016f.

<sup>445</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>446</sup> SOUZA, 2016i.

Para Titico, a regra existia para que o cliente tivesse a liberdade de escolher a barraca pelo tratamento e qualidade oferecidos: “A pessoa tinha o direito de ir todas as barracas procurando, na barraca que ele gostasse ou que ele simpatizasse com a pessoa, com a maneira de tratar e tudo, aí ele ia decidir onde ele tirava”<sup>447</sup>. Tal discurso pode ser problematizado, na medida em que representa uma memória que busca, na maioria das vezes, valorizar a solidariedade e a ordem do grupo. O tabelamento dos valores provavelmente existia, sobretudo, para o controle dos preços e da concorrência no interior da praça.

Sobre as normas que organizavam as redes informais, como é o caso dos lambe-lambes, Silvia Portugal afirma que essas “reduzem a incerteza e contribuem para definir ‘como devem ser as coisas’ num determinado grupo”<sup>448</sup>. As normas definem a pertença e as regras no interior do grupo. Contudo, apesar da existência da norma, os lambe-lambes são unânimes no que diz respeito ao descumprimento da mesma: “sempre tinha alguém que quebra [baixava o preço]”<sup>449</sup>; “Seguia, na frente seguia [a tabela], mas por trás, fazia o que queria”<sup>450</sup>. O discurso de S. Zé Carlos suaviza as divergências sobre o assunto: “nunca houve muito conflito, exista uns arengueiros”<sup>451</sup>. Já S. Titico salienta a presença de conflitos: “Tinha uns que se esquentavam mais que os outros, queriam brigar”<sup>452</sup>.

O fato de em algum momento ter havido a necessidade de tabelar preços, é um indício de que havia uma tensão latente entre os integrantes do grupo: “[pq tabelou] tinha sabido. [antes de tabelar] Tinha confusão, discutia e depois esquecia”<sup>453</sup>. A existência da tabela ratifica que o grupo não era tão harmonioso; tampouco a regra era algo sem importância, visando apenas beneficiar os clientes. Ao contrário, era fundamental para organizar as normas de trabalho entre o grupo, tanto é assim que se tratava de uma das poucas recomendações dadas aos novatos.

Muitas vezes, a pessoa mandava alguém para poder ver se a pessoa estava correto, aí sabia se a pessoa estava quebrando. Se tivesse quebrando, a

---

<sup>447</sup> Idem, 2016h.

<sup>448</sup> PORTUGAL, Sílvia. O que faz mover as redes sociais? Uma análise das normas e dos laços. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 35-56. 2007. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/723>> Acesso em: 20 mai. 2017. p. 36 et seq.

<sup>449</sup> SILVA, 2016f.

<sup>450</sup> SILVA, 2016c.

<sup>451</sup> SILVA, 2016f.

<sup>452</sup> SOUZA, 2016i.

<sup>453</sup> SILVA, 2016c.

pessoa ia lá, chamava e conversava, para a pessoa se corrigir [...] Mas punição não porque ninguém podia fazer isso.<sup>454</sup>

A memória evidencia que, ainda que não houvesse uma punição, a vigília dos outros fotógrafos era constante. Logo, seus efeitos iam desde inibir a prática de baixar o preço, evitando um acirramento da concorrência entre os próprios lambe-lambes, devido ao aumento do número de fotógrafos, e o conseqüente acirramento dos conflitos; até impedir que os novatos conquistassem clientela através dessa prática.

Outra evidência da importância da tabela de preços para os lambe-lambes era a mobilização dos veteranos sobre o assunto: “quando um estava errado [baixava o preço da fotografia] [...] Os mais velhos, a gente chegava, chamava ele [o veterano], ele pegava, unia o grupo e aí nós procurávamos aquele companheiro para compreender aquilo que a gente estava passando para ele”<sup>455</sup>. Assim, presume-se que as relações de solidariedade presentes no interior do grupo também tinham a função de criar uma espécie de contrato informal, ordenando a atividade profissional.

No que se refere à autoridade dos veteranos, S. Titico recorda um episódio de reorganização das barracas ocorrido na praça, na década de 1970.

[...] quando vim trabalhar aqui minha barraca era Foto Globo, nº 12, aí depois o pessoal começou a querer organizar o número, ir assim, 1, 2, 3 e ir rodando a praça. Aí a minha que era 12 ficou 26. Conversamos em grupo para organizar, porque era assim, 1, 26, 17. Alguns não queriam concordar, mas a maioria é quem decide. Não foi ideia minha, porque quando eu mudei ficou até ruim para mim, porque o povo vinha atrás do número 12, não chegava procurando Titico, aí eu não era mais 12, era 26, mas muitos clientes tiravam na 12. Perdi muitos clientes na época por isso. Aí a 12 ficou lá em cima e a 26, que era minha agora, cá embaixo. Acho que essa ideia veio de S. Saturno, que ele era o mais velho. O filho mesmo não queria mudar, era foto nº 13, não queria mudar de jeito nenhum e acho que não mudou porque até hoje ele é 13.<sup>456</sup>

Não houve mudança no local das barracas, ainda assim muitos se sentiram prejudicados, pois muitas vezes os clientes vinham em busca do número da barraca e não do nome do fotógrafo, até porque não era exclusividade do fotógrafo atender na barraca, também aquele ajudante que já dominava a técnica fotográfica podia atender os clientes.

---

<sup>454</sup> SOUZA, 2016i.

<sup>455</sup> SOUZA, 2016h.

<sup>456</sup> Idem, 2016i.

Vale relembrar como ocorria a divisão de trabalho entre fotógrafos e ajudantes. Aos segundos, cabia carregar a água, lavar as banheiras e arrumar os químicos, bem como lavar, secar e cortar a fotografia. Os primeiros, por sua vez, ficavam encarregados de colocar o material na máquina e fotografar. Como recorda S. Titico:

Para revelar, dentro do caixão, tinha que ter duas banheiras, quando eu queria trabalhar com três, eu trabalhava, revelador, fixador e o bissulfito<sup>457</sup>, entendendo? Então era a mesma coisa. Disparava a lente, cortava o filme dentro da máquina mesmo, colocava dentro da banheira, dentro do revelador, a gente já sabia tinha o tempo, depois dentro do fixador, tirava, lavava na água o negativo, aí pegava uma vasilha com álcool, tocava fogo e abanava rápido para enxugar rápido, cortava direitinho, enquadrava, colocava na vinheta, levava para dentro da máquina de novo, colocava dentro da copiadeira, aí pegava o papel dentro do depósito, levava para copiadeira, aí dava o tempo da luz, levava para dentro do revelador, a gente ficava na luz olhando, quando via que chegava a imagem, a gente colocava dentro do fixador e deixava fixando, aí depois tirava, ia para dentro da água, lavava rapidinho para tirar o fixador, quando tirava o fixador, a gente voltava para o fogo, rapidamente enxugava, cortava, botava dentro de um envelope que a gente mesmo fazia e entregava para o cliente. Não chegava nem 10 minutos, era rápido.<sup>458</sup>

O fotógrafo lembra que, embora já tivesse trabalhado em um estúdio fotográfico em São Paulo, não dominava a técnica fotográfica. Esse conhecimento foi apreendido na praça por meio da observação e da vivência, indicando que o ato de fotografar era um processo baseado no saber adquirido pela experiência, definida como:

a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experimentar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento.<sup>459</sup>

Sendo assim, mesmo não sendo de praxe ensinar aos ajudantes a técnica fotográfica, o processo fotográfico era apreendido pela observação e pela vivência. A relevância da experiência se fazia presente também no tempo:

Tinha que saber o tempo, digamos aqui está a claridade, na copiadeira tem que dar um tempo rápido, era rápido. [...] nublado a gente já tinha que

<sup>457</sup> Trata-se de bissulfito de sódio utilizado em banhos de interrupção, a fim de dar durabilidade a fotografia.

<sup>458</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>459</sup> TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. p. 10

contar, a primeira fotografia a gente já contava o tempo 1,2,3 (fala mais devagar) para fazer as 4 fotografias contando o tempo se tivesse nublado, podia contar até 5 ou 6 para fazer a fotografia. Era diferente se tivesse nublado. Quando o sol estava muito quente mudava a posição da máquina para dentro da barraca, não podia colocar para o lado do sol porque aí queimava. Aí tinha que colocar para o lado da barraca e dar um tempo mais lento. Mais lento ou mais rápido dependendo da posição da claridade.<sup>460</sup>

S. Titico recupera ainda a presença de outras máquinas presentes no labor diário e outros saberes recorrentes na labuta cotidiana:

Tinha vários tipos de máquina, tinha a 6x6 [...] a pessoa tinha que saber o que era abertura, velocidade para trabalhar [...] tinha que saber o que era metragem para trabalhar na metragem, foco, tudo a gente tinha que saber o que era. [...] As minhas máquinas quem fazia era eu. Tinha máquina que tinha folew, a gente puxava o folew com a lente na frente, a gente armava, focava para fotografar e também fizemos máquina com 6x6 também, que botava no caixão, colocava dentro a cabeça coberta com um pano.<sup>461</sup>

As lentes têm diafragma de abertura, fechar ou abrir, se o sol estivesse forte a gente fechava o diafragma e regulava na velocidade, se o tempo nublasse a gente abria o diafragma e diminuía a velocidade para entrar mais luz para o filme para dar qualidade precisa.<sup>462</sup>

Ou ainda, “não trabalhava com bissulfito [de sódio] porque tinha que demorar bastante tempo para lavar a foto. Aí a gente só trabalhava com revelador e fixador porque chamava lambe-lambe para a gente dar a foto rápida”<sup>463</sup>. Isto é, em função de uma das principais características do lambe-lambe, a agilidade e a rapidez na entrega das fotografias. Além do trabalho na praça, Titico conta que realizava outros serviços, como fotografias para eventos, viagens por diversas localidades e até monóculos:

[...] eu tinha meu laboratório em casa, tinha minhas banheiras, minha máquina, tinha meu ampliador, aí eu trabalhava aqui e trabalhava fora. Fazia também meus trabalhos em igreja, tinha negócio de batizado, aniversário, casamento, tudo eu fazia. Trabalhei com monóculo também. E outra que não trabalhei só aqui, todas essas regiões aqui de Feira, começando aqui de Candeal, Chapada, Quatro Estrada, Belo Alto, tudo aí eu tirei foto. Aqui na região também de Tanquinho, Riachão até Jacobina, eu fui tirar foto. Entrado aqui pelo Bravo, pegando Anguera, Serra Preta, Lagoa da Caiçara, Morro do Curral, tudo eu tirei foto. Subindo aí para o lado de Irecê, entrando aí em Ipirá, Baixa Grande, entrando para Mairi, Biritinga, já fui tirando foto.

<sup>460</sup> SOUZA, 2016h.

<sup>461</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>462</sup> SILVA, 2016e.

<sup>463</sup> SOUZA, 2016g.

Era na máquina de caixão. Eu trabalhei com um tenente da Junta de Serviço Militar que eu fazia esses municípios todinhos com ele. Eu pegava aqui Amélia Rodrigues não tinha fotógrafo, Berimbau não tinha, Coração de Maria não tinha, Santanópolis não tinha, Retiro não tinha, tudo quem fazia era eu. Eu trabalhei para a Usina de Itapetingui, Aliança, Marau. Todos esses locais eu fazia foto. Isso aí era um dia na semana, não era direto não. Até tirar foto para político dentro dos matos, Santa Rosa, Galhardo, O Sete, Gameleira, eu ia tirar foto.<sup>464</sup>

As memórias revelam que embora a praça fosse o principal meio de sustento, não era o único espaço de ganho. A prática do trabalho fora era um padrão entre os lambe-lambes, porém representava um extra no ganho desses profissionais: “Todos nós, o sustento era daqui. Agora sempre a gente achava os trabalhos por fora também. Sempre fazia. Era o extra”<sup>465</sup>.

Sobre os clientes, os lambe-lambes recordam que atendiam fregueses de Feira de Santana e região, já que apesar da proliferação do número de fotógrafos, de forma geral, as cidades menores não contavam com retratistas. Todavia, a alta demanda registrada na década de 1970, na praça Bernardino Bahia, não se deve somente a esse fato, mas, sobretudo, à exigência da prova documental, a fotografia, em diversos documentos<sup>466</sup>, como por exemplo, no Título de Eleitor.

A esse respeito, os lambe-lambes contam que estabeleciam parcerias com os políticos locais: “o político lhe passava uma ordem, vai lá no Foto Silva apresenta essa ordem e diga para tirar sua foto. Depois, eu juntava as ordens, ia lá e recebia o dinheiro”<sup>467</sup>. E também com militares: “Eu trabalhei com um tenente [refere-se ao tenente Eurides] da Junta de Serviço Militar que eu fazia esses municípios todinhos com ele”. O fato evidencia a prática de apadrinhamento político<sup>468</sup>, tanto entre político/lambe-lambe, quanto entre político/cliente. Se por um lado o lambe-lambe e o cliente prestavam apoio aos políticos; por outro, como contrapartida, os políticos ofereciam uma fotografia 3x4, emprego ou proteção. No caso dos militares, vale lembrar que aquela conjuntura política era de Ditadura Militar. Nesse sentido, o ato de apadrinhamento político fundamentava-se na deferência por parte do retratista e na proteção por parte dos militares. Ambos “beneficiando” os fotógrafos ambulantes, o que será tratado no próximo capítulo.

<sup>464</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>465</sup> SOUZA, 2016i.

<sup>466</sup> DANTAS, Rodrigo Tourinho. **A fotografia digital como meio de prova no processo civil e trabalhista**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9642/a-fotografia-digital-como-meio-de-prova-no-processo-civil-e-trabalhista>> Acesso em: 28 jun. 2016.

<sup>467</sup> SILVA, 2016e.

<sup>468</sup> BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 116.

As camadas populares representavam a maior parte da clientela dos fotógrafos ambulantes. No entanto, como os próprios fotógrafos informam, atendiam também fregueses das camadas média e abastada da sociedade feirense, tais quais, “médicos, advogados, professores, gente de João Marinho [Falcão], os netos dele sempre tiravam foto comigo”<sup>469</sup>.

Na disputa por novos clientes, os lambe-lambes ressaltaram que era fundamental a qualidade da fotografia: “Aí vai indicando, vai passando, vai ganhando a clientela em cima da qualidade”<sup>470</sup>; bem como os laços sociais construídos no cotidiano: “Aí todo mundo, devido meu conhecimento dentro do esporte, me procurava para tirar foto comigo aqui”<sup>471</sup>.

Na década de 1980, com a introdução da fotografia colorida no mercado fotográfico, a rotina de trabalho dos lambe-lambes foi alterada. A partir de então, o lambe-lambe não detinha mais o total controle da sua vida produtiva, sendo necessário recorrer a um laboratório para revelar as imagens – “você já não faz, alguém faz para você”<sup>472</sup>.

S. Titico rememora que batia as fotografias na parte da manhã, por volta de 11h, levava para o laboratório para revelar e às 12h entregava ao cliente<sup>473</sup>. Sendo assim, a disciplina de trabalho mais flexível que caracterizava o ofício também ficou comprometida. Com a fotografia colorida, o lambe-lambe deixou de ter autonomia e independência com relação ao seu trabalho. Além disso, a fotografia era revelada, no tempo mínimo, de 40 minutos, muito mais tempo se comparado aos 8 a 15 minutos de outrora.

No que diz respeito à concorrência entre lambe-lambes e laboratórios, observa-se que, se por um lado, os preços se equiparavam, por outro lado, o tempo de entrega era maior para os fotógrafos ambulantes, pois os laboratórios davam preferência para as fotografias de seus clientes. Logo, muitos fregueses passaram a optar pelos laboratórios, com isso, os rendimentos dos lambe-lambes sofreram redução.

Os fatos analisados evidenciam aspectos comuns presentes entre os fotógrafos ambulantes, em que pese as diferentes trajetórias. É perceptível características semelhantes entre os indivíduos estudados que permitiram configurar o grupo. A maioria desses trabalhadores era migrante, tinham baixa escolaridade, não possuíam qualificação profissional e, sobretudo, compartilharam as vivências de trabalho na praça Bernardino Bahia. Entre os fotógrafos ambulantes foi fundamental os laços sociais de tipo familiar e de proximidade para o grupo profissional, seja para conseguir ajudantes, seja para formar clientela.

---

<sup>469</sup> SOUZA, 2016h.

<sup>470</sup> SILVA, 2016e.

<sup>471</sup> SOUZA, 2016h.

<sup>472</sup> SILVA, 2016e.

<sup>473</sup> SOUZA, 2016h.

Apesar dos laços que os unia, o grupo também foi entrecortado por conflitos. Doravante é imprescindível compreender as tensões nascidas do uso e da apropriação da praça Bernardino Bahia como espaço profissional dos lambe-lambes, além de analisar como esses fotógrafos ambulantes se organizaram em torno de táticas, a fim de manter-se no local. Tais aspectos serão tratados no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3. OS LAMBE-LAMBES E A PRAÇA: SOCIABILIDADES E CONFLITOS EM SUAS VIVÊNCIAS DE TRABALHO EM FEIRA DE SANTANA**

Nome de rua deve ser como é de gente: não se muda atoamente. O mal é a bajulação, pondo-se por qualquer motivo inconfessável, certos nomes de segunda em ruas de outros nomes. O nome de muita rua é dado pelo povo. E a rua é sua. O povo a estima ou a odeia. Dá-lhe o nome correto, o nome que vê que lhe calha bem. Ficariam os títulos oficiais para o luxo dos jornais e o silêncio dos discursos na Câmara Municipal. Só. E lá se vinham Canto Escuro, Beco da Esteira, Salto do Bode, Beco do Mocó, Baixa da Égua, Pedra do Descanso, Muchila, Calumbi, Fiado, Rua da Tranca, Rua do Bom e Barato.<sup>474</sup>

Ainda que o poder público municipal, por meio das legislações, isto é, dos Códigos Tributário e de Posturas, tentasse normatizar o centro comercial de Feira de Santana, apoiado pelas classes dominantes e pelos veículos de comunicação, a exemplo dos jornais *Folha do Norte* (JFN) e *Feira Hoje* (JFH), a rua pertence ao povo, como enfatiza Eurico Alves Boaventura, citado acima. A trama deste capítulo é tecida em volta da praça Bernardino Bahia, conhecida praça do lambe-lambe, localizada na avenida Senhor dos Passos, centro comercial de Feira de Santana. Ali, o povo vivenciava a cidade. Será feita uma análise do uso e a apropriação da praça Bernardino Bahia enquanto espaço do fazer profissional dos fotógrafos lambe-lambes, bem como das tensões nascidas dessa ocupação que envolvem uma disputa por nicho de mercado com os fotógrafos de estúdio e uma concorrência com as representações que forjavam uma cidade moderna, progressista e industrializada, por meio das páginas dos jornais *Folha do Norte* e *Feira Hoje*. Ademais, será estudada a atuação da administração municipal frente aos conflitos.

#### **3.1. Uso e apropriação da praça**

A praça Bernardino Bahia, juntamente com a praça João Pedreira e do Comércio<sup>475</sup>, as avenidas Senhor dos Passos e Maria Quitéria<sup>476</sup>, as ruas Marechal Deodoro e Sales Barbosa e os becos que ligam essas vias principais, compõe o centro da urbe feirense. O núcleo

---

<sup>474</sup> BOAVENTURA, Eurico Alves. A velha e a nova cidade. In: \_\_\_\_\_. **A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana**. Feira de Santana: UEFS, 2006. p. 87.

<sup>475</sup> Atual praça da Bandeira.

<sup>476</sup> Atual avenida Getúlio Vargas.

congregava comércio, indústrias e residências, se constituindo enquanto um espaço marcado pelo intenso movimento de pessoas – moradores e/ou forasteiros, vendedores e/ou compradores. Porém, na avenida Senhor dos Passos predominava, inicialmente, casarões requintados pertencentes as camadas abastadas da sociedade feirense, como as famílias Fróes da Mota e Bahia. No local estavam presentes, ainda, os cinemas *Cine Íris*, o *Cine Timbira*, a Prefeitura Municipal, a Igreja Senhor dos Passos, entre outras instituições.<sup>477</sup>

No início da década de 1950, durante a gestão de Almachio Alves Boaventura (Partido Social Democrático - PSD)<sup>478</sup> (1951-1955), inimigo político de Arnold Silva<sup>479</sup>, as denúncias envolvendo a praça Bernardino Bahia eram frequentes no jornal *Folha do Norte*:

O parque Bernardino Bahia é hoje o centro de reunião dos malandros. Parece que todos os desordeiros e malandros da cidade elegeram o referido parque para os seus destinos, brigas, etc. Prática desde algazaras, até os piores atos, sem que sofram objeções. Em dias desta semana, dois desordeiros brigando, atingiram com uma pedrada, uma senhora que passava no momento.<sup>480</sup>

O jardim da Praça Bernardino Bahia há muito tempo que está abandonado. E o abandono continua. Esta é as condições que se acha o jardim: o passeio cheio de buracos, sem grama, com os bancos todos arrebatados, com árvores malcuidadas, completo às escuras, servem de albergue noturno e mictório.<sup>481</sup>

Uma das coisas erradas que a Prefeitura precisa acabar é o velho hábito que se tem de fazer das ruas depósitos de entulho, provenientes da construção de obras. Em um dos lados do parque onde fica a placa “Bernardino Bahia”, está há vários meses, um montão de terra, obstruindo a sarjeta e no meio da rua [...] A Prefeitura deve determinar severas medidas e multas aos que teimarem em encher de entulho as ruas da cidade enfeitando a fisionomia urbana.<sup>482</sup>

Na primeira e na última matéria são evidenciados os usos do espaço público em desacordo ao esperado e normatizado pelo poder público municipal. O periódico, corroborando com as normatizações, descreveu esses espaços como local de desocupados e

<sup>477</sup> MORAIS, Ana Angélica Vergne de. (Org.). **Conhecendo Feira de Santana**: olhares sobre a cidade. Feira de Santana: UEFS, 2004. p. 34.

<sup>478</sup> CAMPOS, Ricardo da Silva. Elites, poder e política em Feira de Santana – BA (1947-65). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300970278\\_ARQUIVO\\_TextoANPUH-SPRicardoCamposUNEB\(1\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300970278_ARQUIVO_TextoANPUH-SPRicardoCamposUNEB(1).pdf)> Acesso em: 20 jul. 2017.

<sup>479</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade**: olhares, imagens e práticas do cotidiano. 2008. 220f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. p. 32.

<sup>480</sup> MALANDRAGEM. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 41, n. 2165, 06 jan. 1951. p. 4.

<sup>481</sup> O BLACK-OUT. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 41, n. 2176, 24 mar. 1951. p. 4.

<sup>482</sup> ENTULHO NA RUA. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 41, n. 2174, 24 fev. 1951, p. 4.

depósito de entulhos, respectivamente. Já a segunda matéria tratou da deterioração física do local. As críticas apresentadas se referiram aos fatores considerados não adequados a uma urbe em desenvolvimento, como representada pela administração municipal, pelas classes dominantes e pelos jornais feirenses.

Se por um lado, o periódico descrevia a praça Bernardino Bahia como “centro de reunião dos malandros”, o espaço era palco de festejos:

Após os novenários, com as celebrações religiosas, ocorriam nas praças demonstrações de expressões artísticas da cultura local como: retretas das filarmônicas, exibições de maculelê, samba de roda, samba duro, bumba-meu-boi, passo da ema, capoeira, afoxé e burrinha.<sup>483</sup>

Isto é, até a primeira metade do século XX, a praça era um local de convivência<sup>484</sup> e medida aconselhada pelos principais urbanistas a fim de quebrar a monotonia da paisagem: “A criação de ambientes indispensáveis para quebrar a monotonia da paisagem de Feira de Santana, uma cidade agressiva pela inexistência de áreas verdes”<sup>485</sup>.

Desde o final da década de 1950, registra-se o deslocamento das famílias das camadas abastadas da sociedade feirense do centro da cidade, em razão do intenso movimento de pessoas pautado pelo comércio local<sup>486</sup>. O processo que tornou a região central de Feira de Santana essencialmente comercial foi consolidado no governo de João Durval Carneiro (Aliança Renovadora Nacional - ARENA) (1967-1971), com a implantação do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) (1968); do Código de Urbanismo e Obra (1969), que instituiu: “Setor comercial limitado pelos logradouros: rua Senhor dos Passos, praça João Pedreira, rua Sales Barbosa e Praça Bernardino Bahia”<sup>487</sup>; e da Lei de Zoneamento (1969)<sup>488</sup>, que estabelecia zonas comercial, residencial, industrial e mista, para orientar o crescimento da cidade, sendo o núcleo urbano inicial definido como zona comercial<sup>489</sup>.

<sup>483</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 98

<sup>484</sup> MORAIS, 2004, p.31.

<sup>485</sup> PARQUES E JARDINS: A CIDADE SE HUMANIZA. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 3, n. 107, 06 set. 1972. Caderno 2. p.1.

<sup>486</sup> LIMA, Carlos Alberto Alves. **De Luzes e Becos: cartografias, Itinerários e Imagens do “Complexo Rua do Meio” (1940-1960)**. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2014. p. 50 et seq.

<sup>487</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. **Código de Urbanismo e Obra: Lei nº 629, de 04 de julho de 1969**. Feira de Santana, 1969. Art. 24.

<sup>488</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. **Lei de Zoneamento: Lei nº 631, de 30 de julho de 1969**. Feira de Santana, 1969.

<sup>489</sup> Cf. FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996**. 1998. 189f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998. p. 116.

No início da década de 1960, a praça Bernardino Bahia passou a ser assim descrita:

Não é mais aquele parque suntuoso. Pelo contrário, observava-se explicitamente o desgaste de seus bancos e calçamentos, a iluminação cada vez mais precária, nem sinal do cata-vento de outrora que durante muito tempo marcou a paisagem. Da esquina da praça, avista-se a bela casa do político e comerciante João Marinho Falcão, extremamente arborizada e situada dentro de um grande terreno, uma das mais belas da avenida Senhor dos Passos.<sup>490</sup>

A partir das descrições, cabe desviar o olhar para os muros da residência de João Marinho Falcão, no começo dos anos de 1960. Ali, voltados à praça Bernardino Bahia, instalados no passeio, estavam os fotógrafos ambulantes – os lambe-lambes – trabalhando com suas máquinas-caixote apoiadas num tripé, um balde de água para lavar e uma latinha com fogo para secar o retrato. Conforme o relato de S. Zé Carlos<sup>491</sup>, os retratistas trabalhavam de forma precária, não possuíam barracas, que poderiam ser utilizadas tanto para fins profissionais, já que serviam de pano de fundo da fotografia, bem como para guardar os materiais e equipamentos fotográficos, aguardar a chegada de fregueses e ainda acolher os clientes que esperavam pela finalização da fotografia; quanto para proteção pessoal, na medida em que poderiam servir de abrigo, protegendo do sol e/ou da chuva.

Na ausência da barraca, apenas um pano de fundo e uma sombra moderada eram utilizados para dar acabamento à imagem. Ainda segundo o lambe-lambe, inicialmente, três fotógrafos ambulantes, João Jeremoabo, Zé do Cavalinho e Manuel Brito, conhecido como Caboclo, estavam instalados no local. Como vem sendo registrado, o crescimento no número desses profissionais, no final da década de 1960, tinha relação com a constante chegada de migrantes em Feira de Santana, em busca de trabalho, este foi o caso de S. Zé Carlos e do seu pai, Saturnino.

No início da década de 1970, por iniciativa do grupo, ocorreu a transferência para o interior da praça Bernardino Bahia:

Nós trabalhámos aqui no passeio [da residência do intendente Bernardino Bahia] não chegou há dois anos, a gente mudou pra aqui [praça Bernardino Bahia]. A gente pensou, por que não trabalhamos no jardim? Que é bem melhor! Aí a gente se organizou e passou para dentro do jardim [praça]. Foi ideia da gente mesmo. Ficou bem melhor. Porque no futuro o passeio que a

<sup>490</sup> LIMA, 2014, p. 71.

<sup>491</sup> SILVA, José Carlos da. Depoimento. [18 de fev. 2016d] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

gente ocupava, eles iam tirar a gente dali, a gente deduziu e passou pra aqui<sup>492</sup>.

A fala indica que os lambe-lambes, seja através das conversas cotidianas pautadas pelos jornais locais *Folha do Norte* e *Feira Hoje*, seja pela vivência no centro comercial de Feira de Santana, visualizando as fiscalizações e as transferências de outros trabalhadores ambulantes, tinham conhecimento da legislação que proibia o estacionamento de ambulantes em passeios, ruas e praças<sup>493</sup>. Pode-se supor que o Código de Posturas de 1967 foi um dos fatores determinantes para tal decisão por parte dos fotógrafos ambulantes. Contudo, esse elemento por si só não explica a transferência, uma vez que, segundo o Código de Posturas, a praça pública também era local proibido para os trabalhadores ambulantes. S. Evandro corrobora com essa informação: “começou a colocar aqui [na praça], mas aqui também era proibido o lambe-lambe entrar”<sup>494</sup>. Dessa maneira, a localização estratégica da praça Bernardino Bahia provavelmente foi um dos elementos responsáveis pela transferência do grupo para o local. Como enfatiza os lambe-lambes Zé Carlos e Titico, respectivamente:

Porque essa praça é a praça central, é o miolo da cidade, o cartão postal da cidade, onde fica mais próximo de laboratório, do INSS, tudo que depende de uma fotografia urgente, aqui fica perto. Se fosse outra, ficaria uma contramão. Era mais fácil arrumar cliente aqui<sup>495</sup>.

Aqui [praça Bernardino Bahia] o lugar era melhor, só em ser uma praça. A praça significa muita coisa. O espaço era melhor. Passava mais gente. Para tirar foto era bonito. É centro, todo mundo passava aqui, quando descia do ônibus passava aqui. Aqui é perto para tudo. Para comprar material. Só tinha uma casa que vendia material antigamente, era a Casa Esportiva, lá tinha do filme, máquina, ampliador, o revelador, o fixador, era mais perto para a gente trabalhar. Se a gente fosse trabalhar, digamos na Fróes da Mota [praça<sup>496</sup>], já ficava mais longe. Para dar um retrato rápido não tinha condições porque quando fosse comprar o material para voltar, porque toda hora a gente tinha que comprar filme, porque naquela época a gente trabalhava né. [...] As caminhonetas 350, tipo um pau-de-arara, vinha com os povos de Jaguara, Bonfim, essa região todinha, aí encostava aqui ao redor da praça [do lambe-lambe]. Outros ficava na Fróes da Mota [praça]. Que vinha de Antônio Cardoso parava na Matriz [praça]<sup>497</sup>.

<sup>492</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>493</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. **Código de Posturas**: Lei nº 518, de 6 de janeiro de 1967. Feira de Santana, 1967. Art. 87, p. 22.

<sup>494</sup> SILVA, Evandro da. Depoimento. [18 de fev. 2016a] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

<sup>495</sup> SILVA, 2016d.

<sup>496</sup> Antigo Campo do Fumo. In: MORAIS, 2004, p. 31.

<sup>497</sup> SOUZA, Francisco Bernardo de Souza. Depoimento. [19 de fev. 2016g] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

O jardim público situava-se no centro comercial da urbe, nas proximidades da feira livre e junto à órgãos que emitiam e exigiam documentos, como o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)<sup>498</sup>. Nas adjacências estavam os laboratórios que vendiam os materiais fotográficos. No local estavam localizados, ainda, pontos de parada de transporte de algumas cidades circunvizinhas, os chamados paus-de-arara<sup>499</sup>. Em outras palavras, o fator econômico, a defesa de um nicho mercadológico e a localização privilegiada que garantia grande fluxo de clientes foram as principais motivações para a escolha do local.

Instalados na praça Bernardino Bahia, os lambe-lambes passaram a utilizar uma barraca de lona, aproximando-se do cotidiano dos vendedores ambulantes que atuavam nas proximidades. A barraca deveria ser armada/desarmada diariamente, sendo necessário estabelecer uma rede de relações sociais<sup>500</sup> e econômicas com outros sujeitos presentes no centro comercial, a fim de garantir o espaço para guardá-la e a água necessária para lavar as fotografias. Nesse sentido, o cotidiano desses fotógrafos ambulantes no espaço público era marcado por relações de solidariedade e camaradagem. Mas as relações econômicas também compunham este universo, a exemplo do pagamento aos lojistas que ficavam responsáveis pela guarda do material. Pagava-se também pelo uso da água. Essas relações estabelecidas mediante solidariedade e interesses econômicos, relativiza a ideia de que o convívio entre ambulantes e lojistas era baseada apenas em conflitos em função do uso das calçadas e da concorrência entre eles, na medida em que eram os lojistas que davam retaguarda, seja por camaradagem seja por pagamento, aos lambe-lambes.

A ocupação das calçadas pelos lambe-lambes não representava perigo aos lucros dos lojistas, pois não eram seus concorrentes, já que não vendiam os mesmos produtos comercializados nas lojas. Larissa Pacheco<sup>501</sup> enfatiza que a disputa entre camelôs e lojistas se dava também em função do passeio, não apenas pela concorrência entre eles. Uma vez que, essa ocupação dificultava a visão das vitrines das lojas. Ainda assim, segundo a autora<sup>502</sup>, em muitos casos, camelôs e lojistas negociavam o uso das calçadas das casas comerciais, pois a

---

<sup>498</sup> Atualmente Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

<sup>499</sup> “Aqueles cidadãos que não dispunham de recursos econômicos para a aquisição de um automóvel restava utilizar os serviços das marinetes e dos carros de praça na área urbana, e servir-se dos paus-de-arara para o deslocamento entre as cidades como Cruz das Almas, Ipirá, Santa Bárbara e Irará” In: OLIVEIRA, 2008, p. 115.

<sup>500</sup> Cf. SERPA, Ângelo. A trama de relações sócio-espaciais nos bairros populares de Salvador, Bahia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cidade Popular: trama de relações sócio-espaciais**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-19.

<sup>501</sup> PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990)**. 2009. 202f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2009. p. 38 et. seq.

<sup>502</sup> *Ibidem*, p. 63-65.

manutenção do ponto de venda garantiria movimento e fluxo de clientes em frente aos estabelecimentos, o que interessaria também aos lojistas. Além disso, os ambulantes garantiriam local para guardar mercadorias, barracas e lonas. Neste sentido, é fundamental relativizar a noção de que as relações sociais e econômicas entre ambulantes e lojistas eram apenas conflituosas.

O uso da barraca de lona diminuiu o improvisado entre os fotógrafos lambe-lambes, pois o equipamento já oferecia a sombra e o fundo da fotografia, além do espaço para o cliente sentar: “Era uma barraquinha pequena, dava malmente para sentar, com uma cobertura simples, sentar, porque precisa da sombra para dá uma qualidade na foto e fazia a fotografia. A gente desarmava, eu levava para casa ou arrumava um lugar para deixar”<sup>503</sup>. Já por volta de 1975, a barraca de lona foi substituída pela barraca de zinco:

[...] todos nós tínhamos que pegar nossa barraca colocar em um lugar porque desarmava, quando era de manhã bem cedo, pegava no lugar que tivesse guardando, armava e ficava. Mas era muito cansativo para todo mundo, todo dia fazer isso, aí a partir de 75 a gente foi fazendo barraca de zinco<sup>504</sup>.

Apesar dos contratemplos, no período em questão, a apropriação da praça Bernardino Bahia enquanto espaço do fazer profissional dos fotógrafos lambe-lambes estava consolidada. Os conflitos em torno dessa ocupação envolvendo o Poder Executivo e Legislativo municipal, bem como a imprensa feirense também estavam sanados, como veremos adiante. Logo, naquele momento, a instalação de uma barraca fixa no local não traria problemas para o grupo, como por exemplo, o recolhimento da barraca para a garagem da Prefeitura Municipal, como previsto no Código de Posturas<sup>505</sup>. Dessa forma, a instalação da barraca de zinco não foi condicionada apenas pelos transtornos ocasionados pelo uso da barraca de lona, como lembrado pelo lambe-lambe, mas, sobretudo, pela concretização do uso desse espaço público pelos lambe-lambes.

Quanto às condições físicas da praça Bernardino Bahia, no momento da transferência, o lambe-lambe conta:

Eu sou veterano aqui, tenho 51 anos de praça. Eu cresci aqui, estou envelhecendo aqui. No começo era engraçado, era melhor, mas nunca foi uma praça para dizer assim isso aqui é uma praça. Você vai em uma cidade

<sup>503</sup> SILVA, 2016d.

<sup>504</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>505</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA, 1967, Art. 173 - Art. 176, p. 42 et seq.

pequena, circunvizinha, tem um jardim bonitinho, arrumadinho, uns banquinhos para namorar, aquela coisinha bonitinha, com recurso, uma coisa bem dividida, organizada [...]. [Em 1970] era mais bonitinho, era melhor, era mais organizado, era mais cuidado, era bem melhor, bem melhor. Vinha [os moradores da cidade], tinha mais plantas, era mais bonito. Vinha passear, namorar, tirar foto.<sup>506</sup>

Segundo as memórias de S. Zé Carlos, a infraestrutura e a área verde da praça Bernardino Bahia eram insuficientes no comparativo com outras praças/jardins públicos de cidades circunvizinhas. É possível supor que, em função da sua localização, no núcleo da urbe feirense, esse espaço público sofria os impactos do intenso fluxo de mercadorias e pessoas. Porém, as lembranças do lambe-lambe enfatizam que, apesar dessas questões estruturais e de manutenção, a praça era usada pelos habitantes da cidade como um espaço de convívio e de recreação durante os fins de semana. S. Evandro corrobora com o colega quando afirma que: “A praça era bonita, tinha jardim, tinha orquestra, show, todo final de semana tinha. Os bancos [assentos de cimento]. Dia de domingo, as pessoas vinham namorar, a gente vinha bater foto 6x6”<sup>507</sup>.

Nesse mesmo período, o jornal *Feira Hoje* afirmou que a localidade havia sido ocupada por outros ambulantes, ressaltando danos aos seus jardins:

e as inovações continuam surgindo. Atingiram, agora, a Praça Bernardino Bahia, que, de parque ou mesmo, jardim, passou a ser há poucos dias, a feira central dos camelôs, onde dezenas e mais dezenas de bancas a destruir a grama dos canteiros<sup>508</sup>

A memória dos lambe-lambes sobre a praça zelada, provavelmente, é fruto da contraposição com a situação atual do local, uma vez que, desde 1950 eram frequentes as denúncias nos jornais locais a respeito do abandono desse espaço público. Sem levar em consideração os conflitos político-partidários entre prefeitos e diretores/articulistas dos jornais *Folha do Norte* e *Feira Hoje* que envolvem tais acusações, é provável que, em virtude da intensa urbanização, migração e comércio, a praça Bernardino Bahia não tenha guardado seu aspecto funcional e físico de outrora, como por exemplo, na década de 1930, quando era um dos símbolos da modernização da urbe feirense<sup>509</sup>.

---

<sup>506</sup> SILVA, 2016d.

<sup>507</sup> SILVA, 2016a.

<sup>508</sup> A FEIRA DA PRAÇA BERNARDINO BAHIA. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano1, n. 22, 1 fev. 1971.

<sup>509</sup> LIMA, 2014, p.132 et seq.

No tocante a análise do espaço urbano, é preciso distinguir os conceitos de lugar e de espaço:

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual distribuem elementos na relação de coexistência [...] Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é, portanto, configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. [...] o espaço é um lugar praticado.<sup>510</sup>

O espaço, portanto, é produto da articulação entre o uso e o relato do espaço urbano operado pelo usuário. Sobre o uso do espaço urbano, Certeau afirma:

O estilo especifica uma estrutura linguística que manifesta no plano simbólico [...] a maneira de ser no mundo fundamental do homem”. Conota um singular. O uso define o fenômeno social pelo qual um sistema de comunicação se manifesta de fato: remete a uma norma. O estilo e o uso visam, ambos, uma “maneira de fazer” (falar, caminhar etc.), mas um como tratamento singular do simbólico, o outro como elemento de um código. Eles se cruzam para formar um estilo do uso, maneira de ser e maneira de fazer.<sup>511</sup>

O relato de espaço “é um relato de viagem – uma prática do espaço”<sup>512</sup>. Ou seja, o espaço urbano não é natural, mas sim histórico, fruto das ações (usos de espaço) e das narrativas (relatos de espaço), sendo os seres humanos os elementos de articulação. Então, apesar do espaço urbano dos urbanistas e dos arquitetos ter um sentido próprio que visa a normatização, sofre desvios e variações a partir do uso, “aquilo que o consumidor cultural ‘fabrica’”<sup>513</sup>; e do relato, que “transforma lugares em espaços”<sup>514</sup>. Ainda sobre os relatos, operam na fabricação enquanto ato de fazer; na demarcação, ao estabelecer limites; e na criação, no sentido de autorização dos espaços<sup>515</sup>. Ao se apropriar dos lugares,

1- Supõe que as práticas dos espaços correspondam, elas também, a manipulações sobre os elementos de base de uma ordem construída; 2- supõe que sejam, como os tropos da retórica, desvios relativos a uma espécie de sentido literal, definido pelo sistema urbanístico<sup>516</sup>

<sup>510</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 201 et seq.

<sup>511</sup> Ibidem, p. 179 et seq.

<sup>512</sup> Ibidem, p. 200.

<sup>513</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>514</sup> Ibidem, p. 203.

<sup>515</sup> Ibidem, p. 207-209.

<sup>516</sup> Ibidem, p. 180.

Assim, a praça Bernardino Bahia projetada pelo urbanista transformou-se em espaço pelo uso e relato cotidianos dos fotógrafos lambe-lambes. Dessa maneira, houve a apropriação do lugar como espaço profissional, em contraposição aos projetos instituídos pelo poder público municipal. Neste caso, o uso refere-se à labuta cotidiana que envolve armar/desarmar a barraca, os procedimentos de bater a chapa, as normas internas do grupo de fotógrafos ambulantes e a tutela do local. Tudo isso impôs uma nova dinâmica ao espaço urbano. Quanto aos relatos, em primeiro lugar, os lambe-lambes recorreram ao surgimento desse profissional no mundo e no Brasil, evocando a associação entre fotógrafo lambe-lambe e praças/jardins públicos:

Mudou para praça em 1970-71. [não achou ruim] porque desde aquela época, aquelas décadas, que fotógrafo já era fotógrafo de jardim, estilo lambe-lambe, era de jardim mesmo, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em todo canto, era de jardim [...] Porque é histórico. O fotógrafo de jardim sempre existiu no mundo todo. Nós representamos a praça. E o povo sempre vai estar procurando a gente nessa praça. Mesmo quando a gente sair, o povo vai procurar. Cadê o lambe-lambe? Porque aqui é a praça do lambe-lambe.<sup>517</sup>

Houve também a desconstrução do nome oficial em favor do nome descritivo da praça, isto é, a praça Bernardino Bahia passou a ser chamada pelos usuários e habitantes da urbe de praça do lambe-lambe. Este último evidencia o uso e a apropriação que as pessoas fazem do espaço urbano. Conforme afirma Certeau<sup>518</sup>, os nomes próprios “enquanto nomeiam, isto é, impõem uma injunção vinda do outro e alteram a identidade funcionalista afastando-se dela, criam no próprio lugar essa erosão ou não lugar aí cavado pela lei do outro”. Quer dizer, ao mesmo tempo que se consolidam como outro, se definem pela negação do poder classificador e da lógica tecnoestrutura. Em Feira de Santana, a substituição dos nomes descritivos das ruas e praças por nomes oficiais objetivava consolidar memórias em torno de figuras nacionais e apagar as práticas de nomear pela fala<sup>519</sup>. Tal ação buscava desruralizar as sociabilidades feirenses<sup>520</sup> e foi recorrente na década de 1970<sup>521</sup>. Logo, ruas,

<sup>517</sup> SILVA, 2016d.

<sup>518</sup> CERTEAU, 1998, p. 186.

<sup>519</sup> OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960.** 2011. 298f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. p. 211 et seq.

<sup>520</sup> CORRÊA, Diego Carvalho. **O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971).** 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2011. p. 33.

<sup>521</sup> PACHECO, 2009. p. 140.

praças e becos que abrigavam nomes emanados da oralidade e do uso foram renomeados a partir da ação do poder público em favor de vultos históricos:

A praça D. Pomba passou a chamar-se praça Cícero Carvalho, a praça Médici é a antiga rua da Estação, a praça Carlos Bahia é a antiga rua da Santa Casa, a praça do Fórum é a antiga Currais Modelo (matadouro), a praça Fróes da Mota é o antigo Campo do Fumo. Outras ruas foram sendo substituídas como por exemplo; rua Direita, hoje rua Conselheiro Franco; rua da Aurora, hoje rua Desembargador Filinto Bastos; rua do Najé, hoje rua Voluntários da Pátria<sup>522</sup>

Portanto, o nome descritivo – praça do lambe-lambe – consolidado na década de 1970, caminhou no sentido inverso à ordem imposta pelo poder público municipal, além de disputar com a memória oficial e dominante. O reconhecimento desse nome descritivo ultrapassou a dimensão do município, assim o local funcionava como ponto de referência no centro comercial feirense.

Os mecanismos utilizados pelos lambe-lambes para a apropriação da praça Bernardino Bahia enquanto espaço de construção do seu fazer profissional foram motivados pela defesa de um nicho de mercado relacionada à sobrevivência desses profissionais. Como a praça Bernardino Bahia foi constituída como espaço de trabalho pelos lambe-lambes, numerosas esquinas, passeios e becos ganharam novos significados a partir da labuta diária de trabalhadores informais nesses espaços públicos.

Além da produção do espaço público, os lambe-lambes utilizaram-se do cumprimento das normas estipuladas no Código Tributário<sup>523</sup> objetivando o reconhecimento enquanto trabalhadores/legalizados no centro comercial de Feira de Santana, se distinguindo de outros trabalhadores/clandestinos que atuavam nas redondezas da praça. Com isso, almejavam a não atuação do poder público municipal e/ou instrumentos de negociação em casos de transferência daquele espaço urbano. Sobre as taxas, os lambe-lambes contam que desde a década de 1960, quando ainda estavam instalados no passeio da residência de João Marinho Falcão, o pagamento já era realizado. Com a transferência para a praça Bernardino Bahia, no início da década de 1970, o pagamento dos tributos permaneceu:

[...] e também o Cadastro da prefeitura [Cadastro do Comércio, da Indústria e das Profissões], para entrar tinha que se cadastrar. Tinha que pagar toda

<sup>522</sup> MORAIS, 2004, p. 31.

<sup>523</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. **Código Tributário**: Lei nº 386, de 28 de agosto de 1963. Feira de Santana, 1963.

semana o imposto do local [Imposto de Licença por exercício de comércio eventual ou ambulante e por ocupação de áreas em vias e logradouros públicos]. Vinha o fiscal cobrar e cadastrava. Toda semana tinha que pagar, toda semana, toda segunda [segunda-feira]. Igualmente como cobrava o pessoal da banca de carne, era o mesmo valor. Se não pagasse, eles [fiscais] tiravam a barraca. Mas nunca aconteceu isso [a transferência por falta de pagamento de impostos]<sup>524</sup>.

Segundo as recordações de S. Evandro, os lambe-lambes deveriam realizar o Cadastro do Comércio, da Indústria e das Profissões<sup>525</sup> e o pagamento semanal do Imposto de Licença por exercício de comércio, eventual ou ambulante, e por ocupação de áreas em vias e logradouros públicos.<sup>526</sup> Em caso de não cumprimento dessas normas, o trabalhador seria multado<sup>527</sup>, além de submetido ao recolhimento das mercadorias e da barraca nos depósitos da Prefeitura Municipal.<sup>528</sup> O lambe-lambe salienta que o pagamento desses tributos os aproximava dos demais trabalhadores informais que atuavam no centro comercial feirense, a exemplo, as taxas de Licença para exercício de comércio eventual ou ambulante eram pagas tanto por lambe-lambes quanto pelos vendedores de frutas e verduras.<sup>529</sup> As taxas de Licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos também eram pagas pelos lambe-lambes, bem como pelos vendedores de frutas, verduras, cereais, comidas e produtos não especificados<sup>530</sup>. Por outro lado, a quitação dessas contribuições os distanciava dos ambulantes que não pagavam os impostos, elemento que diferenciava os trabalhadores legalizados dos trabalhadores clandestinos.

As fichas do Cadastro Fiscal do Comércio, da Indústria e das Profissões, bem como dos lançamentos do Imposto de Indústrias e Profissões, do Imposto de Licença para exercício de comércio eventual ou ambulante e do Imposto de Licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos, armazenadas no Arquivo Público Municipal de Feira de Santana, seria uma possibilidade de traçar um perfil dos fotógrafos ambulantes que pagavam os impostos. No entanto, as fontes não apresentam as informações necessárias para tanto. Nos lançamentos referentes ao Imposto de Indústrias e Profissões constava, entre outras informações, nome do contribuinte, endereço, espécie de indústria ou profissão. Já nos lançamentos pertinentes ao Imposto de Licença continha nome, endereço, natureza do negócio, entre outras informações.

<sup>524</sup> SILVA, 2016a.

<sup>525</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA, 1963, Art. 139, p. 26.

<sup>526</sup> Ibidem, Art. 228, p. 48

<sup>527</sup> Ibidem, Art. 97, p. 19; Parágrafo Único, p. 10.

<sup>528</sup> Ibidem, Art. 263 p. 54.

<sup>529</sup> Por dia 1%; por mês 3%; por ano – 5%. In: PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. Lei nº 508, de 30 de novembro de 1966. Revisão da Lei nº 386, de 28 de agosto de 1963. Feira de Santana, 1966. p. 40 et seq.

<sup>530</sup> Por dia 1,5%. In: Ibidem, p. 45 et seq.

Porém, em ambos os casos, os contribuintes, em sua maioria, não se declaravam como donos de barracas, não especificavam o tipo de mercadoria que vendiam, nem o ponto em que atuavam. Nos campos destinados à espécie de indústria ou profissão, no caso do Imposto de Indústrias e Profissões; e no setor sobre a natureza do negócio, no caso do Imposto de Licença, preenchiam apenas como ambulantes. Além disso, os fotógrafos lambe-lambes pagavam o mesmo percentual de imposto que outros trabalhadores ambulantes, o que inviabilizou identificá-los pelo valor pago. Porém, nos arquivos pessoais de S. Titico, foi possível localizar alguns recibos dos impostos pagos por ele na década de 1980, corroborando com as lembranças de S. Evandro.

Figura 1. Recibo do contribuinte, jul. 1983.

**CABANA**  
**CENTRO DE ABASTECIMENTO DE FEIRA DE SANTANA**  
 A. TARQUIA MUNICIPAL

EXERCÍCIO DE 19... CÓDIGO 1.5.9.20

**RECEITA DE FEIRAS** 1.ª Via Contribuinte  
 MERCADOS E MATADOUROS SUPERINTENDENTE

SÉRIE - A Nº 370675

Pagou o Sr. Foto Globo Cr\$ 120.000  
 a quantia de \_\_\_\_\_  
 proveniente de \_\_\_\_\_

Feira, 12 de \_\_\_\_\_ de 1983

Fiscal Arrecadador Fred's

Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Bernardo de Souza.

Figura 2. Recibo do contribuinte, set. 1984.

AUTARQUIA MUNICIPAL

**CABANA**  
CENTRO DE ABASTECIMENTO DE FEIRA DE SANTANA

CÓDIGO 1.5.9.20

RECEITA DE FEIRAS  
MERCADOS E MATADOUROS

Exercício de 19\_\_\_\_ Série A

603959

Pagou o Sr. João Gilso

a quantia de \_\_\_\_\_

proveniente de \_\_\_\_\_

Feira, 19 de 9 de 1984

Fiscal Arrecadador

Freds 9210577

NOVOS TEMPOS  
ADMINISTRAÇÃO JOSÉ FALCÃO DA SILVA

Arivaldo Oliveira Dórea  
SUPERINTENDENTE

Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Bernardo de Souza.

Figura 3. Recibo do contribuinte, out. 1984.

AUTARQUIA MUNICIPAL

**CABANA** *Orivaldo Oliveira Dória*  
CENTRO DE ABASTECIMENTO DE FEIRA DE SANTANA  
SUPERINTENDENTE

Exercício de 19\_\_ Série A CÓDIGO 1.5.9.20

RECEITA DE FEIRAS  
MERCADOS E MATADOUROS

Pagou o Sr. *[Handwritten Signature]*

a quantia de *[Handwritten]*

proveniente de *[Handwritten]*

Feira, *[Handwritten]* de *[Handwritten]* de 19 *[Handwritten]*

Fiscal Arrecadador *[Handwritten Signature]*

Freds 2270577

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA  
**NOVOS TEMPOS**  
ADMINISTRAÇÃO JOSE FALCÃO DA SILVA

Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Bernardo de Souza.

A partir dos documentos acima, verifica-se que a cobrança do imposto era realizada semanalmente na praça Bernardino Bahia, a partir do momento em que o lambe-lambe instalasse sua barraca. Neste caso, o recibo do contribuinte referia-se a barraca Foto Globo, nº 12, pertencente ao fotógrafo lambe-lambe Francisco Bernardo de Souza, conhecido como S. Titico. Na figura 3, o agente municipal especifica que a taxa era referente a duas semanas de impostos devidos. Provavelmente, daí decorre a diferença entre os valores cobrados na figura 1 e nas figuras 2 e 3. De tal modo, conjectura-se que em virtude do número de barracas instaladas às segundas-feiras no centro comercial feirense, isto é, da alta demanda de arrecadação de tributos, o fiscal arrecadador, em algumas oportunidades, passava todas às segundas-feiras; em outras ocasiões, a cada duas semanas. Pela assinatura do fiscal, presume-se que se trata do mesmo funcionário, assim, possivelmente, esse agente conhecia a maioria dos barraqueiros e seus respectivos pontos de atuação, possibilitando que a cobrança fosse realizada quinzenalmente, por exemplo.

Os fotógrafos ambulantes não eram os únicos a pagar impostos, tampouco concorriam apenas entre eles. Como já foi observado, além dos lambe-lambes, a urbe feirense contava também com os serviços dos fotógrafos de estúdio, que possuíam seus atelieres fixos. Nesse sentido, é preciso analisar as relações entre lambe-lambes e os fotógrafos de estúdio, bem como as normas legais aos quais estavam submetidos, análise reservada ao próximo tópico.

### 3.2. A disputa: fotógrafos lambe-lambes versus fotógrafos de estúdio

Como foi discutido anteriormente, em um contexto de intensa burocratização após o golpe militar de 1964, a intervenção e o controle estatal na vida social se exacerbou por meio dos documentos pessoais. Essa conjuntura impulsionou o aumento do número de documentos pessoais exigidos, bem como a requisição de fotografias nesses dados, o que gerou aumento da demanda de retratos para documentos.<sup>531</sup> Com isso, a fotografia para documento passou a ser o principal nicho de mercado do fotógrafo lambe-lambe.<sup>532</sup> Feira de Santana, enquanto entroncamento rodoviário e entreposto comercial, assim como em virtude do comércio e da indústria, atraía vendedores e compradores de diversas localidades, prováveis fregueses para os fotógrafos de forma geral.

Entre os fotógrafos ambulantes, o momento foi considerado o período áureo da profissão: “era tanto serviço [...] Minha renda era ótima. Era bolso cheio todo dia”<sup>533</sup>. Todavia, deve-se questionar se houve aumento da demanda de retratos para documentos e do ganho dos fotógrafos de estúdios, bem como indagar se o crescimento no número de fotógrafos, especialmente lambe-lambes, trouxe algum impacto para o rendimento dos ateliês fotográficos.

Como foi evidenciado, de modo geral, o lambe-lambe era preferido pela rapidez na entrega e pelo valor inferior da fotografia se comparado aos fotógrafos de estúdio. Esses elementos eram determinantes na escolha do fotógrafo para “bater a chapa”, principalmente, quando se tratava das camadas populares da sociedade. Eram comuns, clientes vindos de

<sup>531</sup> RIBEIRO, Sheila Maria Reis. **Reforma do aparelho de Estado no Brasil**: uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90. In: Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 7., 2002, Lisboa. Anais... Lisboa, 2002. p. 1-21. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043326.pdf>> Acesso em: 31 maio 2016. p. 17.

<sup>532</sup> FUKELMAN, Clarisse; LIMA, Patrícia Souza. **Artes de sobrevivência em ofícios ambulantes**. 2003. Disponível em: <[http://www.mao.org.br/wp-content/uploads/fukelman\\_01.pdf](http://www.mao.org.br/wp-content/uploads/fukelman_01.pdf)> Acesso em: 19 fev. 2011. p. 21.

<sup>533</sup> SILVA, 2016d.

outras localidades, que muitas vezes se desdobravam nas funções de vendedor e comprador na feira livre, além da necessidade de fazer os documentos. Dessa maneira, o lambe-lambe era a opção mais acessível para quem não tinha tempo a perder:

Não chegava nem 10 minutos, era rápido. [Os clientes preferiam] porque justamente a gente entregava rápido e os fotos [estúdios] só entregava foto com 3, 4, 5 dias, dizia que era para retocar, aí demorava para dar [entregar aos clientes]. E nós éramos instantâneos, era rápido. [...] O fotógrafo de estúdio [...] tinha que retocar a chapa, tinha que bater a foto e depois tinha que voltar na chapa de vidro para poder retocar, tirar toda imperfeição da pele no lápis para fazer a fotografia. E nós aqui como era instantâneo, era mais rápido, não tinha negócio de retocar.<sup>534</sup>

Enquanto o processo de produção da fotografia no lambe-lambe ocorria de forma bastante acelerada, entre 8 e 15 minutos, nos estúdios fotográficos, o prazo mínimo era um dia para entregar a fotografia ao cliente, já que havia a prática de retocar o negativo, o que demandava mais tempo.

Relacionado ao preço da fotografia, alguns lambe-lambes afirmaram que era semelhante ao praticado nos estúdios fotográficos: “A gente combinava os preços. Era tudo o mesmo preço aqui e no estúdio. Era tudo tabelado. Todo mundo trabalhava”<sup>535</sup>; “O preço era um só. [...] Interessante, eram preços iguais [do estúdio e do lambe-lambe]”<sup>536</sup>. Já S. Titico enfatiza que os valores cobrados pelos fotógrafos lambe-lambes e pelos fotógrafos de estúdio eram diversos: “No estúdio era mais caro. O estúdio [fotográfico] mais próximo e mais velho era o Foto Vieira<sup>537</sup> de S. Naftalino [Vieira] e Nestor [Vieira]; e, Borges<sup>538</sup> [Antônio]”<sup>539</sup>.

No que diz respeito aos gastos, observa-se que o processo fotográfico realizado pelos estúdios fotográficos, que demandava mais tempo e equipamentos como câmeras, tripés, refletores, laboratório, entre outros; bem como os custos fixos para manter um ateliê fotográfico que envolviam aluguel do espaço e salários dos funcionários, além dos custos variáveis como conta de luz e de água, compra de matéria-prima e pagamento de impostos. Entre os fotógrafos ambulantes, fora os gastos iniciais da compra do ponto que incluía a barraca e a máquina/laboratório, as despesas se resumiam à compra de materiais fotográficos, ao pagamento dos ajudantes e dos impostos.

---

<sup>534</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>535</sup> SILVA, 2016a.

<sup>536</sup> SILVA, 2016d.

<sup>537</sup> Localizado na avenida Senhor dos Passos, em frente à praça Bernardino Bahia.

<sup>538</sup> Instalado na avenida Senhor dos Passos.

<sup>539</sup> SOUZA, 2016g.

Sobre os impostos, como exposto anteriormente, os fotógrafos de estúdio pagavam taxas mais altas se comparadas aos fotógrafos ambulantes, porém entre as menores se comparadas aos demais estabelecimentos fixos. Os ateliers fotográficos pagavam 5% sobre o valor dos contratos de serviços.<sup>540</sup> Os fotógrafos ambulantes pagavam por dia 1%; por mês 3%; por ano – 5%<sup>541</sup> de taxa de Licença para exercício de comércio eventual ou ambulante; e, 1,5% por dia<sup>542</sup> de taxa de Licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos. Isso não quer dizer que os desembolsos dos lambe-lambes eram irrisórios, como corrobora os relatos orais: “[compra ponto, barraca e máquina] era caro e difícil, igual vaga de táxi. A barraca era caro [preço], os produtos, os materiais eram caros, revelador, fixador, papel”<sup>543</sup>. Entretanto, se comparado aos fotógrafos de estúdio, provavelmente eram inferiores. Portanto, é possível que os preços praticados pelos fotógrafos de estúdios não fossem idênticos aos valores adotados pelos lambe-lambes. Logo, se em algum momento os preços aplicados foram análogos, presume-se ser uma tentativa dos fotógrafos de estúdio de concorrer pela demanda de retratos para documentos com os fotógrafos ambulantes.

A respeito da relação entre lambe-lambes e fotógrafos de estúdios, S. Evandro rememora:

A gente não brigava por cliente com os estúdios porque era muita gente, dava para todo mundo trabalhar. Muitos tiravam no estúdio também. Não tinha essa briga não. Era tudo uma coisa só. O estúdio só tinha uma vantagem que era fazer o retoque na foto. Mas sobre a qualidade da foto, era a mesma coisa. Nós tudo era amigo.<sup>544</sup>

A fala minimiza a existência de conflitos entre os grupos no que se refere à disputa por clientes. Entretanto, S. Titico relembra que o desenvolvimento da atividade profissional do lambe-lambe impactava no volume de clientes dos estúdios fotográficos:

Às vezes eles [fotógrafos de estúdio] achavam ruim porque achavam que nós trabalhávamos mais do que eles. Mas era porque nós trabalhávamos instantâneo, era mais rápido, aí os clientes procuravam, eles demoravam mais. Mas também do outro lado, eles trabalhavam também porque eles trabalhavam muito com formatura, casamento, aniversário. E muitos aqui, não eram todos que trabalhavam com essas coisas, eram alguns. Muitos

<sup>540</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA, 1966, p. 36.

<sup>541</sup> Ibidem, p. 40 et seq.

<sup>542</sup> Ibidem, p. 45 et seq.

<sup>543</sup> SILVA, Evandro da. Depoimento. [15 de abr. 2016c] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

<sup>544</sup> SILVA, 2016a.

também eram procurados porque sempre o foto [estúdio fotográfico] tinha trato, tinha os acabamentos, tinha que retocar os retratos. Sempre acontecia sobre negócio de preço, eles trabalhavam mais caro, nós trabalhávamos mais barato, aí muitos davam preferência para gente porque queria a foto rápida. Aí eles diziam logo para os clientes, você vai tirar a foto lá, mas não sai igualmente. Também não podia, porque lá eles retocavam e nós não retocávamos, nós éramos instantâneos, era para entregar rápido mesmo. Muitos clientes chegavam aqui e falava também que a foto lá saia melhor, aí queria que a gente fizesse muito barato. Justamente, porque aqui a gente não retocava nada, a pessoa sai o que é mesmo.<sup>545</sup>

A memória demonstra que os lambe-lambes eram prepostos em função da rapidez e do valor cobrado pelo retrato. Todavia, o público-alvo desses fotógrafos eram diversos. Enquanto os lambe-lambes atendiam, sobretudo, as camadas populares, os fotógrafos de estúdio acolhiam as camadas mais abastadas da sociedade, em função dos tratamentos realizados nas imagens e dos preços praticados pelos mesmos. Ao que os lambe-lambes respondiam salientando a qualidade e a durabilidade das imagens produzidos por eles: “a foto vinha com boa qualidade, boa durabilidade, o povo não tinha escolha, a escolha era nós mesmo”<sup>546</sup>. No entanto, a concorrência entre esses profissionais não se resumia a busca por retratos para documentos, já que os lambe-lambes, em sua maioria, possuíam laboratório em casa e realizavam trabalhos fora da praça, como casamentos, batizados, formaturas, entre outros.

Apesar da concorrência, tal qual os lambe-lambes, também houve um aumento gradativo do número de ateliês fotográficos. O primeiro ateliê fotográfico da cidade de Feira de Santana foi instalado em 1932, na avenida Senhor dos Passos, em frente à praça Bernardino Bahia. Tratava-se do Foto Vieira, pertencente a Naftalino Vieira de Barros.<sup>547</sup> As fichas do Cadastro Fiscal do Comércio, da Indústria e das Profissões, o Imposto de Indústrias e Profissões e o Imposto de Licença, revelam um paulatino crescimento no número de fotógrafos de estúdios a partir da década de 1960. Na segunda metade da década de 1950, havia quatro fotógrafos e/ou ateliês fotográficos: Joaquim Queiroz Nogueira, estabelecido na rua Conselheiro Franco, nº 78<sup>548</sup>; Naftalino Vieira Barros, situado na avenida Senhor dos Passos, nº 1168; Maria Clésia Lopes, localizado na avenida Senhor dos Passos, nº 1275,<sup>549</sup> e,

<sup>545</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>546</sup> SILVA, 2016d.

<sup>547</sup> CARNEIRO, Neuza de Brito. Depoimento. [09 de ago. 2011] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama; OLIVEIRA, Lélia Vítor Fernandes de. **Homens que fizeram história**. Feira de Santana: Grafimort, 2004. p. 64.

<sup>548</sup> Livro 751- Lançamento imposto Indústrias e Profissões 1956-1956.

<sup>549</sup> Livro 768 – Lançamento contábil Imposto Indústrias e Profissões 1957-1957; Livro 770 – Lançamento Imposto Indústrias e Profissões 1958-1958; Livro 775 – Lançamento Imposto de Licença 1958-1959; Livro 782- Lançamentos Imposto Indústrias e Profissões 1959-1959; Livro 775 – Lançamento Imposto de Licença 1958-1959.

Abelardo Lima Nogueira, fixado na rua Marechal Deodoro, nº 147<sup>550</sup>. No ano de 1960, além de Naftalino Vieira Barros e Maria Clésia Lopes, acrescenta-se Arzênio Sampaio Barreto com ateliê fotográfico localizado na rua Marechal Deodoro, nº 142<sup>551</sup> e a loja de material fotográfico localizada na Galeria Caribe<sup>552</sup>. No ano de 1964, somam-se os seguintes fotógrafos: Aloizio Carneiro Mascarenhas, edifício Froés da Mota, Sala 109, avenida Senhor dos Passos; Ari Soares Nogueira, rua Conselheiro Franco, nº 28; e Francisco Ferreira de Oliveira, rua 18 de setembro. No ano de 1967, adicionam-se Arzênio Brotas [ou Bastos] de Almeida, rua Conselheiro Franco, sala 12; Gernilton Santos Cordeiro, edifício Froés da Mota, Sala 213, avenida Senhor dos Passos; José Bispo dos Santos, edifício Froés da Mota, Sala 009, avenida Senhor dos Passos; João Sobreira, rua Araújo Pinho, nº 159; e, José Vieira da Silva, sem localização.<sup>553</sup>

É evidente que durante a década de 1960 ampliou-se o número de estúdios fotográficos instalados em Feira de Santana. Além disso, registra-se a presença de fotógrafos lambe-lambes no município. Por volta de 1968, nos muros da residência de João Marinho Falcão, eram cinco fotógrafos ambulantes. Contudo, ao longo da década de 1970, após a transferência para o interior da praça Bernardino Bahia, soma-se aproximadamente 30 lambe-lambes; e em 1980, em torno de 35 retratistas. Vale salientar, que esse aumento do número de fotógrafos lambe-lambes gerou impacto também nos rendimentos deles próprios, principalmente, dos precursores. Quer dizer, ainda que a década de 1970 fosse caracterizada pelo aumento da demanda de retratos para documentos, o período foi também assinalado pelo acréscimo no número de retratistas, ocasionando perda de clientela para os lambe-lambes inicialmente instalados na praça Bernardino Bahia. E ainda, alguns lambe-lambes saíram da praça e abriram seus estúdios de fotografia, contribuindo para o crescimento da disputa por clientes:

Aí depois com o tempo teve o Foto Carneiro que era lambe-lambe, aprendeu aqui também, foi trabalhar ali e colocou o estúdio aí. Inácio que foi do lambe-lambe, saiu e foi trabalhar aí também no Foto Oliveira. Carneiro um e Oliveira outro, todos dois saiu daqui. [...] Quiseram procurar outra melhora de vida.<sup>554</sup>

<sup>550</sup> Livro 768 – Lançamento contábil Imposto Indústrias e Profissões 1957-1957; Livro 770 – Lançamento Imposto Indústrias e Profissões 1958-1958; Livro 775 – Lançamento Imposto de Licença 1958-1959.

<sup>551</sup> Livro 787 – Lançamento Imposto Indústrias e Profissões 1960-1960.

<sup>552</sup> Livro 790 – Lançamento Imposto Indústrias e Profissões 1961-1961; Livro 775 – Lançamento Imposto de Licença 1958-1959.

<sup>553</sup> Livro 826 – Indústrias e Profissões 1964-1967.

<sup>554</sup> SOUZA, 2016g.

Destarte, observa-se que em Feira de Santana houve um acréscimo de profissionais ligados à fotografia, fato que provavelmente contribuiu para o acirramento da concorrência entre lambe-lambes, entre lambe-lambes/fotógrafos de estúdios e entre ateliês fotográficos. O aumento da concorrência contribuiu para a emergência de conflitos e/ou para ampliação de outros. É preciso analisá-los.

### 3.3. Tensões e táticas na praça

A transferência dos fotógrafos lambe-lambes para a praça Bernardino Bahia, no início da década de 1970, repercutiu, inicialmente, na imprensa feirense. O jornal *Folha do Norte* noticiou o aumento de barracas mini-fotos instaladas no local:

Cresce, dia a dia, o número de barracas mini-fotos no jardim da Praça Bernardino Bahia, e talvez dentro de mais alguns dias, mesmo que alguma pessoa queira tirar fotografias, não terá oportunidade de passar por ali, pois os dois caminhos estarão totalmente fechados.<sup>555</sup>

A nota sugere que, em virtude do número de barracas, a passagem da população no local ficaria comprometida. No período em questão, Feira de Santana era administrada pelo arenista João Durval Carneiro (janeiro de 1967 - janeiro de 1971); governo marcado pela intensificação de obras públicas<sup>556</sup>, pelo apogeu do projeto de modernização/industrialização, com a criação do Centro Industrial do Subaé (CIS)<sup>557</sup> e pela formulação e fomentação de um planejamento urbano. O PDLI apontava à necessidade de reordenação do espaço urbano, mediante o estabelecimento de locais específicos para o desenvolvimento das atividades comerciais, industriais e residenciais<sup>558</sup>, bem como por meio do domínio das camadas populares<sup>559</sup>. Neste sentido, a nota veiculada no *Folha do Norte* corrobora com a orientação do PDLI ao defender a necessidade de organização do núcleo central e de controle social.

<sup>555</sup> BARRACAS MINI-FOTOS. *Folha do Norte*. Feira de Santana, ano 60, n. 3204, 19 set. 1970. Coluna Quente. p.4.

<sup>556</sup> CORRÊA, 2011, p. 75 et seq.

<sup>557</sup> MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses hegemônicos na margem da periferia:** ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983). 2009. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UEFS, Feira de Santana, 2009. p. 22.

<sup>558</sup> PACHECO, 2009, p.128.

<sup>559</sup> CORRÊA, 2011, p. 75.

Neste ínterim, o processo de urbanização, iniciado na década de 1950, se consolidou, acompanhado da contínua atração de migrantes, desta vez, graças as indústrias instaladas no local. Segundo dados do IBGE, a população urbana era de 34.277 habitantes em 1950; 69.884 habitantes em 1960; 131.720 habitantes em 1970<sup>560</sup>. Já a taxa de urbanização era de 31,97% em 1950; 49,30% em 1960 e 70,31% em 1970<sup>561</sup>.

Segundo Lefebvre<sup>562</sup>, o processo de industrialização é indutor de transformações na sociedade, sendo a urbanização um dos efeitos induzidos nas cidades. Neste sentido, a industrialização e a urbanização provocam o remodelamento citadino por meio da ideologia do urbanismo sob dois aspectos: o mental, com a teoria da racionalidade e da organização; e o social, com a prevalência da noção de espaço. Sobre o primeiro elemento, a racionalidade organizacional e/ou tecnicista considera a realidade urbana um caos e uma desordem, instituindo por meio das políticas urbanísticas a norma e a normalidade. Cada reforma urbana exclui os sentidos e os significados atribuídos ao espaço urbano pelos habitantes e usuários da cidade.

A respeito do segundo elemento, o urbanismo teria a capacidade de conceber um espaço social harmonioso, normal e normalizante ao conferir determinados espaços as realidades preexistentes. Ainda conforme o autor, no processo de industrialização/urbanização ocorre a subordinação do “valor de uso (a cidade, a vida urbana, o tempo urbano) ao valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos)”<sup>563</sup>. Em outras palavras, o cotidiano e a apropriação da cidade pelos seus habitantes, a partir dos remodelamentos urbanos, são condicionados à projeção citadina de certos agentes históricos e sociais. Neste sentido, Lefebvre defende:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação [do espaço e do tempo] (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.<sup>564</sup>

A citação reafirma o direito de os usuários da cidade serem sujeitos do espaço urbano e da construção da cidade, em contraposição aos projetos urbanísticos que institui normas e sentidos a partir dos interesses de determinados grupos. As reformas urbanas efetuadas no

<sup>560</sup> IBGE. *Anuário estatístico de Feira de Santana*. V.3. CDL. 2012. p. 140.

<sup>561</sup> *Ibidem*, p. 153.

<sup>562</sup> LEVEBvre, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991. p. 3-43.

<sup>563</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>564</sup> LEVEBvre, 1991, p. 135.

centro comercial de Feira de Santana, na década de 1970, a partir das orientações contidas no PDLI, ao estabelecer e delimitar espaços, objetivavam a ordenação do espaço público<sup>565</sup> e da população<sup>566</sup>, interditando o direito à cidade de inúmeros usuários. Para muitos trabalhadores, não somente para os lambe-lambes, os reordenamentos urbanos significavam o confisco do direito à sobrevivência. Logo, pensar as tensões e conflitos que envolvem o uso e a apropriação da praça Bernardino Bahia pelos fotógrafos lambe-lambes como espaço de trabalho, é, sobretudo, refletir sobre uma disputa geral dos trabalhadores de rua pelo direito à cidade. Por outro lado, a apropriação do espaço público por alguns trabalhadores privou tantos outros do direito ao gozo daquele mesmo ambiente. Esse foi o caso dos fotógrafos ambulantes ao ocuparem a praça Bernardino Bahia para uso profissional, pois restringiram o usufruto desse espaço público por inúmeros outros ambulantes e usuários da cidade.

Sobre a repercussão da ocupação da praça Bernardino Bahia pelos lambe-lambes, no ano de 1971, o *Folha do Norte* fez uma crítica mais contundente quanto ao uso da praça pública por parte dos trabalhadores informais, inclusive, dos fotógrafos ambulantes:

Depois da retirada dos camelôs da frente e esquina da Igreja Senhor dos Passos e das laterais do Mercado Municipal melhorou, bastantemente, o trânsito e o tráfego, e tanto a igreja como o mercado ganharam nova fisionomia. A ideia até aqui é ótima. O que não agrada, para algumas pessoas, principalmente aquelas que viram a praça nascer, foi à mudança para a praça Bernardino Bahia, que hoje se encontra totalmente modificada, onde os velhos sonhos e recordações eram até lembrados. [...] Hoje, a praça está transformada. De parque passou a praça, e de praça a feira do comércio. Barracas que servem de pequenos fotos não se contam mais. Bancas de sapatos, sandálias, confecções, louças, etc já é o suficiente [...].<sup>567</sup>

A notícia, no primeiro momento, elogia as ações de reordenamento urbano realizadas no centro comercial da urbe feirense. Em outra passagem, inversamente, critica a instalação dos barraqueiros na praça Bernardino Bahia. O discurso enfatiza o processo de mudança pelo qual passara esse espaço público, do convívio ao comércio. Isto é, os habitantes da urbe operaram usos do jardim público diversos do projetado pelos idealizadores do local. Além disso, mais uma vez, a fala ressalta o excesso de barracas mini-fotos no local. Logo, a desaprovação não dizia respeito apenas a relocação dos barraqueiros, mas, sobretudo, a presença dos lambe-lambes.

<sup>565</sup> Cf. PACHECO, 2009, p.128.

<sup>566</sup> Cf. CORRÊA, 2011, p. 75.

<sup>567</sup> CAMELÔS: ESTAMOS TRANQUÍLOS. *Folha do Norte*. Feira de Santana, ano 61, n. 3227, 27 fev. 1971. Coluna Quente. p.1.

A denúncia foi divulgada durante a gestão do também arenista Newton Falcão (janeiro de 1971 - janeiro de 1973). Durante essa gestão, em virtude de disputas político-partidárias em torno do CIS, o município de Feira de Santana não recebeu recursos estaduais e não contratou empréstimos, tanto para a execução de obras de infraestrutura do CIS, quanto para o cumprimento do planejamento urbano delineado no decorrer do governo anterior, João Durval Carneiro.<sup>568</sup> Neste contexto, o implemento das reformas urbanas ocorreu por meio de secretarias municipais como a SURFEIRA, se limitando à ações pontuais, por exemplo, a mudança do Mercado do Fato para a Rua da Aurora<sup>569</sup>; a criação de praças e jardins como a praça Presidente Médici, Duque de Caxias, da República e da Fraternidade e o jardim da Paquera; a recuperação de outras como a unificação da praça da Matriz e padre Ovídio<sup>570</sup>; e a retirada de barracas dos passeios de ruas e avenidas no centro comercial feirense<sup>571</sup>.

As matérias do *Folha do Norte* convergem quanto ao crescimento no número de barracas dos lambe-lambes na praça Bernardino Bahia, ao mesmo tempo, não há uma aberta defesa da retirada desses retratistas. Ainda que os fotógrafos ambulantes não tenham se aglomerado no local de forma excessiva, ao ponto de impedir o tráfego de pessoas no interior da praça, ao longo da década de 1970, aconteceu um acréscimo no grupo, fator que foi explicado ao longo do texto. A ampliação da concentração de trabalhadores naquela região não se restringiu aos lambe-lambes, se estendendo também a barraqueiros e/ou de ambulantes de forma geral, além da multiplicação na cifra de clientes dos fotógrafos ambulantes.

Outros elementos fundamentais suscitados pelas notícias divulgadas pelo *Folha do Norte* dizem respeito aos posicionamentos e aos interesses dos proprietários e dos grupos econômicos/políticos apoiadores/apoiados pelo semanário. O JFN era explícito em sua adesão à UDN (União Democrática Nacional) e à ARENA<sup>572</sup>. Porém, frequentemente, denunciava aspectos considerados desarmônicos com o crescimento registrado na urbe feirense. As ruas da cidade eram alvos preferenciais das queixas. Contudo, sem questionar o desenvolvimento alcançado na cidade<sup>573</sup>, como é possível observar nas notas acima. Portanto, o JFN atuava no

<sup>568</sup> MONTEIRO, 2009, p.117-125.

<sup>569</sup> O Mercado do fato localizava-se no fundo do Mercado Municipal, na esquina da praça Bernardino Bahia. Em 1972, o mercado foi transferido para a rua de Aurora. In: ALMEIDA, Oscar Damiano de. **Dicionário da Feira de Santana**. Feira de Santana: Santa Rita, 2006. p. 58.; MORAIS, 2004, p. 27.

<sup>570</sup> PARQUES E JARDINS: A CIDADE SE HUMANIZA. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 3, n. 107, 06 set. 1972. Caderno 2. p.1.; SURFEIRA RECUPERA PRAÇAS. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 3, n. 207, 29 ago. 1973. p.3

<sup>571</sup> BARRACAS. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 1, n. 24, 13 fev. 1971. p. 2.

<sup>572</sup> SANTOS, Grazyelle Reis dos. **Literatura e cultura em Feira de Santana: práticas, usos e tendências em impressos da Folha do Norte (1951-1969)**. 2008. 245f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2008. p. 56.

<sup>573</sup> *Ibidem*, p. 32.

processo de construção de imagens/representações de Feira de Santana, determinadas pelos interesses dos grupos que as forjavam.<sup>574</sup>

A ocupação da praça Bernardino Bahia pelos fotógrafos lambe-lambes repercutiu também no Poder Legislativo feirense, como evidencia a seguinte Indicação do vereador Nilton Bellas Vieira (Movimento Democrático Brasileiro - MDB)<sup>575</sup>:

O Vereador infrafirmado requer a mesa, ouvido o plenário, que se digne de solicitar providências para a conservação dos atuais Jardins Públicos da cidade, que além de estarem transformados em Albergue Noturno, pelo uso indevido dos seus bancos, os seus gramados pisoteados e em grande parte danificados pela permanência constante de pessoas sobre os mesmos, a exercerem atividades comerciais, além de tirarem toda a sua beleza, ainda em suas laterais são instalados Ateliers Fotográficos em grande número, tirando a Visão Panorâmica de Jardim e tirando toda a sua característica. Requer ainda que seja a mesma enviada ao Prefeito, para que tome as providências urgentes e cabíveis, transferindo para lugar mais apropriado para as negociações de bugigangas e tiragem de retratos rápidos.<sup>576</sup>

O documento solicitava a transferência dos barraqueiros, de forma geral, e dos fotógrafos lambe-lambes da referida praça. Para justificar a retirada, argumentava que a conservação dos jardins públicos não seria possível se aquele espaço fosse destinado ao comércio e ao abrigo de pessoas que dormiam no local. O vereador ressaltou que tais usos se distanciavam do fim pelo qual o local foi projetado, qual seja a socialização de transeuntes, interessados no contato com uma área verde.

Ressaltamos que Nilton Bellas Vieira era neto de Naftalino Vieira de Barros, proprietário do estúdio fotográfico Foto Vieira, localizado na avenida Senhor dos Passos, em frente à praça Bernardino Bahia. Como já exposto, esse ateliê fotográfico era o mais antigo de Feira de Santana, aberto desde 1932. Segundo o relato oral de uma das filhas de S. Naftalino, D. Neuza de Brito Carneiro<sup>577</sup>, após a morte do seu pai em 1967, em um acidente automobilístico, o negócio passou a ser administrado por seu irmão mais velho, Nestor Vieira de Barros, pai do vereador citado. Ainda de acordo com suas memórias, após a morte do

<sup>574</sup> Cf. CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988. p. 23.

<sup>575</sup> Além de político, Nilton Bellas Vieira atuava como jurista e professor. Foi vereador em três legislaturas consecutivas a partir de 1970; chefe de Gabinete do prefeito Francisco Pinto, em 1963; e, Secretário de Educação na gestão de Colbert Martins (1977-1982). In: ALMEIDA, 2006. p. 241 et seq.; OLIVEIRA, 2004, p. 138.; Idem. **Inquilinos da Casa da Cidadania**. Feira de Santana: Fundação Cultural Egberto Costa, 2006. p. 229 et seq.

<sup>576</sup> VIEIRA, Nilton Bellas. **Indicação nº 6/71**. Câmara Municipal de Feira de Santana, Salas das Sessões, 27 abr. 1971. Aprovada em 19 maio 1971.

<sup>577</sup> CARNEIRO, 2011.

patriarca, o estúdio não teve a mesma popularidade, inclusive, porque Feira de Santana já contava com inúmeros fotógrafos a partir de então. Dessa forma, é possível que as motivações da Indicação se relacionassem, em maior ou menor grau, com a queda no número de clientes registrada no Foto Vieira, desde o final da década de 1960. É provável que, em alguma medida, tratava-se também de uma disputa por nicho mercadológico, em função da localização do estúdio fotográfico e dos lambe-lambes, bem como o gradativo aumento no número de estúdios fotográficos e de fotógrafos ambulantes na cidade.

Os ambulantes, exceto os lambe-lambes, aos quais se refere a Indicação, foram transferidos para a praça em fevereiro de 1971, após retirada dos mesmos das laterais da *Igreja Senhor dos Passos* e do Mercado Municipal. Três meses após essa mudança, o vereador Nilton Bellas Vieira requereu nova alteração para esses trabalhadores, em um contexto de reformas urbanas pontuais, como dito acima. Alguns dias após essa Indicação, os próprios barraqueiros, pouco a pouco, retornaram ao local que outrora ocupavam, alegando poucos ganhos na praça:

Depois de tanto estudo e esforço por parte da Prefeitura Municipal em arranjar uma melhor colocação para os camelôs que ocupavam os passeios da Igreja Senhor dos Passos e as laterais do Mercado Municipal – este, o cartão postal da cidade – e colocá-los na Praça Bernardino Bahia, não demorou muito para que os camelôs, em pequeno número, deixassem a referida praça e rumassem, imediatamente, com bancas e tudo, para seu antigo ninho [...] uma vez que a vendagem, ali, está sendo muito fraca, e não podem, de maneira nenhuma, permanecerem num local bastante monótono. [...].<sup>578</sup>

A respeito do discurso do *Folha do Norte*, observa-se que as motivações alegadas para a retirada dos trabalhadores informais das laterais da *Igreja Senhor dos Passos* e do Mercado Municipal estava relacionada com a ordenação dos espaços projetados para servirem de cartão postal da cidade. A presença de bancas nos principais pontos turísticos da urbe não era condizente com o que se esperava de uma cidade em desenvolvimento. Ademais, a matéria demonstra que apesar das tentativas do poder público municipal de impor determinada ordem ao uso das ruas do centro comercial feirense, em última instância, o elemento sobrevivência era o fator determinante para esses indivíduos.

A praça Bernardino Bahia passou por reparos no ano de 1972, justificados por estragos supostamente causados por destruições promovidas pelo uso comercial do local. Como sugere

---

<sup>578</sup> CAMELÔS ESTÃO FUGINDO. *Folha do Norte*. Feira de Santana, ano 61, n. 3240, 29 maio 1971. Coluna Quente. p. 1.

a matéria: “[...] foram iniciados os serviços de restauração do Parque Bernardino Bahia, destruído para abrigar os vendedores ambulantes que antes se instalavam nas ruas do centro da cidade”<sup>579</sup>. Em função da falta de verbas durante o governo de Newton Falcão, fruto dos conflitos político-partidários, é possível que esses consertos tenham sido pontuais, não afetando a estrutura física da praça. Conforme as lembranças dos lambe-lambes, essa iniciativa não trouxe nenhum impacto no labor diário desses fotógrafos.

No ano de 1973, durante a gestão do emedebista José Falcão da Silva (janeiro de 1973 - janeiro de 1977), o vereador Nilton Bellas Vieira mais uma vez solicitou, via Requerimento e abaixo-assinado, a retirada dos fotógrafos ambulantes da praça Bernardino Bahia:

Os Vereadores abaixo assinados requerem a V. Exa., ouvido o plenário seja encaminhada em forma de denúncia, protesto e solicitação ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, pelo abandono e o descaso que vêm tendo os nossos principais jardins públicos da nossa cidade, transformados em campos de futebol e de péssima qualidade, dêis quê, em sua maioria, já sem gramados, árvores decaídas e alojamentos improvisados de sanitários públicos.  
- Requerem, outrossim, sejam destacados guardas municipais para a vigilância e conservação dos [...], proibindo tais jogos de futebol, dando ARBORIZAÇÃO e GRAMADO, luz elétrica que falta em alguns, enfim transformando um jardim em verdadeiro jardim, nem CENTROS de LAMBES-LAMBES, com seus MAU SOLÉUS, Sanitários Públicos e Campo de Futebol.<sup>580</sup>

O vereador utilizou os mesmos argumentos que justificaram sua Indicação no ano de 1971, isto é, a defesa da área verde, supostamente comprometida com o uso indevido daquele espaço, ocupado por lambe-lambes, campo de futebol e sanitários públicos. Entretanto, desta vez, o documento foi concebido não apenas como uma indicação, mas como uma espécie de denúncia, protesto e solicitação, contando com a assinatura dos demais vereadores. Além de escrito em tom exasperado, o que é possível notar através da utilização das letras maiúsculas, o texto relaciona os equipamentos dos lambe-lambes a algo morto, espécie de mausoléus, contrariando a representação de Feira de Santana enquanto uma cidade progressista e em desenvolvimento.

Durante as sessões da Câmara Municipal foi discutido o Requerimento acima transcrito. No debate, apenas o vereador José Ferreira Pinto<sup>581</sup> (ARENA) declarou-se contra o mesmo<sup>582</sup>.

<sup>579</sup> CAMELÔS. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 3, n. 107, 06 set. 1972. Coluna Etc e Tal. p.2.

<sup>580</sup> VIEIRA, Nilton Bellas. **Requerimento n°8/73**. Câmara Municipal de Feira de Santana, Salas das Sessões, 24 abr. 1973.

<sup>581</sup> Zé Pinto instalou um sistema de transporte coletivo com Kombis, na cidade de Feira de Santana. A empresa denominada Expresso Alvorada, foi inaugurada no dia 19 de outubro de 1962. Foi eleito vereador por seis vezes,

Talvez sua origem humilde, explique tal posicionamento. O vereador havia sido trabalhador ambulante, inicialmente comercializando pássaros e galinhas, na praça João Pedreira, posteriormente, atuando como camelô em frente às Casas Pernambucanas, inclusive chegou a ser cobrador de marinetes na cidade<sup>583</sup>. Todos os demais vereadores da ARENA foram favoráveis à proposta.

Menos de um mês após o Requerimento, o Poder Executivo municipal tomou posicionamento sobre o assunto. De acordo com o vereador Gerson Gomes da Silva<sup>584</sup> (MDB), “os fotógrafos foram deslocados de uma praça para outro local”<sup>585</sup>. Porém, no dia seguinte, o vereador José Ferreira Pinto esclareceu:

dirigindo-se ao vereador Gerson Gomes da Silva, que o mesmo foi ludibriado quando lhe disseram que retiraram as barracas da praça Bernardino Bahia para a avenida Getúlio Vargas, o que na realidade não ocorreu, pois as barracas dos fotógrafos foram recolhidas para a garagem da Prefeitura. Concluindo, lamentou o ato da Prefeitura deixando passar privações cento e quarenta e quatro pessoas que dependiam daqueles fotógrafos<sup>586</sup>.

O Código Tributário determinava a apreensão e remoção de mercadorias para os depósitos da Prefeitura Municipal quando houvesse a ausência do Imposto de Licença por exercício de comércio eventual ou ambulante e/ou no caso da ocupação de áreas em vias e logradouros públicos<sup>587</sup>. Já o Código de Posturas determinava apreensão das mercadorias em casos de vendedores ambulantes não licenciados para o exercício<sup>588</sup>. No caso dos lambe-lambes, não haviam mercadorias a serem recolhidas, contudo, as barracas apreendidas eram parte fundamental na labuta diária desses fotógrafos. Tal medida não impediu o exercício da atividade, mas dificultou sua execução, já que a barraca era usada como pano de fundo do retrato, além de ofertar a sombra necessária para “bater a chapa”. Dessa forma, perante o

---

ocupando, inclusive a presidência, da Câmara Municipal. O político assumiu a prefeitura em 1971, como presidente da Câmara, substituiu o prefeito João Durval Carneiro; e, como vice-prefeito de José Falcão (1983-1988) pelo PDS, em várias oportunidades. In: ALMEIDA, 2006, p. 224; OLIVEIRA, 2006, p. 181-183.

<sup>582</sup> **Ata da 12ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana.** 26 abr. 1973. Livro de Atas nº 15. p.53-56v.

<sup>583</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 181 et seq.

<sup>584</sup> Além de político, Gerson Gomes da Silva era Sargento do Exército, professor e membro da Igreja Assembleia de Deus. Cumpriu mandato eletivo como vereador em Feira de Santana pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB, 1972-1976 e reeleito, 1976-1978. In: *Ibidem*, p. 111-113.

<sup>585</sup> SILVA, Gerson Gomes da. **Ata da 13ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana.** 08 maio 1973. Livro de Atas nº 15. p.57-61.

<sup>586</sup> **Ata da 14ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana.** 09 maio 1973. Livro de Atas nº 15. p.61-67.

<sup>587</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA, 1963. Art. 263 p. 54.

<sup>588</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA, 1967. Parágrafo Único, p. 43.

Código Tributário e o de Posturas, essa ação foi indevida, pois os fotógrafos ambulantes realizavam seus cadastros anualmente e pagavam seus impostos semanalmente, como anteriormente exposto. No documento acima, o vereador Zé Pinto posiciona-se contra a atuação dos agentes municipais com base no argumento da sobrevivência das famílias desses profissionais, realidade conhecida pelo político.

Na sessão seguinte, o vereador Renato Ribeiro Sá<sup>589</sup> (MDB) elucidou o ocorrido: “houve atitude precipitada do Secretário<sup>590</sup> em dar apenas 24 horas para que os fotógrafos se retirassem, mas que não houve prejuízos para os mesmos, vez que eles continuam trabalhando com os tripés”<sup>591</sup> na praça Bernardino Bahia<sup>592</sup>. Assim, presume-se que as barracas dos lambe-lambes foram recolhidas a fim de pressionar a transferência dos fotógrafos para o local determinado pelo poder público, qual seja, em frente a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, localizada na avenida Getúlio Vargas, nas proximidades da Prefeitura Municipal.

Mantendo sua intervenção em favor dos fotógrafos ambulantes que atuavam na praça Bernardino Bahia, o vereador José Ferreira Pinto apresentou uma Indicação solicitando a definição de um local de trabalho para os mesmos:

O vereador abaixo assinado, requiere à mesa na forma regimental, solicite-se ao Exmº Sr. Prefeito Municipal em regime de urgência urgentíssima, designar um local, onde os senhores fotógrafos, que funcionavam na praça Bernardino Bahia possam ficar. Adiantamos ao Senhor Prefeito, que com a referida medida, perde os cofres da Prefeitura Municipal, a quantia de: CR\$ 8.049,60 (oito mil, quarenta e nove cruzeiros e sessenta centavos) que adicionados ao desemprego e sofrimento por parte desta gente, deixa-nos pouco otimistas, quanto ao sucesso e futuro da nossa terra. O nosso apelo, para que se dispense aos fotógrafos e barraqueiros que funcionavam na referida praça, prende-se ao fato de que, esta prefeitura não tenha programado até o presente momento, obras de reforma e embelezamento, o que se acontecesse, teria a prefeitura motivos, dando condição por certo de um lugar adequado para a sobrevivência das pobres famílias<sup>593</sup>.

<sup>589</sup> Além de político, Renato Ribeiro de Sá Bitencourt Câmara atuava como advogado e professor. Foi vereador por duas legislaturas, inclusive Presidente da Câmara. In: ALMEIDA, 2006, p. 250 et seq.

<sup>590</sup> Não se sabe se o vereador fazia referência ao Secretário de Expansão Econômica, Ivan Lyrio. In: A PRAÇA BERNARDINO. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 63, n. 3345, 09 jun.1973. p.1. Ou ao dirigente da SURFEIRA, Colbert Martins. In: MUNIZ, Manuela da Silva. **Em busca da experiência: paternalismo, lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991)**. 2011. 199f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UEFS, Feira de Santana, 2011. p. 57.

<sup>591</sup> SÁ, Renato Ribeiro. **Ata da 15ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana**. 10 maio 1973. Livro de Atas nº 15. p.67-71.

<sup>592</sup> **Ata da 18ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana**. 21 maio 1973. Livro de Atas nº 15. p.81-86.

<sup>593</sup> PINTO, José Ferreira. **Indicação nº 64/73**. Câmara Municipal de Feira de Santana, Salas das Sessões, 09 maio 1973. Aprovada em 21 mai. 1973.

Além do fator sobrevivência, o vereador Zé Pinto enfatizou o rendimento perdido com a intervenção, já que os lambe-lambes pagavam impostos semanalmente à Prefeitura Municipal. O político salientou, ainda, a inexistência de projetos para a área que justificassem a transferência, o que corrobora com a hipótese de que o Requerimento de autoria do vereador Nilton Bellas Vieira impulsionou a ação da gestão municipal.

Vale salientar que, nas eleições de 1972, além da vitória do MDB para a Prefeitura Municipal de Feira de Santana com José Falcão, o partido obteve a maioria na Câmara Municipal com oito vereadores contra sete da ARENA<sup>594</sup>. Todavia, Zé Falcão estabelecia boas relações com a ARENA<sup>595</sup>. Isto porque, apesar do MDB fazer oposição ao ARENA, não era necessariamente de esquerda, congregando várias tendências, desde aqueles que faziam uma oposição mais cautelosa, chamados moderados, até aqueles que faziam uma oposição mais contundente, conhecidos como autênticos. Quer dizer, o MDB não era um partido coeso em suas práticas políticas, a nível nacional e local. Desta forma, em Feira de Santana estabeleceu-se duas tendências principais: Francisco Pinto e Colbert Martins versus José Falcão da Silva. Gerson Gomes da Silva (MDB) participava da tendência Pinto/Colbert, contudo assumiu coligação com Falcão. Por outro lado, o vereador, como líder local do partido, tentava abafar as crises e disputas internas.<sup>596</sup> Além disso, ambos os partidos políticos eram constituídos de elementos pertencentes aos grupos dominantes da sociedade feirense:

a constituição de um bloco dominante na cidade – em oposição a outro bloco dominante, constituído por fazendeiros-comerciantes em geral representados pela UDN – que exerceu sua hegemonia a partir do fortalecimento da oposição à ditadura, em meados da década de 1970.<sup>597</sup>

Portanto, as posições assumidas pelos vereadores na Câmara Municipal de Feira de Santana, muitas vezes, se congregavam, principalmente quando se tratava do reordenamento do centro comercial feirense e dos aspectos considerados não adequados à representação de cidade em desenvolvimento propagada pelos políticos e pela imprensa feirense. Isso esclarece a oposição solitária do vereador Zé Pinto (ARENA) ao Requerimento do vereador Bellas Vieira (MDB).

<sup>594</sup> SOUZA, Flávia Amorim. **Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971-1982)**. 2013. 145f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2013. p. 90.

<sup>595</sup> MUNIZ, 2011, p. 171.

<sup>596</sup> SILVA, Igor José Trabuco da. **“Meu Reino não é deste mundo” - A Assembléia de Deus e a política em Feira de Santana (1972-1990)**. 2009. 197f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. p. 171-177.

<sup>597</sup> MUNIZ, 2011, p. 91.

Apesar do *Folha do Norte*, nas matérias citadas anteriormente, não solicitar a retirada dos lambe-lambes da praça, o semanário enalteceu as intervenções realizadas no local durante o ano de 1973:

Temos todos os motivos para elogiar o trabalho que o Secretário Ivan Lyrio vem realizando na praça Bernardino Bahia. Afastados os camelôs que dali faziam seu quartel general, o Secretário está recuperando a praça que se transformará, em pouco, numa aprazível área verde a humanizar um pouco o aspecto desse inferno de asfalto, cimento e pedra que é a Feira de Santana. [...] <sup>598</sup>.

O Dr. Ivan Lyrio, que paulatinamente está recuperando os jardins da cidade, adiantou que, nos próximos dias, deverá pedir o deslocamento dos fotógrafos que se localizam no Parque Bernardino Bahia que estão concorrendo para a danificação do jardim ali existente, quando preparam as chapas fotográficas derramando as soluções de sódio sobre a área gramada. [...] <sup>599</sup>.

O noticiário mostra que o impasse em torno do local de atuação dos lambe-lambes, iniciado em abril de 1973 com o Requerimento do vereador Nilton Bellas Vieira, prosseguiu no segundo semestre do referido ano. A primeira notícia dá conta da transferência dos ambulantes que atuavam na praça Bernardino Bahia, efetuada em junho de 1973. Já o segundo informe esclarece que os fotógrafos ambulantes conservavam-se na praça, em setembro de 1973, apesar da tentativa de transferência com a retirada das bancas, ocorrida em maio do mesmo ano. Porém, a transferência desses profissionais permanecia como meta da gestão municipal. Os discursos convergem quanto à finalidade desses reordenamentos urbanos, cujo o intuito era reabilitar o uso concebido durante a criação daquele espaço público. Todavia, a segunda matéria trouxe novo argumento para justificar a retirada dos lambe-lambes do local: a suposta destruição do jardim público pelo descarte dos produtos químicos utilizados no processo de produção da fotografia, alegação negada pelos retratistas, como evidencia a passagem seguinte.

Quatro fotógrafos que trabalham na praça Bernardino Bahia estiveram, na tarde de quinta passada, nas oficinas deste jornal, onde prestaram declaração a respeito de uma nota anteriormente divulgada pela imprensa, de que o dr. Ivan Lyrio, Secretário de Expansão Econômica, iria transferi-los para outro local, já que eles, os fotógrafos, estão, através de certas substâncias químicas, danificando grande parte da grama dos canteiros. Os fotógrafos, que se mostraram bastante alarmados com a notícia, foram francos em declarar que “se o dr. Ivan quer nos tirar de lá, não existe problema, pois

<sup>598</sup> A PRAÇA BERNARDINO. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 63, n. 3345, 09 jun. 1973. p.1.

<sup>599</sup> RECUPERAÇÃO DE JARDINS. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 63, n. 3358, 08 set. 1973. p.2.

todos nós sabemos que a Prefeitura tem o direito de nos colocar onde bem quizer e entender. O que não é justo é se andar dizendo que estamos danificando o jardim. É pura onda” – finalizaram os fotógrafos.<sup>600</sup>

S. Evandro, ao lembrar da acusação, também a negou. Em suas palavras: “A gente não jogava [os produtos químicos] na praça, nem nas plantas, a gente botava nas vasilhas para jogar em outro lugar. Ao contrário, todos os dias a gente molhava as plantas. Pegava água no bar de Regi para molhar as plantas, para conservar”<sup>601</sup>.

Segundo os discursos acima, a atuação dos lambe-lambes não contrariava o uso previsto para aquele espaço público, inclusive, cooperava com o zelo daquela vegetação. Todavia, S. Titico contesta a versão de que os produtos eram armazenados e descartados em outro lugar. Segundo ele: “Jogava o químico no cantinho porque não tinha esgoto. Mas não jogava na planta, se não ia matar”<sup>602</sup>. Dessa maneira, ainda que o descarte dos produtos químicos não fosse efetuado sobre a área verde ocasionando sua destruição, como afirmou o *Folha do Norte*, ocorria no entorno da praça, o que poderia gerar mau cheiro pela ação dos químicos.

Em vista disso, presume-se que a atuação da Prefeitura Municipal foi no sentido de arbitrar uma disputa entre os fotógrafos de estúdio e os fotógrafos lambe-lambes, visando o menor impacto para os cofres municipais, já que ambos eram contribuintes; bem como deliberar sobre a competição pelo solo urbano intensificada em função do intenso movimento migratório e da proliferação do trabalho informal e temporário. Ademais, tinha a finalidade de atender as orientações/exigências do governo federal a respeito do planejamento urbano. No entanto, é possível sugerir que o Requerimento de autoria do vereador Nilton Bellas Vieira foi o elemento motivador para a ação do poder público municipal, pois a imprensa feirense já havia manifestado seu descontentamento com a presença e o aumento no número de lambe-lambes no local, como exposto anteriormente, mas sem encontrar acolhida nos gestores municipais.

Por isso, as iniciativas de reordenamento urbano ocorridas na praça, no ano de 1973, durante a gestão emedebista de José Falcão da Silva, podem ter contribuído para o apoio do *Folha do Norte*, apesar do seu posicionando explícito em favor da ARENA. Outra hipótese possível tem a ver com a necessidade de expor os conflitos e as queixas locais, no intuito de desgastar o governo, em função da oposição que o jornal fazia ao mesmo.

<sup>600</sup> FOTÓGRAFOS. *Folha do Norte*. Feira de Santana, ano 63, n. 3359, 16 e 17 set. 1973. Coluna Quente. p.4.

<sup>601</sup> SILVA, 2016a.

<sup>602</sup> SOUZA, 2016g.

Outro coeficiente que merece atenção é a motivação para que o Requerimento de Nilton Bellas Vieira encontrasse respaldo somente no ano de 1973, já que o vereador foi autor de ato semelhante no ano de 1971. No ano de 1971, a administração municipal estava sob a liderança de Newton Falcão, isto é, do ARENA. Nesta ocasião, Nilton Bellas Vieira, filiado ao MDB era oposição à gestão municipal. Durante esse governo, apesar das dificuldades financeiras para implementar a infraestrutura do CIS e o planejamento urbano, o reordenamento do centro comercial feirense ocorreu por meio de ações pontuais, como a retirada de barracas dos passeios de ruas e avenidas centrais<sup>603</sup>. Dessa forma, a Indicação do vereador convergia para os planejamentos municipais.

Já no ano de 1973, o vereador fazia parte do grupo da situação, uma vez que, o prefeito José Falcão da Silva era também filiado ao MDB. Além disso, a despeito do impasse político em torno do CIS e da falta de recursos para implementação dos projetos citadinos, durante esse governo ocorreu a transferência da feira livre do centro comercial para o Centro de Abastecimento de Feira de Santana (CAF). Logo, mais uma vez, o Requerimento do vereador confluía para os projetos municipais.

Deve-se ressaltar, ainda, que os conflitos relacionados à ocupação da praça Bernardino Bahia pelo fotógrafo lambe-lambe giram em torno também de disputas ligadas à imagem/representação da referida praça. Seguindo as reflexões de Chartier, nota-se que ali havia uma disputa entre as representações impostas pelos que detinham o poder de classificar e de nomear, e as representações que cada comunidade produz de si mesma. Nas lutas de representação, a questão central era o ordenamento do mundo social.<sup>604</sup>

Nesse sentido, o *Folha do Norte*, o Poder Legislativo e Executivo municipais, por meio de discursos, buscavam impor a imagem da praça Bernardino Bahia enquanto espaço urbano com predomínio de vegetação com função ecológica, estética e de lazer. Todavia, a partir da apropriação<sup>605</sup> do espaço pelos fotógrafos lambe-lambes, foi construída outra representação para a praça, leia-se, espaço do fazer profissional dos lambe-lambes. Essa imagem divergia dos interesses dos grupos que forjaram a representação de Feira de Santana como cidade progressista e desenvolvida, bem como suplantava inúmeras outras imagens construídas a respeito da citada praça por diversos outros grupos. Logo, podemos vislumbrar

<sup>603</sup> BARRACAS. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 1, n. 24, 13 fev. 1971. p. 2.

<sup>604</sup> CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos avançados**, v. 11, n. 5, p. 173-191. 1991. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>. Acesso em 20 maio 2017. p. 183.

<sup>605</sup> “História social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem”. In: CHARTIER, 1991, p. 180.

as multiplicidades de cidades dentro de uma única cidade<sup>606</sup>. Sobre o episódio de transferência da praça, S. Zé Carlos relembra:

[em 1973] foi uma surpresa muito ruim para a gente, a gente ficou revoltado na época, porque foi assim um desacato, né? Você é trabalhador, tem sua profissão, tem ali seu box, aí o cidadão vem de repente tira todo mundo e deixa à toa. Não tinha outra opção de vida. A gente continuou trabalhando só com a máquina. Disse que era porque não estava embelezando o jardim, estava matando o jardim, foi uma coisa assim. Eles acharam que não era adequado. Mas a gente não jogava os químicos no jardim. A gente pagava imposto. Não ficava sem pagar. Na testa de ferro foi ficando, aí depois fizemos outra barraquinha [de zinco]. Aí teve que abrir mão. E o povo também se revoltou com isso. A população se revoltou.<sup>607</sup>

Essa memória evidencia que a intervenção da prefeitura municipal foi um ato inesperado pelos fotógrafos, pois apesar da imprensa frequentemente ter denunciado a presença dos lambe-lambes no local, nenhuma medida havia sido adotada até aquele momento. Além disso, em função do pagamento de impostos, os trabalhadores consideravam que estavam atuando legalmente no centro comercial feirense. O retratista salienta a justificativa do poder público municipal, a inadequação dos lambe-lambes no local relacionada ao jardim público. Todavia, desde a década de 1950, antes da presença desses profissionais no local, denúncias a respeito do abandono desse jardim público eram frequentes no *Folha do Norte*<sup>608</sup>. Dessa maneira, apenas os possíveis danos à área verde não explicam a ação do Executivo municipal. Ademais, o ambulante enfatiza os mecanismos empregados por esses profissionais para se manterem na praça.

Apesar de terem suas barracas recolhidas, os lambe-lambes prosseguiram os trabalhos somente com os tripés das câmeras fotográficas, ato que pode ser interpretado como formas cotidianas de resistência. Tais ações são caracterizadas pelo não-confronto direto e aberto com a autoridade e/ou com as normas estabelecidas, mas uma luta diária para garantir a sobrevivência da unidade familiar, propiciando ganhos para o grupo.<sup>609</sup>

<sup>606</sup> CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

<sup>607</sup> SILVA, 2016d.

<sup>608</sup> Cf. O BLACK-OUT. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 41, n. 2176, 24 mar.1951. p. 4.

<sup>609</sup> SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002. Disponível em: < [http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_86.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_86.pdf)> Acesso em 20 maio 2017. p. 12-29.

Segundo Certeau, “a ordem é exercida por uma arte”<sup>610</sup>, ou seja, a ordem é ao mesmo tempo exercida pelas ações do forte, que são do tipo estratégicas; e, burlada pelos atos diários do fraco, que são do tipo táticos. Sobre a distinção entre estratégias e táticas, o autor afirma:

Chamo de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito com um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. [...] Denomino, ao contrário, tática um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como uma totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo a distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para captar no voo, possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ocasiões. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos [...] mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião.<sup>611</sup>

Se a estratégia produz e impõe determinada ordem, a tática a manipula e altera no espaço controlado pelo forte, aproveitando-se de uma oportunidade sem, contudo, guardar vantagens. Assim, enquanto a estratégia pressupõe poder, a tática implica ausência deste.<sup>612</sup> Neste caso, os lambe-lambes, trabalhadores do centro comercial de Feira de Santana, representavam o lado fraco, mas nem por isso entregues a passividade e a disciplina, sabendo tirar partido do forte através de táticas de consumo<sup>613</sup>. Dessa forma, os fotógrafos ambulantes se aproveitaram de um ensejo para burlar a estratégia do poder público, materializada na apreensão das barracas de lona. Provocando deslocamentos de poder para o consumidor da cidade, inicialmente, mantiveram-se na praça com os tripés das máquinas/laboratórios, posteriormente, substituíram as barracas de lonas recolhidas por barracas de zinco.

Os lambe-lambes utilizaram-se também de relações de apadrinhamento para burlar o interdito da Prefeitura Municipal de Feira de Santana. Segundo Burke, tal prática pode ser definida como um sistema político fundamentado em

---

<sup>610</sup> CERTEAU, 1998, p. 20.

<sup>611</sup> Ibidem, p.46 et seq.

<sup>612</sup> Ibidem, p. 100 et seq.

<sup>613</sup> Cf. Ibidem, p. 45.

relacionamentos pessoais entre indivíduos desiguais, entre líderes (ou padrinhos) e seus seguidores (ou afilhados). Não raro, as duas partes usam a linguagem da amizade [...] ou a linguagem do parentesco [...]. É, porém, mais realista ver a relação entre eles como uma forma de troca. Cada parte tem algo a oferecer a outra. Os afilhados proporcionam apoio político aos padrinhos, bem como deferência, expressa em várias formas simbólicas (gestos de submissão, linguagem respeitosa, presentes, entre outras manifestações). Já os padrinhos oferecem hospitalidade, empregos e proteção aos afilhados.<sup>614</sup>

Os retratistas, frequentemente, prestavam serviços fotográficos a políticos, seja durante os pleitos eleitorais, seja ao longo de seus mandatos eletivos, fornecendo os retratos 3x4 necessários para requerer o Título de Eleitor. Esses fotógrafos, aproveitando-se do contato, recorriam a políticos/clientes em momentos de dificuldades. Como conta S. Titico:

[em 1973] foi no governo de José Falcão. Ele [prefeito] colocou uma ordem que não queria que nós colocássemos as barracas, queria que voltassem a trabalhar no meio do tempo, aí nós não podíamos ficar do jeito que ele queria, a gente correu atrás e fomos voltando devagarinho. Ficamos sem entender, cada prefeito tem uma maneira de trabalho. Aqui que eles não deviam bulir com a gente aqui. Porque sempre eu conheci essa praça como a praça da tradição do lambe-lambe. O povo sempre vinha de fora e queria tirar fotografia aqui. Pagava solo ocupado aqui. Era semanal [pagava]. Era o mesmo valor da banca de carne. Sempre era dia de segunda-feira, o dia de mais trabalho, porque era o dia da feira.<sup>615</sup>

O lambe-lambe indica que houve uma mobilização do grupo visando barrar essa intervenção. Nota-se que os argumentos utilizados para questionar o processo de mudança e defender a permanência no local foram a tradição e o pagamento de impostos ao poder público municipal. Deste modo, a liquidação dos tributos foi empregada como mecanismo de reconhecimento dos lambe-lambes como trabalhadores do centro comercial da cidade, bem como da legalidade dos mesmos. É importante lembrar que o contexto destas disputas era o da Ditadura Militar. Em Feira de Santana era comum a intervenção dos militares no Poder Executivo municipal. S. Titico, que trabalhava frequentemente com militares “batendo a chapa” nas Juntas de Serviço Militar, utilizou esse alcance para sanar sua demanda:

A primeira vez que quiseram tirar a gente daqui foi José Falcão, eu tinha conhecimento com ele, trabalhei com ele e tudo, mas eu nunca fui de querer, sabe? Mas quando eu precisei que foi quando tinha aquele negócio de não

<sup>614</sup> BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 116.

<sup>615</sup> SOUZA, 2016g.

podia tirar a barraca do lugar, tinha que ficar naquele lugarzinho mesmo, eu corri atrás e foi com esse tenente Eurides, do Exército, que eu trabalhava com ele. Aí eu botei um anúncio no jornal dizendo que aqui estava tipo um curral, a gente não podia sair e tal, ele leu, aí chegou para mim e falou, ele me chamava de Chico, - Chico como tá aí?, Eu contei a situação, ele pegou e foi até Zé Falcão e Zé Falcão liberou para a gente colocar onde a gente quiser.<sup>616</sup>

A tentativa de transferência dos lambe-lambes ter surgido repentinamente, somada ao desaparecimento súbito dos discursos do Poder Legislativo e da imprensa feirense, válida ainda mais a hipótese da interferência de militares e/ou de políticos em favor dos fotógrafos ambulantes. O que não quer dizer que a questão dos ambulantes estacionados na praça Bernardino Bahia havia sido sanada, mesmo após a transferência da feira livre para o CAF, no ano de 1977, como evidencia a notícia abaixo:

Em todos os pontos centrais, como sejam Praça da Bandeira, João Pedreira, e mais particularmente na Bahia, os vendedores ambulantes se acumulam, já chegando ao ponto de os transeuntes encontrarem dificuldades para se locomoverem [...] Por sua vez a Prefeitura ainda não se pronunciou a respeito do problema que a cada dia que passa vem se agravando com impressionante rapidez e fazendo com que os próprios comerciantes estabelecidos na Praça Bernardino Bahia e na rua Vitorino Gouveia façam sérias restrições ao que vem ocorrendo naqueles locais.<sup>617</sup>

O periódico *Feira Hoje* evidencia a presença de ambulantes em vários pontos do centro comercial da cidade e suas implicações tanto para os pedestres quanto para os lojistas. Possivelmente, após os conflitos envolvendo os lambe-lambes, no ano de 1973, a ocupação/apropriação da praça pelos retratistas deixou de ser contestada, como indica a ausência de discursos tanto na imprensa feirense quanto na Câmara Municipal de Vereadores, bem como a inexistência de ações da Prefeitura Municipal.

As imagens abaixo, que datam do mesmo período, uma vez que a barraca de zinco foi adotada por volta de 1975, evidenciam que as barracas não inviabilizaram o trânsito, mas dificultaram a locomoção dos pedestres, uma vez que as mesmas ocupavam metade da área de trânsito, especialmente, quando houvesse grande fluxo de pessoas no local.

Figura 4. Praça Bernardino Bahia.

<sup>616</sup> SOUZA, Francisco Bernardo de. Depoimento. [23 de mar. 2016h] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

<sup>617</sup> A FEIRA LIVRE ESTÁ POR TODA A CIDADE. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 9, n. 1299, 14 set. 1978. p. 3.



Fonte: Autor desconhecido. Acervo do Museu Casa do Sertão.

Figura 5. Praça Bernardino Bahia.



Fonte: Autor desconhecido. Acervo do Museu Casa do Sertão.

Na figura 4 é perceptível, no primeiro plano, duas barracas mini-fotos; no segundo, contam-se quatro delas. Na imagem nota-se a conservação da estrutura física e da vegetação da praça, bem como a presença de indivíduos descansando e trafegando no local. Dessa maneira, é visível que naquele momento as funções de sociabilidade e de área verde da praça ainda conseguiam se manter. Todavia, provavelmente o avanço do processo de apropriação da praça implicou na perda gradual dessas funções, e não na sua preservação/manutenção.

Já a figura 5 evidencia a presença de outros trabalhadores informais, além dos fotógrafos ambulantes na praça Bernardino Bahia. No primeiro plano da imagem, no canto

inferior esquerdo, localiza-se uma banca de manga. Em seguida, um senhor que pode ser tanto o dono da banca de frutas, quanto um indivíduo que flanava pelas ruas do centro comercial de Feira de Santana, ou ainda um cliente do lambe-lambe, que estava posicionado logo atrás em sua barraca com seus equipamentos de trabalho, como a máquina de jardim e a lata de água. Porém, a postura do lambe-lambe que parece estar à espera de algo e/ou alguém, denota que não se tratava de um freguês. Na fotografia, é possível visualizar, ainda, a existência de outras barracas mini-fotos, bem como o movimento de pessoas no local.

Somente no início da década de 1980 o Poder Executivo municipal, a fim de sanar o conflito entre os retratistas, tanto fotógrafo de estúdio/fotógrafos lambe-lambes quanto entre os próprios lambe-lambes, limitou em trinta e cinco o número de fotógrafos ambulantes na praça Bernardino Bahia.

Aumentou porque foi chegando gente e ficando. Aí fechou a cota em 35, aí não entrou mais ninguém. Só depois que foi morrendo gente e vendendo barraca, aí foi entrando. Quando chegou no limite da praça parou de entrar gente. Se entrasse, estava fechando já, a praça estava cheia. [...] Todo documento precisava de fotografia, por isso vinha muitas pessoas tirar foto, pessoa de outra cidade chamando os parentes para vim para Feira [de Santana]. Tinha serviço. O pessoal que vinha de fora ficava aqui. A maioria aqui era tudo de fora. De Feira de Santana tinha poucas pessoas. De Feira tinha Matias, Zé Santana, Zé Crente, Nem. E o resto era tudo de fora.<sup>618</sup>

A fala demonstra que o aumento gradativo de lambe-lambes atuantes na praça Bernardino Bahia ocorreu em virtude da chegada de migrantes na urbe feirense e da dificuldade em encontrar trabalho na cidade, fatos já evidenciados. Essa ampliação aconteceu também graças a existência de demanda por retratos para documentos, como também já foi abordado. S. Zé Carlos confirma: “Foi aumentando porque tinha serviço. Foi aumentando no dia-a-dia”<sup>619</sup>. A determinação do governo municipal beneficiava não somente os fotógrafos de estúdio, mas também os próprios lambe-lambes ao conter o número de concorrentes, em um contexto de queda na demanda por retratos para documentos graças ao Programa Nacional de Desburocratização, que criticava o excesso de burocracia e suprimia etapas, documentos e fotografia, em alguns casos<sup>620</sup>. Logo, na fala de S. Evandro, nota-se a aprovação da ação da

<sup>618</sup> SILVA, 2016a.

<sup>619</sup> SILVA, 2016d.

<sup>620</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Burocracia pública e Estado no Brasil**. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 11, setembro/outubro/novembro, 2007. p. 1-65. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>>. Acesso em: 31 maio 2016. p. 38.

Prefeitura Municipal de estabelecer uma cota de fotógrafos ao salientar que a “praça estava cheia”, isto é, cheia de concorrentes.

Acrescenta-se ao cenário o desenvolvimento no campo fotográfico na segunda metade do século XX. Segundo Águeda<sup>621</sup>, no Brasil, os anos de 1960, ocorreu a difusão das câmeras portáteis automáticas, tornando-se cada vez mais acessível a aquisição de máquinas fotográficas para um grande número de pessoas. Já no início da década de 1970 surgiram no mercado nacional as primeiras cabines com máquinas automáticas, caracterizadas por um curto período de tempo necessário para revelar uma fotografia, de três a cinco minutos. Na década seguinte, essas cabines automáticas, cada vez mais aperfeiçoadas em seus recursos e sua qualidade técnica, se multiplicaram. Com isso, há uma redução da procura pelos fotógrafos de forma geral.

Conforme o autor, a introdução da fotografia colorida no mercado fotográfico abalou ainda mais a atividade profissional do fotógrafo lambe-lambe. Os fotógrafos ambulantes começaram a utilizar máquinas do tipo Polaroid adaptadas com múltiplas lentes, permitindo a obtenção de seis fotografias 3x4 cm ao mesmo tempo. Já as antigas máquinas-laboratórios eram utilizadas para atrair a atenção dos fregueses. O processo de composição do retrato, que era dominado pelo lambe-lambe, passou a ser terceirizado. Com a fotografia colorida, o fotógrafo ambulante restringiu seu trabalho a “bater a foto”. O procedimento de revelação passou a ser feito por uma empresa externa, leia-se, um laboratório. Com isso, o lambe-lambe perdeu em competitividade, já que seu tempo de entrega se equiparou e/ou retardou quando comparado com o tempo de entrega dos estúdios fotográficos. Ademais, os preços do serviço também se equipararam. Como S. Titico relembra:

[começou a cair o número de clientes] quando começou a mudar do preto e branco para foto a cores, porque o preto e branco nós fazíamos aqui mesmo [na praça], e quando passou a ser a cores, nós passamos a depender do laboratório. Então muita gente já ia e tirava no laboratório. E nós batíamos aqui e levávamos para fazer a foto no laboratório. Acho que foi em 83 [1983]. [as fotografias para os documentos] foi tirando aos poucos, não foi de vez, [...] [deixou de usar a máquina do lambe-lambe] foi de 83 para cá, porque quando entrou a foto a cores, todos nós tivemos que comprar outra máquina. A cores, o do estúdio saia até mais rápido porque se eles fossem fotografar para um cliente deles, claro que o dos clientes deles saia mais rápido que o nosso porque a gente levava, ele fazia, mas tinha que dar um

---

<sup>621</sup> ÁGUEDA, Abílio Afonso da. **O fotógrafo Lambe-lambe: guardião da memória e cronista visual de uma comunidade.** 2008. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_8f30bd1c4cf9dcae08e60606bf179b12](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_8f30bd1c4cf9dcae08e60606bf179b12)> Acesso em: 13 mar. 2017. p. 102-105.

tempo, né? O preço ficou mais ou menos o mesmo preço [do estúdio e do lambe-lambe]. Mas antes era tabelado o preço aqui do lambe-lambe. A gente fazia até com 7 minutos, quando passou para o laboratório era 40 minutos, 1h.<sup>622</sup>

Os avanços técnicos geraram a facilidade de aquisição e de manuseio das máquinas fotográficas, com isso cresceu o número de fotógrafos, além do uso das câmeras domésticas. Ademais, o progresso técnico resultou no abandono da técnica fotográfica utilizada antes, isto é, a máquina/laboratório que produzia somente fotografias preto-e-branco, que garantia o diferencial do lambe-lambe no nicho de mercado – rapidez e preço baixo.

Durante o processo de queda da demanda e do rendimento dos lambe-lambes, quer dizer, o início da decadência do ofício, a cobrança do Imposto de Licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante e por ocupação de áreas em vias e logradouros públicos<sup>623</sup>, cobrado desde a década de 1960, foi suspensa para os fotógrafos ambulantes:

Existia uma época que a gente pagava o imposto do solo ocupado. Aí depois a prefeitura, não lembro mais quem foi o prefeito, liberou. O fotógrafo de jardim ganha pouquinho, não incomoda nada, aí liberou. Mas em 1960-1970, a gente ainda pagava. Foi assim que terminou o preto e branco e entrou o colorido, foi 80 e pouco.<sup>624</sup>

S. Zé Carlos outrora enfatizava os altos rendimentos dos fotógrafos ambulantes, apesar da queda nos lucros dos primeiros lambe-lambes em função do crescimento do número de fotógrafos na década de 1970. Ao lembrar os anos 80, no contexto da introdução da fotografia colorida no mercado fotográfico, o retratista salienta os baixos ganhos dos fotógrafos de jardim como forma de reforçar o fim da cobrança dos impostos municipais aos mesmos. Não foi encontrado nenhum indício que justifique a interrupção dessa contribuição, já que os demais trabalhadores ambulantes do centro comercial continuaram a pagar as taxas municipais<sup>625</sup>. Em que pese a falta de documento, é possível conjecturar que, talvez, a extinção do pagamento dos impostos municipais por parte dos lambe-lambes tenha ocorrido ainda em função da interferência de militares e/ou políticos em favor dos fotógrafos ambulantes.

---

<sup>622</sup> SOUZA, 2016g.

<sup>623</sup> PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA, 1963, Art. 228, p. 48.

<sup>624</sup> SILVA, 2016d.

<sup>625</sup> Consta no Arquivo Público Municipal de Feira de Santana livros de lançamento dos Impostos de Indústrias e Profissões e de Licença, da década de 1980.

Feito o estudo sobre a relação estabelecida entre os fotógrafos ambulantes, entre esses retratistas e os fotógrafos de atelier, bem como os vínculos e negociações entre os lambe-lambes e o poder público, torna-se essencial refletir sobre a identidade construída coletivamente por esses profissionais em seu espaço de trabalho, qual seja, a praça Bernardino Bahia. Segue a análise.

### 3.4. Território e identidade na praça

A análise da experiência dos fotógrafos ambulantes em Feira de Santana impescinde da reflexão sobre a relação entre os lambe-lambes e a praça pública. É preciso analisar os sentidos atribuídos a esse espaço público. Segundo Roncayolo, o território identifica-se “com o espaço vivido, subjetivo, reconhecido ao longo de experiências individuais e múltiplas”<sup>626</sup>. De acordo com Sodré, através da apropriação do espaço público pelos habitantes da urbe, por meio dos usos e das interpretações, os cidadãos conferem significados, transformando o lugar em território:

É o território que [...] traça limites, especifica o lugar e cria características que irão dar corpo a ação do sujeito. Uma coisa é, portanto, o espaço – sistema indiferenciado de definição de posições, onde qualquer corpo pode ocupar qualquer lugar -, outra é o território.<sup>627</sup>

Ainda conforme o autor, ao diferenciar um espaço público dos demais, distinguir o eu dos outros, o território torna-se fundamental na formação e na manutenção de uma identidade, individual ou grupal. A definição de território implica admitir as heterogeneidades e as especificidades do lugar, em contraposição a noção de espaço urbano como um elemento autônomo e determinante, como enfatizam as práticas de arquitetura e urbanismo<sup>628</sup>. Para o pesquisador, no projeto industrializante, as relações simbólicas entre indivíduo e espaço, isto é, a territorialidade, são anuladas por meio da submissão do espaço público às técnicas de organização e racionalização, por exemplo, a arquitetura e o urbanismo; bem como pela

<sup>626</sup> RONCAYOLO, Marcel. Território. In: **Enciclopédia Einaudi**: Região. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986. v.8. p. 265.

<sup>627</sup> SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002. p. 23.

<sup>628</sup> *Ibidem*, p. 13-19.

identificação do espaço urbano como desordenado e marginalizado, justificando assim medidas de reordenamento urbano e controle social. Portanto, ao normatizar, hierarquizar, incluir/excluir as práticas dos cidadãos, opera-se a conquista dos espaços urbanos<sup>629</sup>.

De outro modo, “o território que se conquista é, assim, mais político que físico”<sup>630</sup>. Pode ser visto como um patrimônio simbólico no sentido de práticas, experiências e representações comuns a um grupo distinto.<sup>631</sup> Claval reitera que tanto a noção de território quanto a ideia de identidade são construções culturais, indissociavelmente ligadas. A identidade é definida a partir do olhar e do discurso do outro e de si próprio. A narrativa identitária constrói a história do grupo ligada a um território e a uma tradição.<sup>632</sup>

Ao se apropriar da praça Bernardino Bahia através do uso diário do espaço público como espaço do seu fazer profissional, conferindo uma interpretação para esse lugar, os lambe-lambes transformaram esse espaço em território. Em outras palavras, por meio da sua labuta diária e da sua tarimba, o fotógrafo ambulante construiu um significado diverso para a praça pública, alterando-a em sua territorialidade. O território da praça estabeleceu similaridades e diferenças entre os lambe-lambes e os demais trabalhadores ambulantes do centro comercial feirense, bem como entre os lambe-lambes e o restante de fotógrafos atuantes em Feira de Santana, e ainda entre os lambe-lambes feirenses e quaisquer outros lambe-lambes. O território forjou características que deram forma a esse grupo profissional. Por isso, a praça foi fundamental na formação e na manutenção da identidade da categoria. Os discursos sobre o eu e o outro, leia-se, a narrativa identitária, se apoiam em um território: a praça Bernardino Bahia; e em uma tradição: fotógrafo lambe-lambe como um fotógrafo de jardim, como evidencia a fala abaixo:

Porque é histórico. O fotógrafo de jardim sempre existiu no mundo todo. Nós representamos a praça. E o povo sempre vai estar procurando a gente nessa praça. Mesmo quando a gente sair, o povo vai procurar. Cadê o lambe-lambe?<sup>633</sup>

Vale salientar, que a apropriação/construção de um território e de uma identidade por parte dos fotógrafos lambe-lambes impõe perdas e silenciamentos a outras experiências e a

<sup>629</sup> SODRÉ, 2002, p. 27-34.

<sup>630</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>631</sup> Ibidem, p. 52 et seq.

<sup>632</sup> CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 7-26. 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/16/14>> Acesso em: 20 maio 2017. p.13-16.

<sup>633</sup> SILVA, 2016d.

outros sujeitos, sejam comerciais ou não, ao passo que aquele espaço público, a praça, foi sendo convertido no espaço comercial desses profissionais. Tais sentidos atribuídos/impostos tanto pelos retratistas quanto pelos outros sujeitos não são nem mais nem menos significativos e/ou legítimos, mas são construções do mundo social em constante disputa.

Além do sentimento de pertença e diferenciação associado ao território, o espaço é uma indicação de preservação. Segundo Halbwachs, a memória se desenvolve em um espaço, onde cada aspecto tem um sentido atribuído e acessível pelo/ao indivíduo/grupo social. Dessa forma, modificar as relações estabelecidas entre o espaço e o homem não é simples, isto porque o espaço é visto como um fator de estabilidade.<sup>634</sup> Portanto, os membros do grupo resistem as mudanças espaciais. Como explica o autor:

Isso ocorre sobretudo, com as atividades, profissões, e todas as formas de negócio um pouco antiquadas, que não tem mais lugar nas cidades modernas. Sobrevivem em virtude da força do hábito, e desapareceriam, sem dúvida, se não se agarrassem obstinadamente aos locais que lhes eram outrora reservados. [...] Para eles, perder seu lugar no recanto de tal rua, à sombra daquele muro, ou daquela igreja, seria perder o apoio de uma tradição que os ampara, isto é, sua única razão de ser.<sup>635</sup>

O espaço urbano funciona como suporte para a resistência e a sobrevivência do grupo social. Este elemento pode ser localizado nas memórias dos lambe-lambes. Como explicita S. Zé Carlos:

A origem é a praça Bernardino Bahia, que é coisa histórica do lambe-lambe. Então a gente é mais conhecido, porque a gente estava aqui, no beco da Livraria Morais [refere-se ao episódio de 2009] e tirou o nosso prestígio do nosso setor de serviço. A praça é nosso local. O jardim é coisa do lambe-lambe, conhecido mesmo. Quem fez a praça foi a gente. A coisa histórica ficou no mundo todo conhecido como a praça do lambe-lambe.<sup>636</sup>

As mudanças no uso social da praça pública ao longo do século XX podem ser vistas como um dos fatores responsáveis pela decadência dos fotógrafos lambe-lambes. Ressalta-se que outros elementos envolvem a retração desse ofício, após a década de 1970, a exemplo do desenvolvimento tecnológico, citado anteriormente, mas não somente. Uma das mudanças relacionadas às transformações no uso social da praça pública, tem a ver com o crescimento, a partir da década de 1970, do número da população de rua nos grandes centros urbanos,

<sup>634</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990. p.133-143.

<sup>635</sup> Ibidem, p. 138.

<sup>636</sup> SILVA, 2016a.

ampliando-se ainda mais na década seguinte. Oliveira explica que, em função da oferta de empregos nas indústrias, algumas regiões brasileiras atraíram grande contingente de migrantes. Entretanto, devido aos baixos salários e/ou um período prolongado de desemprego, amplo número de trabalhadores acabava em situação de mendicância. Além disso, com a crise econômica brasileira registrada na década de 1980, houve diminuição dos postos de trabalho aliada a baixa qualificação da mão de obra, gerando desemprego em massa e aumento no número de moradores de rua.<sup>637</sup>

Segundo Águeda, em virtude das crises de petróleo ocorridas na década de 1970, o Brasil adotou políticas econômicas inflacionárias e recessivas, aumentando o desemprego, a desigualdade social e a criminalidade. Com isso, as praças públicas passaram por um processo de apropriação como espaço de estadia e de moradia por parte da crescente população carente, alterando as formas de sociabilidade e de lazer outrora estabelecidas.<sup>638</sup> Como rememora o lambe-lambe “[em 1970] era mais bonitinho, era melhor, era mais organizado, era mais cuidado, era bem melhor, bem melhor. Vinha [os moradores da cidade], tinha mais plantas, era mais bonito. Vinha passear, namorar, tirar foto”<sup>639</sup>

Diante do exposto, fica evidente que a apropriação/construção da praça Bernardino Bahia enquanto espaço comercial dos lambe-lambes foi um processo que gerou territorialidade, identidade e estabilidade para esse grupo profissional estabelecido na urbe feirense. Por outro lado, por meio da apropriação desse espaço público, os fotógrafos ambulantes interditavam/silenciavam o acesso, o usufruto e os significados de tantos outros usuários da cidade.

Por fim, é importante salientar, como foi abordado ao longo da dissertação, que os motivos que levaram os lambe-lambes a escolher a praça Bernardino Bahia – e não outra qualquer situada no centro comercial de Feira de Santana – para o exercício de suas atividades profissionais, estão relacionados a sua localização privilegiada, bem como com a necessidade de defesa de um nicho mercadológico que oferecesse garantias e alguma segurança aos retratistas.

---

<sup>637</sup> OLIVEIRA, Luciano Márcio Freitas de. **Circulação e fixação: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população.** 2012. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos, 2012. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/500-Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Luciano.pdf](http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/500-Disserta%C3%A7%C3%A3o_Luciano.pdf)> Acesso em: 16 maio 2017. p. 17-23.

<sup>638</sup> ÁGUEDA, 2008, p.116-125.

<sup>639</sup> SILVA, 2016d.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da dissertação, foi retratada a história da ocupação da praça Bernardino Bahia enquanto espaço de construção do fazer profissional dos fotógrafos lambe-lambes, bem como das tensões nascidas da ocupação/apropriação desse espaço público.

O processo de apropriação/construção da praça Bernardino Bahia enquanto espaço comercial dos lambe-lambes gerou territorialidade, identidade e estabilidade para esse grupo profissional estabelecido na urbe feirense; ao mesmo tempo, interditou/silenciou o acesso, o usufruto e os significados de tantos outros usuários da cidade. A apropriação também trouxe como consequência a desconstrução do nome oficial em favor do nome descritivo da praça, isto é, a praça Bernardino Bahia passou a ser chamada pelos usuários e habitantes da urbe de praça do lambe-lambe. Este último evidencia o uso e a apropriação que as pessoas fazem do espaço urbano.

A praça transformou-se em espaço pelo uso, na medida em que foi espaço de labuta cotidiana dos lambe-lambes; e pelo relato, em função dos discursos que associavam o fotógrafo ambulante às praças, descontruindo, portanto, o nome oficial em favor do nome descritivo. Dessa maneira, houve a apropriação do lugar como espaço profissional do fotógrafo lambe-lambe. Os mesmos utilizaram ainda do cumprimento das normas estipuladas no Código Tributário a fim de serem reconhecidos enquanto trabalhadores/legalizados no centro comercial de Feira de Santana, bem como se proteger das possíveis práticas prejudiciais do poder público municipal e/ou negociar em casos de reordenamentos urbanos na praça.

Os mecanismos utilizados pelos lambe-lambes para a apropriação da praça Bernardino Bahia enquanto espaço de construção do seu fazer profissional foram motivados pela defesa de um nicho de mercado relacionada à sobrevivência desses profissionais. Não é demais lembrar que a maioria desses profissionais era migrante, com pouca escolaridade e sem qualificação profissional para atuarem na indústria e/ou no comércio formal. Muitos deles tornaram-se lambe-lambes em função da ausência de melhores oportunidades. Ademais, no contexto, a oferta de empregos no setor formal era limitada, especialmente no setor secundário.

Outro fator significativo do ofício foi o tempo. Por meio das lembranças, observou-se que a orientação pelas tarefas acompanhava a padronização do tempo. Assim, a jornada de trabalho era determinada pela luz do sol, os padrões de trabalho eram caracterizados pela intercalação entre trabalho e lazer, e a disciplina de trabalho era mais flexível assinalada pela

autogestão. Essas características comuns permitiram configurar o grupo, contribuindo para a formação de uma identidade e de laços de solidariedade. Apesar disso, o compartilhamento do espaço de atuação profissional, qual seja, a praça pública, gerou conflitos, entre eles mesmos, eles e outros trabalhadores e entre eles e o poder público.

No contexto estudado, Feira de Santana, em função da sua posição geográfica, construída pelas vias culturais e políticas, emergia como uma cidade estratégica para os ideais do nacional-desenvolvimentismo. Assim, a cidade tornou-se um entroncamento rodoviário que integrava as regiões Norte/Nordeste e Sudeste/Sul do país; e um entreposto comercial, centro de coleta e de distribuição de produtos e mercadorias. Dessa forma, se inseria na ampliação do parque industrial brasileiro que dependia de uma maior integração entre as regiões; bem como na construção e expansão de um mercado nacional unificado. Além disso, se fazia necessário também a inserção do município no processo de consolidação da modernização, então em curso no país.

Naquela conjuntura, o conceito de modernidade associa-se ao econômico, ao político, ao cotidiano e a mentalidade. Porém, com primazia do aspecto econômico, apreendido como industrialização. Já entre 1945 e 1975, o termo progresso agrega o técnico e o econômico. A respeito de Feira de Santana, nos anos de 1950 e 1960, a modernização e o progresso da cidade estavam vinculados ao desenvolvimento das atividades comerciais na urbe. Outrossim, algumas medidas foram adotadas a fim de atingir o ideal de progresso, a exemplo das reestruturações urbanísticas, como alargamento de ruas, melhoria no saneamento, entre outras; da tentativa de controle do comportamento da população, como proibição do uso das ruas e dos passeios pelos ambulantes, etc.

Após o golpe militar de 1964, o processo de industrialização fundamentado no ideário cepalino, que defendia a superação do atraso econômico através da industrialização, foi intensificado via incentivos fiscais e instalação de polos de desenvolvimento. A partir de então, os conceitos de modernidade e de progresso foram vinculados ao de industrialização. No entanto, o ideal de modernização não envolvia somente fatores econômicos, havia também a construção de imagens que representavam o moderno, forjando realidades sociais. Assim, a representação de cidade moderna, progresso e em desenvolvimento foi forjada e utilizada por empresários e políticos locais que, ao fim e ao cabo, visavam garantir seus interesses. Nesse sentido, as repercussões da modernidade emergiram como expressão das disputas sociais existentes entre determinados grupos que detinham o poder de validar e/ou impor sua percepção do mundo social e as representações de tantos outros grupos.

Em Feira de Santana, o auge do processo de modernização/industrialização foi registrado durante a gestão do arenista João Durval Carneiro (1967-1971), com a criação do Centro Industrial do Subaé (CIS) via decreto do executivo local, em 1969. Sua gestão foi caracterizada ainda pela formulação e fomentação do planejamento urbano, com o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), o Código de Posturas, o Projeto Cabana e o Plano Diretor do CIS.

O projeto de industrialização idealizado/instalado no município feirense, após o golpe militar, repercutiu no desenvolvimento citadino com a elaboração e implementação de um projeto urbano; e, na expansão citadina com o crescimento dos bairros, inclusive ultrapassando o Anel de Contorno Rodoviário. Ademais, influenciou nos arranjos entre políticos, partidos, empresários e associações. Corroborou, ainda, para a atração de migrantes. Vale salientar, que a proliferação do número de fotógrafos ambulantes na cidade estava associada a esse movimento migratório também pelos seguintes aspectos: a propagação de migrantes na urbe criou o público-alvo para essa ocupação; e esse nicho de mercado com alta demanda gerou o crescimento do número desses trabalhadores.

As experiências dos lambe-lambes foram analisadas com a finalidade de sublinhar o protagonismo de suas vivências, elemento primordial para a compreensão de determinados aspectos da história de suas vidas e da cidade de Feira de Santana. Para entender estas relações, a noção de experiência foi fundamental. Em primeiro lugar, as experiências vivenciadas e percebidas pelos lambe-lambes, em determinado contexto, os fizeram sentir e articular uma identidade entre si e em contraposição ao outro. Isto é, o fazer-se da classe trabalhadora. Em segundo lugar, a experiência enquanto capacidade de aprender a partir da própria vivência era a base da técnica fotográfica. O processo fotográfico era fundamentado no saber adquirido pela observação e pela vivência.

Entre os lambe-lambes, a identidade social está associada a um território e a uma memória. Por meio da sua labuta diária e da sua tarimba, o fotógrafo ambulante construiu um significado diverso para a praça Bernardino Bahia, transformando-a em seu território. Esse, por sua vez, traça limites, estabelece similaridades e diferenças entre os lambe-lambes e os demais usuários do centro comercial feirense. Concomitantemente, os relatos evocam as origens, a história e a natureza do eu e/ou do grupo. Isto é, a reconstituição de uma memória que promove o sentimento de continuidade no tempo e de unidade para o grupo.

Quanto a instalação na praça Bernardino Bahia, observa-se que a motivação econômica foi um fator preponderante. Quer dizer, a defesa de um nicho de mercado e a localização estratégica. Situada no centro comercial da urbe, próxima a feira livre, a órgãos

que expediam documentos, a laboratórios que vendiam os materiais fotográficos e a pontos de parada de transporte, que garantia grande fluxo de pessoas, portanto, possíveis clientes no local.

Após o golpe militar, a intervenção e o controle estatal na vida social se intensificaram através do aumento do número de documentos pessoais exigidos, acompanhados de fotografia. Esse nicho de mercado era explorado, sobretudo, pelos fotógrafos ambulantes. Os mesmos eram preferidos pelas camadas populares da sociedade por causa da rapidez na entrega da fotografia, entre 8 a 15 minutos, contra um dia nos estúdios fotográficos em função do retoque no negativo. Além deste elemento, os valores cobrados, inferiores aos preços praticados pelos ateliers fotográficos, também atraía a clientela. Em contrapartida, em Feira de Santana, nas décadas de 1960 e 1970, ocorreu um progressivo acréscimo de estúdios fotográficos e de lambe-lambes. A disputa por clientes acentuou-se entre os fotógrafos, apesar da alta demanda registrada no período. Entre os lambe-lambes, a concorrência mais acirrada impactou na clientela e nos rendimentos dos pioneiros, principalmente.

O uso e a apropriação da praça Bernardino Bahia pelos fotógrafos lambe-lambes como espaço de trabalho geraram tensões, conflitos e repercussões na imprensa feirense e nos poderes Legislativo e Executivo municipais. O *Folha do Norte* e o *Feira Hoje* atuaram na construção de imagens/representações de Feira de Santana, determinadas pelos interesses dos proprietários e dos grupos econômicos/políticos apoiadores/apoiados pelos semanários. Neste sentido, a aprovação da transferência dos retratistas da praça era justificada pela reabilitação do uso concebido durante a criação daquele espaço público.

Na Câmara Municipal de Feira de Santana, a partir da Indicação e do Requerimento do vereador Nilton Bellas Vieira (MDB), nos anos de 1971 e 1973, respectivamente, a retirada dos fotógrafos ambulantes da praça foi solicitada a partir do mesmo argumento citado acima. Por outro lado, presumimos que as motivações do referido vereador se pautassem, em alguma medida, pelo baixo rendimento registrado no Foto Vieira, desde o final da década de 1960. O atelier fotográfico, pertencente à família do político, situava-se em frente à praça do lambe-lambe.

Já o poder Executivo municipal deliberou sobre o uso do solo urbano acentuado com o volumoso movimento migratório e com o crescimento do setor informal registrado na urbe feirense, na década de 1970; atendeu as orientações/exigências acerca do planejamento urbano impostas pelo governo federal; e arbitrou uma disputa por nicho de mercado entre os fotógrafos de estúdio e os fotógrafos lambe-lambes, a fim de gerar o mínimo de repercussão para os cofres públicos, pois ambos eram contribuintes.

Observa-se, portanto, que tanto a imprensa feirense, quanto os poderes Legislativo e Executivo municipais, por meio de seus discursos, forjaram uma representação da praça Bernardino Bahia enquanto espaço urbano com predomínio de vegetação com função ecológica, estética e de lazer, condizente com a imagem de Feira de Santana como cidade desenvolvida. Nesse sentido, a presença dos retratistas naquele espaço incomodava o poder público, por destoar da idealização do espaço.

Apesar das investidas do poder público municipal visando a retirada dos retratistas da praça, os mesmos utilizaram formas cotidianas de resistência e/ou táticas de consumo para permanecerem no local e garantir sua sobrevivência. Assim, a despeito do recolhimento de suas barracas, os lambe-lambes mantiveram a labuta diária somente com os tripés das câmeras fotográficas. Os retratistas recorreram ainda a políticos e a militares, em relações construídas em suas vivências de trabalho, com o propósito de sanar sua demanda.

É possível sugerir que o pleito desses trabalhadores fora resolvido, uma vez que as tentativas de transferência dos fotógrafos ambulantes da praça foram abandonadas. Posteriormente, medidas que beneficiavam esses fotógrafos foram adotadas, como o estabelecimento de uma cota máxima de profissionais dentro da praça, o que regula a disputa por clientes não somente entre os lambe-lambes; e o fim da cobrança do Imposto de Licença por exercício de comércio eventual ou ambulante e por ocupação de áreas em vias e logradouros públicos.

Por fim, é importante salientar que a apropriação da praça Bernardino Bahia para uso profissional dos lambe-lambes restringiu o desfrute desse mesmo espaço público por tantos outros habitantes e usuários da cidade. Assim como a construção de uma identidade social por parte dos fotógrafos ambulantes e a constituição de uma representação para a referida praça impõe ausências e emudecimentos de outras identidades e de diversas representações, sejam elas de ofício ou não, nem menos nem mais expressivas e/ou autênticas do que as construídas por esses retratistas.

O uso do espaço público para sobrevivência dos lambe-lambes e de outros trabalhadores foi permeado por inúmeras disputas e solidariedades. O estudo foi empreendido com a finalidade de colaborar para a história da classe trabalhadora de Feira de Santana. A análise da inserção e apropriação dos fotógrafos ambulantes no espaço público feirense teve a pretensão de evidenciar o papel desses trabalhadores enquanto agentes históricos, cujas ações traçaram percursos e alteraram a realidade social em que estavam inseridos. Por fim, é importante salientar que os capítulos dessa história não se encerram nessa dissertação. Espera-

se, além de contribuir para a historiografia de Feira Santana, inspirar novos trabalhos sobre a cidade e a classe trabalhadora que a construiu.

## REFERÊNCIAS

### FONTES DOCUMENTAIS

#### **Arquivo Público Municipal de Feira de Santana**

Livro 751- Lançamento imposto Indústrias e Profissões 1956-1956;

Livro 768 – Lançamento imposto Indústrias e Profissões 1957-1957;

Livro 770 – Lançamento imposto Indústrias e Profissões 1958-1958;

Livro 775 – Lançamento imposto de Licença 1958-1959;

Livro 782- Lançamentos imposto Indústrias e Profissões 1959-1959;

Livro 787 – Lançamento imposto Indústrias e Profissões 1960-1960.

Livro 790 – Lançamento imposto Indústrias e Profissões 1961-1961;

Livro 826 – Lançamento imposto Indústrias e Profissões 1964-1967;

PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. **Código de Posturas:** Decreto-Lei nº1, de 29 de dezembro de 1937. Feira de Santana, 1937.

PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. Lei nº 364, de 18 de janeiro de 1963. Altera disposições do Decreto-Lei nº1, de 29 de dezembro de 1937. Feira de Santana, 1963.

PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. **Código Tributário:** Lei nº 386, de 28 de agosto de 1963. Feira de Santana, 1963.

PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. Lei nº 508, de 30 de novembro de 1966. Revisão da Lei nº 386, de 28 de agosto de 1963. Feira de Santana, 1966.

PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. **Código de Posturas:** Lei nº 518, de 6 de janeiro de 1967. Feira de Santana, 1967.

PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. **Código de Urbanismo e Obra:** Lei nº 629, de 04 de julho de 1969. Feira de Santana, 1969.

PREFEITURA DE FEIRA DE SANTANA. **Lei de Zoneamento:** Lei nº 631, de 30 de julho de 1969. Feira de Santana, 1969.

### **Arquivo Público da Câmara Municipal de Feira De Santana**

**Ata da 12ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana.** 26 abr. 1973. Livro de Atas nº 15. p.53-56v.

**Ata da 14ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana.** 09 maio 1973. Livro de Atas nº 15. p.61-67.

**Ata da 18ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana.** 21 maio 1973. Livro de Atas nº 15. p.81-86.

BARRETO, Marialvo. **Indicação nº 303/2005.** Câmara Municipal de Feira de Santana, Salas das Sessões, 11 abr. 2005.

BRITO, Antonio Renilton. **Indicação nº 500/2005.** Câmara Municipal de Feira de Santana, Salas das Sessões, 30 mai. 2005.

PINTO, José Ferreira. **Indicação nº 64/73.** Câmara Municipal de Feira de Santana, Salas das Sessões, 09 maio 1973. Aprovada em 21 mai. 1973.

SÁ, Renato Ribeiro. **Ata da 15ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana.** 10 maio 1973. Livro de Atas nº 15. p.67-71.

SILVA, Gerson Gomes da. **Ata da 13ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana.** 08 maio 1973. Livro de Atas nº 15. p.57-61.

TOURINHO, Roberto. **Indicação nº 181/2005.** Câmara Municipal de Feira de Santana, Salas das Sessões, 25 mai. 2005.

VIEIRA, Nilton Bellas. **Indicação nº 6/71.** Câmara Municipal de Feira de Santana, Salas das Sessões, 27 abr. 1971. Aprovada em 19 maio 1971.

VIEIRA, Nilton Bellas. **Requerimento nº8/73.** Câmara Municipal de Feira de Santana, Salas das Sessões, 24 abr. 1973.

### **Biblioteca Setorial Monsenhor Renato Galvão/Museu Casa do Sertão**

A FEIRA DA PRAÇA BERNARDINO BAHIA. **Feira Hoje.** Feira de Santana, ano 1, n. 22, 1 fev. 1971.

A FEIRA LIVRE ESTÁ POR TODA A CIDADE. **Feira Hoje.** Feira de Santana, ano 9, n. 1299, 14 set. 1978. p. 3.

A PRAÇA BERNARDINO. **Folha do Norte.** Feira de Santana, ano 63, n. 3345, 09 jun.1973. p.1.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Lambe-lambe: história, dificuldade e realidade. **Folha do Estado.** Feira de Santana, ano 5, n.1458, 25 jul. 2004. p.6.

BARRACAS. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 1, n. 24, 13 fev. 1971. p. 2.

BARRACAS MINI-FOTOS. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 60, n. 3204, 19 set. 1970. Coluna Quente. p.4.

CAMELÔS. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 3, n. 107, 06 set. 1972. Coluna Etc e Tal. p.2.

CAMELÔS: ESTAMOS TRANQÜILOS. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 61, n. 3227, 27 fev. 1971. Coluna Quente. p.1.

CAMELÔS ESTÃO FUGINDO. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 61, n. 3240, 29 maio 1971. Coluna Quente. p. 1.

CHEGAMOS. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 1, n. 1, 5 set. 1970. p. 2.

COLUNA QUENTE. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 60, n. 3202, 5 set. 1970. p. 4.

DÓREA, Adalberto da Costa. A Feira e o progresso. **Folha do Norte**, Feira de Santana, ano 58, n. 3000, 15 out. 1966. p. 1.

ENTULHO NA RUA. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 41, n. 2174, 24 fev. 1951, p. 4.

FOTÓGRAFOS. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 63, n. 3359, 16 e 17 set. 1973. Coluna Quente. p.4.

INDUSTRIALIZAÇÃO. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 1, n. 13, 28 nov. 1970. p. 2.

MALANDRAGEM. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 41, n. 2165, 06 jan. 1951. p. 4.

MALES CRÔNICOS. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 67, n. 3837, 29 e 30 jun. 1977. p.2.

MOTA, Clóvis. Memorial do Inspetor Educacional responsável pela 5ª região da circunscrição escolar sediada em Feira de Santana. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 48, n. 2532, 18 jan. 1958. p. 2.

NÓVO PREFEITO. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 1, n. 12, 21 nov. 1970. p. 2.

O BLACK-OUT. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 41, n. 2176, 24 mar.1951. p. 4.

PARQUES E JARDINS: A CIDADE SE HUMANIZA. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 3, n. 107, 06 set. 1972. Caderno 2. p.1.

RECUPERAÇÃO DE JARDINS. **Folha do Norte**. Feira de Santana, ano 63, n. 3358, 08 set. 1973. p.2.

SANTANA, Edmilson da Silva. “Lambe-lambe” com preço atraente para se tornar mais competitivos. **Noite e Dia**. Feira de Santana, ano 6, n. 296, 30 jun. a 05 ago. 2004. p. 3.

SURFEIRA RECUPERA PRAÇAS. **Feira Hoje**. Feira de Santana ano 3, n. 207, 29 ago. 1973. p.3

TRÊS VERSÕES PARA A POPULAÇÃO. **Feira Hoje**. Feira de Santana, ano 10, n. 1673, 30 dez. 1979, Edição Especial Anos 70, p.2.

ZÉ NETO EXIGE RETORNO DOS FOTÓGRAFOS PARA A PRAÇA DO LAMBE-LAMBE. **Noite e Dia**. Feira de Santana, ano 6, n. 230, 27 ago. a 02 set. 2004. Política, p. 3.

### FONTES ORAIS

CARNEIRO, Neuza de Brito. Depoimento. [09 de ago. 2011] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

SILVA, Evandro da. Depoimento. [18 de fev. 2016a] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

SILVA, Evandro da. Depoimento. [23 de mar. 2016b] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

SILVA, Evandro da. Depoimento. [15 de abr. 2016c] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

SILVA, José Carlos da. Depoimento. [18 de fev. 2016d] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

SILVA, José Carlos da. Depoimento. [23 de mar. 2016e] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

SILVA, José Carlos da. Depoimento. [15 de abr. 2016f] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

SOUZA, Francisco Bernardo de. Depoimento. [19 de fev. 2016g] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

SOUZA, Francisco Bernardo de. Depoimento. [23 de mar. 2016h] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

SOUZA, Francisco Bernardo de. Depoimento. [15 de abr. 2016i] Feira de Santana. Entrevista concedida a Kalila Catharine Oliveira Gama.

### BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. Os anos de Chumbo: memória de guerrilha. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 14-32.

ÁGUEDA, Abílio Afonso da. **O fotógrafo Lambe-lambe**: guardião da memória e cronista visual de uma comunidade. 2008. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Disponível em:

<[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_8f30bd1c4cf9dcae08e60606bf179b12](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_8f30bd1c4cf9dcae08e60606bf179b12)> Acesso em: 13 mar. 2017.

ALMEIDA, Oscar Damião de. **Dicionário da Feira de Santana**. Feira de Santana: Santa Rita, 2006.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Estabilidade e políticas governamentais: papel da política econômico-administrativa. In: \_\_\_\_\_. **O Governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 199-256.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **A paisagem urbana e o homem**: memórias de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS, 2006.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-41.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 183- 191.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Burocracia pública e Estado no Brasil**. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 11, setembro/outubro/novembro, 2007. p. 1-65. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>>. Acesso em: 31 maio 2016.

BURKE, Peter. A história como memória social. In: \_\_\_\_\_. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67-89.

\_\_\_\_\_. **História e teoria social**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

CAMPOS, Ricardo da Silva. Elites, poder e política em Feira de Santana – BA (1947-65). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH, São Paulo, julho 2011.

Disponível em:

<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300970278\\_ARQUIVO\\_TextoANPUH-SPRicardoCamposUNEB\(1\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300970278_ARQUIVO_TextoANPUH-SPRicardoCamposUNEB(1).pdf)> Acesso em: 20 jul. 2017.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento**: Brasil: JK - JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, Eneuton Dornelles Pessoa de. O aparelho administrativo brasileiro: sua gestão e seus servidores – de 1930 aos dias atuais. In: CARDOSO JR, José Celso (Org.). **Burocracia e ocupação no setor público brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. p. 47-89.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: \_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 2). p. 21-28.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 42- 52.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Estudos avançados 11(5), 1991. p. 173-191. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>. Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. GEOgraphia, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2 (1999). p. 7-26. Disponível em:  
<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/16/14>> Acesso em: 20 maio 2017. p.13-16.

COLLIVA, Paolo. Povo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUALINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1992. p. 986 et. seq.

CORRÊA, Diego Carvalho. **O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971)**. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2011.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas**. Revista de Administração Pública (RAP), Rio de Janeiro, vol. 42, n. 5, set/out. 2008. p. 829-874. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>> Acesso em: 31 maio 2016.

COSTA, Célio dos Santos; CUSTÓDIO, José de Arimathéia Cordeiro. O fotógrafo da praça e a praça do fotógrafo. **Revista Discursos Fotográficos**, Londrina, v.3, n.3, p.177-204, 2007. Disponível em:  
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1499/1245>> Acesso em: 19 fev. 2011.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. 1999. 366f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

FERNANDES JÚNIOR, Rubens. **Desconhecidos íntimos: O imaginário do fotógrafo lambe-lambe**. **Revista FACOM**, São Paulo, nº 6, jan-jun., 1998. Disponível em:  
<<http://www.mnemocine.com.br/fotografia/rubens.htm>> Acesso em: 19 fev. 2011.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe-militar de 1964**. 3ª ed, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 343-404.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-13.

\_\_\_\_\_; AMADO, Janaína. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 7-25.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Povo/Política. In: SILVA, Benedicto (Coord.); MIRANDA NETO, Antônio Garcia. et al. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 953-955.

FRANCO, Marcelo Messias Horta. **Profissões em extinção: o caso do fotógrafo lambe-lambe**. 2004. 65f. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d25-mfranco.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2011.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996**. 1998. 189f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

FUKELMAN, Clarisse; LIMA, Patrícia Souza. **Artes de sobrevivência em ofícios ambulantes**. 2003. Disponível em: <[http://www.mao.org.br/wp-content/uploads/fukelman\\_01.pdf](http://www.mao.org.br/wp-content/uploads/fukelman_01.pdf)> Acesso em: 19 fev. 2011.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O povo e a guerra: Participação das camadas populares nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia**. 2004. 140f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HOUAISS, Antônio. Povo/Filologia. In: SILVA, Benedicto (Coord.); MIRANDA NETO, Antônio Garcia. et al. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 950-953.

IBGE. **Anuário estatístico de Feira de Santana**. V.3. CDL. 2012. p.136-179.

LEVEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIMA, Carlos Alberto Alves. **De Luzes e Becos: cartografias, Itinerários e Imagens do “Complexo Rua do Meio” (1940-1960)**. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UEFS, Feira de Santana, 2014.

KOSSOY, Boris. **Hercules Florence, 1833: a descoberta isolada da fotografia no Brasil**. São Paulo: Faculdade de Comunicação Social Anhembi, 1976.

\_\_\_\_\_. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. Progresso/Reacção. In: **Enciclopédia Einaudi: Memória - História**. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. v.1. p. 338-369.

\_\_\_\_\_. Antigo/Moderno. In: **Enciclopédia Einaudi: Memória - História**. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. v.1. p. 370-392.

\_\_\_\_\_. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 535-549.

LIMA, Carlos Alberto Alves. **De Luzes e Becos: cartografias, Itinerários e Imagens do “Complexo Rua do Meio” (1940-1960)**. 2014, 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 15-25.

MAGALHÃES, Antônio Ferreira de; SILVA, Aldo José Moraes; MORAES, Clóvis Frederico Ramaiana. **História nas Lentes: Feira de Santana pelo olhar do fotógrafo Antônio Magalhães**. Feira de Santana: Editora UEFS, 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luís Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 181-231. (Império: a corte e a modernidade nacional, v.2).

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida a internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 327-350.

MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**. 2009, 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

MORAIS, Ana Angélica Vergne de. (Org.). **Conhecendo Feira de Santana: olhares sobre a cidade**. Feira de Santana: UEFS, 2004.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe-militar de 1964**. 3ª ed. Vol. 3 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 155-194.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **O que é burocracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MUNIZ, Manuela da Silva. **Em busca da experiência: paternalismo, lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991)**. 2011, 199f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993. p. 7-28.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano**. 2008. 220f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960**. 2011. 298f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Lélia Vitor Fernandes de. **Homens que fizeram história**. Feira de Santana: Grafinort, 2004.

\_\_\_\_\_. **Inquilinos da Casa da Cidadania.** Feira de Santana: Fundação Cultural Egberto Costa, 2006.

OLIVEIRA, Luciano Márcio Freitas de. **Circulação e fixação:** o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população. 2012. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos, 2012. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/500-Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Luciano.pdf](http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/500-Disserta%C3%A7%C3%A3o_Luciano.pdf)> Acesso em: 16 maio 2017.

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. **Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia na favela.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos:** pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990). 2009. 202f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2009.

PEREIRA, Luisa Rauter. Uma História do conceito político de povo no Brasil: Revolução e historicização da linguagem política. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História,** ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300644937\\_ARQUIVO\\_textoANPUH2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300644937_ARQUIVO_textoANPUH2011.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p. 279-290. 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2008/1147>>. Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **O imaginário da cidade:** visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História,** vol. 27, nº 53, p. 11- 23. Junho 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882007000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002)>. Acesso em: 20 maio 2017.

PINTO, Danilo César Souza. **A burocracia vista do cartório:** uma análise antropológica da burocracia estatal. 2007. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciência Sociais, UFSCar, São Paulo. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1450/DissDCSP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 31 maio 2016.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, p. 3-15. 1989. Disponível em:

<[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)> Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, p. 200-212. 1992. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>> Acesso em: 20 maio 2017.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

PORTUGAL, Sílvia. O que faz mover as redes sociais? Uma análise das normas e dos laços. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 35-56. 2007. Disponível em:

<<http://rccs.revues.org/723>> Acesso em: 20 maio 2017.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre econômico brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 209-235.

RAMOS, Soraia. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 375-385.

RIBEIRO, Sheila Maria Reis. **Reforma do aparelho de Estado no Brasil: uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90**. Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 7., 2002, Lisboa. Anais... Lisboa, 2002. p. 1-21.

Disponível em:

<<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043326.pdf>> Acesso em: 31 maio 2016.

RICOEUR, Paul. A memória. In: \_\_\_\_\_. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 25-142.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: **Enciclopédia Einaudi: Região**. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v.8. p. 262- 290. 1986.

SANTA BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade:** sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana-BA (1929-1964). 2007. 121f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Alane Carvalho. Desenvolvimento, Civilização e Modernidade: O sonho da industrialização em Feira de Santana. Klepsidra – **Revista Virtual de História**, ano III, nº 15, fev./mar. 2003. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra15/feira.htm>>. Acesso em: 31 maio 2016.

SANTOS, Grazyelle Reis dos. **Literatura e cultura em Feira de Santana:** práticas, usos e tendências em impressos da Folha do Norte (1951-1969). 2008. 245f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHAPOCKNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família, e ícones da intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (República: da Belle Époque à Era do Rádio, v. 3). p. 423-512.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_86.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_86.pdf)> Acesso em 20 maio 2017.

SERPA, Ângelo. A trama de relações sócio-espaciais nos bairros populares de Salvador, Bahia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cidade Popular:** trama de relações sócio-espaciais. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 9-24.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.39- 62.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Org.). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 245-279.

\_\_\_\_\_. A modernização autoritária: do Golpe Militar a Redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). **História geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 351-384.

SILVA, Igor José Trabuco da. **“Meu Reino não é deste mundo”** - A Assembléia de Deus e a política em Feira de Santana (1972-1990). 2009. 197f. Dissertação (Mestrado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, Mayara Plácido. **Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)**. 2012, 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SOARES, Taís Castro; MICHELON, Francisca Ferreira. O fotógrafo no jardim do cidadão: memória de um lambe-lambe. **Revista Travessias**, v.3, nº. 2, p. 1-19, 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3337>> Acesso em: 19 fev. 2011.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago Ed.:Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOUZA, Flávia Amorim. **Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971- 1982)**. 2013. 145f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2013.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (A árvore da liberdade, v.1).

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (A maldição de Adão, v.2).

\_\_\_\_\_. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURTIER- BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 233-245.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VILAÇA, Adilson. **Os lambe-lambes do Parque Moscoso**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe-militar de 1964**. 3ª ed. Vol. 3 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 195-216.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 247-265.

WAHRLICH, Beatriz. **Desburocratização e Desestatização: Novas considerações sobre as prioridades brasileiras de Reforma Administrativa na década de 80**. Revista de Administração Pública (RAP), Rio de Janeiro, vol. 18, n.4, out./dez. 1984. p. 72-87. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/14953>> Acesso em: 31 maio 2016.

XAVIER, Marcos. Os sistemas de engenharia e a tecnicização do território. O exemplo da rede rodoviária brasileira. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 329-341.